



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM E ENSINO – PPGLE**

**DIANA BARBOSA DE FREITAS**

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS MODOS DE TEXTUALIZAÇÃO DO**  
**POLÍTICO EM PÁGINAS DE MÍDIAS TRADICIONAIS E ALTERNATIVAS**  
**DO *FACEBOOK***

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2021**

DIANA BARBOSA DE FREITAS

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS MODOS DE TEXTUALIZAÇÃO DO  
POLÍTICO EM PÁGINAS DE MÍDIAS TRADICIONAIS E ALTERNATIVAS  
DO *FACEBOOK***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande, na área de concentração de Estudos Linguísticos, Linha de pesquisa de Práticas sociais, históricas e culturais de linguagem, como requisito à obtenção do título de Mestre em Linguagem e Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Washington Silva de Farias

CAMPINA GRANDE – PB

2021

F866a Freitas, Diana Barbosa de.  
Uma análise discursiva dos modos de textualização do político em páginas de mídias tradicionais e alternativas do *facebook* / Diana Barbosa de Freitas. – Campina Grande, 2021.  
237 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.  
"Orientação: Prof. Dr. Washington Silva de Farias".  
Referências.

1. Análise do Discurso. 2. Mídias Tradicionais e Alternativas. 3. Textualização do Político. 4. *Facebook*. I. Farias, Washington Silva de. II. Título.

CDU 81'42(043)

DIANA BARBOSA DE FREITAS

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS MODOS DE TEXTUALIZAÇÃO DO  
POLÍTICO EM PÁGINAS DE MÍDIAS TRADICIONAIS E ALTERNATIVAS  
DO FACEBOOK**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande, na área de concentração de Estudos Linguísticos, Linha de pesquisa Práticas Sociais, Históricas e Culturais de Linguagem, como requisito à obtenção do título de Mestre em Linguagem e Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Washington Silva de Farias

APROVADA EM: 26/02/2021.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Washington Silva de Farias (Orientador) – UFCG



Prof. Dr. Manassés Morais Xavier (Examinador interno) – UFCG



Prof<sup>ª</sup>. Dra. Genice Ribeiro de Oliveira Cortes (Examinadora externa) – UESB

Aos meus pais, Manoel (*in memoriam*) e Mônica,  
por serem exemplos de força, superação e fé.

## AGRADECIMENTOS

Resistir! Eis a palavra que define, a meu ver, o caminho que trilhei durante o Mestrado... Resistir aos tempos sombrios que enfrentamos diante da conjuntura sócio-política atual, resistir à vontade de desistir durante o percurso, porque, muitas vezes, pensamos não ser capazes de alcançar os objetivos propostos, resistir aos momentos de angústia e aflição que passamos devido a questões pessoais e acadêmicas, resistir à pandemia do COVID-19, que matou tantas pessoas no Brasil e no mundo... Enfim, são muitos sentidos produzidos a partir da palavra “resistência”. O importante é enfatizar que, sim, embora diante de tantos obstáculos, RESISTIMOS!

Por essa razão, agradeço, primeiramente, a Deus, que, em sua infinita bondade, me deu forças para continuar, protegendo-me e guiando todos os passos dados até aqui. Deus, obrigada por ser, sempre, meu “refúgio e fortaleza, socorro bem-presente na angústia” (Salmos, 46:1). Foi a fé depositada em Ti que me possibilitou chegar ao fim desta jornada cheia de desafios e conquistas.

Agradeço aos meus pais, Manoel Gabriel de Freitas (*in memoriam*) e Mônica Maria Barbosa, por todo o amor e educação que me foi dada, bem como pelas palavras de incentivo, carinho e conforto, ajudando-me a vencer as barreiras do medo e da insegurança que surgiram no decorrer do Mestrado. Embora já esteja há 7 anos sem o meu pai, senti sua presença ininterrupta nos meus dias e noites de estudos e isso me auxiliou demasiadamente na finalização do trabalho. Destaco, também, a força, persistência e generosidade da minha mãe, mulher guerreira que sempre lutou para me oferecer o melhor. Sem ela, com certeza, não teria chegado até aqui.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Washington Silva de Farias, pela paciência e compreensão durante esta jornada. Obrigada por todos os ensinamentos transmitidos. Para além do aprofundamento nos estudos da Análise do Discurso pecheutiana, também pude aprender princípios e valores que serão levados para a vida toda. Gratidão por ser exemplo de professor e de resistência.

Agradeço, também, aos professores que se propuseram a compor as bancas de qualificação e de defesa: Profa. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (UESB) e Prof. Manassés Moraes Xavier (UFCG). Fiquei muito honrada em ter a presença da Profa. Gerenice com suas excelentes contribuições para o desenvolvimento da pesquisa, bem como em ter a participação do Prof. Manassés, que, desde a graduação, acompanha meu

progresso acadêmico. Obrigada pelas palavras de incentivo e de carinho e pelas pertinentes colaborações dadas à pesquisa.

Agradeço a todos os professores e funcionários que compõem o Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE-UFCG). Obrigada pelo suporte dado nesses dois anos de pesquisa.

Agradeço, ainda, especialmente, ao Prof. Aloísio de Medeiros Dantas, meu orientador na época da graduação, pessoa que me encorajou a fazer a seleção para o Mestrado. Obrigada por acreditar tanto no meu potencial e por ser um dos primeiros professores a me apresentar a Análise do Discurso.

Agradeço aos amigos que fiz durante o Mestrado, especialmente, a Ariane, Jéssica, Aurielle e Leandro, alunos da linha de pesquisa “Práticas sociais, históricas e culturais de linguagem”. Vocês foram responsáveis por tornar essa jornada mais leve. Agradeço, também, aos demais amigos que o Mestrado me presenteou: Mariana, Sabrina, Rickison, Janile e Isabel. Espero que nossa amizade ultrapasse os limites da Universidade. Agradeço, ainda, a Haiany, Vanda e Ramon, colegas que me acolheram quando eu era aluna especial no Mestrado. Obrigada pelo incentivo!

Agradeço aos demais amigos, colegas e familiares, por compreenderem a minha ausência em certos momentos devido à vida acadêmica.

Por fim, agradeço à CAPES, pelo financiamento dado a esta pesquisa. Muito obrigada!

*O político está na forma de (se) significar a (na) sociedade, o (no) social, produzindo-se diferentes direções de sentido.*

Eni Orlandi

## RESUMO

Nesta pesquisa, à luz da Análise do Discurso pecheutiana, objetivamos compreender como funcionam discursivamente, no *Facebook*, os sentidos do político textualizados em páginas de mídias jornalísticas tradicionais e alternativas acerca do acontecimento da Eleição Presidencial 2018 no Brasil. Para tanto, mobilizamos, na análise das páginas de mídias jornalísticas, as noções de lugar discursivo, formação discursiva (FD) e posições-sujeito, considerando as modalidades de interpelação do sujeito propostas por Pêcheux (1975 [2014]), a saber: identificação, contraidentificação e desidentificação. Especificamente, buscamos: a) caracterizar como os lugares discursivos de mídia tradicional e de mídia alternativa são definidos nos perfis das páginas selecionadas; b) analisar as posições-sujeito e efeitos de sentido que os sujeitos enunciativos e leitores colocam em cena/confronto ao produzirem gestos de interpretação sobre conteúdos políticos nas páginas selecionadas; c) avaliar como as posições-sujeito e efeitos de sentido investigados se relacionam com os lugares discursivos de mídia tradicional e alternativa. Temos como *corpus* seis páginas de mídias jornalísticas, sendo três delas pertencentes às mídias tradicionais (G1, UOL e Estadão) e três às mídias alternativas (Revista Fórum, The Intercept Brasil e Brasil 247). Nestas páginas, a partir do trajeto temático da relação entre democracia e ditadura, analisamos o lugar discursivo desses perfis, bem como o espaço das postagens e dos comentários, através de recortes discursivos concernentes ao primeiro turno das Eleições, ao segundo turno e após o pleito eleitoral, tomando como referência o período de setembro a dezembro de 2018. Com a análise, vimos que o sujeito midiático tradicional ocupa um lugar marcado pelo efeito de neutralidade, materializado pelos sentidos de objetividade, universalidade e imparcialidade. Em relação à textualização do evento político da eleição, nos três recortes discursivos das mídias tradicionais (MT), observamos um movimento de interpretação desdobrado em efeitos de democracia estabilizada, de tensionamento mínimo entre democracia e ditadura e de manutenção da democracia. No espaço dos comentários das MT, notamos uma heterogeneidade de posições assumidas pelos sujeitos-leitores, dentre elas: i) de contraidentificação com o efeito de democracia estabilizada através da memória do golpe de 2016; ii) de identificação com a posição política de direita e iii) de identificação com os sentidos de democracia enquanto ordem, moralidade e religiosidade, por meio do discurso de anticorrupção. O sujeito midiático alternativo ocupa, por sua vez, o lugar discursivo dominado pelo efeito de militância, materializado por meio de sentidos de combate, denúncia e engajamento. Nos recortes discursivos da mídia alternativa (MA), foi possível observar a fabricação de efeitos de democracia instável, de tensionamento amplo entre democracia e ditadura e de resistência. No espaço dos comentários das MA, muitas foram, também, as posições assumidas pelos internautas, como, por exemplo: i) de identificação com a posição de democracia instável; ii) de contraidentificação com os sentidos autoritários a partir do combate à ditadura e iii) de identificação com o efeito de resistência produzido pelo sujeito midiático alternativo. De modo geral, constatamos que, na textualização do evento político da Eleição de 2018, a mídia tradicional inscreve-se numa FD tendente ao consenso quanto à estabilidade da democracia, enquanto a mídia alternativa, funcionando como espaço de contraponto, inscreve-se numa FD tendente ao dissenso em relação à estabilidade democrática, expondo sentidos que foram silenciados e atenuados na MT. Com este trabalho, percebemos que as práticas discursivas dos sujeitos midiáticos tradicionais e alternativos foram regidas pela ideologia, fazendo com que, no jogo entre o lembrar e o esquecer, entre os efeitos de neutralidade e de militância, o político fosse textualizado no *Facebook*. Os funcionamentos analisados expõem ao olhar leitor os confrontos das relações de força e de poder que constituem nossa sociedade e nossa história.

**Palavras-chave:** *Facebook*. Mídias tradicionais e alternativas. Discurso. Textualização do político.

## ABSTRACT

In this research, in the light of the Pecheutian Discourse Analysis, we aim to understand how the political sense about the Presidential Election 2018 in Brazil is textualized discursively on traditional and alternative media pages on Facebook. Therefore, we mobilized, in the analysis of journalistic media pages, the notions of discursive place, discursive formation (DF) and subject positions, considering the modalities of the subject interpellation proposed by Pêcheux (1975 [2014]), namely: identification, counter-identification and disidentification. Specifically, we seek to: a) characterize how the discursive place of traditional and alternative media is defined in the selected pages profiles; b) analyze the subject positions and sense effects that the enunciating subjects and readers put on scene/confrontation when producing gestures of interpretation about political content on the selected pages; c) evaluate to what extent the subject positions and effects of meaning investigated relate to discursive places of traditional and alternative media. We have as *corpus* six pages of journalistic media, three belonging to traditional media (G1, UOL and Estadão) and three to alternative media (RevistaFórum, The Intercept Brasil and Brasil 247). In these pages, from the thematic trajectory of the democracy and dictatorship relationship we analyzed the discursive places of these profiles, as well as the space of posts and comments, through discursive clippings concerning the first and second round of elections, and the period after the election, having as a reference the period from September to December of 2018. In the analysis, we found that the traditional media subject occupies a place marked by the neutrality effect, materialized by senses of objectivity, universality and impartiality. Regarding the textualization of the political event of the election, in the three discursive traditional media (TM) clippings, we observed a movement of interpretation unfolded in the effects of stabilized democracy, of minimal tension between democracy and dictatorship and of maintenance of democracy. In the TM comments space, we noticed a heterogeneity of positions taken by the subject-readers, among them: i) counter-identification with the effect of stabilized democracy through the memory of the 2016 coup; ii) identification with the right-wing political position and iii) identification with the meanings of democracy as order, morality and religiosity, through the anti-corruption discourse. The alternative media subject occupies the discursive place dominated by militancy effect, materialized through senses of combat, denunciation and engagement. In discursive alternative media (AM) clippings, it was possible to observe the fabrication of an effect of an unstable democracy and of a wide tension between democracy, dictatorship and resistance. In the space of AM comments, many were the positions taken by internet users, such as: i) identification with the position of unstable democracy; ii) counter-identification with authoritarian senses from the fight against dictatorship and iii) identification with the resistance effect produced by the alternative media subject. In general, we found that, in the textualization of the political event of the 2018 election, the traditional media inscribes itself in a DF tending towards a consensus on democracy stability, while the alternative media, acts as a counterpoint and inscribes itself in a DF tending to dissent in relation to democratic stability, exposing meanings that have been silenced and attenuated in MT. With this work, we realized that the discursive practices of traditional and alternative media subjects were governed by ideology, causing the politician to be textualized on Facebook through a game between remembering and forgetting and between neutrality and militancy. The analyzed operations expose to the reader the confrontations of force and power relations that constitute our society and our history.

**Key-words:** Facebook. Traditional and alternative media. Discourse. Politician textualization.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Relação entre espaço social e espaço discursivo. ....	35
<b>Figura 2</b> - Diferenças entre lugar social, lugar discursivo e posição-sujeito.....	46
<b>Figura 3</b> - Espaço de publicação da página da UOL. ....	74
<b>Figura 4</b> - Ilustração de postagem da página Brasil 247. ....	75
<b>Figura 5</b> - O espaço dos comentários nas páginas de MT e MA.....	76
<b>Figura 6</b> - Os movimentos de análise. ....	85
<b>Figura 7</b> - Foto de capa da página G1.....	92
<b>Figura 8</b> - Foto de perfil e forma como a página do G1 se autodefine.....	93
<b>Figura 9</b> - Foto de capa e de perfil da página do UOL. ....	100
<b>Figura 10</b> - Foto de capa da página do Estadão.....	104
<b>Figura 11</b> - Foto de perfil e autodefinição da página do Estadão.....	105
<b>Figura 12</b> - Síntese da articulação entre o lugar social e o lugar discursivo das mídias tradicionais. ....	108
<b>Figura 13</b> - Movimento de interpretação do político das mídias tradicionais: efeitos de sentidos. ....	110
<b>Figura 14</b> - Movimento de interpretação do político na página do G1: efeito de democracia estabilizada.....	112
<b>Figura 15</b> - Movimento de interpretação do político na página do Estadão: efeito de democracia estabilizada.....	115
<b>Figura 16</b> - de interpretação do político na página da UOL: efeito de democracia estabilizada. ....	120
<b>Figura 17</b> - Movimento de interpretação do político na página do G1: efeito de tensionamento entre democracia e ditadura a partir de fatos particulares. ....	127
<b>Figura 18</b> - Movimento de interpretação do político na página do UOL: efeito de tensionamento entre democracia e ditadura a partir de fatos particulares. ....	130
<b>Figura 19</b> - Movimento de interpretação do político na página do Estadão: efeito de tensionamento entre democracia e ditadura a partir de fatos particulares.....	137
<b>Figura 20</b> - Movimento de interpretação do político na página do G1: efeito de manutenção da democracia.....	149
<b>Figura 21</b> - Movimento de interpretação do político na página do UOL: efeito de manutenção da democracia.....	152

<b>Figura 22</b> - Movimento de interpretação do político na página do Estadão: efeito de manutenção da democracia.....	155
<b>Figura 23</b> - Foto de perfil e de capa da página Revista Fórum. ....	167
<b>Figura 24</b> - Foto de perfil e de capa da página The Intercept Brasil. ....	172
<b>Figura 25</b> - Foto de capa e perfil da página Brasil 247 no Facebook e layout do site do portal.....	175
<b>Figura 26</b> - Síntese da articulação entre o lugar discursivo e posições das mídias alternativas.....	179
<b>Figura 27</b> - Movimento de interpretação do político das mídias alternativas: efeitos de sentidos. ....	181
<b>Figura 28</b> - Movimento de interpretação do político na página do Brasil 247: efeito de democracia instável. ....	183
<b>Figura 29</b> - Movimento de interpretação do político na página da Revista Fórum: efeito de democracia instável.....	188
<b>Figura 30</b> - Movimento de interpretação do político na página do The Intercept Brasil: efeito de democracia instável. ....	191
<b>Figura 31</b> - Movimento de interpretação do político na página da Revista Fórum: efeito de tensionamento de sentidos entre democracia e ditadura. ....	199
<b>Figura 32</b> - Movimento de interpretação do político na página do The Intercept Brasil: efeito de tensionamento de sentidos entre democracia e ditadura. ....	202
<b>Figura 33</b> - Movimento de interpretação do político na página do Brasil 247: efeito de tensionamento de sentidos entre democracia e ditadura.....	204
<b>Figura 34</b> - Movimento de interpretação do político na página da Revista Fórum: efeito de resistência.....	212
<b>Figura 35</b> - Movimento de interpretação do político na página do The Intercept Brasil: efeito de resistência. ....	215
<b>Figura 36</b> - Movimento de interpretação do político na página do Brasil 247: efeito de resistência. ....	218

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Relação das páginas analisadas e do número de usuários das mesmas.....	71
<b>Tabela 2</b> - Quantidade de postagens e comentários nas páginas. ....	80
<b>Tabela 3</b> - Distribuição das postagens na mídia tradicional. ....	109
<b>Tabela 4</b> - Distribuição das postagens na mídia alternativa. ....	180

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** - Síntese do funcionamento das mídias tradicionais e alternativas. .... 67

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AD** – Análise do Discurso

**CF**- Conferir

**FD** – Formação discursiva

**LD** – Lugar discursivo

**LS** – Lugar social

**MA** – Mídia(s) Alternativa(s)

**MT** – Mídia(s) Tradicional(is)

**PS** – Posições-sujeito

**SD** – Sequência Discursiva

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DOS MODOS DE TEXTUALIZAÇÃO DO POLÍTICO</b> .....	25
<b>1.1 A política e o político: abordagens sociológicas, filosóficas e discursivas</b> .....	25
<b>1.2 O processo de interpretação na perspectiva discursiva: identificação, deslocamento e ruptura</b> .....	35
<b>1.3 Do lugar social ao discursivo: entendendo a constituição das posições-sujeito no espaço on-line do <i>Facebook</i></b> .....	44
<b>2 CIBERESPAÇO E MÍDIA: UM LUGAR PARA O POLÍTICO</b> .....	48
<b>2.1 Comunicação em rede: o ciberespaço e suas possibilidades de acesso à informação</b> .....	48
<b>2.2 O Facebook como lugar de produção e circulação de sentidos</b> .....	52
<b>2.3 O consenso e o dissenso no funcionamento das mídias tradicionais e alternativas</b> .....	55
<b>3 DISPOSITIVO METODOLÓGICO</b> .....	68
<b>3.1 Natureza da pesquisa: a abordagem discursiva</b> .....	68
<b>3.2 Configuração do <i>corpus</i> de análise</b> .....	70
<b>3.3 Procedimentos de análise</b> .....	82
<b>4 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO POLÍTICO NO ESPAÇO ON-LINE DA MÍDIA TRADICIONAL: A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2018 DISCURSIVIZADA A PARTIR DE UM LUGAR DE NEUTRALIDADE</b> .....	87
<b>4.1 O lugar discursivo de neutralidade ocupado pela Mídia Tradicional</b> .....	87
4.1.1 G1 – O portal de notícias da Globo .....	90
4.1.2 UOL (Universo On-line) .....	98
4.1.3 Estadão (O Estado de São Paulo) .....	103
<b>4.2 O movimento de interpretação do político no espaço das postagens e comentários da Mídia Tradicional</b> .....	109
4.2.1 O efeito de democracia estabilizada .....	111
4.2.2 O efeito de tensionamento mínimo entre democracia e ditadura .....	126

4.2.3 O efeito de manutenção da democracia.....	148
<b>5 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO POLÍTICO NO ESPAÇO ON-LINE DA MÍDIA ALTERNATIVA: A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2018 DISCURSIVIZADA A PARTIR DE UM LUGAR DE MILITÂNCIA .....</b>	<b>163</b>
<b>5.1 O lugar discursivo de militância ocupado pela Mídia Alternativa .....</b>	<b>163</b>
5.1.1 Revista Fórum .....	165
5.1.2 The Intercept Brasil .....	169
5.1.3 Brasil 247.....	174
<b>5.2 O movimento de interpretação do político no espaço das postagens e comentários da Mídia Alternativa .....</b>	<b>180</b>
5.2. 1 O efeito de democracia instável.....	182
5.2.2 O efeito de tensionamento amplo entre democracia e ditadura.....	199
5.2. 3 O efeito de resistência .....	211
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>225</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>232</b>

## INTRODUÇÃO

Os suportes tecnológicos que surgiram ao longo do tempo na sociedade levaram a novas possibilidades de comunicação e acesso à informação por parte dos sujeitos. Esse contato com as novas tecnologias repercute nos processos de produção e circulação de sentidos e na relação do sujeito com a linguagem e com o mundo. Nessa aproximação com o meio digital, observamos a constituição do processo de representação de identidades, uma vez que os sujeitos também se inscrevem na história, ao posicionarem-se por meio dos aparatos tecnológicos. Neste contexto, ao pensarmos no ciberespaço em sua relação com a política, percebemos que através do discurso as cenas das forças políticas são representadas. Assim, por intermédio da *cena discursiva de interlocução* (CAZARIN, 2005), é possível observar o funcionamento e o lugar de significação do político.

Com base nesse pressuposto, vemos, nas redes sociais, especificamente no *Facebook*, um local oportuno para observarmos a manifestação e a leitura do político, haja vista que esse espaço, de caráter interativo, coloca em circulação diferentes gestos de interpretação (ORLANDI, 1999) produzidos pelos sujeitos. Buscamos, pois, problematizar como se constitui esse espaço on-line enquanto lugar de textualização discursiva do político, isto é, de “compreensão da relação entre o simbólico e as relações de poder” (ORLANDI, 2005, p. 34-35).

Acreditamos que o ciberespaço é um ambiente propício à observação da relação dos sujeitos com os sentidos do político, de significação de posições políticas e de construção de suas identidades. Por essa razão, procuramos compreender como o político é textualizado nesse espaço móvel de circulação e confronto de sentidos. Comungamos, portanto, da ideia de que o político, “está na forma de (se) significar a (na) sociedade, o (no) social, produzindo-se diferentes direções de sentido”(ORLANDI, 2005, p. 47). Desse modo, ao nos filiaros à Análise do Discurso (doravante, AD) pecheutiana, considerando o político enquanto relações de forças que se simbolizam (ORLANDI, 2005), investigamos a determinação histórica dos processos de significação dos sentidos, pois entendemos que “o político reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõe a um indivíduo ideologicamente interpelado” (ORLANDI, 2005, p. 34).

Nessa seara, cabe distinguir três noções importantes para a compreensão do nosso estudo: a política, o político e o discurso político. De acordo com Indursky (2019), a política implica jogos de poder e de exclusão, nos quais há uma divisão social entre aqueles que detêm o poder e aqueles que lutam pelo poder; o político, por sua vez, envolve o fato de que tanto os sujeitos quanto os sentidos são divididos; e o discurso político se refere à materialidade discursiva produzida por sujeitos que são afetados por determinadas formações ideológicas e discursivas quando inscritos na vida social e política. Também compreendemos a política como “instituição do litígio”, ou seja, do conflito de interesses dentro da comunidade (RANCIÈRE, 2018). Nessa perspectiva, percebe-se, com o autor citado, que a política se estabelece através da existência de uma cena comum na esfera pública.

Dentre os vários lugares de manifestação do político, encontramos, no campo midiático da internet, especificamente, no meio jornalístico, um lugar oportuno para a observação da constituição do político, pois, nesse ambiente, a produção de sentidos sobre conteúdos políticos possibilita a observação dos gestos de interpretação dos sujeitos que acessam o espaço on-line, subjetivando-se e filiando-se a determinadas matrizes de sentidos. Por essa razão, investigar o modo de funcionamento da mídia no interior do ciberespaço viabiliza o entendimento dos processos ideológicos e discursivos que interpelam os indivíduos em sujeitos, acarretando na inscrição desses sujeitos em formações discursivas a partir das quais ditos, não-ditos, efeitos de memória e equívocos produzem e ressignificam sentidos, configurando, dessa forma, processos de construção e reconstrução das identidades dos sujeitos/do social.

É possível afirmar que a relação entre mídia e redes sociais se configura como um lugar complexo que implica a constituição e representação de sentidos do político no ciberespaço. Nessas condições, pensar na associação estabelecida entre mídia, redes sociais (*Facebook*) e discurso nos oportuniza refletir sobre a constituição de “um discurso público que não fica mais sem resposta, não pode manter a postura de autoridade que impõe a seu público silêncio e deferência” (CARDON, 2012, p. 5). Isso porque, com o acesso à Internet, os sujeitos ganham a oportunidade de comentar, criticar e rebater conteúdos que são veiculados pela mídia a partir do ciberespaço. O meio jornalístico, nesse viés, funciona como difusor de informações de cunho político, que encontra espaço, nas redes sociais, para produzir e fazer circular notícias.

Necessário se faz esclarecer que é partir do contexto social, histórico e ideológico que o sujeito, no espaço on-line, produz gestos de interpretação, na medida em que historiciza seu dizer, remetendo-se ao interdiscurso e ressignificando os sentidos a partir da relação com a memória discursiva. Dessa forma, quando se analisa determinado objeto discursivamente, os sentidos materializados nas palavras estabelecem relações com a exterioridade, por meio das condições de produção, as quais também afetam o sujeito, sendo este constituído ideologicamente.

Com base nessas considerações, tendo em vista que a rede social *Facebook* dá abrigo a informações jornalísticas, para problematizar as relações entre mídia e política, nesta pesquisa, focalizamos, no *Facebook*, perfis alinhados com dois campos: o da mídia tradicional (MT) e o da mídia alternativa (MA).

No que se refere ao campo das mídias tradicionais, entendemos que este se caracteriza por uma orientação política, social e econômica tendente à reprodução da ordem social dominante. Nessa perspectiva, quanto à sua posição político-ideológica, o campo da MT se alinha com as tendências políticas de viés conservador ou liberal, situando-se, assim, no espaço à direita do espectro político<sup>1</sup>. No que tange às mídias alternativas, percebe-se uma orientação política e social não dominante, configurando-se, pois, como um contraponto à mídia tradicional. As mídias alternativas possuem um viés progressista, que tende à esquerda do espectro político. Nessas condições, esse grupo atrela-se a uma posição de transformação da ordem social. Desse modo, partimos do pressuposto de que os espaços midiáticos tradicionais e alternativos demarcam funcionamentos e efeitos de sentidos em confronto no que concerne à interpretação dos fatos políticos, logo, dos sujeitos e dos sentidos do político e da política.

É interessante destacar que esses espaços midiáticos são assim denominados por variados teóricos tendo em vista essas orientações político-ideológicas predominantes nos dois lugares de veiculação e análise de informação e produção de sentidos. Dessa forma, pensando no modo de funcionamento dos discursos em vista do jogo de sentidos estabelecido, a prática de produção de sentidos do político no espaço jornalístico possibilita um modo particular de enunciação do político feita pelos sujeitos, no qual há a participação destes na cena política. Nessa perspectiva, encontra-se, pois, o confronto

---

<sup>1</sup> Por espectro político, estamos entendendo uma divisão que serve para caracterizar e classificar diferentes posições políticas em relação umas às outras.

entre os modos de significar o político a partir dos lugares sociais e discursivos diferenciados das mídias tradicionais e alternativas.

Partindo dessa premissa, a seguinte questão norteia nossa pesquisa: como se configura discursivamente a textualização do político em páginas de mídias jornalísticas no espaço digital do *Facebook*? Com o intuito de responder a esta indagação, o *corpus* da pesquisa, de natureza documental, pautado na noção de arquivo proposta por Pêcheux (2014), é constituído por recortes de postagens e comentários de seis páginas de *Facebook*, sendo três delas representativas das mídias tradicionais (*UOL*, *Estadão* e *Globo*) e três das mídias alternativas (*Brasil 247*, *Revista Fórum* e *The Intercept Brasil*).

Para esta análise, focalizamos o contexto sócio-político da Eleição Presidencial 2018. A escolha por esse contexto em específico se deu devido ao fato de observarmos, nas condições de produção desse acontecimento sócio-histórico, um jogo político de sentidos tensionado a partir de confrontos entre temas polêmicos que emergiram no decorrer da campanha presidencial. Dessa forma, vimos que se criou uma arena entre forças políticas antagônicas, nas quais posições conservadoras e não conservadoras faziam parte de uma disputa interpretativa que (re)significava sujeitos e sentidos, muitas vezes, através da polarização de dizeres. Assim, discursivamente, víamos um espaço profícuo de análise para entendermos como esses sentidos funcionavam em torno de questões que tocam o político, a sociedade e a história, a partir da constituição, formulação e circulação de sentidos sobre o acontecimento da Eleição Presidencial 2018 nos grupos jornalísticos já mencionados.

Tendo em vista essa problemática, o nosso objetivo geral é, pois, compreender como funcionam discursivamente os sentidos do político textualizados nas páginas selecionadas acerca do acontecimento da Eleição Presidencial 2018 no Brasil. Nessas condições, como objetivos específicos, buscamos: a) caracterizar como os lugares discursivos de mídia tradicional e de mídia alternativa são definidos nos perfis das páginas selecionadas; b) analisar as posições-sujeito e efeitos de sentido que os sujeitos jornalistas e leitores colocam em cena/confronto ao produzirem gestos de interpretação sobre conteúdos políticos nas páginas selecionadas; c) avaliar como as posições-sujeito e efeitos de sentido investigados se relacionam com os lugares discursivos de mídia tradicional e alternativa.

Nesse viés, procuramos entender o funcionamento do político em nosso *corpus*, compreendendo a significação do político como prática ideológica materializada no

âmbito da formulação, isto é, no corpo do texto, “por gestos de interpretação que tomam forma na textualização do discurso” (ORLANDI, 2005, p. 35). Isso implica dizer que, nas páginas de mídias tradicionais e alternativas, os processos de subjetivação e identificação dos sujeitos da rede, bem como de constituição dos sentidos serão analisados em vista de compreender as filiações interdiscursivas produzidas por meio das posições dos sujeitos no espaço digital.

Considerando o contexto da Eleição Presidencial 2018, observamos o funcionamento das mídias tradicionais e alternativas no *Facebook* no período de setembro a dezembro de 2018, tendo em vista que, nesse recorte temporal, as discussões sobre as eleições se tornaram efervescentes e numerosas, já que tal intervalo de tempo remete ao momento anterior à Eleição, à Eleição propriamente dita, e ao período posterior ao resultado do pleito eleitoral.

Em relação ao *corpus*, cabe esclarecer que, ao analisarmos, de forma exploratória, as postagens e comentários nos dois espaços midiáticos acerca do pleito eleitoral, verificamos certas recorrências discursivas em torno das relações entre: i) política e religião; ii) política e corrupção e iii) democracia e ditadura. Para a seleção de nosso *corpus* discursivo, dentre essas relações, elegemos a última, tendo em vista a maior frequência de formulações sobre ela nas postagens e comentários das páginas de mídias alternativas, bem como considerando o apagamento ou atenuação, no espaço das mídias tradicionais, dessa recorrência discursiva, o que possibilitaria uma via de acesso à observação dos confrontos de sentido entre os dois espaços de significação em questão.

Desse modo, pensar as relações entre o político no discurso das mídias jornalísticas digitais nos possibilita refletir sobre o funcionamento dos discursos nessas mídias a partir das diferentes perspectivas que tais grupos midiáticos assumem, construindo gestos de interpretação que põe em confronto os sentidos do político no espaço on-line do *Facebook*. Logo, é nosso intuito é considerar tanto a perspectiva dos produtores/enunciadores das páginas quanto os gestos de interpretação produzidos pelos sujeitos-leitores (internautas).

Só no Brasil, por exemplo, o *Facebook* chega a ter 127 milhões de usuários mensais. Esse número revela o amplo alcance das redes sociais a um público plural e heterogêneo. Nessa esteira, consideramos esta pesquisa relevante dada à importância, na sociedade contemporânea, das novas tecnologias de informação e comunicação para a

construção e reconstrução identitária dos sujeitos sociais e políticos. Conforme Castells (2017, p. 38), a partir da disseminação da Internet, vemos “a construção da autonomia de atores sociais em face das instituições e organizações”. Nesse viés, o espaço digital é concebido como lugar de circulação e confronto de sentidos a partir de posições dominantes, mas também de posições alternativas, cujos confrontos permitem uma compreensão mais ampla e complexa do funcionamento discursivo do/a político/a.

Compreendemos que as páginas de mídias jornalísticas tradicionais e alternativas são espaços relevantes de produção e circulação de sentidos, nas quais os sujeitos posicionam-se diante dos acontecimentos que permeiam a sociedade. Por essa razão, investigar a configuração discursiva dos modos de textualização do político nessas páginas é uma tarefa complexa e instigante, na medida em que, através de nossa pesquisa, podemos entender os processos discursivos imbricados na construção dos gestos de interpretação produzidos num ambiente móvel, heterogêneo e amplo, como é a internet.

Nesse sentido, podemos dizer que o trabalho pode trazer contribuições tanto para o campo teórico, a Análise do Discurso, quanto para a sociedade no geral, uma vez que buscamos colaborar para a reflexão sobre a complexidade do sujeito contemporâneo que se situa historicamente a partir de gestos de interpretação produzidos diante da conjuntura política recente. Além disso, o conhecimento acerca do funcionamento discursivo das mídias tradicionais e alternativas é pertinente na medida em que possibilita a discussão sobre questões que concernem à política, à sociedade, à linguagem e à cultura. Desse modo, compreendemos que nesse novo espaço de significação se delinham práticas sociais vigentes na atualidade, que contribuem para o entendimento das relações de poder dentro da conjuntura sócio-histórica na qual nos encontramos. Mediante essa assertiva, ressaltamos que investigar o político no ciberespaço nos faz entender sobre os lugares de representação de sujeitos que são interpelados pela ideologia e que, por essa razão, têm direções que se especificam na história.

A presente pesquisa foi dividida em cinco capítulos. No primeiro, explanamos nossa compreensão da política e do político em diferentes perspectivas teóricas (RANCIÈRE, 2018; TANSEY; JACKSON, 2015), com ênfase na perspectiva discursiva (CAZARIN, 2005, 2007), bem como apresentamos os conceitos oriundos da Análise do Discurso pecheutiana, ao versar sobre a relação entre língua, discurso e

ideologia, enfatizando a constituição discursiva do sujeito, através dos processos de identificação, contraidentificação e desidentificação apresentados por Pêcheux (2014). Também esclarecemos de que forma entendemos os processos de interpretação na perspectiva discursiva, destacando os modos como os sujeitos textualizam o político diante de determinada conjuntura sócio-histórica-ideológica, e caracterizamos a constituição das posições-sujeito a partir do lugar social e do lugar discursivo, à luz das reflexões de Pêcheux (2008), Grigoletto (2005, 2007), Orlandi (2017, 2005, 1999, 1998), Courtine (2014) e Indursky (2000).

No segundo capítulo, tecemos considerações sobre a relação estabelecida entre o ciberespaço e a mídia, tratando especificamente do *Facebook* enquanto um lugar de produção e circulação/confronto de sentidos e da mídia como um espaço de compreensão da textualização do político. Também nesse capítulo enfocamos as características dos espaços das mídias tradicionais e alternativas, a fim de destacar diferenças quanto ao funcionamento dos lugares discursivos a partir dos quais esses veículos de comunicação produzem sentidos, tendo em vista o contraponto entre as discursividades dominantes e alternativas, principalmente no que concerne a questões de cunho político. Essas discussões foram desenvolvidas por meio das contribuições teóricas de Cardon (2012), Rosa e Santos (2013), Biroli e Miguel (2017) e Castells (2017).

No terceiro capítulo, apontamos o percurso metodológico do nosso trabalho, especificando a natureza da pesquisa, que é de abordagem discursiva, a configuração do *corpus*, na medida em que explicamos de que forma ocorreu a coleta dos dados, bem como trazemos dados números a respeito das postagens e comentários recortados para análise e, por último, esclarecemos os movimentos de análise que foram adotados. Quanto a esses movimentos, o primeiro diz respeito à análise do lugar discursivo das páginas selecionadas; já o segundo se refere à análise das postagens e comentários produzidos nos espaços midiáticos tendo em vista os recortes discursivos realizados.

No quarto capítulo, iniciamos a análise do *corpus* a partir da observação do funcionamento discursivo da textualização do político no espaço das mídias tradicionais. Desse modo, no primeiro movimento de análise, caracterizamos, através das materialidades presentes nas páginas, como foto de perfil, de capa, autodefinição, dentre outros elementos, o funcionamento dos lugares discursivos dos sujeitos dessas mídias. No segundo movimento de análise, focamos nos espaços das postagens e

comentários do grupo midiático tradicional, a fim de compreender os efeitos de sentido produzidos a partir dos lugares discursivos dos sujeitos das páginas. Neste segundo momento, analisamos recortes discursivos referentes ao primeiro turno, segundo turno e após o resultado do pleito eleitoral, tendo como norte, evidentemente, a relação entre democracia e ditadura. Ao fazermos a análise das postagens, nos três recortes mencionados, demonstramos que a textualização do político no espaço das mídias tradicionais se constitui a partir de um movimento de interpretação pautado no efeito de neutralidade desdobrado em três trajetos de sentido: i) democracia estabilizada; ii) tensionamento mínimo entre democracia e ditadura e iii) manutenção da democracia. Na análise dos comentários, consideramos os diferentes modos de identificação, contraidentificação e desidentificação dos sujeitos-leitores com tais efeitos.

No quinto capítulo, nos detemos na análise da investigação do funcionamento discursivo do político nas páginas de mídias alternativas. Desse modo, assim como nas mídias tradicionais, no primeiro movimento de análise, investigamos o lugar discursivo das mídias alternativas a partir das materialidades já mencionadas no parágrafo anterior. Após a demarcação do lugar discursivo, partimos para o segundo movimento de análise, focando na análise das postagens e comentários produzidos pelas mídias alternativas considerando a relação entre democracia e ditadura. As postagens e comentários foram analisados tendo como norte três recortes discursivos concernentes ao primeiro turno, ao segundo turno e após o resultado das eleições. No segundo movimento de análise deste capítulo, abordamos o efeito de militância que caracteriza o espaço da mídia alternativa desdobrado em três trajetos de sentido: i) democracia instável; ii) tensionamento amplo entre democracia e ditadura e iii) efeito de resistência. Dessa forma, explicitamos as posições-sujeito inscritas em formações discursivas e os efeitos de sentido presentes nas formulações políticas a partir das postagens produzidas pelo sujeito midiático alternativo. No que concerne à análise dos comentários, observamos os modos de identificação, contraidentificação e desidentificação com tais trajetos de sentido.

Após os dois capítulos analíticos, apresentamos nossas Considerações Finais sobre o estudo desenvolvido, destacando, dentre outros aspectos, que o sujeito midiático tradicional inscreve-se em uma formação discursiva do consenso, na medida em que busca manter a reprodução da ordem social e considerar a democracia como um regime consolidado, pois, apesar de apontar, em alguns momentos, sentidos de tensionamento entre democracia e ditadura, o sujeito midiático tradicional, partindo do lugar de

neutralidade, busca legitimar o sentido de democracia estabilizada. Já o sujeito midiático alternativo inscreve-se em uma formação discursiva do dissenso, haja vista que coloca em confronto os sentidos entre democracia e ditadura, tensionando-os e assumindo uma posição de denúncia frente aos sentidos de instabilidade democrática que marcaram o processo eleitoral de 2018.

## **1 A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DOS MODOS DE TEXTUALIZAÇÃO DO POLÍTICO**

Neste primeiro capítulo, procuramos propor uma reflexão a respeito das noções basilares da Análise do discurso pecheutiana mobilizadas na presente pesquisa, bem como buscamos tecer considerações a respeito dos sentidos do político e da política articulados à nossa perspectiva teórica. Nesse sentido, este capítulo focaliza as relações do político com a sociedade/história, com o sujeito e com o discurso. Dessa forma, buscamos abordar, no primeiro momento, sobre a política e o político a partir de algumas abordagens sociológicas e filosóficas de autores como Rancière (2018), Tansey e Jackson (2015) e Novaes (2007), articulando-as à abordagem discursiva por nós adotada, através das considerações feitas por Pêcheux (2014), Courtine (2014) e Cazarin (2005). No segundo momento, detemo-nos na compreensão do sujeito em seus movimentos de interpretação, procurando entender, a partir da abordagem discursiva, o processo de leitura e constituição de sentidos feita pelos sujeitos. À medida que explanamos essas questões, traremos considerações sobre como linguagem, discurso, sujeito e sentido são entendidos na vertente pecheutiana. No último momento, discutimos a relação estabelecida entre os lugares sociais e discursivos na constituição das posições-sujeito.

### **1.1 A política e o político: abordagens sociológicas, filosóficas e discursivas**

Dado que nossa pesquisa gira em torno da relação estabelecida entre mídia, política e discurso, necessário se faz esclarecer de que modo concebemos a política, bem como o político neste trabalho. Nesse sentido, a discussão será iniciada a partir de abordagens sociológicas e filosóficas sobre o tema, para, em seguida, articularmos tais perspectivas aos sentidos da política e do político em AD.

Ao direcionarmos nosso olhar para a política, vemos que ela é parte integrante da sociedade, sendo capaz, portanto, de mobilizar o funcionamento das ações propagadas no espaço público. Percebemos, pois, que a política está presente no dia a dia dos sujeitos, seja de forma implícita ou explícita. De acordo com Nogueira (2008, p. 20), “não podemos conceber a política sem o poder”, uma vez que, conforme o autor, o

poder sempre está presente nos fenômenos políticos, seja no sentido de exercê-lo, de conquistá-lo ou de derrubá-lo.

Originando-se na Grécia Antiga, o termo “política” aparece a partir da nomenclatura *politikos*, que significa “algo que pertence aos cidadãos”. É com Aristóteles que vemos a associação da política com a *polis*, isto é, a cidade-Estado. Assim, notamos que a noção de política relaciona-se com o governo e as pessoas. Aristóteles postula que a política se estabelece como certa ordem instituída entre os que habitam a cidade. É essa instituição que passa a organizar, estruturar e ordenar as relações entre as partes (NOVAES, 2007). Entretanto, é preciso ressaltar que, nessa visão proposta por Aristóteles, o cidadão é aquele que participa dos poderes do Estado, sendo assim, nem todos os sujeitos participam da política apresentada pelo filósofo. Mulheres, escravos, estrangeiros e os menores não tinham direito, por exemplo, à cidadania. Nesse contexto, a perspectiva grega não leva em consideração o desigual, partindo de uma visão consensual em torno da política.

Nessa direção, também são formuladas as considerações de Tansey e Jackson (2015) a respeito dos sentidos da política. De acordo com os autores, ligada ao exercício do poder, a política se estabelece na medida em que há a criação de instituições sociais capazes de representar a sociedade, constituindo-se, dessa forma, como uma ação histórica que intervém no funcionamento da esfera pública, ao direcionar o comportamento dos sujeitos no que tange às leis produzidas com o intuito de instaurar os direitos e deveres dos cidadãos. Dessa forma, para os autores, a política relaciona-se, portanto, à luta por interesses de grupos coletivos a fim de alcançar seus objetivos e metas. Mais uma vez, percebe-se que é a noção de consenso que norteia a concepção do que é política, tomando-a como um espaço de igualdade imaginária e, do mesmo modo, desconsiderando a ideia de conflito dentro da estrutura social, conflito esse em torno de questões sociais e econômicas, por exemplo. Nessa visão, não se incorpora, pois, o diferente e o desigual como constituintes da política.

Partindo desse entendimento acerca da política, os autores demonstram que se pode pensá-la por meio de dois sentidos: um restrito e outro amplo. No primeiro, compreende-se a política como sendo aquilo que o governo faz, isto é, as ações governamentais que afetam efetivamente a vida dos sujeitos. No segundo, entende-se a política como um sistema no qual as pessoas exercem poder sobre as outras, ou seja, a

partir das relações sociais se estabelecem hierarquias de poder, seja nos âmbitos familiares, religiosos ou profissionais. Portanto, para os autores,

A política abrange uma ampla gama de situações, em que os objetivos das pessoas variam, mas na qual elas trabalham em conjunto para alcançar as metas que têm em comum e entram em competição quando as metas são conflitantes. Tanto a cooperação quanto a competição envolvem negociação, argumentação e coerção. É provável que a política seja mais uma arte do que uma ciência, e a arte da política pode estar justamente em perceber o potencial para alianças entre diversos grupos em vez de antagonismos (TANSEY; JACKSON, 2015, p. 7)

A partir da citação acima, percebe-se que o sentido atribuído à política parte do pressuposto de que todos os sujeitos teriam o mesmo objetivo a ser alcançado, sendo considerados como iguais socialmente. Em nossa visão, essa noção assim formulada produz a ideia de consenso quanto à significação da política. Esse posicionamento recai na questão de que, nessa lógica da igualdade (do mesmo), se apaga o diferente, portanto, há o esquecimento/apagamento, pois, do dissenso.

Desse modo, assim como na noção de política de Aristóteles, aqui, conforme Tansey e Jackson (2015), se vê um conceito de política que leva em consideração muito mais a “aliança entre os diversos grupos”, sugerindo a ênfase no caráter homogeneizador da política em detrimento do aspecto heterogêneo/diferente de pensar a política através da lógica do dissenso, isto é, de pensar que, na sociedade, são diversos os sujeitos e diversas as posições que os mesmos assumem, conforme a distribuição desigual e contraditória dos lugares sociais. Dessa forma, é preciso considerar a existência de posições conflitantes, de objetivos que, por vezes, podem ser antagônicos.

Na perspectiva defendida pelos autores, a ideologia encontra-se como aspecto orientador da atividade política. Nesse viés, para Tansey e Jackson (2015, p. 79), o “propósito por trás da ação política é o de alcançar um ideal maior para além dos próprios interesses. A ideologia [...] age como a bússola que norteia a atividade política”. Nesse sentido, percebe-se que toda atividade política é permeada por uma ideologia. Tansey e Jackson (2015, p. 80) consideram a ideologia como sendo “qualquer conjunto mais ou menos coeso de princípios políticos”. Os autores remetem-se a uma ideologia que é, também, conduzida por um conceito de consenso em torno da política, uma vez que se entende por ideologia um ideal igual, comum, a ser “aplicado” a todos.

Entretanto, para além da noção de política sob o norte do consenso, outros teóricos concebem a política de modo diferente. Novaes (2007), por exemplo, no livro

“O esquecimento da política”, traça um apanhado histórico, destacando os estudiosos que tratam desse tema. Assim, pautando-se nas ideias de Maquiavel,

Toda sociedade, diz ele, é atravessada por uma divisão originária entre o desejo dos grandes de oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado – os grandes são movidos pelo desejo de bens, e o povo, pelo desejo de liberdade e segurança. A grande ruptura consiste, pois, em tomar como ponto de partida para pensar a política não a ideia clássica de comunidade, mas a ideia de sociedade dividida (NOVAES, 2007, p. 14).

Como podemos perceber na afirmação acima, a política é pensada enquanto uma sociedade dividida, pois, sendo desenvolvida a partir das ações dos sujeitos, irão existir aqueles que desejam oprimir, isto é, dominar, e aqueles que não querem ser dominados, prezando pela liberdade. Dessa forma, Novaes (2007) nos lembra que é preciso pensar a política como dissenso, ou seja, enquanto desentendimento, e não como consenso, haja vista que a política é entendida como a tomada de posição em relação à divisão social. Aqui, percebemos que os sentidos da política se dirigem não para a ideia de comunidade enquanto algo homogêneo, mas, sim, para a noção de sociedade que se constitui por uma divisão entre partes que não são iguais.

Nesta esteira, percebemos que, na sociedade, isto é, na esfera pública, a política se institui por meio do poder, na medida em que “o poder do homem sobre o homem é uma espécie de forma primária de poder, aquela que celebra a vitória do forte sobre o fraco, do superior sobre o inferior, do senhor sobre o escravo” (NOGUEIRA, 2008, p. 18). Nesse sentido, é possível afirmar que, havendo a existência de sujeitos na sociedade, há, também, a instituição da política nas cenas públicas que se apresentam no espaço social.

Também nessa linha de raciocínio, Rancière (2018, p. 21) parte da ideia de que a política se constitui como um sistema dividido, composto por partes. Segundo o autor, essa divisão da comunidade é feita de forma desigual. Assim, a política “diz respeito a uma contagem das ‘partes’ da comunidade, que é sempre uma falsa conta, uma dupla contagem ou um erro de conta”. Isso implica dizer, basicamente, que a política se institui a partir do surgimento da parte dos sem-parte (os pobres), isto é, os subordinados, aqueles que passam a ser contados nesse sistema dividido. Dessa forma, é possível afirmar que a política é capaz de fazer “os pobres” (como uma categoria dos “sem-parte”) existirem enquanto entidade (RANCIÈRE, 2018). Nessa perspectiva, percebemos, nas reflexões de Rancière (2018), uma posição diferente da visão da

política na Grécia Antiga, uma vez que o autor conceitua a política a partir do viés do dissenso, no qual se instaura o litígio.

Nessa esteira, Rancière (2018) alega que a instituição da política se dá quando há uma quebra na ordem natural da dominação, ou seja, quando a parte dos sem-parte começa a reivindicar seus direitos dentro da comunidade:

O litígio em torno da contagem dos pobres como povo, e do povo como comunidade, é o litígio em torno da existência da política, devido ao qual há política. A política é a esfera de atividade de um comum que só pode ser litigioso, a relação entre “partes” que não passam de partidos e credenciais e títulos cuja soma é sempre desigual ao todo (RANCIÈRE, 2018, p. 29).

É possível dizer, portanto, que a política se instaura através do litígio, isto é, do conflito de interesses dentro da comunidade. Tal confronto pode ser visto a partir das hierarquias sociais que são estabelecidas no espaço público. Para Rancière (2018, p. 33), “a instituição da política é idêntica à luta de classes. A luta de classes não é o motor secreto da política [...] ela é a própria política, a política tal como a encontram”. Logo, é no confronto de posições, na divisão social que é sempre desigual, que se institui a política através do dissenso.

Nessa discussão sobre o entendimento acerca da política, Rancière (2018) faz uma produtiva distinção entre o que ele chama de “polícia” e “política”. O autor define a “polícia” como sendo uma lei implícita capaz de organizar os poderes, bem como de distribuir os lugares e as funções dos sujeitos. A instituição dessa lei se dá através das funções que o Estado assume na sociedade. Dessa forma, a polícia seria a lei que define “a parte ou a ausência de parte das ‘partes’” (RANCIÈRE, 2018, p. 43). Logo, a polícia estaria relacionada a uma espécie de norma que, implicitamente, institui o lugar dos sujeitos na sociedade, numa ordem “natural”<sup>2</sup>.

Já a “política” é entendida por Rancière (2018, p. 43) como uma atividade humana capaz de romper com a ordem natural das coisas, na qual se desloca o “corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o ruído”. Vemos, pois, que

---

<sup>2</sup>Aqui, podemos remeter o conceito de “polícia”, proposto por Rancière (2018), ao que nos diz Orlandi (2005) sobre as formas de individualização do sujeito pelo Estado, isto é, o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, individualiza a forma sujeito histórica, produzido diferentes efeitos no processo de identificação do sujeito.

a política se define de modo antagônico à “polícia”. Enquanto esta última visa à reprodução de uma ordem “natural”, a política se desenvolve por meio do rompimento com essa ordem, através de um deslocamento da parte dos “sem-parte”. Esta começa a reivindicar o direito de, também, existir, de fazer parte da contagem, embora tal contagem seja sempre desigual.

Até aqui, vimos dois modos de se entender a política: inicialmente, a partir do consenso e, posteriormente, através do dissenso. No primeiro caso, trouxemos as reflexões feitas por Aristóteles, na Grécia Antiga, bem como as discussões de Tansey e Jackson (2015), em que a política é considerada por meio de um caráter homogêneo, no qual se deixa de lado questões referentes ao jogo conflitual entre diferentes sujeitos e sentidos, enfatizando-se, desse modo, o fato de a política buscar universalizar os objetivos e posições dos sujeitos na sociedade, como já explanamos.

No segundo caso, através das considerações feitas, principalmente, por Rancière (2018), a política é definida através da ordem do dissenso, isto é, se pensa na constituição da política por meio do litígio. Isso implica dizer que, aqui, a concepção de política está atrelada ao fato de que se considera, também, o desigual, o diferente, na construção da concepção de política. Desse modo, é no confronto entre a “polícia” e a política que se estabelecem as posições políticas.

Por meio das concepções discutidas a respeito da política até aqui, constatamos que a mesma se desenvolve a partir da lógica da igualdade e da diferença, uma vez que, com a primeira, os homens podem compreender-se entre si, e, com a segunda, os homens são capazes de utilizar do discurso e da ação para se fazerem entender (CAZARIN, 2007).

Após compreendermos essas duas formas de configuração da política, vamos pensá-la pelo viés discursivo. Para isso, necessário se faz deixarmos claro alguns elementos essenciais da AD pecheutiana.

Pêcheux (2014), em seu livro *Semântica e Discurso*, nos ensina que o discurso precisa ser pensado através dos aspectos sociais e ideológicos que o determinam. Assim, compreender a política pela perspectiva discursiva implica considerar, em primeiro lugar, a noção de ideologia.

Retomando as discussões de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), Pêcheux (2014) nos diz que estes aparelhos constituem a cena da luta ideológica de classes, na medida em que, através deles, temos a constituição das condições

ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. Nessa perspectiva, como nos diz Pêcheux (2014, p. 130), baseado em Althusser, vemos que “as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas”. Logo, são nas práticas sociais e discursivas que a ideologia se estabelece.

Cunhando, pois, o conceito de formações ideológicas, Pêcheux (2014) postula que, em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe

sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter regional e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a maneira de se servir deles – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem - , o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (luta de classes) na Ideologia. (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.132, grifos do autor).

Nesse sentido, considerar a política a partir do viés discursivo implica refletir sobre uma cena pública na qual está presente a luta ideológica de classes. E, uma vez que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, é através dessa interpelação que as relações e os confrontos de sentidos entram em jogo na sociedade e na história.

Desse modo, podemos dizer que as considerações produzidas por Rancière (2018), em certa medida, coadunam com as discussões postuladas pela AD pecheutiana, haja vista que, em nossa perspectiva, os sujeitos e os sentidos são divididos, especificando-se na história. Nesse sentido, os aparelhos ideológicos funcionam como lugar e meio da reprodução/transformação das condições de produção. Logo, podemos dizer que a cena política se constitui como espaço possível de consenso e, também, de dissenso.

Pêcheux (2014, p. 133) assinala que o aspecto ideológico da luta para a “transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, novas relações de desigualdade-subordinação”. Desse modo, vemos que a instauração da política na sociedade, feita por e para sujeitos, admite a complexa relação de desigualdade e subordinação numa formação social dada. As formações ideológicas são, dessa forma, materializadas a partir das formações discursivas, nas quais, os indivíduos, interpelados em sujeitos pela ideologia, filiam-se a certas posições e sentidos e geram, na cena pública e discursiva, confrontos entre forças políticas. Podemos, pois, entender a ideologia como sendo um modo de interpretação do mundo e do outro, produzindo posições/pontos de vista para essas interpretações.

Nessa direção, Cazarin (2005, p. 58), pautando-se em Arendt, e entendendo que a ação é mediada/constituída pela ideologia, postula que “a ação só significa quando acompanhada pelo discurso, pois nenhuma atividade humana precisa tanto do discurso quanto a ação”. Assim,

É por intermédio do discurso sobre as questões do mundo em comum que a ação assume caráter político específico, que se manifesta no espaço público (esfera pública). Esse espaço, essa cena pública, resulta justamente da pluralidade – da ação em conjunto, constitutiva do próprio espaço público. Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim se apresentam ao mundo humano, através da cena pública que nunca é consensual, pois tem espaço para o dissenso (CAZARIN, 2005, p. 58).

É possível perceber, desse modo, que a cena pública é um espaço propício para que as forças políticas sejam representadas através do discurso. É nesta cena, constituída também pelo dissenso, que os sujeitos e os sentidos se significam. A partir da cena pública, que se instaura no espaço social, vemos a constituição de uma cena discursiva e é nesta cena discursiva que se produzem os sentidos do político.

Na esfera pública, os sujeitos revelam suas identidades e, muitas vezes, entram em conflito, gerando o desentendimento, que é próprio da cena pública. Assim como a linguagem, a atividade política, ancorada no desentendimento, dispõe do conflito em seu interior. Cazarin (2005, p. 59), ao discutir a abordagem de Rancière (2018), diz que “o desentendimento é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que também diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não entende, de modo nenhum, que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura”. Dito de outro modo, o desentendimento ocorre quando os gestos de interpretação produzidos pelos sujeitos diante de um mesmo objeto/enunciado podem apresentar sentidos outros, a depender da formação discursiva na qual o sujeito está inscrito.

Dessa forma, Cazarin (2005) declara que, a partir do desentendimento, dois efeitos tendem a aparecer: a diferença e a divergência. A primeira é entendida como sendo vários pontos de vista que não são iguais, ou seja, que apresentam diversidade; já a segunda é tomada enquanto discordância, isto é, como pontos de vista/posições antagônicos/as acerca de uma mesma questão. Isto posto, vemos que a instituição do litígio é perpassada por uma heterogeneidade de posições dos sujeitos que entram em conflito na esfera pública.

Partindo da perspectiva de Rancière (2018), Cazarin (2005) afirma que é através do jogo do litígio, ou seja, do conflito, que se institui a cena política. Esse jogo refere-se à existência e ao modo de funcionamento das partes dentro da comunidade. E é aí que entra em questão o lugar do político. Isso porque, para a autora, o político é “representado pela cena das forças políticas construída pelo discurso” (CAZARIN, 2005, p. 65). Assim, é através da cena discursiva de interlocução que visualizamos a construção dos sentidos do político. O político passa a ser representado, então, mediante a cena formada na esfera pública. Por meio dessa cena, se instaura a cena discursiva. É nesta última que podemos compreender o funcionamento dos sentidos produzidos pelos sujeitos.

O discurso se constitui, portanto, como o lugar de funcionamento do político enquanto representação imaginária/ideológica das forças políticas em litígio, em uma conjuntura histórica ou contexto dado. Logo, em nossa pesquisa, de viés discursivo, não é o foco de nossa pesquisa analisar a política enquanto sistema que demarca as ações governamentais, mas, sim, o funcionamento do lugar e da significação do político nas cenas discursivas de interlocução. Dessa maneira, é interessante ressaltarmos que há certa aproximação entre os termos “política” e “político”, contudo, eles não são tomados igualmente como sinônimos, uma vez que a política está para o lado da cena pública em que as forças políticas são instauradas, enquanto que o político diz respeito aos sentidos produzidos na cena discursiva, na qual, ao inscreverem-se em formações discursivas, os sujeitos assumem posições no discurso e produzem efeitos de sentidos.

Diante disso, ao se estudar o político, é elementar que se compreenda a dinâmica do conflito que se instaura através das práticas realizadas no espaço público. Por essa razão, em AD, nos preocupamos em entender como um discurso funciona, ou seja, como efeitos de sentidos são produzidos no discurso. Portanto, quando pensamos no político, consideramos que o sentido é sempre dividido e sua direção é especificada na história, através da ideologia enquanto efeitos no jogo político de posições num espaço comum (CAZARIN, 2005; ORLANDI, 2010).

Nesse sentido, de acordo com Cazarin (2005, p. 67), “os discursos políticos situar-se-iam em uma margem entre a vida política, tal como se desenvolve nas instituições políticas, e a cena de representação das forças políticas”. Dessa forma, a significação do político é produzida no entremeio entre as instituições políticas e sociais e a representação das forças políticas, que se constrói através do discurso.

Nessa mesma esteira, Rancière (2018) declara que as ações assumem um caráter político não apenas pelo objeto da ação ou pelo lugar onde a ação ocorre, mas, sim, pela forma como a ação é construída, na medida em que se enxerga, nesta ação, a instituição do litígio, ou seja, de uma “comunidade” (“um comum”) que existe tão somente pela divisão.

Conforme percebemos, a cena política se constitui num paradoxo que coloca o desentendimento (litígio) como foco central dentro do espaço público. Os sentidos do político aparecem, assim, quando há um encontro da lógica policial, aquela que define a parte ou a ausência de parte das “partes” e da lógica igualitária, que busca amenizar essa ausência de partes.

Dessa forma, pensar na linguagem como manifestação do político implica considerar que

o político está no fato de que os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora “pareçam” os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam estas divisões (ORLANDI, 2005, p. 21)

Orlandi (2005, p. 47) ainda pontua que, na verdade, “o político, finalmente, está na forma de (se) significar a (na) sociedade, o (no) social, produzindo-se diferentes direções de sentido”. Essa questão do político nos possibilita compreender que é por meio das práticas discursivas que podemos entender a cena pública, visualizando, assim, as posições discursivas político-ideológicas que estão em jogo na instauração da política.

Na figura 1, a seguir, podemos melhor entender como se dá a relação entre o espaço social e o espaço discursivo na constituição da cena pública (política) e da cena discursiva:

**Figura 1** - Relação entre espaço social e espaço discursivo.



**Fonte:** produzida pela autora.

É a partir do imbricamento entre esses espaços, o social e o discursivo, que podemos compreender o funcionamento dos sentidos do político. Na relação entre consenso e dissenso, o político se constrói na sociedade, inclusive, no espaço digital.

Em nossas reflexões, pudemos constatar, então, como a política e os sentidos do político são importantes para a vida em sociedade e para o entendimento das relações de poder que perpassam a vida dos sujeitos. Portanto, analisar criticamente e refletir sobre a atividade política e acerca da significação do político nos faz compreender o funcionamento das instituições sociais, bem como a forma como os sujeitos produzem sentidos a partir do contexto sócio-histórico-ideológico do qual enunciam.

Assim, a cena pública e a cena discursiva se constituem como espaços de funcionamento dos discursos, fazendo os sujeitos se significarem de acordo com as relações de força e de sentido construídas em determinadas condições de produção.

Na próxima seção, traremos considerações sobre o processo de interpretação pelo viés discursivo, abordando os modos como o sujeito se subjetiva ao produzir gestos de interpretação no ciberespaço.

## **1.2 O processo de interpretação na perspectiva discursiva: identificação, deslocamento e ruptura**

A Análise do discurso pecheutiana se configura como uma corrente teórica que entende os sentidos não enquanto meros conteúdos, mas, sim, como processos articulados ao social, à história e à ideologia. Isso implica dizer que, como nos ensina

Orlandi (2015, p. 50), a linguagem, em *Análise do Discurso*, se constitui pela incompletude, uma vez que “nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo de entremeio, da relação, da falta, do movimento”. Dessa forma, pretendendo compreender o funcionamento do discurso, entendido como “efeito de sentidos entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1969, p. 82), investigamos as maneiras de significar, as formas como os sujeitos constroem seus gestos de interpretação, nos quais há uma relação entre linguagem e exterioridade, bem como entre estrutura e acontecimento.

Nessa perspectiva, para entendermos as bases da teoria materialista do discurso, é preciso considerar a tese, formulada por Althusser e retomada por Pêcheux (2014), de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito, como explicamos na seção anterior. A noção de ideologia é, pois, fundamental para que compreendamos os processos de interpretação na perspectiva discursiva.

A partir da relação entre a língua/discurso e ideologia, ocorre a produção de representações de sentidos que encerram ao mesmo tempo efeitos de evidências e abertura para o equívoco. Assim, de acordo com Pêcheux (2014, p. 291), a *Análise do Discurso* não pretende instituir-se como especialista da interpretação, mas, sim, pretende construir procedimentos “expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito”.

A ideologia, dessa forma, é observada através de sua materialização na língua, ou seja, a partir do discurso. Para Pêcheux (2014, p. 140) “a questão da constituição do sentido se junta à da constituição do sujeito [...] na figura da interpelação”. Por isso, dizemos que, ao significar, o sujeito se significa. Sujeito e sentido são constituídos mutuamente a partir da ideologia. Nesse processo, os sujeitos têm a ilusão de ser origem do seu dizer, através da evidência de sentidos ocasionada pelo efeito da ideologia.

Entretanto, considerando que o social, o histórico e o ideológico são elementos primordiais no processo de constituição de sujeitos e sentidos, é pelo interdiscurso que os sentidos são significados. Por interdiscurso, entendemos “aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2015, p. 29). Com isso, queremos dizer que os discursos produzidos pelos sujeitos, através da linguagem, não são originais, mas partem de uma memória discursiva, isto é, de um discurso outro, proferido, anteriormente, em outro lugar. É o já-dito que está na base do dizível, que sustenta cada tomada de palavra.

Dessa forma, o discurso perpassa um lugar de reflexão que se processa na língua e na história, constituído por sua materialidade linguística e pela ideologia. Nesse sentido, o que prevalece no funcionamento da linguagem (discurso) é a contradição, a tensão, o conflito. Os enunciados são atravessados pela repetição, mas, também, pelos deslocamentos, pois sempre há a possibilidade de se tornarem outros, de adquirirem novos sentidos, sendo expostos ao equívoco da língua.

De acordo com Orlandi (2005), os processos de produção do discurso levam em consideração três momentos: i) sua constituição, por meio da memória do dizer, fazendo intervir o contexto ideológico mais amplo; ii) sua formulação, na medida em que temos as condições de produção e as circunstâncias de enunciação específicas e iii) sua circulação, que acontece a partir de certa conjuntura e segundo certas condições.

Por meio de tais movimentos, vê-se, pois, que pensar a língua discursivamente é pensar, também, a ideologia, a história e o inconsciente enquanto fatores constituintes do discurso, do sujeito e do sentido. Orlandi (2017) nos lembra que a ideologia é definida como prática, não sendo resultado de uma aprendizagem e, conseqüentemente, não sendo consciente. Dessa forma, entendemos que a ideologia é (re)produzida tendo em vista as práticas discursivas dos sujeitos. Logo, o sujeito da AD é constituído historicamente através da interpelação do indivíduo em sujeito feita pela ideologia.

As formações ideológicas se materializam a partir das formações discursivas. Para Pêcheux (2014), a formação discursiva se define como aquilo que pode e deve ser dito numa formação ideológica dada, isto é, a partir de dada posição em determinada conjuntura sócio-histórica. Através da inscrição dos sujeitos em determinada formação discursiva (FD), os sentidos passam a fazer sentido. Desse modo, como nos ensina o teórico, os sentidos das palavras, expressões, proposições etc não são pré-estabelecidos, isto é, não são dados *a priori*, mas se determinam através das posições ideológicas colocadas em jogo numa conjuntura dada. Isso implica dizer que são nas FDs que os sentidos se constituem, isto é, se determinam.

Os processos de interpretação, portanto, decorrem da inscrição do sujeito em uma formação discursiva e não em outra. Nessa perspectiva, como pontua Orlandi (2015, p. 41), as palavras não têm um sentido nelas mesmas, “elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas”. Assim, é por meio da FD que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. O

sentido, pois, não é tomado como conteúdo, mas é pensado como um efeito decorrente da ideologia presente no interior de diferentes formações discursivas.

Na formação discursiva, se encontra a forma-sujeito, isto é, a forma de existência histórica do sujeito, também chamado de sujeito do saber de determinada FD. Nessas condições, ao enunciar, o sujeito inscreve-se em uma FD e produz sentido no interior dessa FD, bem como em relação às outras FDs. Nesse ponto de nossa discussão, faz-se necessário dizer que, anteriormente, Pêcheux entendia a FD de maneira fechada, como se fosse uma região de sentidos homogênea, na qual os sujeitos inscreviam-se. Todavia, Indursky (2000) ressalta que a formação discursiva, posteriormente,

é concebida, igualmente, como heterogênea e, se ela o é, então a forma-sujeito que a organiza é dotada de heterogeneidade em relação a si mesma, o que significa afirmar que a forma-sujeito abriga a diferença e a ambiguidade em seu interior. Só assim é possível pensar uma formação discursiva heterogênea que continua comportando um sujeito histórico para ordená-la. De tal modo que é possível pensar esse sujeito como um sujeito dividido entre as diferentes posições sujeito que sua interpelação ideológica lhe faculta (INDURSKY, 2000, p. 75-76).

A partir da aceção da FD dotada de heterogeneidade, é possível observar posições-sujeito no interior das FDs. Cazarin (2007) concebe a posição-sujeito como sendo um constructo teórico que, no processo discursivo, imaginariamente representa o *lugar* em que os sujeitos estão inscritos na estrutura de uma formação social<sup>3</sup>. Nessas condições, vemos que “o sujeito, ao mobilizar uns e não outros saberes para enunciar, já o faz determinado por esse lugar social, capaz de administrar as diferenças internas e, ao mesmo tempo, dar-lhes um efeito de unidade discursiva” (CAZARIN, 2007, p. 109).

A tomada de posição, que ocorre no interior da FD, é um efeito da determinação histórica que se dá a partir do interdiscurso. Entendendo o interdiscurso como o já dito, vemos que no interior da FD existe uma relação entre o sujeito-enunciador e o sujeito da FD, isto é, o sujeito universal, constituído pela forma-sujeito e suas posições. A partir dessa relação, conforme nos sinaliza Pêcheux (2014), o sujeito pode assumir diferentes modalidades de interpelação, a saber: a identificação, a contraidentificação e a desidentificação.

Na primeira, a identificação-superposição, o sujeito do discurso se identifica com o sujeito universal da FD (a forma-histórica), produzindo, portanto, uma relação de aliança, ao convergir com o sujeito universal da FD na qual se inscreve. Nessa

---

<sup>3</sup> Mais adiante, no próximo tópico, abordaremos uma discussão detalhada sobre o lugar social, o lugar discursivo e a posição-sujeito.

modalidade, o sujeito está assujeitado “sob a forma do ‘livremente consentido”” (INDURSKY, 2000, p. 72). Se pensarmos na relação encontrada nas páginas de mídias tradicionais e alternativas entre o político e o religioso, por exemplo, podemos perceber que há posições-sujeitos, na seção de comentários, que se inscrevem em uma FD religiosa, estabelecendo um modo de adesão entre o sujeito universal religioso e o sujeito do discurso.

Na segunda, temos a contraidentificação, isso porque o sujeito do discurso, por meio de uma tomada de posição, se contrapõe ao sujeito universal, isto é, à forma-sujeito. Diferentemente da primeira modalidade, nesta segunda, encontramos uma separação, um conflito, uma contestação, uma revolta em relação ao que “diz” a forma-sujeito. Neste sentido, o sujeito discursivo distancia-se do que é imposto pela formação discursiva. No entanto, tal sujeito apenas se contraidentifica com a FD, isto é, se desloca, produzindo uma relação de divergência através das formulações discursivas que produz. A partir daí, nós vemos que se instaura o espaço para a diferença e a desigualdade dentro de uma mesma formação discursiva. Nas páginas que selecionamos, por exemplo, encontramos muitas postagens sobre corrupção, nas quais os gestos de interpretação produzidos pelos sujeitos-leitores (internautas) mostram um conflito, uma divergência no interior de determinada FD, ocasionando em diferentes posições anticorrupção.

Na terceira, a desidentificação, o sujeito do discurso se desidentifica de uma FD e sua forma-sujeito com o intuito de conduzir sua identificação para outra formação discursiva diferente da anterior. Aqui, evidenciamos uma relação de antagonismo, já que há um rompimento do sujeito com a FD em que está inscrito. Sobre esta última modalidade, Indursky (2000) ressalta, pautando-se no que diz Pêcheux, que, a partir dessa desidentificação, a ideologia não desaparece, mas, sim, funciona de certa maneira às avessas, isto é, sobre e contra si mesma. Vemos, pois, que, na terceira modalidade, ocorre uma ruptura com a FD, decorrendo em um deslocamento-rearranjo do assujeitamento, uma vez que o sujeito inscreve-se em outra formação discursiva. Um exemplo que pode ser pensado em relação a esta terceira modalidade é quando o sujeito se desidentifica com uma FD conservadora e passa a identificar-se com uma FD progressista.

Esses movimentos são produzidos por sujeitos afetados pelo inconsciente de vários modos e revelam que compreender o funcionamento de um discurso político

implica considerar, dentro da produção de sentido, os jogos que são feitos, através da linguagem, entre diferentes posições-sujeito e as formações discursivas nas quais tais sujeitos, imaginariamente, estão inscritos (CAZARIN, 2013). Portanto, a produção de sentidos do político, nas redes sociais, contribui para que os sujeitos assumam identidades políticas, a partir da representação da cena das forças políticas construídas pelo discurso (RANCIÈRE, 2018).

Com base nessas considerações sobre o sujeito e seus movimentos no interior da formação discursiva, pudemos perceber que o sujeito, interpelado pela ideologia, pode assumir posições de identificação, contraidentificação (deslocamento) e desidentificação (ruptura). Tais posições são visualizadas através dos gestos de interpretação produzidos pelos sujeitos.

Desse modo, refletir sobre os movimentos de interpretação implica considerar, como pontua Orlandi (2005), que não há sentido sem interpretação. Assim, pensar o discurso materializado nos textos nos leva a perceber como o texto funciona discursivamente, uma vez que:

A questão do sentido torna-se a questão da própria materialidade do texto, de seu funcionamento, de sua historicidade, dos mecanismos dos processos de significação. A análise do discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique (ORLANDI, 2005, p. 21).

Assim como os sentidos são abertos, a interpretação também não se fecha. Os sujeitos, na prática de produção de sentidos, têm uma ilusão de fechamento da interpretação, como se esta fosse única, contudo, os gestos de interpretação são construídos a partir de condições sociais, históricas e ideológicas que permitem a evidência das posições dos sujeitos. Orlandi (2005, p. 22) ainda assegura que “o sujeito é a interpretação. Fazendo significar, ele significa. É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito de literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá”.

Logo, ao associarmos a interpretação a questões que envolvem a política, enxergamos uma divisão de sentidos que é própria do fazer político. Como vimos, Rancière (2018) concebe a política como uma contagem das “partes” de uma comunidade (a esfera pública), que é sempre uma contagem desigual. A esse respeito, entendemos, assim, que o sujeito (do) político, no espaço on-line, constrói o processo de

significação de sentidos numa cena discursiva em que se instaura o litígio, ou seja, o conflito de interesses.

Em nossa pesquisa, compreendemos que o sujeito, nas redes sociais, assume um duplo movimento quanto à leitura. Ele é tanto um leitor do político, uma vez que produz gestos de interpretação sobre fatos políticos ocorridos na sociedade, participando, assim, das disputas interpretativas na esfera virtual; quanto um autor-leitor político, haja vista que esses gestos de interpretação produzidos o constituem como sujeito político, revelando, através do discurso, interesses individuais e coletivos (filiações ideológicas) no que diz respeito às práticas políticas vigentes na comunidade em que vive.

Como vimos em nossas discussões, a interpretação feita pelos sujeitos implica em uma determinação histórica nos processos de significação e é justamente o funcionamento dessa determinação que nos interessa ao pensarmos em analisar o funcionamento do político a partir das redes sociais (ORLANDI, 2005). São as formas de interpelação-identificação do sujeito pela/com a FD que revelam as posições assumidas pelos sujeitos no momento da leitura do político.

Para exemplificarmos essas relações a partir do nosso *corpus*, vemos que as postagens são guiadas por um gesto de interpretação já feito pelo sujeito-enunciador (autor) das páginas (esse sujeito também já é afetado pela mídia jornalística empregador, cuja FD determina o que pode e deve ser dito nas postagens) e, em contraponto, os sujeitos-leitores (internautas) entram em diálogo/confronto com as posições dos sujeitos-enunciadores dessas páginas. Nesse processo, os internautas, na formulação de gestos de interpretação, podem se identificar, se deslocar ou mesmo romper com a posição assumida nas postagens. Essa produção de sentidos, feita tanto pelos sujeitos das mídias, quanto pelos sujeitos internautas é perpassada por condições sócio-histórico-ideológicas nas quais os sujeitos enunciadore e leitores estão inseridos.

Assim, percebemos que, ao falar de produção de discursos na perspectiva da AD, estamos tratando das determinações históricas que implicam na construção dos gestos de interpretação. Logo, podemos dizer que há uma intrínseca relação entre leitura/memória/historicidade, pois, para produzir sentidos, o sujeito inscreve-se em determinada formação discursiva, formulando gestos de interpretação a partir do interdiscurso, isto é, da memória discursiva. Nessa esteira, o político é, então, textualizado no âmbito on-line do *Facebook*, tanto no espaço das postagens, em que o sujeito enunciador explicita sua posição, quanto na seção de comentários, na qual os

sujeitos internautas têm a possibilidade de (se)significar através da construção dos sentidos do político.

Nesse momento, entra em cena o jogo entre os processos parafrásticos e os polissêmicos. Os primeiros são aqueles nos quais em todo dizer há algo que se mantém, ou seja, são aqueles guiados pela memória discursiva, são os gestos de interpretação que partem do já-dito. Já os segundos dizem respeito ao deslocamento, à ruptura de processos de significação (ORLANDI, 2015). Enquanto a paráfrase está para o lado da estabilização do dizer, a polissemia está atrelada à desestabilização. Dessa forma, os gestos de interpretação formulados pelos sujeitos se desenvolvem nessa tensão entre o mesmo e o diferente, entre a memória discursiva e a ressignificação do dizer.

Sujeitos e sentidos, pois, se movimentam nessa relação de forças, fazendo seus percursos através da linguagem e (se) significando. No caso de nosso *corpus* de análise, observamos que a relação de forças se dá através do jogo tenso entre os sentidos conservadores e os sentidos progressistas. Nessa esteira, Orlandi (2015, p. 36) nos lembra que “esse jogo entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre o simbólico e o político. Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos.”

Desse modo, ao falarmos de gestos, na perspectiva discursiva, é importante destacar que os estamos considerando como atos ao nível simbólico. “Ser considerado como ato ao nível simbólico é o mesmo que dizer que o gesto significa que não há linguagem sem interpretação (ORLANDI, 2005, p 68). Assim, é na interpretação feita a partir da materialidade significativa dos textos que nós vemos emergir a constituição dos sujeitos e dos sentidos em relação ao político.

Os processos de interpretação no ciberespaço permitem que o jogo, feito na linguagem, entre a presença e a ausência de (não) ditos ocorre de modo heterogêneo. Queremos dizer, dessa forma, que, dada as condições de produção do discurso, que levam em conta o efeito da tecnologia e o cenário da Eleição, o sujeito (do) político é afetado pela dinamicidade do aparato tecnológico e, também, posiciona-se, no *Facebook*, construindo sentidos e identidades no ciberespaço.

Dias (2018), quando pensa no entrelaçamento do sujeito e com a tecnologia, no processo de constituição de sentidos, declara que:

Perguntar pelo sujeito e pelos processos de subjetivação que o constituem na sociedade significa perguntar pelo funcionamento da linguagem e da ideologia, em um primeiro movimento; e pelos discursos constituídos em

determinada formação social, histórica e com suas formas institucionais e políticas, em um segundo movimento (DIAS, 2018, p. 50).

Assim, é a partir desses dois movimentos que podemos perceber o modo de constituição dos sujeitos e dos gestos de interpretação que constituem seus discursos, uma vez que temos, inicialmente, o processo de interpelação do indivíduo em sujeito, pela linguagem e pela ideologia, e, também, temos o processo de individualização do sujeito, por meio dos discursos a partir dos quais o sujeito se identifica e posiciona-se na sociedade.

Partilhamos da ideia de que é através da interpretação que o sujeito significa os sentidos e a si mesmo, ao passo que o gesto de interpretação está alicerçado em formações ideológicas que se materializam por meio da inscrição dos sujeitos em determinadas formações discursivas. Sabendo, então, que, na perspectiva discursiva, o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, as posições assumidas pelos sujeitos no discurso são capazes de revelar as identidades de tais sujeitos e, com isso, mostrar, tendo em vista as posições assumidas, como funcionam discursivamente os modos de textualização do político no âmbito digital.

A linguagem se relaciona, dessa forma, com os modos de produção social, isso porque é impossível haver discurso sem sujeito, e sujeito sem ideologia. Assim, ao pensarmos no elo entre o texto e a leitura na constituição dos sentidos, vemos que, através da textualização, o sujeito se ancora em um e não em outro sentido. Esse movimento, feito de maneira inconsciente, nos faz perceber que, diante de um texto, podemos ter diferentes leituras possíveis.

É importante salientar ainda que

O texto mostra como se organiza a discursividade, como o sujeito está posto, como ele está significando sua posição, como a partir de suas condições [...] ele está praticando a relação do mundo com o simbólico, materializando sentidos, textualizando, formulando, breve, “falando”. E a leitura percorre esse processo (ORLANDI, 2005, p. 67).

Portanto, pensar nos processos de interpretação implica considerar que a mesma é o lugar próprio da ideologia e é materializada pela história. Nessa esteira, a interpretação se constitui como lugar do político, isso porque a interpretação implica numa prática discursiva que intervém no mundo e no real do sentido.

Na próxima seção, abordamos, de forma detalhada, a respeito das relações estabelecidas entre os lugares sociais, discursivos e as posições que os sujeitos assumem ao interpretar o político.

### **1.3 Do lugar social ao discursivo: entendendo a constituição das posições-sujeito no espaço on-line do *Facebook***

Como já vimos nas seções anteriores, sabemos que o enfoque dado ao sujeito, na AD, parte do simbólico, uma vez que se entende que o sujeito não é apenas empírico, mas que se constitui a partir da relação com a linguagem e com a ideologia. Desse modo, em nossa perspectiva, buscamos compreender o sujeito do discurso, isto é, o indivíduo, afetado pela ideologia, que se constitui como sujeito. Através da interpelação ideológica, esse sujeito carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido.

Pêcheux (2015, p. 216) acredita que, ao se refletir sobre o lugar do sujeito, é preciso considerar as condições de produção do discurso. Nessa perspectiva, o teórico aponta que há uma relação entre o lugar que o sujeito fala e o lugar daquele a quem o discurso é direcionado. Isso implica dizer que os lugares são sustentados pelos interlocutores do discurso. Pêcheux (2015) nos ensina que, em relação a um referente (R), isto é, a um contexto ou situação, os lugares de A e B (interlocutores) são produzidos.

É preciso salientar, entretanto, que esses lugares não são individuais e/ou de um locutor individual, mas, sim são construídos com base em uma estrutura social. Para melhor explicar a constituição desses lugares de emissor e receptor (A e B), Pêcheux (1969) cunha o conceito de formações imaginárias e afirma que as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem um ao outro são determinadas por lugares empíricos/institucionais, que são construídos no interior de uma formação social. Assim, há uma projeção do sujeito de seu lugar no mundo para a posição no discurso.

Pêcheux (2015) aponta, então, a diferença entre lugar social e posição discursiva. Para o teórico, esse lugar do sujeito se relaciona com a formação social e econômica na qual ele está inscrito. De acordo com os lugares dessa formação, diferentes posições podem ser tomadas. Logo, o lugar desse sujeito não é vazio, haja vista que é perpassado pela forma-sujeito, isto é, o sujeito do saber de determinada formação discursiva.

Grigoletto (2007), por sua vez, propõe a reflexão, também, sobre o lugar discursivo, buscando estabelecer relações entre os lugares sociais (LS), os lugares discursivos (LD) e as posições-sujeito (PS). De acordo com a autora, o lugar social do

sujeito vai determinar o lugar discursivo. Nessa perspectiva, Cortes (2015, p. 77) nos indica que “as formações sociais imbricadas às formações ideológicas determinam os lugares sociais a partir dos quais os sujeitos enunciam os discursos”. Vemos, dessa forma, que o lugar social é uma espécie de ponto de ancoragem para se chegar ao lugar discursivo:

O lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica (GRIGOLETTO, 2007, p. 128).

O lugar discursivo, desse modo, se configura como um efeito do lugar social, e este último se constrói pela prática discursiva. Lugar social e lugar discursivo não podem ser vistos de forma independente, mas devem ser pensados de maneira atrelada, para que se possa entender como o sujeito se posiciona no discurso.

Pensar na relação entre LS, LD e PS implica considerar o primeiro como o lugar que o sujeito empírico ocupa na formação social, o segundo como um espaço de materialização das diferentes imagens projetadas pelos interlocutores de um discurso no momento em que o sujeito inscreve-se em uma FD (GRIGOLETTO, 2008) e a terceira diz respeito às distintas posições que o sujeito pode assumir no discurso. Através da forma-sujeito, o sujeito do discurso inscreve-se em uma determinada FD, identificando-se com a mesma e constituindo-se como sujeito. Logo, a chamada posição-sujeito é a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber, ou seja, a forma-sujeito. Desse modo, não concebemos lugar discursivo e posição-sujeito como sinônimos, haja vista que um mesmo lugar discursivo pode abrigar diferentes posições-sujeitos.

Nessa perspectiva, acerca do funcionamento dos LS, LD e PS, Cortes (2015) esclarece que

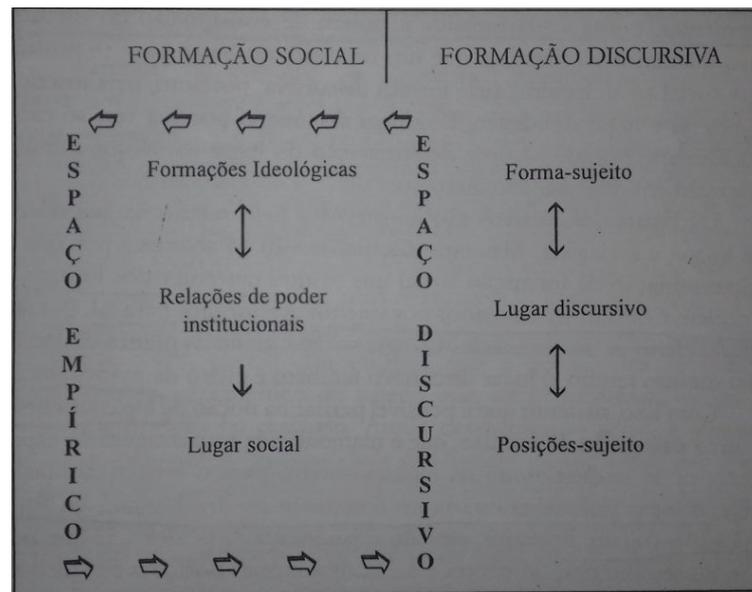
as projeções imaginárias possibilitam a passagem dos lugares sociais (situações empíricas) para os lugares discursivos, a partir dos quais os sujeitos podem assumir distintas posições discursivas, sendo que, a partir destas, projeta-se o efeito-leitor constitutivo da leitura (CORTES, 2015, p. 80)

É válido ressaltar, portanto, que as relações entre o lugar social, o lugar discursivo e as posições assumidas pelos sujeitos não ocorrem de forma fragmentada, na medida em que, como postula Grigoletto (2007, p. 130), “eles estão em constante imbricamento,

já que o lugar social é efeito da prática discursiva ao mesmo tempo em que o lugar discursivo é efeito/está determinado pela prática social”.

Com o intuito de melhor esclarecermos as relações estabelecidas entre o lugar social, lugar discursivo e posição, vejamos, na figura 2, um quadro, elaborado por Grigoletto (2007), com uma espécie de síntese do que acabamos de discutir:

**Figura 2** - Diferenças entre lugar social, lugar discursivo e posição-sujeito.



Fonte: Grigoletto (2007, p. 130)

Conforme nos mostra a figura 2, compreende-se, pois, que a formação social abarca as formações ideológicas nas quais os sujeitos estão inseridos, apresentando, assim, as relações de poder institucionais, demarcando, portanto, o lugar social. Já a partir da formação discursiva, nós temos a forma-sujeito, ou seja, o sujeito do saber que abriga o lugar discursivo, delimitando, assim, as posições assumidas no espaço discursivo. Em síntese, o lugar social se relaciona com sujeito empírico enquanto o lugar discursivo funciona no entremeio do lugar social e da posição-sujeito. Dessa forma, inscrito em uma FD, e a partir de determinado lugar discursivo, o sujeito pode assumir diferentes posições, seja de identificação, contraidentificação ou desidentificação em relação ao saber de determinada FD.

Ao refletirmos sobre o nosso *corpus* de análise, por exemplo, percebemos que através do lugar social de sujeito empresário e/ou da informação, emergem os lugares discursivos caracterizados pelo efeito de neutralidade, para o sujeito midiático tradicional, e pelo efeito de militância, para o sujeito midiático alternativo. Partindo

desses lugares, os sujeitos assumem diferentes posições em torno de um referente (a relação entre democracia e ditadura na Eleição Presidencial 2018), como veremos detalhadamente nos capítulos analíticos.

Em vistas das discussões sobre lugar social, discursivo e posições-sujeito, vemos que pensar nos modos de textualização discursiva do político no espaço on-line do *Facebook* é refletir sobre a constituição dos sentidos no meio digital. Acreditamos que os lugares discursivos e as posições que os sujeitos ocupam na produção de sentidos a partir do ciberespaço revelam a configuração dos modos de textualização do político na esfera pública da internet. Assim, ao posicionar-se diante dos acontecimentos, em nosso caso, no que diz respeito à Eleição Presidencial 2018, esse sujeito, determinado pela ideologia e pelo inconsciente, (re)significa o dizer, inscrevendo-se em formações discursivas e filiando-se historicamente a determinados sentidos.

Dias (2018, p. 44) afirma que pensar a tecnologia enquanto uma condição de produção do discurso “significa devolvê-la a história ou considerá-la em sua historicidade procurando compreender seus efeitos”. Nessa perspectiva, averiguamos que, ao buscarmos compreender a construção dos sujeitos e dos sentidos no espaço virtual, estamos lidando com uma forma contemporânea de entender o processo de interpretação, uma vez que, no ciberespaço, encontramos um lugar para leituras múltiplas, que são feitas num espaço de contínua produção de conteúdos.

Desse modo, nossa preocupação não é tão somente identificar que sentido o sujeito enunciador e leitor atribuíram à determinada leitura de fatos políticos, mas, sim, compreender como o sujeito chegou a esse efeito de evidência, quais os movimentos de interpretação ocorreram para que o sentido se formulasse de tal maneira.

Em suma, diante das considerações aqui expostas, vimos que essa compreensão sobre os lugares sociais e os lugares discursivos na constituição das posições-sujeito será fundamental para entendermos, em nossa análise, como os sujeitos das páginas de mídias selecionadas, que ocupam um lugar discursivo de sujeito jornalista tradicional ou alternativo, produzem posições discursivas.

No próximo capítulo, tecemos considerações sobre a relação entre ciberespaço e mídia enquanto um lugar para a produção do político.

## **2 CIBERESPAÇO E MÍDIA: UM LUGAR PARA O POLÍTICO**

Neste segundo capítulo, nosso foco é compreender de que forma o ciberespaço e o *Facebook* funcionam enquanto lugar de produção de sentidos capaz de abarcar discursos que colocam em questão a significação do político, na medida em que, neste espaço on-line, posições políticas são construídas a partir de gestos de interpretação produzidos para e por sujeitos. Além disso, também nos propomos, neste capítulo, a tecer considerações sobre o funcionamento das mídias tradicionais e alternativas no espaço virtual, de modo a entender as condições de produção dessas mídias em vista da textualização do político feita tanto pelos sujeitos enunciadorees (jornalistas) quanto pelos sujeitos-leitores (internautas).

### **2.1 Comunicação em rede: o ciberespaço e suas possibilidades de acesso à informação**

Os processos de comunicação nos dias atuais estão cada vez mais diversificados, possibilitando aos sujeitos uma amplitude de formas para acessar informações, interagir com outros sujeitos e construir sentidos. Vivemos numa era digital, na qual as práticas sociais de linguagem, muitas vezes, acontecem por meio dos recursos tecnológicos que temos ao nosso dispor. Com isso, é possível afirmar que as pessoas ganham certa autonomia no espaço on-line, tendo a oportunidade de criar seus próprios conteúdos, bem como de comentar sobre o que leem na Internet.

Um dos fatores que contribuíram para isso foi a propagação do ciberespaço na vida em sociedade. De acordo com Biroli e Miguel (2017, p. 205), “o ciberespaço se define como um ambiente de luta pela disseminação de narrativas e enquadramentos da realidade”. Ele funciona, nessa perspectiva, como uma esfera pública capaz de abrigar discursos distintos sobre temas variados. Tais discursos relacionam-se com as vivências reais da sociedade nas quais os sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, os acontecimentos políticos, econômicos e culturais são interpretados e discutidos através da comunicação on-line, no momento em que há o compartilhamento de saberes por meio dos suportes tecnológicos. Essa nova forma de abordar os fatos sociais permite aos sujeitos uma diversidade de posicionamentos, que não acontece, por vezes, quando deparamo-nos com a comunicação de massa, a exemplo da TV e do rádio.

Com a ascensão da internet, os meios de disseminação dos acontecimentos políticos pela mídia se expandiram, de modo que as informações passaram a chegar ao público de maneira mais rápida, fazendo com que a leitura de temas políticos acontecesse com agilidade. O diálogo travado entre os produtores de conteúdo e os interlocutores dos mesmos, no ciberespaço, se dá quase que instantaneamente, uma vez que a configuração da internet permite que os sujeitos se posicionem e entrem no debate público, significando o político através das filiações históricas nas quais os sujeitos se inscrevem.

Nessas condições, o interesse por compreender o funcionamento do político a partir da mídia exposta no ciberespaço advém do fato de enxergarmos este último como uma arena propícia para as regularidades e os deslocamentos de sentidos próprios da linguagem em sua incompletude. Miguel e Biroli (2017) afirmam que a relação entre mídia e política se estabelece na medida em que entendemos a esfera pública de forma não unificada, ou seja, quando compreendemos que a esfera pública é heterogênea, uma vez que as posições assumidas no espaço público revelam valores diferentes e divergentes por parte dos sujeitos.

Nesse sentido, no âmbito digital, além da viabilidade comunicativa, também observamos uma transformação na própria natureza da democracia, já que há a criação de “formas inéditas de compartilhamento de saber, de mobilização coletiva e de crítica social” (CARDON, 2012, p. 2). A esse respeito, é possível afirmar que, no âmbito digital, podemos observar diferentes funcionamentos discursivos do político na conjuntura da Eleição Presidencial 2018, como é o caso da nossa pesquisa, por exemplo. Com isso, queremos dizer que o ciberespaço se configura como um lugar que acolhe não apenas grupos hegemônicos da sociedade, mas, também, permite “que grupos marginalizados construam suas redes e disputem a interpretação do mundo social” (MIGUEL; BIROLI, 2017, p. 207). Por essa razão, entendemos que a Internet se constitui como uma região de disputa interpretativa, na qual os que antes não tinham voz passam a tê-la. É nessa disputa que entra em cena/confronto as diferentes posições dos sujeitos no espaço virtual.

Cardon (2012) declara que os acontecimentos públicos não ficam mais sem resposta. É através da Internet que os sujeitos comentam, criticam, desacreditam e transformam os contextos nos quais estão inseridos. Há, dessa forma, a constituição de

atores sociais que buscam posicionar-se social e politicamente, encontrando no ciberespaço um local propício para fazê-lo.

Nesta esteira, Castells (2017, p. 30) também adverte que, dentro do universo da internet, encontra-se a autonomia dos sujeitos comunicantes, isso porque “as tecnologias de redes digitais permitem que indivíduos e organizações gerem seus próprios conteúdos e mensagens e os distribuam no ciberespaço”. Essa “liberdade” oportunizada pelo espaço on-line possibilita que os sujeitos se posicionem diante dos fatos que são noticiados pela mídia a partir dos suportes tecnológicos. Assim, a Internet deixa de ser apenas um meio meramente comunicativo e passa a ser, também, uma ferramenta que propicia a (ex)posição dos sujeitos frente ao político. Nesse sentido, para além da utilização da internet como meio de entretenimento, o que observamos é uma heterogeneidade de sentidos produzidos pelos sujeitos diante da esfera pública que é o ciberespaço.

As práticas comunicativas por meio da internet fizeram com que o estilo de vida e o modo como os sujeitos estruturam suas rotinas mudassem. Nesse sentido, vemos que:

Em geral, quanto mais sociáveis as pessoas são, mais elas usam a internet, e quanto mais elas usam a internet, quanto mais elas se beneficiam do aumento de sociabilidade tanto on-line quanto off-line, mais alcançam níveis altos de engajamento cívico e maior intensidade nas relações familiares e de amizade, em todas as culturas (CASTELLS, 2017, p. 38).

Nessa mesma direção, Cardon (2012) tece uma interessante reflexão sobre o espaço da internet e acredita que se pode pensar em duas concepções antagônicas do cenário virtual. Para o autor,

Aqueles que a consideram [a internet] uma mídia tradicional pensam que sua democratização reflete uma simples extensão de sua audiência; desejam colocar novos espectadores em frente a páginas nem editadas e cercadas de anúncios publicitários. Aqueles que consideram a Web uma revolução que abole a fronteira entre leitores e redatores imaginam um espaço digital no qual cada um se tornaria pouco a pouco um meio de informação e um produtor de conhecimentos. Espectadores, os usuários não são muito ameaçados na sua vida privada. Redatores, eles estão fazendo uso de sua liberdade de expressão (CARDON, 2012, p. 47).

Com base nas reflexões desencadeadas pelo autor, podemos constatar que existem duas vertentes para se pensar sobre a internet. Na primeira, acredita-se que a internet seria mais um espaço da mídia tradicional que representa uma extensão da audiência, isto é, do público. Na segunda perspectiva, concebe-se a internet como um

novo meio de informação capaz de acolher diferentes discursos, na medida em que os internautas são ao mesmo tempo espectadores, uma vez que leem os conteúdos expostos na Web e, também, redatores, haja vista que produzem conteúdos e comentam fatos noticiados no espaço on-line. Diante dessas duas concepções, Cardon (2012) adere a esta última, isto é, o autor acredita que a internet possibilita a produção e circulação de diferentes discursos.

Coadunamos, também, com o posicionamento de Cardon (2012), pois consideramos que o advento da internet trouxe a possibilidade de discursos outros virem à tona, principalmente, com a abertura para as mídias alternativas, como veremos mais adiante no nosso trabalho. Desse modo, ao abrir espaço para um público heterogêneo de várias classes e etnias, notamos a “capacidade das redes de introduzir novos atores e novos conteúdos no processo da organização social, com uma relativa autonomia diante dos centros de poder” (CASTELLS, 2017, p. 68).

Pensar o processo de constituição de sentidos levando em consideração o campo da mídia e tendo por temática um viés político implica refletir sobre o funcionamento dos discursos que circulam e se confrontam no ciberespaço. Essa disputa de discursos/sentidos permite que observemos as relações hierárquicas de poder que são institucionalizadas no âmbito social. À vista disso, podemos dizer que os sentidos do político podem ser compreendidos quando vemos a construção de uma cena discursiva que evidencia o conflito entre atores sociais no espaço público. Nessa perspectiva, o ciberespaço se define como um lugar oportuno para entendermos as relações entre os sentidos, os sujeitos e o político no real da língua e da história.

Após discutirmos, de forma geral, sobre a pertinência do ciberespaço enquanto lugar de comunicação e acesso à informação, na próxima seção, aprofundaremos nossas reflexões teóricas sobre o *Facebook*, entendendo-o como uma rede social que oportuniza aos sujeitos-enunciadores (produtores de conteúdos) e sujeitos-leitores (internautas) a possibilidade de produzir e fazer circular sentidos sobre o político.

## 2.2 O *Facebook* como lugar de produção e circulação de sentidos

Nos dias de hoje, são nas redes sociais que os sujeitos sentem-se à vontade para publicar conteúdos, problematizar questões e tecer comentários sobre assuntos relevantes que ganham destaque na mídia. Desse modo, podemos dizer que a partir do desenvolvimento de comunidades e redes sociais on-line, nós vemos o surgimento de uma nova forma de fazer sociedade (ROSA; SANTOS, 2013).

Dentre as redes sociais disponíveis, encontramos o *Facebook* como um dos suportes mais acessados no espaço on-line. Rosa e Santos (2013), ao fazer um estudo sobre o *Facebook* e nossas identidades virtuais, comentam que os sites de redes sociais emergiram logo após o advento da internet, que aconteceu, cabe salientar, em meados da década de 1970, nos Estados Unidos da América, quando “a agência de pesquisa do exército americano a Arpa-Ipto, uma pequena equipe de pesquisa que concebeu os primeiros protocolos de transmissão em rede ARPANET” (CARDON, 2017, p. 7), criou a hoje conhecida internet com o objetivo de interligar as bases militares e os departamentos de pesquisa do governo americano.

Depois de alguns anos após a criação da rede de computadores, vemos o surgimento, precisamente na década de 1990, do serviço de redes sociais. De modo geral, as redes sociais se configuram enquanto um espaço no qual os usuários criam um perfil público e têm a possibilidade de manter contato com outros usuários, compartilhando conexões. No caso específico do *Facebook*, os usuários cadastrados, além de se conectarem a outros usuários, também podem visualizar conteúdos de diversas páginas que estão presentes no *Facebook*. Essa rede social permite a criação de perfis individuais, bem como perfis “coletivos”. As páginas divulgadas no *Facebook* funcionam como perfis coletivos de vários tipos, a exemplo de perfis sociais, comerciais, de informação e entretenimento. No caso das páginas de mídias tradicionais e alternativas, vemos que elas se definem como espaços de produção e circulação de informações.

Castells (2017) pontua que, nas redes sociais, ocorrem as atividades mais importantes da internet. Isso acontece porque nelas nós temos um espaço não apenas para relações de amizade, mas, também, para a abordagem de assuntos sociais, políticos e econômicos que geram debate na esfera pública. Podemos dizer, pois, que as páginas de mídias tradicionais e alternativas, no *Facebook*, são capazes de oportunizar a

abertura de um espaço para a exposição e o debate sobre conteúdos políticos, nos possibilitando compreender, na esfera virtual, de que forma o político é textualizado para e por sujeitos. Por isso, concordamos Castells (2017) quando o autor indica que, nos dias atuais, nós vemos a existência de uma sociedade em rede.

Sendo criado no ano de 2004, o *Facebook* é considerado um dos maiores sites de redes sociais do mundo, de acordo com Rosa e Santos (2013). Idealizado por Mark Elliot Zuckerberg, o *Facebook* foi desenvolvido no interior da Havard University e, inicialmente, foi elaborado levando em consideração a identificação e o armazenamento de dados dos alunos recém-admitidos na mencionada Universidade. Posteriormente, criou-se o The Facebook, que tinha o objetivo de ser uma rede social entre universitários. Somente em 2006 os criadores resolveram mudar o nome oficialmente para *Facebook* e permitiram a publicação de anúncios no site, bem como o uso da rede social para todos aqueles que tinham acesso à internet.

No *Facebook*, sujeitos com os mais diferentes perfis têm a oportunidade de tomar a palavra e expor seus pensamentos em relação aos fatos publicados no espaço on-line. Como afirma Cardon (2012, p. 25), esses novos públicos oriundos do ciberespaço assumem identidades políticas na medida em que, sob um modo conversacional, deixam “filtrar mais facilmente o que são, fazem e dizem em sua vida cotidiana”. Em nossa perspectiva discursiva, acreditamos que os sujeitos-enunciadores e leitores assumem, na verdade, posições através da produção de gestos de interpretação na rede social em questão.

Podemos dizer, nesse sentido, que o espaço da política e do político se reestruturou tendo em vista esse novo cenário/lugar de exposição e confrontação de sentidos, uma vez que os sujeitos políticos se apresentam, no *Facebook*, de forma heterogênea, demarcando um efeito de regularidade, mas, também, de dispersão, ao se filiar historicamente a posições discursivas que revelam de que modo os sentidos do político são formulados/textualizados por meio dos aparatos tecnológicos.

O *Facebook*, dessa forma, ao incorporar as características da sociedade, uma vez que funciona como um espaço de produção e circulação de sentidos acerca dos fatos, também se desenvolve a partir de uma dada configuração sócio-histórica. À vista disso, podemos afirmar, corroborando das ideias de Rosa e Santos (2012, p. 35), que a constituição do sujeito-enunciador e leitor no meio digital ocorre na medida em que há uma identificação que “se estabelece simultaneamente à diferenciação daquilo que não

nos diz respeito”. Isso implica dizer que, no cenário desta rede social, os sujeitos, filiados historicamente a determinadas formações discursivas, assumem posições ao produzirem sentidos acerca da significação do político, identificando-se com certos sentidos em detrimento de outros.

Os autores mencionados, ao realizarem o estudo sobre as identidades no *Facebook*, defendem a ideia de que, nessa rede, existe um processo de negociação de identidades. Essa negociação se daria entre os usuários que utilizam desta rede social. Por negociação, eles entendem que “nas diversas situações sociais, tem lugar uma seleção de caracteres identitários provenientes das distintas facetas da identidade, os quais são demonstrados em maior ou menor escala de acordo com os interesses dos indivíduos” (ROSA; SANTOS, 2012, p. 46). Ao nos deslocarmos para o campo discursivo de vertente pecheutiana, acreditamos que, na verdade, essas negociações se tratam de identificações que são construídas a partir da inscrição dos sujeitos em formações discursivas. Essas formações discursivas abrigam relações de diferença e divergência, uma vez que os sujeitos, ao inscreverem-se em uma FD, podem assumir diversas posições em torno de determinada matriz de sentido, como vimos no capítulo anterior.

Dessa forma, ao buscarmos analisar discursivamente os modos de textualização do político no âmbito digital, procuramos observar de que maneira a produção e a circulação de sentidos acontece a partir dos gestos de interpretação produzidos no espaço virtual. Assim, quando pensamos em nosso objeto de análise inserido no meio tecnológico, refletimos sobre “como o sentido de tecnologia vai se constituindo historicamente, vai derivando e deslocando sentidos” (DIAS, 2018, p. 28). Ou seja, buscamos entender por quais estratégias discursivas ocorre o funcionamento da significação do político considerando-se o aparato do *Facebook* no espaço virtual.

Dias (2018, p. 28) afirma que toma “o digital para além de uma mera forma de produção da tecnologia, mas como uma condição de produção político-ideológica do discurso”. É na mesma esteira da autora que compreendemos o espaço on-line, uma vez que, ao deslocarmos-nos para o campo da Análise do Discurso, entendemos os aparatos tecnológicos não apenas enquanto técnicas avançadas de comunicação/informação. Concebemos o *Facebook* como um meio de produção/circulação da política e da ideologia. Acreditamos, dessa forma, que é através da produção e da circulação de

sentidos, seja por meio de compartilhamento, viralização, comentários, postagens, links e memes, que o digital se formula e se constitui (DIAS, 2018).

Dias (2018) ainda assinala que, para analisar a produção de sentidos no meio digital, é necessário

buscar compreender a materialidade discursiva da tecnologia digital ou, no nosso caso, melhor dizendo, do discurso digital e suas condições de produção. Para tanto, não nos interessa empreender um estudo técnico da técnica, nem mesmo da filosofia da técnica, mas refletir sobre sua historicidade e sobre seus efeitos na constituição da vida e da sociedade (DIAS, 2018, p. 44).

A produção de sentidos no meio digital é parte “dos modos de individuação do sujeito, pelo discurso da tecnologia, da ‘era tecnológica’, ‘da era digital’ [...] a partir do qual o sujeito se identifica e assume posições na sociedade” (DIAS, 2018, p. 56). Dessa forma, acreditamos que essa produção de sentidos difere do não-digital na medida em que, ao estar inserido no meio tecnológico, o sujeito passa a (se)significar levando em consideração todas as condições de produção propiciadas pelo discurso tecnológico.

Como vemos, entender o discurso no campo virtual implica considerar a historicidade presente nos dizeres enunciados pelos sujeitos no ciberespaço. Nessas condições, são os efeitos de sentido produzidos no *Facebook* que nos interessam, na medida em que procuramos entender como o político funciona nesse espaço móvel de circulação de discursos. Logo, podemos dizer que esta rede social, para além de ser um lugar de comunicação e entretenimento, é também um espaço de disputa de sentidos do/sobre o político.

Na próxima seção, abordaremos, de forma detalhada, sobre o funcionamento das mídias tradicionais e alternativas, indicando o papel que ambas exercem na sociedade, bem como de que modo se configura o lugar de produção de seus conteúdos informativos, alternativos e críticos.

### **2.3 O consenso e o dissenso no funcionamento das mídias tradicionais e alternativas**

Acreditamos que o uso da linguagem em suas diversas formas carrega sentidos que são afetados pela ideologia. Dessa maneira, procuramos entender a linguagem em sua incompletude, na qual os sentidos são construídos com consonância com aspectos sociais, políticos e ideológicos. Assim, para entendermos, nesta pesquisa, como se

configura discursivamente a textualização do político em páginas de mídias jornalísticas no espaço digital do *Facebook*, é preciso que abordemos, do ponto de vista teórico, o funcionamento dessas mídias jornalísticas, haja vista que as mesmas fazem parte do nosso *corpus* de análise. Logo, pensar na configuração da mídia jornalística, seja ela tradicional ou alternativa, implica considerar as regularidades e os deslizamentos de sentidos presentes nos gestos de interpretação que são produzidos historicamente pelos segmentos de mídias em questão.

De acordo com Setton (2010), a mídia se refere aos meios de comunicação massivos dedicados, em geral, ao entretenimento, ao lazer e à informação. A definição proposta pela autora é de natureza abrangente e abarca diversos aspectos, indo desde as mídias televisivas até as novas mídias, a exemplo da internet. Em nossa pesquisa, nos interessa entender de que forma a mídia, enquanto veículo de comunicação e informação produz notícias a respeito dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos, bem como de que maneira o jornalismo se institui como um importante aparato de poder na sociedade.

Por essa razão, nos dedicamos, nas linhas que seguem, a entender as especificidades de duas tendências midiáticas que encontramos no âmbito jornalístico, a saber: a tradicional e a alternativa. Para tanto, é preciso dizer que, inicialmente, como afirma Mariani (1996, p. 62), “se, antes, a imprensa só posicionava-se como um veículo neutro e imparcial, hoje, ainda que timidamente, ela assume seu lado interpretativo, e o fato é que cada jornal acaba tomando uma direção política prioritária”. A partir da assertiva da autora, é possível dizer que a mídia, antes concebida por muitos como sendo imparcial e neutra, na verdade, carrega posições político-ideológicas que condicionam o modo de propagação das notícias que são veiculadas pelos suportes jornalísticos. Dessa forma, é preciso enfatizar que consideramos “as práticas de produção jornalísticas discursivamente” (SILVA, 2015, p. 221). Isso implica dizer que as práticas jornalísticas são tomadas enquanto gestos de interpretação que produzem efeitos de sentidos para e por sujeitos.

Compreendemos que a mídia, ao realizar interpretações de fatos e noticiá-los ao público, legitima os acontecimentos da realidade na qual os sujeitos estão inseridos, instituindo-se como uma ferramenta de poder social. Castells (2017, p. 57) pontua que “a sociedade é definida em torno de valores e instituições e o que é valorizado e institucionalizado é definido pelas relações de poder”. Nesta esteira, Biroli e Miguel

(2017, p. 75) ainda argumentam que a mídia se especifica na medida em que tem a “capacidade de legitimar determinadas representações da realidade social”. Entendemos, pois, que os fatos sociais, quando inseridos na mídia, são validados e ganham relevância. Logo, pensar sobre a política em sua relação com a mídia no ciberespaço aponta para a reflexão sobre a organização da sociedade.

Com base nessas considerações, inicialmente, discutiremos acerca da mídia tradicional enquanto gestora de consensos e, posteriormente, traremos reflexões a respeito da mídia alternativa, concebida como espaço de contrapoder que expõe o dissenso nas formulações de suas notícias.

No que se refere à grande mídia (mídia tradicional), Miguel e Biroli (2017, p. 59) postulam que, no jornalismo, a partir das décadas iniciais do século XX, o preceito de objetividade se tornou central à cultura jornalística, constituindo a identidade dos jornalistas como profissionais. Isso se deu, sobretudo, tendo em vista o desenvolvimento da imprensa nos Estados Unidos, a partir da emergência “do jornalismo comercial, sustentado por publicidade”.

Nessa perspectiva de jornalismo comercial, Marques (2006) pontua que a grande imprensa, isto é, a mídia tradicional, faz um jornalismo cada vez mais preocupado com o sucesso de mercado, no qual os valores econômicos estão em pauta. A agenda de produção das notícias assume, desse modo, uma posição neoliberal, inserida, pois, no sistema capitalista. Por essa razão, Marques (2006, p. 36) nos sinaliza que “esse processo de organização da atividade jornalística torna o jornal e a notícia como mercadoria”. Dentre os fatores que contribuem para isso, está o fato da padronização do discurso jornalístico a partir dos manuais de redação e estilo, por exemplo. Esse padrão a ser seguido é guiado pelo viés do ideal de objetividade, o que gera despolitização das questões estruturais da sociedade.

O funcionamento da produção de notícias na mídia tradicional parte do ideal da objetividade na medida em que se faz um recorte da realidade e toma-se este recorte como o único. Assim, “o reconhecimento de que outros recortes da realidade são possíveis é inócua, já que, dado seu poder de agenda [...] o jornalismo tem curso social como espelho do mundo real e os próprios profissionais tendem a encarar suas escolhas como ‘óbvias’” (MIGUEL; BIROLI, 2017, p. 60).

Os autores ainda pontuam que a objetividade “é um dispositivo que tem papel central na legitimação de discursos hegemônicos no jornalismo, na apresentação de

juízos como fragmentos de realidade transpostos para o noticiário” (MIGUEL; BIROLI, 2017, p. 62). Nessas condições, é possível dizer que a mídia tradicional se configura como um poder hegemônico no âmbito social, poder esse que é construído com base nos valores da objetividade. Esses valores se sustentam por meio dos ideais de imparcialidade e universalidade. Miguel e Biroli (2017) também salientam que esta imparcialidade não está no fato de haver uma equidistância entre os lados, mas, sim, devido ao fato de haver a capacidade de se apresentar como ocupando a posição do universal. Por isso dizemos que a mídia tradicional trabalha a partir da geração de consensos. Nesse viés, os teóricos indicam que:

a neutralidade não é a ausência de valores, mas a naturalização de um padrão de valores que se transmuta de julgamento em fato. Na qualidade de vinculação da narrativa a mundo real, a objetividade é balizada por estes dois ideais complementares, que sustentam as pretensões de escolhas não enviesadas dos fatos a serem reportados e de narrativa isenta e factual. O grau de adesão a esse conjunto de ideais determina a respeitabilidade dos órgãos e dos profissionais de imprensa, interna ao campo, e a credibilidade de suas informações, externa a ele. (MIGUEL; BIROLI, 2017, p. 63).

A produção de notícias feita pelos veículos tradicionais aponta, pois, para os ideais de objetividade, neutralidade e imparcialidade. Esse funcionamento característico da mídia tradicional acarreta na credibilidade dada a suas informações, bem como na sustentação de uma posição hegemônica na estrutura social.

Em nossa perspectiva discursiva, consideramos a neutralidade como um efeito produzido pela grande mídia, que permite que as experiências e os interesses de alguns grupos sejam universalizados. Isso porque, na MT, através das estratégias linguísticas e discursivas, apaga-se a própria posição, bem como outras posições acerca dos fatos/acontecimentos, a fim de que se gere o efeito de transparência na produção noticiosa, dando a entender que os acontecimentos noticiados são, de fato, “a realidade”. Esse efeito de realidade apaga o fato de que ela se constrói em um contexto de disputas e sobreposições entre complexos distintos de valor. Dessa forma, a verdade/realidade pode ser entendida como um “trabalho moral” que forja o consenso, “permitindo que os juízos apareçam como fatos” (MIGUEL; BIROLI, 2017, p. 68).

A representação do consenso se dá através das pautas que a mídia tradicional constrói. Aqui, entra em cena o que os estudiosos da área de jornalismo chamam de teoria do agendamento (*agenda setting*). Esta defende a ideia de que “a mídia nos diz sobre o que falar e pauta nossos relacionamentos” (PENA, 2008, p. 142). Nessa

perspectiva, segundo Pena (2008), a imprensa funciona como agente modeladora do conhecimento. Articulando essa reflexão ao viés discursivo, nós concebemos a mídia como fonte de produção ideológica que possui uma carga significativa de sentidos. É neste cenário que as forças políticas são representadas, interpretadas e divulgadas pelos meios de comunicação. Assim, nós vemos que a mídia tradicional produz e legitima o discurso no meio social, tendo a capacidade de influir na formação das agendas públicas, bem como de influenciar os sujeitos na compreensão de temas relevantes que se destacam dentro da sociedade.

Becker (2009, p. 274) assegura que a partir do nascimento do Brasil enquanto país independente (entre os anos 1820-1822/23) observamos “o momento de implantação dos precursores do desenvolvimento de um jornalismo empresarial local”. Como exemplo, a autora cita o *Diário do Rio de Janeiro*, criado em junho de 1821, sendo considerado o primeiro “jornal informativo” que circulou no Brasil. Já em 1874, também surge, no Rio de Janeiro, a partir de uma tendência empresarial, *A Gazeta de Notícias* e, em 1875, nasce *A província de São Paulo*, sendo conhecido futuramente como *O Estado de São Paulo*. São nessas circunstâncias que emerge o que Becker (2009) chama de “imprensa-empresa”, isso porque os suportes midiáticos que surgiram a partir dessa época eram patrocinados por grandes empresas. Sendo assim, podemos dizer que a chamada “grande imprensa”, também conhecida como mídia tradicional/convencional, foi/é construída com base em princípios ideológicos que demarcam os interesses de certas indústrias, instituições e empresas.

Na Era Vargas, com o Estado Novo, se entendia a imprensa e os meios de comunicação como dispositivos de controle e mudança de opinião pública. Nesse sentido, os jornais, revistas e rádios buscavam se adaptar e colaborar com o sistema ditatorial da época, contudo, aqueles que fugiam à regra, demonstrando oposição, acabavam sendo calados e censurados, uma vez que era o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que fornecia 60% das matérias dos jornais. Becker (2009, p. 278) salienta, ainda, que “a era Vargas significou um passo à frente na constituição das bases da mídia-indústria [...] e dois passos atrás no já incipiente desenvolvimento do que se poderia chamar de mídia-cidadã”.

Em 1964, na ditadura militar, percebemos que há uma forte repressão nos meios midiáticos, mas, também, certo incentivo a determinadas atividades culturais. Assim, observamos que a mídia passa a ser controlada numa tentativa de uniformizar e policiar

as informações em todo o país. As mídias tradicionais, portanto, são construídas com base nessa condição de produção histórica que envolve o capitalismo, visto que são as grandes empresas que sustentam essas mídias, como já dissemos anteriormente. Logo, são os interesses de tais empresas que devem estar em jogo no ato da produção/circulação de notícias em todo o Brasil.

A dinâmica da produção de informações leva em conta valores que são definidos e mobilizados no momento da abordagem dos fatos noticiados. Ao considerar o contexto das eleições, por exemplo, Biroli e Miguel (2017, p. 32) destacam que “os meios de comunicação podem não determinar o voto, mas atuam dando ênfase a determinadas compreensões da política, definindo fronteiras entre comportamento adequado e inadequado, lapidando consensos”. Nessa perspectiva, é possível dizer que a mídia e a política se relacionam, na medida em que a mídia funciona como uma ferramenta que influencia a opinião pública.

Compreendendo que a mídia tradicional, na produção de suas notícias, apaga sua própria posição, através do ideal de neutralidade, Indursky (2015, p. 14), ao desenvolver um interessante trabalho sobre políticas do esquecimento e políticas de resgate da memória, pontua que os jogos de linguagem evidenciados pela mídia permitem que forças antagônicas se coloquem em confronto, havendo uma “luta de poder entre a memória e o esquecimento”. Nesse contexto, o que constatamos em relação às práticas desenvolvidas pela mídia tradicional é que existe um processo discursivo que ocorre através da ordem da repetibilidade, conforme esclarece Indursky (2015). Isso implica dizer que

Só há espaço para os saberes referentes à Formação Discursiva dominante, os quais são repetidos à exaustão, até produzirem um efeito de verdade. Outras tomadas de posição são excluídas, produzindo-se *gestos de silenciamento* em torno de outros possíveis sentidos [...] Este silêncio [...] se produz porque as práticas e os saberes excluídos remetem a um outro modo de se relacionar com a ideologia e divergem e/ou antagonizam com os saberes e interesses da Formação Discursiva Dominante (INDURSKY, 2015, p. 14, grifos da autora).

Esse efeito de verdade produzido pela mídia permite que a esfera pública acredite na ideia de que só existe uma única versão dos fatos noticiados. Desse modo, a ideologia, dentro da mídia, trabalha através da linguagem para excluir/silenciar determinados saberes e enaltecer outros sentidos, os colocando como verdades absolutas. O jogo de sentidos é produzido, na MT, por meio de estratégias discursivas

que, de forma sutil, produz o efeito de silenciamento e, dessa maneira, instaura o consenso no corpo social. Portanto, pode-se dizer que os sentidos produzidos pelas mídias tradicionais não são “tão transparentes”, haja vista que há a inscrição em uma FD dominante, na qual, a partir de argumentos dispersos e repetitivos, o mesmo é reforçado, gerando-se a noção de verdade absoluta na produção noticiosa e acarretando a expressão de uma posição tida como neutra e única nos meios de comunicação.

Nesse viés, Marques (2006, p. 58) aponta que a mídia passou a “assumir uma função de interventora da realidade”, uma vez que influencia as práticas político-sociais desenvolvidas pelos sujeitos. Dessa forma, acreditamos que a produção ideológica se faz presente nos discursos propagados pela mídia tradicional, criando um ambiente político que é “definido a partir do comportamento da própria mídia ou, mais especificamente, de segmentos da mídia” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 33). A mídia acaba funcionando como um aspecto direcionador das ações dos sujeitos em relação à política. Os grandes veículos de comunicação, portanto, são fundamentais para a organização dos temas políticos que se colocam em evidência, principalmente, na época das disputas eleitorais.

Entretanto, também encontramos, no meio jornalístico, a mídia alternativa, que se configura como um modelo de contra-informação, conforme nos indica Mazetti (2009).

Nessa direção, Marques (2006) declara que, tendo em vista os interesses comerciais e o forte conservadorismo político presente nas mídias tradicionais, ocorre uma espécie de exclusão, nas pautas da grande imprensa, de matérias com propostas políticas alternativas. Assim, para o autor,

A constatação de que a grande imprensa pertence à esfera da indústria cultural deve ser entendida por uma perspectiva negativa (crítica) do conceito, isto é, pela perspectiva denunciadora de que essa imprensa, que se organiza de acordo com o modo de produção capitalista, é um agente reprodutor da ideologia dominante desta sociedade (MARQUES, 2006, p. 41).

Observamos que, por meio do universo da palavra, é possível perceber “formas opostas de apresentar e conceituar os fenômenos sociais e os fatos políticos” (MARQUES, 2006, p. 43). Isso implica dizer que a maneira como os fatos são formulados para serem expostos/veiculados contribui para que certos sentidos sejam tidos como evidentes e transparentes, deixando de lado a contradição, a tensão e as relações de causa e efeito dos acontecimentos.

Nesse sentido, a mídia alternativa se apresenta como um jornalismo de posição que se contrapõe à dominação imposta pela mídia tradicional. Sobre o funcionamento das mídias alternativas, Mazetti (2009, p. 287) nos assinala que as práticas das mídias alternativas são “entendidas como ações que visam pluralizar as vozes no debate público, ao oferecer temas, ângulos e até mesmo fatos que são obscurecidos, silenciados, quando não distorcidos pelos veículos de comunicação hegemônicos”. Desse modo, enquanto a mídia tradicional trabalha a partir da noção de consenso, a mídia alternativa expõe o dissenso, dando voz a posições outras que não são contempladas nos veículos tradicionais.

O dissenso se produz por meio do efeito de resistência presente nas mídias alternativas. A contra-informação “significa ao mesmo tempo práticas de comunicação e militância política que resistem à ordem hegemônica e lutam pela instalação de uma nova hegemonia” (FADUL, 1982, p. 36 *apud* MAZETTI, 2009, p. 289).

É nessa perspectiva que Becker (2009) assimila a mídia alternativa com o que ela chama de “imprensa-operária” ou “reivindicatória”. O surgimento desse tipo de imprensa advém da atividade política de lideranças operárias imigrantes. Nesse sentido, segundo Becker (2009), desde os anos 80 do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, vemos a proliferação dessa imprensa-operária no Brasil. É nesse contexto que identificamos, de um lado, a existência de uma “imprensa capitalista”, isto é, de uma imprensa da classe dominante, e, de outro, a presença de uma “imprensa operária”, ou seja, de uma imprensa que representa a classe dominada. Vemos, pois, que a constituição das mídias tradicionais e das mídias alternativas já vem de longa data. Conseqüentemente, as implicações dos dois segmentos midiáticos para os sujeitos na sociedade também acontece de forma contínua.

No Brasil, é a partir de 1964 que vemos a proliferação das chamadas mídias alternativas, numa tentativa de ser uma resistência conjuntural à ditadura, e, além disso, de “criar todo um modelo ético-político, com formas e estratégias próprias, que se confrontaria com o sistema dominante” (BECKER, 2009, p. 282). Dessa forma, as mídias alternativas surgem, no Brasil, buscando construir uma contra-hegemonia ideológica que é fundada, principalmente, no repúdio ao lucro, ao sistema capitalista. Essa imprensa alternativa, portanto, visa, para além de informar, também politizar a sociedade, focalizando pautas que se referem à cidadania, ao desenvolvimento humano, às minorias, entre outras questões.

Downing (2002, p. 49), ao propor a denominação de “mídia radical alternativa”, explica que o papel dessa mídia é “o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade”. Como vemos, de acordo com o autor, as mídias alternativas atuam na condição de contraponto à hegemonia da mídia dominante. Diferente das mídias tradicionais, que buscam produzir um efeito de neutralidade, objetividade, bem como repetição e reiteração de uma mesma interpretação dos fatos, as mídias alternativas trabalham na perspectiva do questionamento do processo hegemônico, posicionando-se, explicitamente, acerca de temáticas culturais, sociais e políticas.

Ainda sobre as caracterizações das mídias, Dias (2006) nos sugere três tipos de mídias que podemos encontrar. Segundo a autora, existem as mídias informativas, as mídias de organização e as mídias radicais. As primeiras seriam aquelas pautadas por princípios de noticiabilidade dos acontecimentos. Essas, na verdade, são o que chamamos de mídias tradicionais, porque são formadas pelo jornalismo da grande imprensa. As segundas têm um caráter eminentemente político, pois fazem parte dos Movimentos de Resistência Global. Já as terceiras trabalham tanto a partir de uma lógica da informação, já que se remetem à noticiabilidade e à atualidade, quanto por meio de um engajamento, que aproxima essas mídias do campo político. Essas terceiras são, então, compreendidas com o que chamamos de mídias alternativas. Dias (2006) ainda ressalta que há uma aproximação entre as mídias de organização e as radicais.

As mídias alternativas, por serem consideradas como mídias de posição, têm uma forte ligação com questões do campo político, haja vista o engajamento e a militância próprios deste segmento midiático. Dessa forma, como nos esclarece Dias (2009), os movimentos sociais encontram respaldo e espaço para se inserirem como produtores das tematizações feitas pelas MA.

Mazzeti (2006, p. 295), ao discorrer sobre as mídias alternativas para além da contra-informação, destaca que o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação “nas práticas de mídia alternativa seria o crescimento da organização destas atividades em rede”. Nessas condições, percebemos que o ciberespaço também pode funcionar como um meio de organizar e veicular conteúdos do segmento alternativo.

Downing (2002, p. 70), por outro lado, aponta que, ao falar sobre a mídia radical alternativa nas redes sociais, “estamos lidando, nesse aspecto, com uma noção de audiência de mídia muito diferente da noção clássica, pois são os elementos da audiência que constituem membros ativos das redes sociais”. Conforme se pode

observar, a internet funciona como um espaço de difusão das mídias alternativas e, também, como lugar de ex(posição) dos leitores de conteúdos midiáticos.

A respeito dos leitores, Dias (2009, p. 303) afirma que, nas redes sociais, “o espaço de comentários, muitas vezes, é utilizado pelos receptores produtivos para veicular novas informações, novas notícias”. Desse modo, o leitor de mídias jornalísticas, na internet, não é um mero receptor de conteúdos, uma vez que este mesmo leitor tem espaço para produzir e difundir informações através dos aparatos tecnológicos. Há, portanto, uma reconfiguração do papel do leitor das mídias, pois, ao visualizar as notícias, o leitor tem a possibilidade de interagir com as mesmas, posicionando-se a respeito dos conteúdos veiculados pelos suportes midiáticos, fato que não acontece nas mídias televisivas, por exemplo.

Como vemos, os meios de comunicação, de maneira geral, são importantes na medida em que são capazes de produzir discursividades, em um ambiente em que há posições divergentes e conflitivas, não apenas complementares (BIROLI; MIGUEL, 2017). Isso implica dizer que o terreno onde a mídia se situa é arenoso, contribuindo para o desenvolvimento de posições antagônicas no cenário político brasileiro. É possível afirmar, então, que a mídia se coloca como uma das fontes de poder social, por meio dos discursos que são propagados pelos veículos de comunicação, tanto os tradicionais quanto os alternativos.

Nesse contexto, a relação estabelecida entre a mídia e seus interlocutores se desenvolve, através do ciberespaço, de forma plural, uma vez que os sujeitos têm mais oportunidade de expressar seus posicionamentos por meio da linguagem. Vemos, pois, que o papel da mídia na sociedade é de grande importância, porque ela é capaz de influenciar os sujeitos na tomada de decisões de cunho social e político.

Tendo como pressuposto que o ciberespaço se configura enquanto lugar de disputa interpretativa, comungamos da ideia de que a significação do político no espaço on-line permite a circulação de posições distintas que põem em questão o conflito inerente ao fazer político. Biroli e Miguel (2017) apontam três aspectos para se refletir sobre a relação estabelecida entre mídia e política, a saber: a) a esfera pública não é homogênea: isso implica dizer que existem valores diferentes e divergentes responsáveis por organizar a compreensão que diversos públicos têm do âmbito social; b) a esfera pública é desigualmente constituída: ou seja, a constituição do espaço público não é igualitária, uma vez que os públicos têm posições distintas e

hierarquizadas e c) a esfera pública é um espaço de disputas: isto é, na esfera pública, encontramos a existência de públicos plurais e distintos que entram em conflito na medida em que interpretam os acontecimentos histórico-político-sociais de forma divergente.

A partir da nossa discussão sobre as mídias tradicionais e alternativas, bem como sobre o papel/influência dessas mídias na sociedade, foi possível observar que os dois segmentos midiáticos possuem modos de produção e funcionamento diferentes. Isso porque a forma de conceber e trabalhar com as informações nos dois espaços revelam as orientações político-ideológicas das discursividades dominantes e das discursividades alternativas.

Nesse sentido, acreditamos na importância de entender o processo de constituição das informações que são expostas pelos veículos de comunicação, haja vista que, por meio da formulação das materialidades significantes, é possível investigar os gestos de interpretação produzidos por essas mídias e, com isso, entender as filiações históricas presentes nos enunciados.

Neste capítulo, vimos que a relação entre ciberespaço, especificamente o *Facebook*, e as mídias tradicionais e alternativas oportuniza a compreensão sobre qual é o lugar para a política dentro do espaço on-line. Dessa forma, acreditamos que a significação do político é construída tendo em vista as condições de produção do discurso. Portanto, é necessário que entendamos a conjuntura sócio-histórica-ideológica de formulação dos dizeres, para que compreendamos os efeitos de sentidos revelados pelas mídias a partir do ciberespaço.

Verificamos, assim, que o espaço da mídia abriga, de maneira geral, duas vertentes interpretativas teóricas. Por um lado, vemos a proeminência da chamada mídia tradicional, que se constitui, como pudemos perceber, por meio de um viés conservador no qual se busca transmitir um efeito de transparência e objetividade em relação aos fatos noticiados. Já por outro lado, também constatamos a presença de mídias alternativas, que surgem no intuito de se contrapor às mídias tradicionais, uma vez que procuram explicitar um jornalismo de posição, no qual há uma espécie de questionamento das discursividades dominantes, bem como a busca de expor sentidos outros que, muitas vezes, são silenciados pela grande mídia.

As mídias tradicionais e, também, as mídias alternativas produzem suas notícias de maneira a se identificar com diversas posições no espectro político, tendendo à

direita ou à esquerda, posições essas que entendemos serem complexas e antagônicas. Para Bobbio (1986), a direita é caracterizada a partir dos aspectos conservadores e/ou liberais, tendo em vista a lógica capitalista. Já a esquerda é caracterizada através do foco nas questões sociais em detrimento dos aspectos mercadológicos. Na produção e circulação de notícias no espaço on-line do *Facebook*, as orientações político-ideológicas a partir das quais as mídias se filiam podem ser observadas, de forma a compreendermos os modos de textualização do político dessas mídias.

Nessa perspectiva, em nossas discussões, vimos que as mídias tradicionais e as mídias alternativas possuem modos de produção diferentes, na medida em que “compreendemos o confronto ideológico e os interesses políticos que compõem a sociedade capitalista” (MARQUES, 2006, p. 51).

Nesse sentido, Silva (2015, p. 215), ao refletir sobre o acontecimento jornalístico a partir de uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia, pontua que falar em acontecimento pelo viés discursivo é ponderar sobre a atualização dos sentidos e, também, a retomada de dizeres, isso porque há uma “inscrição do dizer no já-dito que o constitui”. Assim sucede quando as mídias fazem circular as notícias para os sujeitos-leitores. Os acontecimentos são narrados nesse movimento de memória e atualidade.

Nessa mesma direção, Mariani (1996), ao discutir sobre o discurso jornalístico impresso, ainda considera que o discurso jornalístico insere-se na modalidade de discurso *sobre*, uma vez que, no jornalismo, toma-se como objeto aquilo sobre o que se fala:

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os discursos sobre são discursos intermediários, pois *ao falarem sobre um discurso de* ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja [...] É por aí nossa compreensão do discurso jornalístico ter como característica atuar na institucionalização social de sentidos. E com isto estamos afirmando, em decorrência, que o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado bem como na construção da memória do futuro (MARIANI, 1996, p. 64, grifos da autora).

Por meio da fala da autora, percebemos que a mídia, especialmente o discurso jornalístico impresso, tem a capacidade de institucionalizar, isto é, de legitimar socialmente certos sentidos. Dessa maneira, podemos afirmar que os gestos de interpretação feitos pelos meios midiáticos tendem a contribuir para a construção do imaginário social do sujeito, uma vez que, também no ambiente on-line, observamos a mobilização de dizeres para a institucionalização de determinados sentidos.

Para melhor visualizarmos o funcionamento das mídias tradicionais (tanto impressas quanto on-line) e alternativas, observemos o quadro 1:

**Quadro 1** - Síntese do funcionamento das mídias tradicionais e alternativas a partir de preceitos teóricos<sup>4</sup>

<b>MÍDIAS TRADICIONAIS</b>	<b>MÍDIAS ALTERNATIVAS</b>
Foco mercadológico	Foco social
Neutralidade	Militância
Objetividade	Posicionamento
Dominação	Resistência
Consenso	Dissenso

**Fonte:** elaborada pela autora com base nas discussões de Miguel e Biroli (2017), Marques (2006), Becker (2009), dentre outros autores abordados neste capítulo teórico.

Em suma, ao fim deste capítulo, percebemos que as condições de produção das notícias elaboradas pelos segmentos tradicionais e alternativos contribuem, em demasia, para que possamos entender a significação do político em ambos os espaços, bem como para que compreendamos de quais lugares sociais e discursivos falam/enunciam essas mídias. É na relação, pois, entre a linguagem (discurso) e a ideologia que vamos entender de que forma os sentidos são produzidos nesses espaços que apresentam funcionamentos ancorados ora no consenso ora no dissenso em torno de questões de cunho político.

No próximo capítulo, tratamos dos aspectos metodológicos concernentes à nossa pesquisa, explicando, de forma detalhada, a natureza da pesquisa, a configuração do *corpus* e os procedimentos analíticos adotados.

<sup>4</sup> Vale ressaltar que, em nossa perspectiva discursiva, não tomamos essas características expostas no Quadro 1 como inerentes das mídias tradicionais e alternativas, mas, sim, como efeitos de sentido.

### 3 DISPOSITIVO METODOLÓGICO

Neste capítulo, buscamos explicitar o percurso metodológico que norteia a nossa pesquisa. No primeiro momento, discorremos sobre a natureza da pesquisa e a área na qual se insere o estudo, a Análise do Discurso pecheutiana, enfatizando, assim, o modo como se constrói o dispositivo de interpretação no campo do discurso; no segundo momento, apresentamos a configuração do nosso *corpus*, especificando de que forma ocorreu a coleta dos dados; e, no terceiro momento, esclarecemos os movimentos de análise adotados para a compreensão do nosso objeto de estudo.

#### 3.1 Natureza da pesquisa: a abordagem discursiva

Nós entendemos que “a pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos” (SILVEIRA; CÓRVODA, 2009, p. 31). Dessa forma, ao enfocarmos nas Ciências Humanas e Sociais e, mais precisamente, ao pensarmos no campo de estudo da Análise do Discurso pecheutiana, temos o intuito de construir um dispositivo da interpretação que possibilite observar o efeito e o trabalho dos sentidos na textualização do político e da política (ORLANDI, 2015). Isso implica dizer que nosso papel, enquanto analistas do discurso, é o de investigar o funcionamento dos discursos, considerando determinadas condições sociais, históricas e ideológicas.

Neste contexto, nossa pesquisa possui um viés qualitativo, pois nos preocupamos muito mais com o processo do que com o produto (PRODANOV; FREITAS, 2013). Assumimos, assim, uma abordagem interpretativa de natureza discursiva, uma vez que nos colocamos nos limites da interpretação. Com isso, queremos dizer que, em nossa análise, não pretendemos tratar da completude do objeto empírico, realizando uma exaustividade horizontal, mas, sim, como nos ensina Orlandi (2015), propor uma exaustividade vertical, considerando os objetivos da nossa pesquisa, ou seja, tratamos os dados como fatos da linguagem, fatos esses articulados com a “sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva” (ORLANDI, 2015, p. 61). Analisamos, pois, o discurso em sua profundidade. Em nossa perspectiva, o que nos interessa entender são os efeitos de sentidos produzidos a partir

dos gestos de interpretação, para que, assim, possamos compreender a constituição dos sujeitos e dos sentidos através do funcionamento dos discursos do/sobre o político.

Pêcheux (2008) declara que o discurso, nosso objeto, é permeado pela heterogeneidade. Dessa forma, pensamos a linguagem enquanto um espaço para a regularidade, mas, também, para o equívoco. Esse equívoco é constitutivo do discurso, uma vez que compreendemos a linguagem em sua incompletude. Nessa direção, Pêcheux (2008, p. 53) pontua que “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Desse modo, levamos em consideração, na materialidade significativa do discurso sob análise, os pontos de deriva possíveis, isto é, o não-llogicamente-estável como lugar de interpretação.

Acreditamos, então, que todo fato é uma interpretação e essa interpretação é associada a um gesto de leitura que deriva tanto da estrutura quanto do acontecimento. Logo, vemos que todo discurso é marcado pela tensão entre o estável e o instável, entre a regularidade e a dispersão. Orlandi (2015, p. 57), a propósito, pontua que o dispositivo da interpretação na Análise do Discurso

Tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.

Entendendo de que modo concebemos o dispositivo da interpretação na AD pecheutiana, o que, de fato, nos interessa é compreender os processos de constituição dos discursos de/sobre o político e a política a partir de materialidades significantes produzidas e em circulação no espaço virtual do *Facebook*, especialmente, em páginas de mídias tradicionais e alternativas. Para isso, é preciso que consideremos a relação do discurso com o interdiscurso e com as formações discursivas. Assim, observaremos os efeitos de sentidos presentes nos movimentos de interpretação feitos pelos sujeitos enunciadore e leitores a respeito de fatos políticos no espaço midiático tradicional e alternativo.

Nessas condições, é importante frisar que tomamos o texto como uma unidade de análise a partir da qual podemos observar a constituição dos discursos. Nele, pontuamos o trabalho dos sentidos através da historicidade. Essa historicidade pode ser evidenciada porque, na materialidade significativa do texto, isto é, na materialidade empírica, está inscrita a relação com a exterioridade. É nessa relação que se constitui a

materialidade discursiva, uma vez que esta diz respeito ao imbricamento do texto com a historicidade. Em vistas disso, podemos dizer que o “texto, referido à discursividade, é o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise. Unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação” (ORLANDI, 2015, p. 66-67).

Conforme nos indica Orlandi (2015), o texto é texto porque significa. Logo, em nossa perspectiva, não nos interessa pensar o texto tão somente enquanto uma organização linguística, mas, sim, considerar de que modo o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo. Nesse viés, concebemos o texto como um feixe de possibilidade de interpretação, haja vista que o enxergamos não apenas como um “dado” linguístico, mas como um “fato” discursivo.

Ao determos o olhar para as materialidades produzidas pelos sujeitos enunciadore e leitores nos perfis de mídias tradicionais e alternativas, não buscamos interpretar os textos, mas, sim, por meio do nosso dispositivo analítico, explicitar, isto é, tornar visíveis os gestos de interpretação que textualizam a discursividade analisada, interpretando, pois, os resultados dessa análise a partir do nosso dispositivo teórico. Portanto, procuramos, desse modo, “compreender os gestos de interpretação inscritos nos textos” (ORLANDI, 2005, p. 78).

Na próxima seção, expomos, de forma detalhada, a configuração do nosso *corpus*, buscando explicitar as características específicas do nosso material de análise.

### **3.2 Configuração do *corpus* de análise**

Nossa pesquisa assume um caráter documental, uma vez que “entendemos por documento qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, englobando observação, leitura, reflexão e crítica” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 56). As materialidades digitais são, dessa forma, os documentos que analisaremos em face dos objetivos a que nos propusemos nesta pesquisa.

Nessa perspectiva, temos um *corpus* do tipo arquivo, compondo uma montagem discursiva, haja vista que tomamos o material de análise com base na ordem do linguístico-histórico. Cabe ressaltar que a noção de arquivo está ancorada em um

“campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2014, p. 59). Isso significa dizer que as materialidades significantes foram selecionadas para análise tendo em vista os objetivos de nossa pesquisa.

Buscando compreender como funcionam discursivamente os modos de textualização do político em páginas do *Facebook* de mídias jornalísticas brasileiras tradicionais e alternativas, selecionamos o ciberespaço como lugar de investigação e as páginas em questão, com suas postagens e comentários, como elementos que fizeram parte da composição da montagem arquivística do nosso *corpus*. Portanto, essa montagem se constitui como um lugar no qual se encontram materialidades a serem analisadas a partir do nosso dispositivo teórico e metodológico, procurando-se explicitar a configuração e movimentação de sentidos presentes no *corpus*.

Na tabela 1, apresentamos as páginas consideradas para análise. No conjunto, temos um total de seis páginas, três delas pertencentes às mídias tradicionais e três às mídias alternativas:

**Tabela 1** - Relação das páginas analisadas e do número de usuários das mesmas<sup>5</sup>.

<b>ESPAÇOS MIDIÁTICOS</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>SEGUIDORES</b>
<b>MÍDIAS TRADICIONAIS</b>	G1 – Portal de notícias da Globo	10.672.656
	Uol	8.180.213
	Estadão	3.672.822
<b>MÍDIAS ALTERNATIVAS</b>	Brasil 247	1.044.662
	Revista Fórum	773.810
	The Intercept Brasil	551.476

**Fonte:** Rede social *Facebook*. Dados coletados em outubro de 2019.

Na tabela 1, podemos observar, pelos dados referentes ao número dos seguidores, que as mídias tradicionais, de fato, se constituem como lugares dominantes,

<sup>5</sup> Esclarecemos que, em dezembro de 2020, consultamos os números de seguidores das referidas páginas, a fim de atualizar o leitor quanto à repercussão das mesmas na rede social *Facebook* e verificamos que os números de seguidores em 2018 e 2020 são similares, com pequenas alterações. Vejamos: G1 (10.798.778 seguidores); UOL (7.982.188 seguidores); Estadão (3.674.964 seguidores); Brasil 247 (1.042.041 seguidores); Revista Fórum (777.280 seguidores) e The Intercept Brasil (633.819 seguidores).

pois os números de seguidores, principalmente das páginas do G1 e do UOL, são bem expressivos se comparados aos números de seguidores das páginas de mídias alternativas.

Esses dados quantitativos nos sugerem a dominância ou, melhor dizendo, a repercussão que as mídias tradicionais têm no corpo social, especialmente, no ambiente on-line, tendo em vista que há um grande acesso dos sujeitos às mídias tradicionais. Isso nos sugere também que as informações veiculadas por esse grupo tendem a circular de forma mais intensa na sociedade. Por outro lado, percebemos que os números de seguidores apresentados pelas mídias alternativas possuem, do mesmo modo, relevância no cenário social, embora se apresentem menos expressivos do que os das mídias tradicionais. Portanto, compreendemos que os dados quantitativos expostos por meio das páginas confirmam nossa premissa de que as mídias tradicionais se constituem enquanto uma discursividade dominante e de que as mídias alternativas aparecem como um lugar de contraponto a essa hegemonia.

O critério para seleção dos perfis de MT e MA de nossa pesquisa levou em conta o número de usuários que os acessam, bem como a repercussão social que as mesmas possuem, haja vista que elas se constituem como profícuos espaços de produção e circulação de informações a respeito de fatos econômicos, históricos e, também, políticos. Além disso, escolhemos tais páginas tendo em vista que elas apresentam orientações político-ideológicas distintas, ajudando-nos, então, a compreender o funcionamento discursivo dos modos de textualização do político levando em consideração os dois espaços de produção e circulação de informações e sentidos.

Como vimos em nossos capítulos teóricos, as mídias tradicionais seguem uma perspectiva que tende à reprodução social dominante. Nesse sentido, as posições político-ideológicas das mídias tradicionais estão, de maneira geral, propensas a um viés conservador ou liberal, em que os interesses econômicos ganham destaque e os ideais de neutralidade são postos como naturais. Já as mídias alternativas seguem uma perspectiva que se alinha à posição de transformação da ordem social, uma vez que se tem uma orientação política não dominante, funcionando, pois, como um contraponto à mídia tradicional, através de um jornalismo considerado militante e de viés ideológico progressista. MT e MA, portanto, se constituem como campos de produção de sentidos em confronto tendo em vista as condições de produção de suas materialidades significantes.

Tomando como referência o campo da política, elegemos o contexto da Eleição Presidencial 2018 como condição de produção do discurso para que pudéssemos realizar a análise, porque entendemos que o acontecimento político mencionado possibilitou a injunção dos sujeitos à interpretação do político, a partir da construção de gestos de interpretação nos quais os sujeitos passam a se inscrever em formações discursivas, posicionando-se por meio do discurso. Dessa forma, observamos as publicações dos sujeitos-enunciadores dos conteúdos das páginas e os comentários dos sujeitos-leitores no período entre setembro e dezembro de 2018, haja vista que, durante este intervalo de tempo, muitas foram as publicações referentes à Eleição Presidencial. Além disso, também nesse intervalo ocorreram as votações do primeiro e do segundo turno das Eleições, precisamente no mês de outubro. Acreditamos que o período de tempo observado é fecundo, visto que, nessa época, as discussões sobre o político foram intensas, levando os sujeitos a produzirem gestos de interpretação diante do cenário político em questão.

Após compreendermos as condições de produção do nosso *corpus*, vamos nos deter às especificidades da rede social *Facebook*. Nela, as páginas de mídias tradicionais e de mídias alternativas apresentam uma *linha do tempo*, na qual são disponibilizadas as publicações quando as mesmas são postadas na rede social.

O material que constituiu o *corpus* foi coletado a partir de *prints*, isto é, da captura de imagens feita por meio da tecla *prtsc* presente no teclado dos computadores. Assim, fizemos *printagens* de *posts* (publicações) e dos comentários relacionados a eles. A título de ilustração, apresentamos, na Figura 3, o espaço significativo de um dos perfis por analisados, a página da UOL, para entendermos de que modo os perfis são estruturados no *Facebook*:

**Figura 3** - Espaço de publicação da página da UOL.



**Fonte:** Página do UOL na rede social *Facebook*.

Como percebemos na Figura 3, as páginas situadas no *Facebook* possuem uma estrutura que permite a produção e circulação sentidos. Na coluna do lado esquerdo, observamos um menu que disponibiliza todas as informações a respeito da página, desde conteúdos que dizem respeito à criação da página, como na aba “sobre”, até aspectos relacionados a fotos, vídeos e demais publicações que a página divulga. Assim, o sujeito-internauta pode conhecer, através da página do *Facebook*, os serviços que o grupo midiático fornece, bem como pode ter acesso a outros locais, no âmbito virtual, no qual aquele espaço de mídia também se faz presente. Pode-se constatar isso a partir das abas “UOL no Twitter”, “grupos” e “comunidade”, por exemplo.

No centro, situam-se todas as postagens publicadas pela página. Nesse espaço, os sujeitos-internautas podem curtir, comentar e compartilhar as postagens das páginas. Desse modo, vê-se que é a partir das postagens que os sujeitos-leitores podem interagir com os conteúdos produzidos pelo sujeito midiático. Já na coluna do lado direito, há o recurso de busca por publicações, no qual qualquer sujeito que tem acesso à página tem a oportunidade de procurar por postagens que já foram divulgadas na mídia em questão.

Sabendo que, diariamente, muitas publicações são feitas, esse instrumento de busca nos ajudou a compor o nosso *corpus*, pois, através dele, conseguimos filtrar, de forma mais rápida, as postagens referentes às Eleições, a partir de palavras-chave, como, “Eleições 2018”, “Haddad”, “Bolsonaro”, “primeiro turno”, “segundo turno”, “democracia”, “ditadura”, que colocávamos no espaço de busca por publicações.

Quanto aos tipos de postagem que encontramos em nossas buscas, é preciso dizer que, em sua maioria, se referiam à divulgação de links de notícias dos referidos sites de mídias tradicionais e alternativas. Atrelada aos links, apareciam imagens relacionadas aos títulos das notícias. Entretanto, em menor número, também encontramos postagens que veiculavam apenas imagens e outras em que se disponibilizavam vídeos referentes aos candidatos à Presidência, por exemplo. A fim de ilustrar o modo como as postagens eram divulgadas, vejamos a figura 4, referente a uma postagem feita pela página Brasil 247:

**Figura 4** - Ilustração de postagem da página Brasil 247.



**Fonte:** página do Brasil 247 na rede social *Facebook*.

No que se concerne ao espaço dos comentários, constatamos que grande parte deles se constitui por textos verbais, mas também verificamos comentários constituídos

pelo imbricamento do verbal com o não-verbal, na medida em que os sujeitos-leitores comentavam a partir dos chamados “memes” ou de fotos que evidenciavam a existência de textos multimodais. Para melhor visualizarmos o campo dos comentários, vejamos, a título de ilustração, a figura 5:

**Figura 5** - O espaço dos comentários nas páginas de MT e MA.



**Fonte:** Rede social Facebook. Página da UOL.

Os gestos de interpretação produzidos pelos sujeitos no espaço dos comentários apresentavam posições de diálogo e de confronto com os sentidos evidenciados pelos sujeitos-enunciadores das postagens. Além disso, ainda verificamos que havia certa interação entre os sujeitos-leitores das postagens nas páginas, uma vez que vimos a presença de comentários nos quais os sujeitos respondiam/confrontavam/dialogavam entre si, caracterizando processos diversos de tomadas de posição.

Considerando-se a complexidade e heterogeneidade de sentidos referentes ao acontecimento eleitoral, para compreender os modos como o político é textualizado discursivamente no espaço on-line do *Facebook*, buscamos observar, nas postagens e comentários que constituem o nosso *corpus*, trajetos temáticos, isto é, “um conjunto de configurações textuais que, de um acontecimento a outro, articula os temas e opera o

‘novo na repetição’” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1986, p. 45 *apud* GREGOLIN, 2005, p. 9).

Assim, ao explorarmos nosso *corpus*, verificamos a presença de três trajetos temáticos referentes a efeitos de sentido que colocavam em jogo relações entre: a) a democracia e a ditadura; b) o político e o religioso e c) a política e a corrupção. Tendo em vista a necessidade de delimitarmos com mais precisão o nosso *corpus*, optamos pela escolha do primeiro trajeto temático, uma vez que notamos uma maior frequência de formulações sobre essa questão nas postagens e comentários, principalmente nas mídias alternativas e, por outro lado, um certo apagamento e/ou atenuação desse trajeto nas páginas de mídias tradicionais. Essas recorrências discursivas diferenciadas nos possibilitaram um meio de observação do funcionamento de confrontos de sentidos do político e da política nos dois espaços de significação investigados. Nessa perspectiva, é preciso esclarecer, brevemente, os conceitos de democracia e ditadura, já que este foi o trajeto temático escolhido em nossa pesquisa.

A democracia e a ditadura são formas de se governar uma nação. Essas duas formas possuem características distintas, diríamos, inclusive, antagônicas, haja vista que a segunda é uma forma não-democrática. De maneira geral, podemos dizer que a democracia diz respeito ao poder de decisão que vem do povo, por meio de representantes democraticamente eleitos. Já a ditadura se refere a decisões que são impostas de forma autoritária por um governo ou grupo. Essa é uma premissa básica para que compreendamos a configuração dessas duas formas de governo.

Para Miguel (1996), a democracia se tornou o horizonte normativo da prática e do discurso político. Entretanto, as significações acerca da democracia são complexas e polêmicas. E, nesta esteira, há uma contradição entre seu sentido abstrato, isto é, normativo e as manifestações empíricas concernentes à democracia. O teórico aponta, sustentando-se nas reflexões de David Beetham, que “o conceito de democracia é incontestável: é uma forma de tomada de decisões públicas que concede ao povo o controle social” (MIGUEL, 1996, p. 5). Contudo, Miguel (1996) também pontua que toda a ideia de democracia é, hoje, controversa e tal situação não deve ser vista de maneira passageira e contingente, mas, sim, como um efeito de seu valor nas disputas políticas contemporâneas. Isso implica dizer que a concepção de democracia carrega uma complexidade de sentidos.

Bobbio (1986, p. 12) também pontua o que ele chama de conceito mínimo de democracia, partindo da ideia de que “por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. Entretanto, é preciso considerar, conforme nos ensina Rancière (2018), a relação que se estabelece entre democracia, consenso e dissenso, uma vez que nossas sociedades são muito extensas, populosas e complexas, desse modo, a participação democrática é permeada de conflitos e disputas graças à incorporação de mais e mais grupos à cidadania. Com isso, o jogo entre o consenso e o dissenso urge nos governos considerados democráticos.

Para pensar sobre as definições de democracia, podemos relembrar a chamada “doutrina clássica”, que surgiu no século XVIII e ganhou força durante as Revoluções Liberais, como nos aponta Côrrea (2011). “Lembrando as reivindicações da Revolução Francesa ‘Liberdade, Igualdade e Fraternidade’, podemos pontuar o início da defesa dos direitos: civis (liberdade), políticos (igualdade) e sociais (fraternidade)” (CÔRREA, 2011, p. 1). Nesse sentido, segundo a definição clássica, a democracia seria “o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade” (SCHUMPETER, 1984, p. 305).

Entretanto, na seara entre os ideais democráticos e as práticas efetivas do exercício da democracia, nas mais diversas instituições, encontra-se uma complexidade que se constitui pelo paradoxo de se desenvolver, de fato, ações governamentais democráticas. Nessa perspectiva, Bobbio (1986, p. 9) nos diz que “para o regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica”. A democracia, assim, se constitui como um regime frágil, na medida em que o próprio regime oportuniza uma permissividade de ações. Por essa razão, não se pode considerar o conceito de democracia de modo estático e simplista, mas, sim, deve-se pensar na democracia em sua complexidade, com os conflitos e disputas presentes nesta forma de governo.

De forma geral, podem-se distinguir entre a chamada democracia direta e a representativa. Na primeira, os cidadãos participam diretamente das decisões do Estado. Um exemplo disso é a participação em consultas populares, como é o caso dos

referendos e dos plebiscitos. Na segunda, a vontade do povo é expressa através dos seus representantes que são eleitos por voto direto nas eleições.

Assim, os sentidos de democracia giram em torno da soberania popular, isto é, da sujeição à vontade das pessoas, que são a fonte de todo o poder político. Isso implica dizer que todo poder emana do povo, que o exerce através de representantes eleitos ou diretamente, como nos diz a Constituição Federal. Nessa perspectiva, quando falamos em democracia, se produzem sentidos de direitos, liberdades e, também, de disputas, conflitos e contradições no âmbito social.

Quanto ao conceito de ditadura, é importante salientar que “como ninguém quer ser confundido com um defensor da ditadura, hoje são poucos os que sequer ousam pensá-la. Na literatura contemporânea da Ciência Política, quase não existem referências bibliográficas que mostrem alguma preocupação em analisar o tema da ditadura ou da tirania” (LEIS; ASSMANN, 2010, p. 118).

Segundo Leis e Assmann (2010), a ditadura soberana atua contra a constituição existente, com o objetivo de instaurar uma nova legalidade, outra soberania e de forma permanente. Neste caso, o ditador é o soberano em sua força máxima, mas também em sua máxima indeterminação. “Este modelo de regime fortemente arbitrário e opressor é o que costuma ser identificado atualmente com o conceito de ditadura” (LEIS; ASSMANN, 2010, p. 118).

Desse modo, pode-se dizer que a ditadura se caracteriza pela presença de governos autoritários e centralizadores, em que a arbitrariedade das ações é o norte do governo. Na ditadura, a repressão pode ser exercida de duas maneiras: tanto fisicamente quanto psicologicamente. A primeira diz respeito à brutalidade com que os agentes da ordem mantêm a lei, já a segunda se refere desde a propaganda política até a limitação de liberdade de expressão.

Em nossas análises, portanto, iremos notar como os sentidos do político funcionam discursivamente pensando-se as formulações discursivas em torno desse tema na conjuntura das Eleições Presidenciais 2018. É preciso, pois, considerar a relação desse acontecimento com a memória histórica da democracia e da ditadura na América Latina e, principalmente, no Brasil. No caso específico do Brasil, a partir da República, em 1889, vemos a sucessão de formas de governos democráticos e autoritários que constitui nossa história e memória político-institucional e discursiva que, em parte, terá ressonância no acontecimento enunciativo-discursivo das Eleições de

2018, principalmente, a Ditadura Militar de 1964-1985, bem como o período de redemocratização pós-Ditadura.

Além da memória histórica acerca da democracia e da ditadura, esse tema também é refletido no contexto histórico mais imediato das Eleições de 2018 a partir, por exemplo, do golpe de 2016 (com a destituição da presidenta eleita Dilma Rousseff), da operação Lava Jato e, conseqüentemente, da prisão de Lula, do bolsonarismo e da ascensão da direita, bem como através da “polarização” Haddad x Bolsonaro, democracia x fascismo nas Eleições. São esses sentidos que emergem e que serão analisados por meio do nosso *corpus*.

Escolhido tal trajeto temático, fizemos um mapeamento das postagens e dos comentários, no período considerado, que colocavam em questão os embates de sentidos entre democracia e ditadura, observando os comentários feitos pelos sujeitos diante do que estava sendo problematizado nas postagens, para que pudéssemos analisar as posições-sujeito e efeitos de sentido que os sujeitos enunciatóres e leitores colocaram em cena/confronto ao produzirem gestos de interpretação sobre conteúdos políticos nas páginas selecionadas, além de avaliar em que medida as posições-sujeito e efeitos de sentido investigados se relacionam com os lugares discursivos de mídia tradicional e alternativa.

Na tabela 2, podemos verificar o número de postagens e de comentários encontrados nas páginas:

**Tabela 2-** Quantidade de postagens e comentários nas páginas.

<b>Espaços midiáticos</b>	<b>Páginas</b>	<b>Postagens</b>	<b>Comentários</b>
Mídias tradicionais	G1 – Portal de Notícias da Globo	13	15.484
	Uol	40	31.047
	Estadão	30	15.095
Mídias alternativas	Brasil 247	48	9.789
	The Intercept Brasil	14	3.056
	Revista Fórum	46	9.970

**Fonte:** Dados retirados da Rede social *Facebook* e tabela elaborada pela autora.

Como é possível observar na tabela 2, no espaço midiático tradicional, foram encontradas 83 postagens que tematizavam sobre a relação entre democracia e ditadura. O maior número de postagens circulou na página do UOL, com 40 publicações, seguidas do Estadão, com 30 e do G1, com 13. No que se refere à quantidade de comentários no grupo tradicional, verificamos que eles aparecem de forma exacerbada nas três páginas selecionadas, principalmente na página do UOL, em que encontramos um total de 31.047 formulações na seção de comentários. Em seguida, temos 15.484 comentários na página do G1 e 15.095 comentários na página do Estadão. Esses dados quantitativos nos revelam a ressonância dos veículos tradicionais no âmbito social e, especialmente, no contexto digital, uma vez que observamos a intensa interação que os sujeitos-leitores realizam com os conteúdos publicados.

Por outro lado, no espaço midiático alternativo, notamos um total de 108 postagens que abordam a relação entre democracia e ditadura. Ao compararmos a quantidade de postagens entre os dois grupos de mídias, vemos que as alternativas apresentam um maior número de publicações, o que revela a ênfase dada ao tema em questão. A página do Brasil 247 aparece com 48 postagens, em seguida, a Revista Fórum surge com 46 postagens e o The Intercept Brasil com 14.

No que diz respeito à quantidade de comentários, observamos que estes estão em menor número, se comparados aos da mídia tradicional. A Revista Fórum, por exemplo, aparece com 9.970 comentários, o Brasil 247 com 9.789 e o The Intercept Brasil com 3.056. Esses dados numéricos nos apontam, justamente, o caráter de contra-informação das mídias alternativas, tendo em vista que elas funcionam como um contraponto às mídias dominantes. Por essa razão, notamos a menor quantidade de comentários nas postagens feitas por essas mídias, pois, na sociedade, ao compararmos a repercussão dos dois espaços midiáticos, é possível perceber a predominância de acesso às mídias tradicionais.

Ainda no que se refere à seção de comentários, tomando como foco o trajeto temático da relação entre democracia e ditadura, vimos, nos gestos de interpretação formulados pelos sujeitos-leitores, alguns subtemas. Nas mídias tradicionais, por exemplo, a democracia foi associada pelos sujeitos-leitores às questões da alternância de poder, da estabilidade democrática no Brasil e do Estado laico. Já a ditadura foi relacionada à intervenção militar constitucional como forma de acabar com a corrupção no país, à ditadura “de esquerda” e ao saudosismo à ditadura de 1964.

No âmbito das mídias alternativas, as formulações evidenciadas pelos sujeitos-leitores relacionavam a democracia à resistência das mídias alternativas, à luta pela igualdade, à liberdade de expressão e à autonomia universitária. No que concerne à ditadura, esta estava associada à ideia de tempos sombrios, ao conflito entre ser cristão e defender práticas ditatoriais e ao impedimento da luta universitária no contexto das Eleições de 2018.

Na próxima seção, nos propomos a explicar, detalhadamente, quais procedimentos de análise foram adotados tendo em vista a configuração do nosso *corpus* e os movimentos de análise que realizamos a partir dele.

### **3.3 Procedimentos de análise**

Nosso *corpus* foi construído a partir dos recortes discursivos referentes ao acontecimento da Eleição Presidencial 2018, para que pudéssemos entender os sentidos produzidos no ciberespaço e as relações estabelecidas com as filiações históricas, pois, na medida em que os sujeitos posicionam-se através do discurso, é possível evidenciar o funcionamento do processo discursivo imbricado nas enunciações pronunciadas sobre o político.

Na nossa pesquisa, o funcionamento do discurso foi analisado a partir do entendimento das condições de produção do discurso digital do *Facebook*. Falar em condições de produção implica considerar, conforme Orlandi (2015), o sujeito, a situação e a memória. Em nosso caso, são as formulações dos sujeitos discursivos das mídias (tradicional e alternativa) e dos sujeitos-leitores dessas mídias que constituem nosso *corpus*. A situação nos remete à Eleição Presidencial 2018 no âmbito do espaço on-line do *Facebook*.

Assim, nessas condições de produção, entrou em cena, também, a memória. Esta foi analisada a partir da forma pela qual os sujeitos se posicionaram acerca dos acontecimentos políticos, de modo a produzir e deslocar sentidos através da situação especificada, tendo a possibilidade de estabelecer relações com as filiações históricas, portanto, com o interdiscurso. São essas redes de filiações de sentidos que nos interessam entender no momento que nos propusemos a analisar o sujeito em sua relação com a política nas páginas do *Facebook*. Nessa perspectiva, Cortes (2015, p. 85) nos sinaliza que “é necessário considerar a *World Wide Web* ou internet em suas

determinações históricas e sociais”. Entendemos, nesse sentido, que o discurso digital se formula ao circular (DIAS, 2018). Por isso a necessidade de assimilar, no espaço dinâmico do *Facebook*, a interconexão de sentidos promovida por esse dispositivo tecnológico.

Dessa forma, no espaço tradicional e alternativo, investigamos os gestos de interpretação materializados na formulação (intradiscurso) dos fatos divulgados/noticiados, a partir da análise dos títulos das postagens, do corpo das notícias, das legendas e das imagens. Buscamos caracterizar os modos de filiação dos sujeitos-enunciadores das páginas através da inscrição destes em formações discursivas. Demarcamos, assim, os processos de identificação, contraidentificação e desidentificação dos sujeitos produtores e leitores por meio da inscrição em determinadas formações discursivas, o que revela as posições político-ideológicas ocupadas por esses sujeitos.

Visando compreender o funcionamento discursivo dos modos de textualização do político nas páginas de mídias tradicionais e alternativas do *Facebook*, organizamos nossa investigação a partir de dois capítulos analíticos: no capítulo 4, fizemos a análise do funcionamento discursivo das mídias tradicionais e, no capítulo 5, fizemos a análise do funcionamento das mídias alternativas. Em cada capítulo, trabalhamos com dois movimentos de análise que serão detalhados nos parágrafos seguintes.

O **primeiro movimento** consistiu na análise da constituição dos lugares discursivos das páginas de mídias tradicionais e alternativas selecionadas. Com o intuito de realizarmos a análise, detivemos nosso olhar, no primeiro momento, para a caracterização dos elementos discursivos que, na materialidade das páginas escolhidas, demarcaram o **funcionamento dos lugares discursivos** dessas mídias, evidenciando processos discursivos imbricados nos gestos de interpretação dos sujeitos enunciadores das páginas frente aos conteúdos políticos relacionados ao contexto das Eleições 2018. De maneira geral, evidenciamos, neste primeiro movimento de análise, como traço principal do lugar discursivo da MT, a **produção do efeito de neutralidade da mídia tradicional** e a **produção do efeito de militância da mídia alternativa**. Nossa análise é guiada, assim, a partir da tensão entre esses dois efeitos.

Os lugares discursivos foram caracterizados a partir das formulações (discursivas e imagéticas) das páginas: imagens de capa e de perfil das páginas, bem como a forma como elas se autodefinem na aba “Sobre”. Acreditamos que a partir da

investigação desses lugares discursivos poderemos identificar posições ideológicas das mesmas.

No nosso **segundo movimento de análise**, focamos o espaço das postagens e dos comentários dos perfis dos dois grupos midiáticos, visando compreender os efeitos de sentidos produzidos a partir dos lugares discursivos da mídia tradicional e da mídia alternativa. Nesse viés, neste segundo momento, inicialmente, analisamos o espaço das mídias tradicionais, a partir dos recortes discursivos referentes ao primeiro turno (início de setembro até 07/10/2018), ao segundo turno (08/10 a 27/10/2018) e após o resultado do pleito eleitoral (28/10 até nov/dez/2018), tomando como fio condutor as postagens concernentes à relação entre democracia e ditadura. À medida que analisávamos cada recorte, observávamos também de que modo os sujeitos-leitores se confrontavam e/ou dialogavam com os sentidos construídos pelas postagens, através dos comentários, evidenciando, assim, os modos de subjetivação dos sujeitos-internautas.

No que diz respeito à análise dos comentários, os organizamos a partir de rede de formulações, conceito esse explorado por Courtine (2016). De acordo com o autor, a redes de formulações é

um conjunto estratificado ou desnivelado de formulações, que constituem a mesma quantidade de reformulações possíveis de [E]. O que chamamos de estratificação ou desnivelamento de formulações refere-se à dimensão vertical (ou interdiscursiva) de um [E] como rede de formulações. É nestas redes que se estabiliza a referência dos elementos do saber: os objetos do discurso são formados ali como pré-construídos, os [E] os articulam (COURTINE, 2016, p. 23).

Através da rede de formulações, selecionamos e organizamos sequências discursivas, de modo a ser possível compreender os processos discursivos imbricados nos gestos de interpretação pelos sujeitos-leitores dos perfis de MT e MA em relação à textualização do político. De acordo com Benetti (2016, p. 248), “a sequência discursiva é o trecho [...] recortado pelo pesquisador, do texto em análise” que contém elementos que respondem à questão de pesquisa. Acreditamos, então, que a seleção das sequências é um passo importantíssimo para a compreensão do nosso objeto.

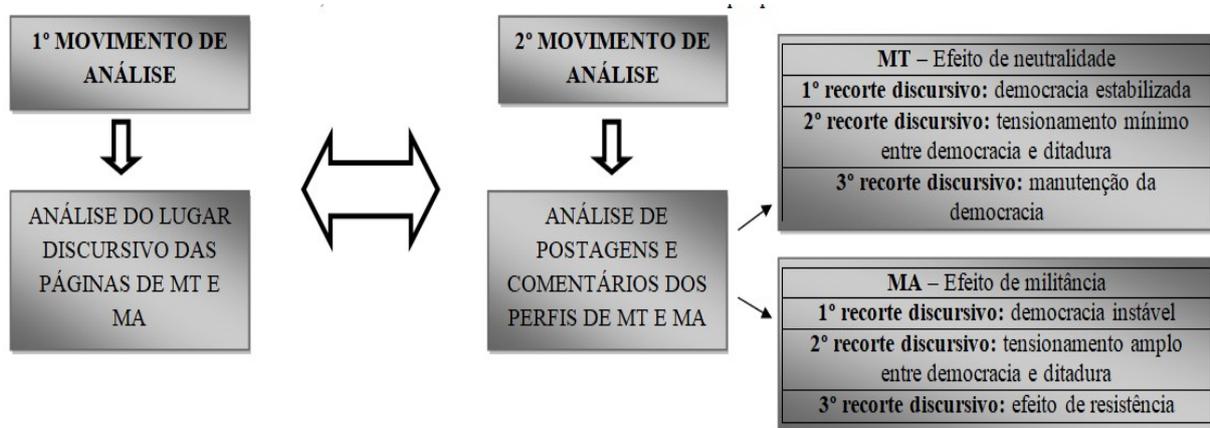
Nesse segundo movimento de análise, quanto ao espaço das mídias tradicionais, demonstramos um movimento de interpretação constituído por três efeitos de sentidos: i) democracia estabilizada; ii) tensionamento mínimo entre democracia e ditadura e iii) manutenção da democracia.

No espaço das mídias alternativas, realizamos, pois, o mesmo procedimento analítico, isto é, investigamos cada recorte discursivo, evidenciando, primeiramente, os efeitos de sentido produzidos a partir das postagens formuladas pelos sujeitos-enunciadores e, depois, os gestos de interpretação produzidos pelos sujeitos-leitores. Nas mídias alternativas, através da análise, constatamos um movimento de interpretação caracterizado por meio dos seguintes efeitos de sentido: i) democracia instável; ii) tensionamento amplo entre democracia e ditadura e iii) efeito de resistência.

Podemos dizer, então, que nossa análise girou em torno de três aspectos, implicados nas modalidades de subjetivação do sujeito (identificação, contraidentificação e desidentificação): investigamos (i) os efeitos de sentidos evidenciados a partir da materialidade significante; (ii) as filiações históricas feitas no momento de inscrição em formações discursivas e (iii) os movimentos de interpretação realizados pelos sujeitos.

Por meio dos dois movimentos de análise explicitados, poderemos compreender a relação do sujeito com o real da língua e da história, uma vez que o material de análise nos possibilitará encontrar pistas dos gestos de interpretação feitos pelos sujeitos. É na relação entre efeitos, filiações e movimentos de interpretação, portanto, que conseguimos averiguar como se configuram discursivamente os modos de textualização do político no âmbito do *Facebook*.

Apresentamos, na figura 6, de forma sistematizada, os movimentos de análise realizados em nossa pesquisa:



**Fonte:** elaborada pela autora.

Guiados por esses dois movimentos evidenciados na figura 6, nos capítulos que seguem, demonstramos como os sentidos do político foram textualizados discursivamente na seara das mídias tradicionais e das mídias alternativas.

#### **4 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO POLÍTICO NO ESPAÇO ON-LINE DA MÍDIA TRADICIONAL: A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2018 DISCURSIVIZADA A PARTIR DE UM LUGAR DE NEUTRALIDADE**

Neste capítulo, vamos analisar o nosso *corpus* buscando compreender como funcionam discursivamente os sentidos do político textualizados em páginas de mídias jornalísticas tradicionais do *Facebook*. Para tanto, no primeiro momento, nos propomos a investigar como se constituem os lugares discursivos dos sujeitos dessas mídias, pensando a articulação entre lugar social, lugar discursivo e posições-sujeito (cf. seção 1.4). No segundo momento, detemo-nos na análise dos efeitos de sentido constatados, na mídia tradicional, a partir de postagens representativas referentes aos três recortes discursivos que explicitamos no capítulo metodológico. Em consonância com a análise desses efeitos, vamos investigar as posições dos sujeitos-leitores através dos gestos de interpretação produzidos por meio dos comentários concernentes às postagens. O fio discursivo tecido no espaço das postagens e dos comentários será observado pensando-se na relação entre democracia e ditadura, relação essa colocada em cena/confronto no contexto da Eleição Presidencial 2018.

##### **4.1 O lugar discursivo de neutralidade ocupado pela Mídia Tradicional**

Neste primeiro movimento de análise, nos interessa compreender de que forma, no âmbito do espaço on-line, o sujeito midiático tradicional se constitui, demarcando, através dos lugares sociais, o lugar discursivo a partir dos quais esse sujeito enuncia e, conseqüentemente, tece rede de sentidos que se filiam a determinadas formações discursivas ligadas a formações ideológicas.

Pêcheux (2014), ao falar sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, baseado nos Aparelhos Ideológicos de Estado discutidos por Althusser, explicita duas proposições que, a nosso ver, são imprescindíveis para compreendermos a importância de entender o lugar do qual fala o sujeito midiático. Nessa perspectiva, o teórico adverte que i) só há prática através de e sob uma ideologia e ii) só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos. Com essas assertivas, fica claro que são nas práticas discursivas dos sujeitos que a ideologia se materializa. Isso implica dizer que a constituição do sentido se junta à constituição dos

sujeitos por meio da interpelação ideológica. Daí a necessidade de entendermos os lugares dos sujeitos dessas mídias no espaço on-line visando investigar o funcionamento discursivo na textualização do político feita pelo segmento midiático tradicional.

Dessa forma, analisaremos, a seguir, a constituição do lugar discursivo dos sujeitos das três páginas de mídia tradicional do *Facebook*, a saber: G1, Uol e Estadão compreendendo o modo como os sujeitos jornalistas dessas páginas ocupam esse lugar no espaço on-line.

Analisamos o lugar discursivo dos sujeitos das páginas de mídias tradicionais detendo o olhar para cada página desse segmento midiático, na medida em que observamos as particularidades das formulações de cada página, para, em seguida, constatarmos as regularidades do lugar discursivo das mesmas.

Para realizarmos essa análise, observaremos materialidades que significam nas páginas, demarcando o modo como ocupam seus lugares discursivos. Observaremos, assim: i) a foto de capa da página; ii) a foto de perfil e iii) a forma como cada página se autodefine na aba “Sobre” das páginas do *Facebook*.

Como explanamos em nossos capítulos teóricos, a mídia tradicional se caracteriza pela construção de um ideal de neutralidade. Desse modo, as práticas jornalísticas dos veículos midiáticos tradicionais se orientam a partir de “princípios jornalísticos que garantiriam, pela técnica aprimorada da escrita na imprensa, a informação como um bem de consumo capaz de refletir os fatos do mundo real do modo mais isento possível, nos diversos meios de comunicação de referência” (MELO, 2004, p. 29). A linguagem jornalística seria, pois, transparente, refletindo o mundo tal qual ele é.

Nessa perspectiva, a neutralidade se configura como um dos princípios que recebe papel de destaque nos gestos de interpretação produzidos pelo sujeito da mídia convencional. Na perspectiva discursiva, entendemos esse ideal de neutralidade como um efeito ideológico do discurso da grande mídia. Nessa seara, partimos da premissa de que o lugar discursivo da mídia tradicional é guiado pelo efeito de neutralidade. Esse efeito se sustenta, por sua vez, através da ilusão de objetividade, universalidade e imparcialidade. Seria objetivo porque o “bom” jornalismo busca fugir da subjetividade; seria universal tendo em vista que a mídia tradicional trata a interpretação dos fatos como se esta fosse única; e seria imparcial tendo em vista a tentativa de apagar a historicidade e, portanto, a ideologia, dos textos jornalísticos.

Partindo desse lugar discursivo de neutralidade, há o efeito de transparência da linguagem, no qual se toma as materialidades significantes como espaço de mera transmissão de informações, informações essas que parecem ser autônomas, transparentes, permitindo a naturalização e neutralização dos sentidos. Para produzir esse efeito de neutralidade, a grande mídia se vale de regras prescritas por manuais de redação e estilo, por exemplo, como pontua Melo (2004).

A produção do discurso noticioso feita pela mídia tradicional, portanto, visa apagar as marcas ideológicas presentes na linguagem, tomando a informação não como uma interpretação da imprensa diante dos fatos transformados em notícias, mas, sim, como uma descrição dos fatos reais a partir dos textos jornalísticos (MELO, 2004). As estratégias adotadas pela grande mídia para alcançar esse efeito de neutralidade acabam por apagar o político, isto é, a divisão dos sentidos, apagando-se, também, por conseguinte, a língua (sujeita à falha e ao equívoco) e o sujeito.

No que concerne às mídias tradicionais, buscamos, em nossa pesquisa, demonstrar como esses perfis jornalísticos materializam o lugar discursivo de neutralidade nas páginas selecionadas para análise.

Inicialmente, é preciso enfatizar que, como nos indica Charaudeau (2013), a grande mídia funciona segundo uma dupla lógica: a econômica e a simbólica. A primeira diz respeito ao fato de que todo organismo de informação age como uma empresa, “tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo” (CHARAUDEAU, 2013, p. 21). Já a segunda possibilita que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública. Aqui, estamos lidando, pois, com uma lógica social.

Nossa análise se orienta, assim, por meio, primeiramente, da premissa do lugar discursivo de neutralidade da MT e, em segundo lugar, tendo em vista essa dupla lógica dos veículos de comunicação tradicionais.

Nas subseções que seguem, então, vamos perceber como cada página de MT demarca esse lugar de neutralidade.

#### 4.1.1 G1 – O portal de notícias da Globo

Primordialmente, vamos observar o lugar discursivo do sujeito da página do G1 – O portal de notícias da Globo. Nesta esteira, necessário se faz explorarmos sobre as condições de produção desse portal para que justifiquemos a nossa afirmação de que o G1 faz parte da “grande mídia”, isto é, da mídia tradicional (cf. seção 2.3).

O portal do G1 se insere em um conjunto maior de empresas, fazendo parte do Grupo Globo. Esse grupo foi fundado, em 1965, pelo jornalista Roberto Marinho. De acordo com Ramos e Freitas (2015, p. 2), a Globo assinou um contrato com o grupo norte-americano Time-Life, que se estendeu até 1969. Ela recebeu cinco milhões de dólares na transação e acabou descumprindo o artigo 160, da Constituição vigente na época, pois esta “proibia a presença de capital estrangeiro em Mídia, que fosse fruto de concessão estatal”. Contudo, ainda conforme os autores, os militares, que chegaram ao poder em 1964, desconsideraram o texto constitucional, haja vista que “bastou uma assinatura do então presidente, Costa e Silva, e todos ficaram bem. Foi legalizada a situação da Globo” (RAMOS; FREITAS, 2015, p. 2).

Para Alves e Whitaker (2017, p. 12), a ascensão da Globo se deu, justamente, no período em que o país vivia um Estado de exceção, pois era governado pelos militares. De acordo com os estudiosos, a Globo é acusada de manter “uma convivência harmônica com os governos militares, e ainda mais grave, é acusada de contribuir com esse período nebuloso da história recente do país”. Como a Ditadura Militar não tinha apoio popular, era necessário o auxílio de uma grande mídia a fim de promover a integração nacional, bem como a legitimação do então regime. A Globo, pois, assumiu este papel (RAMOS; FREITAS, 2015).

O Grupo Globo se estabeleceu sócio-historicamente “como veículo de comunicação consolidado, ocupando lugar de autoridade pela sua credibilidade imaginária” (PERINI, 2019, p. 64). Aqui, cabe explicitarmos a noção de formações imaginárias, conceito esse trabalhado por Pêcheux (2014). Segundo o autor, as formações imaginárias se referem às imagens projetadas, através do discurso, do sujeito sobre ele mesmo, sobre o outro e a respeito do que se fala.

Dessa forma, o G1, no contexto das empresas Globo, a partir de certas imagens projetadas sobre si e, também, de imagens formadas pela hegemonia de audiência e de patrocinadores, garante a produção de determinados sentidos a seu respeito. Esses

sentidos produzidos podem ser vistos, por exemplo, através dos Princípios Editoriais divulgados pelo Grupo Globo em agosto de 2011<sup>6</sup>. Esse documento é composto por uma “Breve definição de jornalismo” e três seções: a) Os atributos da informação de qualidade; b) Como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas, do veículo para o qual trabalha [e das redes sociais]; c) Os valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo.

Respaldados por esses Princípios Editoriais, as empresas Globo e, conseqüentemente, o G1, constrói um imaginário em que “a imagem estabilizada é precisamente a que confere sua credibilidade como imprensa séria, instituição tradicional” (PERINI, 2019, p. 64). Nessa perspectiva, as condições de produção das notícias veiculadas pelo Grupo Globo partem de “posições de grande sucesso” através do “bom jornalismo que praticam”, resultando na “produção do primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas” e buscando, assim, “a verdade dos fatos, livre de prismas e vieses”<sup>7</sup>. Por meio da leitura desses trechos, é possível perceber pressupostos como verdade, objetividade e imparcialidade que são projetados sobre si e para os leitores/audiência das empresas do Grupo Globo, construindo, dessa forma, uma imagem diante da estrutura social (PERINI, 2019).

Mediante essas considerações, vamos deter nosso olhar para a página do G1, no *Facebook*, a fim de verificarmos a constituição desse lugar discursivo. Vejamos, na figura 7, a foto de capa do portal:

---

<sup>6</sup> Os princípios editoriais dos quais falamos estão expostos na internet. Disponível em <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.pdf>> Acesso em 12 mai. 2020.

<sup>7</sup> Citamos, aqui, alguns trechos dos Princípios Editoriais do Grupo Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2020.

**Figura 7** - Foto de capa da página G1.



**Fonte:** Página do G1 na rede social *Facebook*

Na materialidade imagética visualizada na figura 7, percebemos que a foto de capa apresenta um vídeo dos redatores e demais funcionários trabalhando na elaboração de conteúdos que sustentam a página. Acreditamos que, ao se destacar o modo de elaboração das notícias que são veiculadas pelo G1, se produz um efeito de objetividade, bem como de eficiência, proveniente do meio de comunicação em questão. Isso nos revela que, a partir do lugar social de jornalista, o lugar discursivo de neutralidade constitui-se por meio da aderência a um espaço marcado pela necessidade de explicitar a aparente “transparência” do veículo de comunicação.

Nessa seara, observemos, agora, a foto do perfil da página, bem como a forma como ela se autodefine:

**Figura 8** - Foto de perfil e forma como a página do G1 se autodefine.



**Fonte:** Página do G1 na rede social Facebook

Como vemos na figura 8, a foto de perfil sugere uma “forma simples” de autoimagem da página, ao trazer o logotipo do segmento jornalístico em questão. Mais uma vez, percebemos um efeito de objetividade presente na materialidade analisada, haja vista que até agora não notamos, explicitamente, marcas da ideologia que interpela a página. Há, assim, uma tentativa de apagamento do posicionamento ideológico que rege o segmento midiático e, conseqüentemente, um apagamento do político. Quanto à maneira como a página se autodefine, vejamos:

**SD1:** Esta página é um lugar para o nosso público. Comentários, sugestões, críticas e elogios são bem-vindos. Precisamos, no entanto, **ter certas regras**. Não aceitaremos spam, **correntes ou conteúdos inadequados**. Nos reservamos também o direito de **remover** qualquer postagem ou outro **material inapropriado**.

Sendo uma página de mídia jornalística, a página do G1 se considera uma “Empresa de mídia/notícias”. Ao intitular-se dessa forma, notamos a demarcação do lugar social do portal. Trata-se de uma empresa e, como tal, objetiva os lucros comerciais. Aqui, entra em cena a lógica econômica, como nos lembra Charaudeau (2013), lógica essa inserida no sistema capitalista, que enfatiza os lucros como aspecto primordial. Dessa forma, entendendo o lugar social do sujeito da página do G1, é possível pensar na tensão estabelecida entre o lugar social e as práticas discursivas feitas pelo sujeito da página. É nessa articulação entre o lugar social e as práticas

desenvolvidas a partir desse lugar que vemos o funcionamento do lugar discursivo de neutralidade.

Esse lugar social de empresa jornalística é capaz de produzir efeitos, por exemplo, no agendamento dos temas (cf. seção 2.3), haja vista a publicação de notícias que deem íbope e, conseqüentemente, lucro, pois esse íbope pode atrair grandes patrocinadores para o sujeito dessa mídia. Nesse aspecto, é preciso ressaltar, assim, o funcionamento do sistema capitalista que rege as relações econômicas da nossa sociedade (PERINI, 2019), pois, como afirma Medina (1988, p. 16), a notícia, enquanto produto é “a informação, no caso, jornalística, como decorrência normal do sistema econômico que está na base. Há, então, de se considerar a informação como outro produto, mais um, desse sistema”. Logo, nesse lugar social de empresa, as notícias produzidas pelo portal funcionam como um produto que circula no sistema capitalista de nossa sociedade. A produção desse produto/notícia, portanto, envolve posições ideológicas que direcionam as práticas discursivas do sujeito da mídia. Nessa perspectiva, “fica claro que lugar social e lugar discursivo são constituídos mutuamente e um produz efeito no outro” (CORTES, 2015, p. 78).

Baseados nessas considerações, ao observamos a SD 1, vemos que o sujeito da mídia afirma que a página é “um lugar para o nosso público”. Ao produzir essa formulação, podemos pensar na reflexão de Dias (2013, p. 248) sobre “uma ideologia que não diz seu nome, mas que se materializa no discurso do acesso para todos”. Queremos enfatizar, com isso, que, por meio do intradiscorso, isto é, da formulação de sequências linguísticas que evidenciam esse lugar para o público, emerge o efeito metafórico de universalização, como nos ensina Dias (2013). De acordo com a autora essa “universalização produz sentidos, assim, no interior do acontecimento da tecnologia, nessas condições de produção atuais que reorganizam a sociedade em torno da comunicação” (DIAS, 2013, p. 248).

Logo, quando se pensa nessa abertura de espaço para o público, como colocada pelo sujeito da mídia em questão, se pensa também no acesso de uma informação universalizada para todos, em que “comentários, sugestões, críticas e elogios são bem-vindos”, produzindo um efeito de democracia àqueles que acessam/leem os conteúdos produzidos e divulgados pelo sujeito da página. Nesse momento, podemos, também, fazer uma analogia com a lógica simbólica/social proposta por Charaudeau (2013), uma vez que a mídia pretende contribuir para o debate social, dispondo de dispositivos que

proporcionam o surgimento e o confronto de diversas falas. Entretanto, como esclarece Charaudeau (2013), esse surgimento e confronto tratam-se,

ao contrário, de uma encenação organizada de tal maneira que os confrontos de falas tornam-se, por si, um acontecimento notável [...] o acontecimento é proveniente, aqui, de um dizer que não é um simples recurso para descrever o mundo (a fala do apresentador, do jornalista ou da testemunha), mas uma construção com fins de revelação de uma determinada verdade sobre o mundo. Essa construção é, então, exibida (na imprensa, no rádio, na televisão), e para tanto ela é objeto, como no teatro, de uma *mise-en-scene* nos dispositivos instalados pelas mídias. (CHARAUDEAU, 2013, p. 189, grifos do autor)

A mídia, nesse sentido, fabrica o efeito de espaço democrático através da lógica social, entretanto, no mesmo enunciado, também observamos uma ressalva, haja vista que o sujeito da página diz “ter certas regras” que precisam ser respeitadas, não permitindo a exposição de “conteúdos inadequados”. Aqui, cabe explicitarmos as considerações de Dias (2013) a respeito da distinção entre o acessável e o acessível. De um lado, vimos a produção de um efeito de universalização ao afirmar que o sujeito da página permite um acesso para o público. Entretanto, na mesma sequência discursiva, encontramos discursividades que remetem à restrição desse acesso (ter certas regras/ conteúdos inadequados). Nessa esteira, concordamos com Dias (2013, p. 250) para quem ““acessar algo”” não significa que algo é acessível, no sentido de inteligível ou compreensível, mas que algo é passível de ser acessado, ou seja, acessável, palavra não dicionarizada”. Compreendemos, então, que o sujeito da mídia em questão traz à tona discursividades que tocam o acessável, mas não possibilitam o acessível, no sentido do político, como pontua Dias (2013). Isso porque se, no primeiro momento, a SD 1 produz um efeito de democracia, como já dissemos anteriormente, ao afirmar que “é um lugar para o nosso público”, no segundo momento, evidencia-se a presença de um efeito de controle em relação ao que pode ou não ser veiculado na página.

Um fato interessante para refletirmos, ainda nessa SD, é acerca dos critérios do que seriam os “conteúdos inadequados”. O que percebemos é que, na materialidade em questão, há um apagamento/ausência da explicitação de tais conteúdos. Esse apagamento, entretanto, também significa, deixando possibilidades de sentidos a serem preenchidas diante da formulação. Desse modo, podemos inferir quais os possíveis critérios do que poderia definir-se como inadequado tendo em vista os Princípios Editoriais que regem os segmentos das empresas Globo. Assim, poderiam ser considerados inadequados conteúdos com prismas e vieses, por exemplo, já que o

sujeito dessa mídia diz produzir informação “livre” desses posicionamentos, o que revela, mais uma vez, o efeito de neutralidade constituído pela imparcialidade do veículo midiático.

Ainda no que tange aos conteúdos inadequados, o sujeito da página explicita que tem “o direito de remover qualquer postagem ou outro material inapropriado”. Aqui, observamos que o sujeito assume o lugar discursivo de moderador de leitura, haja vista que é responsável por gerir e administrar os conteúdos veiculados na página. Cortes (2015) pontua que, ao assumir o lugar discursivo de moderador, o sujeito pode inscrever-se em diferentes posições, como, por exemplo, na posição de controlador da leitura, como é o caso da SD1, haja vista que, quando se afirma que vai “remover” postagens com materiais inadequados, se interdita a leitura, denunciando o funcionamento do silenciamento dos sentidos (CORTES, 2015). Dessa forma, podemos dizer que há um tensionamento de sentidos que evidencia um contraste de posições assumidas pela página, demarcando, de um lado, uma posição democrática e, de outro, uma posição de controle. Entra em cena, desse modo, os efeitos de contradição e interdição da leitura.

Para observarmos, mais nitidamente, o funcionamento do efeito de neutralidade do sujeito da página do G1, trouxemos a seguinte passagem dos princípios editoriais que regem esse veículo de comunicação:

**SD2:** Não se trata aqui de enveredar por uma discussão sem fim, mas a tradição filosófica mais densa dirá que a **verdade** pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas **existe**; e que, se a **objetividade** total certamente não é possível, **há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo** [...] Dizer, portanto, que o jornalismo produz conhecimento é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos, mas traduz com mais humildade o caráter da atividade [...] **Pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar.** O veículo cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa, faz propaganda. Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica [...] **O grupo Globo terá sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar.**

Como vemos, esse veículo da mídia tradicional explicita, em seu discurso, a tentativa de propor que existe uma verdade a ser divulgada para os leitores. Essa verdade está sustentada na posição de objetividade sugerida pelo editorial. Assim, há, pois, um efeito de neutralidade produzido pelo Grupo Globo. Essa posição é construída a partir do efeito de uma prática “verdadeira” de se fazer jornalismo. Observamos,

também, na SD 2, o discurso da seriedade, como propõe Orlandi (1989), uma vez que é sugerida uma dualidade entre a prática do “jornalismo profissional” e a prática do que se denomina “propaganda”. Nesse discurso, quando se legitima Y (no caso, o jornalismo dito profissional), se exclui X (a “propaganda”), numa prática de silenciamento. Melo (2004, p. 34) nos diz que isso pode ser feito “ora pelo discurso da competência, ora pelo discurso da verdade, ora pelo do explicável”. Esse discurso do jornalismo profissional resulta, então, no efeito de competência e de credibilidade atribuído à mídia tradicional.

Há de se considerar, ainda, na SD observada acima, as relações estabelecidas entre conhecimento, informação e ciência (verdade) *versus* ideologia, luta política e propaganda. A partir da formulação intradiscursiva exposta na SD, verificamos que há uma negação do caráter político e ideológico da ciência e da mídia tradicional, reforçando, assim, o efeito de neutralidade e objetividade que identificamos anteriormente. Além disso, também nessa SD, vimos que houve uma dissimulação do lugar político e ideológico da mídia tradicional, sob a aparência de objetividade e neutralidade na produção da informação. As práticas jornalísticas tradicionais, portanto, delegam “para a língua (para uma fatia dela) a possibilidade de transmitir conteúdos de modo neutro” (MELO, 2004, p. 35). Apaga-se, assim, o político, o equívoco da língua e o sujeito, ao se fabricar o efeito de neutralidade dos sentidos.

Outra questão importante a ser mencionada na construção dessa discursividade é deslegitimação das práticas jornalísticas que assumiriam posições políticas e ideológicas, considerando-as como propagandas. Assume-se, desse modo, que existe um falso jornalismo e um jornalismo de “verdade”. Este último seria aquele que visa apenas informar a sociedade sobre os fatos. Com essas constatações, observamos que o efeito de universalidade, isto é, a produção do consenso, é algo próprio das mídias dominantes. Há uma busca em mostrar o sentido único dos fatos que ocorrem dentro da sociedade. Contudo, como sabemos, “as palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, pois muda sua relação com a formação ideológica” (ORLANDI, 2005, p. 23). Nesse sentido, ao se colocar em uma posição neutra, as mídias tradicionais se inserem em uma FD dominante relacionada ao ideal do consenso em torno da constituição dos sentidos.

Percebemos, então, que o sujeito administrador do portal G1 ocupa um lugar discursivo marcado pelo efeito da neutralidade do dizer. Miguel e Biroli (2017, p. 72), ao tecerem considerações sobre a “grande imprensa”, também conhecida como mídia

tradicional, afirmam que “o sentido da objetividade não se restringe à correspondência entre fatos e realidade externa. Inclui, também, a correspondência entre fatos e julgamentos que expressam valores supostamente universais”. Em nossa pesquisa, partimos da premissa de que as mídias tradicionais atuam na perspectiva de buscar universalizar certos sentidos em detrimentos de outros. Assim, ao se colocar em uma posição de neutralidade, o sujeito discursivo da página aponta para um único sentido, que seria o “verdadeiro”, a ser veiculado pelas notícias. Sabemos, entretanto, que, na perspectiva discursiva, todo enunciado possui pontos de deriva possíveis, dando lugar à interpretação, como nos aponta Pêcheux (2008).

Na subseção a seguir, observaremos a constituição do lugar discursivo do sujeito do UOL.

#### 4.1.2 UOL (Universo On-line)

Após a compreensão da constituição do lugar discursivo do sujeito da página G1, vamos observar como se constitui o lugar discursivo do sujeito do UOL. Para isso, necessário se faz voltarmos o olhar para as condições de produção desse portal. Pioneiro na Internet brasileira, o UOL (Universo Online) surgiu em 1996 como o primeiro portal de conteúdo no país. A empresa é uma das cinco companhias que fazem parte do conglomerado de mídia Grupo Folha.

De acordo com Pires (2007, p. 305), a origem do Grupo se dá por volta de 1921, através do lançamento da Folha da Noite por Olival Costa, Pedro Cunha, Léo Vaz, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo, Antonio dos Santos Figueiredo e Artêmio Figueiredo. Esses jornalistas trabalhavam n’O Estado de S. Paulo e visavam criar um jornal que atingisse públicos leitores diferenciados. “Em 1925, foi lançado o matutino Folha da Manhã, com apresentação e linguagem mais próximas da imprensa tradicional, concorrendo diretamente com O Estado de S. Paulo” (PIRES, 2007, p. 305).

No decorrer da história do Grupo Folha, muitos foram os nomes que compraram e dirigiram o grupo em questão. De maneira geral, o Grupo buscava uma linguagem simples e a independência em relação aos partidos políticos. Em 1931, quando Octaviano Alves de Lima comprou a empresa, o jornal passou a voltar-se para a elite. Já em 1945, com o fim do Estado Novo e a volta à democracia, Octaviano vendeu a

Empresa “e os novos proprietários assumiram as redações pretendendo defender a democracia e manter a imparcialidade em relação aos partidos políticos” (PIRES, 2007, p. 306). Foi em 1960 que começou a vigorar, na empresa, as concepções de neutralidade e objetividade como fatores imprescindíveis do então jornalismo da Folha. Conforme nos aponta Pires (2007), durante o percurso histórico da Folha, muitas foram as contradições evidenciadas pelo Grupo. Uma delas diz respeito à Ditadura Militar de 1964, pois, enquanto a Folha de São Paulo não explicitava a defesa pelo regime, a Folha da Tarde (outro segmento do Grupo) fazia a defesa da ditadura de modo explícito.

Já a partir de 1984, como assegura Pires (2007, p. 309), o Grupo voltou-se para um intenso anúncio de “uma objetividade jornalística e da execução de técnicas de produção da notícia identificadas com a lógica empresarial”. Quando o UOL surge, então, em 1996, especificamente no espaço on-line, vê-se a reafirmação dos valores defendidos, historicamente, pela Folha de São Paulo. Tendo em vista, pois, que a UOL faz parte desse grupo, buscamos os princípios editoriais que o regem, a fim de compreender os pressupostos dessa esfera midiática.

O Grupo Folha enfatiza, em seus princípios editoriais, a necessidade de “manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão”<sup>8</sup>. Assim, através de um lugar social de empresa, entendemos que as práticas discursivas desse grupo são desenvolvidas a partir da constituição de um efeito de neutralidade, o que revela o lugar discursivo ocupado pelo sujeito dessa mídia. Nessa perspectiva, o grupo propõe garantir “relatos fidedignos de fatos relevantes”, sendo “direito do leitor cobrar da Folha um jornalismo de qualidade, que seja objetivo e preciso”<sup>9</sup>. Observamos que, assim como o sujeito do G1, o sujeito do Grupo Folha, do qual o Portal UOL faz parte, constrói um imaginário de objetividade, verdade e credibilidade, assumindo, para a audiência/leitor o compromisso com a “verdade dos fatos”. Dessa forma, esse efeito de neutralidade é sustentado pelo efeito de objetividade construído por meio das práticas discursivas. Esse sujeito que ocupa um lugar social empresarial pauta-se na ilusão de transparência da linguagem, seguindo

---

<sup>8</sup> Disponível em <<https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>> Acesso em: 16 mai. 2020.

<sup>9</sup> Esses trechos foram extraídos dos Princípios Editoriais do Grupo Folha. Disponível em <<https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>> Acesso em 16 mai. 2020.

“regras técnicas e padrões de conduta” para assegurar o efeito de evidência dessa objetividade do grupo midiático. Nesse sentido, o discurso produzido e divulgado tendo em vista a articulação entre o lugar social do sujeito empresário da mídia e o lugar discursivo é calcado na premissa do efeito de neutralidade. Para percebermos como isso se dá no *Facebook*, observemos, agora, na figura 9, a foto de capa, de perfil da página do UOL:

**Figura 9** - Foto de capa e de perfil da página do UOL.



**Fonte:** Página do UOL na rede social Facebook

Como vemos na figura 9, assim como na materialidade imagética encontrada na página do G1, na página do UOL, também percebemos a produção do efeito de neutralidade, uma vez que tanto na foto de capa quanto na foto de perfil, a empresa de notícias evidencia o logotipo do veículo de comunicação, demarcando, portanto, o lugar social de empresa jornalística que tem a função de informar, também, através do espaço on-line do *Facebook*. No que se refere ao modo como a página se autodefine, vejamos:

**SD3:** As **últimas notícias** do Brasil e do mundo nas áreas de política, economia, cotidiano, ciência, tecnologia, educação e mais.

**SD4:** Há **duas décadas somos a maior empresa brasileira** de conteúdo, serviços e produtos da internet. Sete em cada dez internautas acessam o UOL todos os meses, sua homepage recebe mais de 90 milhões de visitantes únicos por mês.

**SD5:** A constante **busca por inovação** e a **credibilidade** que conquistamos ao longo dessa história nos guiaram até aqui. E vão continuar nos guiando nos próximos anos.

Destacamos, nas SD 3, 4 e 5, que a constituição do lugar discursivo do sujeito da página é marcada pelo efeito de disputa para ser o melhor entre os veículos midiáticos. Há, desse modo, o funcionamento do discurso do marketing atravessando o discurso

jornalístico, que é, também, um discurso empresarial. Esse efeito é construído a partir da publicidade da página, funcionando, assim, uma posição-sujeito de publicitário, ao enaltecer fatores quantitativos, descritivos e que dizem respeito a aspectos da inovação tecnológica a que se propõe esse grupo midiático. Nesse viés, percebemos, em sua autodefinição, também um efeito de autopromoção da página. Assim, concordamos com a afirmação de Grigoletto (2007, p. 129), quando a autora, ancorada nas reflexões de Pêcheux, diz que “o lugar discursivo é determinado não só pelo lugar social, mas também pela estrutura da língua, materializada no intradiscurso”. Com isso, queremos enfatizar que é no imbricamento do lugar social de jornalista que se constitui o lugar discursivo do sujeito da página do UOL, inscrevendo-se, nas SD 3, 4 e 5, em uma posição-sujeito de publicitário na medida em que, na materialidade significativa, se destaca aspectos concernentes ao imaginário de mídia compromissada com a transmissão de informações fidedignas. Mais uma vez opera-se através do discurso de seriedade, sendo este colocado em evidência nas materialidades produzidas pelo sujeito do UOL.

Como forma de destacarmos, ainda mais, o funcionamento do lugar discursivo do sujeito dessa mídia, observemos a sequência discursiva 6 que faz parte dos Princípios editoriais do Grupo Folha:

**SD6:** Entende-se por **jornalismo profissional** aquele que segue regras técnicas e padrões de conduta que **garantem relatos fidedignos de fatos relevantes**. Embora a objetividade descritiva seja inalcançável como valor absoluto, procedimentos consagrados de apuração e redação **ampliam o distanciamento crítico e tornam as descrições dos eventos tão exatas quanto possível** [...] As diversas formas de **jornalismo artesanal**, praticadas com **espírito militante**, dedicadas a determinado tema ou circunscritas a uma comunidade, mostram-se úteis para suprir lacunas no conjunto da mídia, mas **são limitadas** em alcance e escopo pela parcialidade do ponto de vista e **precariedade da base material** – aspectos que também tendem a afetar um jornalismo financiado por distintas modalidades de mecenato.<sup>10</sup>

Na SD6, podemos perceber duas instâncias de significação que são colocadas pelo sujeito da mídia de forma estanque, antagônicas. De um lado, está o jornalismo profissional, atrelado ao imaginário do sujeito do Grupo Folha. De outro, encontra-se um jornalismo chamado de artesanal. Há, pois, assim como vimos na análise do sujeito do G1, um efeito de dualidade através da comparação evidenciada por meio da

<sup>10</sup> Estas informações podem ser encontradas nos Princípios Editoriais do Grupo Folha. Disponível em <<https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>> Acesso em: 16 mai. 2020.

materialidade significativa produzida por esse sujeito. Ao adjetivar, por exemplo, um jornalismo de profissional e outro de artesanal, é possível pensar que o primeiro seria sério, portanto, capaz de produzir um efeito de credibilidade e o segundo seria duvidoso, produzindo, assim, um efeito de deslegitimação referente a esse jornalismo artesanal, com “espírito militante”. Mussalin e Mendonça (2008, p. 134) nos diz que “quando um ponto de vista se coloca como verdadeiro, o efeito de sentido que produz é o da ‘verdade’ que está sendo enunciada e, quando um ponto de vista é tomado como falso, o efeito de sentido que produz é o da ‘falsidade’ que está sendo enunciada”. Nessa perspectiva, podemos dizer que, no momento em que o sujeito do UOL afirma ser um jornalismo profissional, preocupado em transmitir relatos fidedignos, esse sujeito se contrapõe ao jornalismo outro, chamado de artesanal. Projeta-se um imaginário deste último como sendo um jornalismo que mereceria pouca credibilidade.

A nosso ver, a formulação apresentada na SD 6 permite a compreensão de que o lugar discursivo da mídia do Grupo Folha se opõe às práticas discursivas desse jornalismo chamado de artesanal, de militante. São justamente as condições de produção de ambos os espaços que determinam, portanto, o modo como o discurso e os sentidos se constituem. Interessante se faz frisar que, na busca por produzir um imaginário de jornalismo de qualidade, que descreve os eventos da forma mais exata possível, fabrica-se, desse modo, um efeito de objetividade, desprivilegiando o lugar do outro jornalismo, o adjetivando, pejorativamente, como limitado. A discursividade construída na SD 6 aponta, dessa forma, para um embate de sentidos e de espaços, dentro da sociedade, entre esses tipos de jornalismo. O jornalismo militante, nesse caso, funcionaria como um contrapoder, como nos sugere Castells (2017).

É importante que observemos, em nossa análise, as recorrências discursivas presentes na mídia tradicional. Vimos que tanto o sujeito do G1 quanto o sujeito do UOL, para demarcar o lugar discursivo de neutralidade, fez a utilização de estratégias discursivas que resultou no efeito de dualidade entre segmentos midiáticos. Desse modo, a fim de demonstrar ser um jornalismo sério, neutro e objetivo, empregou-se um discurso de deslegitimação de outras tendências jornalísticas. Assim, vê-se que a lógica econômica e a simbólica/social se fazem presentes na prática jornalística convencional. Como vimos por meio das condições de produção dos discursos da grande mídia, além de serem grandes conglomerados midiáticos, tais segmentos produzem o efeito de

credibilidade diante do espaço social, colocando-se como mídias que priorizam a “melhor” informação para o público, preocupando-se, pois, também, com a sociedade.

Na próxima subseção, analisaremos o funcionamento do lugar discursivo do Estadão.

#### 4.1.3 Estadão (O Estado de São Paulo)

Para encerramos a discussão sobre os lugares discursivos das mídias tradicionais, deteremos nosso olhar, agora, à nossa última página de mídia tradicional: o Estadão. "O Estado de S. Paulo", conhecido, hoje, como “Estadão”, é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. Em 4 de janeiro de 1875, ainda durante o Império, circulava pela primeira vez "A Província de S. Paulo" – seu nome original. Somente em janeiro de 1890, após o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação pela República, recebeu-se sua atual designação<sup>11</sup>. O jornal em questão foi fundado por 16 pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, concretizando uma proposta de criação de um diário republicano surgida durante a realização da Convenção Republicana de Itu, com o propósito de combater a monarquia e a escravidão. Em 1902, Júlio Mesquita, um dos 16 fundadores, torna-se o único proprietário.

Guilherme (2018), pensando a imprensa como aparelho privado de hegemonia, no estudo intitulado “A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo”, faz uma relevante reflexão sobre o histórico do Grupo Estadão, demonstrando os paradoxos imbricados nas práticas do jornal em torno de questões sociais, políticas e econômicas. Na seara dessas discussões, nos interessa, em nossa pesquisa, destacar que, segundo Guilherme (2018, p. 199), o Estadão “conjuga a defesa da ideologia neoliberal, da meritocracia, possui fortes ligações com o empresariado paulista, posiciona-se de maneira contrária às greves e movimentos sociais, ao mesmo em tempo que se posta como defensor dos direitos individuais do cidadão”.

Desse modo, podemos dizer que, ocupando um lugar de empresário, o sujeito do Estadão, em suas práticas discursivas, retoma os interesses empresariais, visando,

---

<sup>11</sup> Essas informações podem ser encontradas no site do Estadão. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>> Acesso em: 17 mai. 2020.

portanto, o capital, “especialmente das burguesias paulistas” (GUILHERME, 2018, p. 220). Nessa perspectiva, é do lugar de empresa que se constrói o discurso e se agenda as pautas jornalísticas que serão produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação do Estadão.

Outro aspecto a se considerar é que, assim como vimos nos sujeitos das mídias do G1 e do UOL, o sujeito do Estadão também constrói um imaginário que leva em conta a produção de “um bom texto noticioso”, a partir de “textos imparciais e objetivos”<sup>12</sup>, como aponta o Manual de Redação do Estadão. Do lugar social de empresário, se produz, então, nas práticas discursivas, um lugar discursivo que se constitui pelo efeito de objetividade e de neutralidade. Podemos perceber a construção desse efeito, também, observando a foto de capa, de perfil e o modo como a página se autodefine:

**Figura 10** - Foto de capa da página do Estadão.



**Fonte:** Página do Estadão na rede social Facebook

<sup>12</sup> Esses trechos foram retirados do Manual de Redação do Grupo Estadão. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/manualredacao/gerais>> Acesso em: 17 mai. 2020.

**Figura 11** - Foto de perfil e autodefinição da página do Estadão.



**Fonte:** Página do Estadão na rede social Facebook

Ao determos o olhar para as materialidades significantes da página do Estadão, nas figuras 10 e 11, verificamos, também, um efeito de neutralidade tanto na foto de perfil quanto na de capa, uma vez que se traz a marca discursiva do sujeito da página, de forma “precisa e objetiva”. É interessante perceber que, em ambas, vemos a figura de um homem montado em um cavalo. Na figura 10, por exemplo, vemos que se faz uma alusão ao Marechal Deodoro da Fonseca, quando este, em 15 de novembro de 1889, proclamou a República, derrubando a monarquia que estava instalada no país. Ao trazer esta figura do Marechal no cavalo, o sujeito do Estadão fabrica um efeito de força no combate, seja esse combate social, político e/ou econômico.

Na medida em que se remete à memória da Proclamação da República, carregada por essa simbologia da qual falamos, para compor os elementos da página em questão, é possível compreender certa concepção acerca da política apresentada pela página. A simbologia permite a constatação do efeito de uma política que é produzida por meio de grandes feitos espalhados pela história. Feitos esses que serviram, na maioria das vezes, para conquistar determinados objetivos. Ainda na foto de capa, observamos, também, um efeito de atualidade do dizer, ao se trazer à tona os 130 anos de comemoração da Proclamação da República. Além disso, há um efeito de interlocução, tendo em vista a indagação proposta pela página: “Quais os novos desafios da República atual?” Apresentar essa problemática na foto de capa nos dá espaço para

pensarmos que o veículo de comunicação pode propor responder a essa indagação a partir das notícias que são divulgadas. Logo, a figura de Marechal Deodoro no cavalo pode simbolizar, assim, um efeito de política combativa.

No que se refere ao modo como a página se autodefine, vejamos:

**SD7:** Este é um **espaço** para **participação** e **debate**. Conheça as **regras** para mantermos discussões bacanas nesta página: [bit.ly/UsoEstadao](http://bit.ly/UsoEstadao).

Na SD 7, observamos um modo semelhante de formulação do enunciado visto na página do G1, haja vista que, no primeiro momento, é possível notar um efeito de democracia, ao se dizer que a página se constitui como um lugar de “participação e debate”. Aqui, mais uma vez, podemos nos remeter à lógica simbólica/social presente nas materialidades produzidas, haja vista que os grandes conglomerados de mídias produzem, também, o efeito de preocupação com a conscientização da população quanto aos assuntos atuais de teor político, social e econômico. Contudo, posteriormente, temos um efeito de controle, ao se afirmar que há regras que devem ser seguidas. Assim, é na tensão entre a produção desses dois efeitos que o sujeito da página se constitui.

Por outro lado, é importante percebermos que enquanto evidenciam-se, na caracterização do lugar de neutralidade da MT, as lógicas econômica e simbólica/social, apaga-se, igualmente, o que chamaríamos de lógica político-ideológica. Os gestos de interpretação produzidos, dessa forma, tendem por apagar/silenciar o político, a divisão de sentidos e a historicidade presente na linguagem. Exclui-se, pois, a deriva e as interpretações outras, para fabricar o efeito de uma língua e, portanto, de um sentido fechado, sem história, logo, sem sujeito.

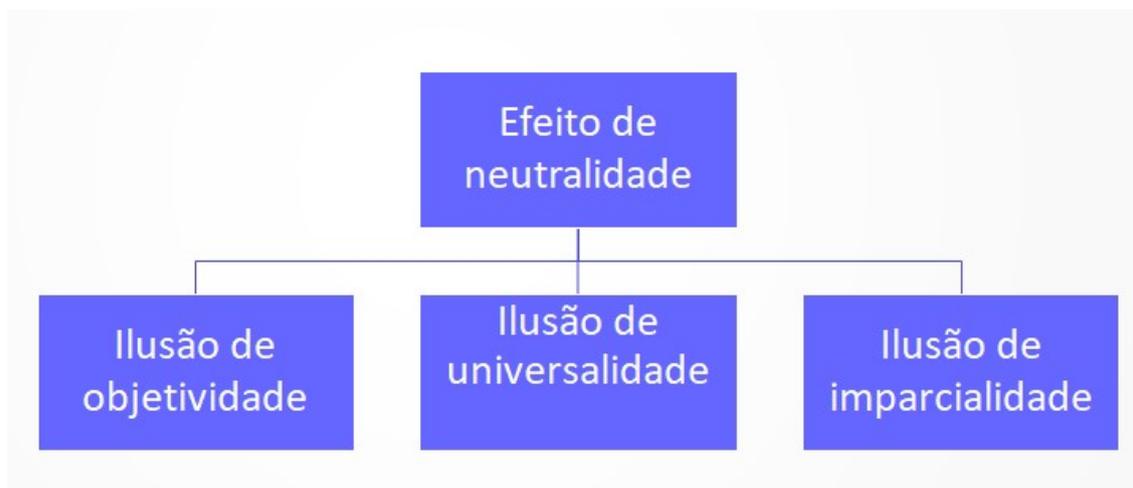
Na análise dos sujeitos das três mídias tradicionais que selecionamos, o G1, o UOL e o Estadão, vimos que, através do lugar social de empresa, que se imbrica, também, ao lugar social de administradores, já que, para que haja a condução das páginas de mídias jornalísticas no espaço on-line, é necessário a presença de um sujeito que administre tais páginas, efeitos são produzidos no discurso materializado nas SDs apresentadas. Esses efeitos são constituídos a partir de formulações que buscam evidenciar aspectos de transparência e objetividade na produção e divulgação dos fatos. Essas estratégias discursivas nos levam a compreender de que forma se produz o efeito de neutralidade dos segmentos midiáticos convencionais.

Entretanto, no jogo das relações discursivas, há o lugar do outro enunciado, além daquele no qual o sujeito pensa ser origem do que diz, construindo um efeito de evidência. Esse lugar outro é o lugar da interpretação, “manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos” (ORLANDI, 2015, p. 57). Assim, ao observarmos as condições de produção do discurso do sujeito dessas páginas, bem como o modo como esses meios midiáticos se apresentam no *Facebook*, foi possível perceber que os sujeitos das páginas de mídias jornalísticas tradicionais, inscritos num lugar social/empírico de veículos de comunicação com interesses comerciais, portanto, inscritos num lugar de empresa e de mídia informativa, apontam, através das discursividades analisadas, para um lugar discursivo que demarca, em síntese, um efeito de neutralidade. É importante ressaltar, contudo, que, com isso, não queremos dizer que as páginas são neutras. Como demonstramos em nossas análises, trata-se de um efeito que se produz no discurso. E esse efeito é produzido por conta da ideologia que funciona como um mecanismo imaginário, através do qual se coloca para o sujeito, de acordo com os lugares sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, ou seja, natural, “normal”, para que esse sujeito possa enunciar daquele lugar.

Assim, como nos ensina Mariani (1996, p. 25), “apaga-se para o sujeito o fato de ele entrar nessas práticas histórico-discursivas já existentes”. Nessa perspectiva, quando analisamos o funcionamento do discurso e a constituição desses lugares sociais e discursivos das páginas, estamos compreendendo que os efeitos de sentidos entre interlocutores residem no fato de que, como diz Pêcheux (1975), o sentido não está alocado em lugar nenhum, mas se produz nas relações dos sujeitos e dos sentidos.

O efeito de neutralidade, portanto, foi construído, pelos sujeitos das mídias, a partir de três regularidades encontradas nas páginas. Vejamos na figura 12:

**Figura 12** - Síntese da articulação entre o lugar social e o lugar discursivo das mídias tradicionais.



**Fonte:** elaborada pela autora.

Os efeitos constatados na figura 12 se configuram como efeitos do lugar social de empresa. Assim, podemos dizer que, nas materialidades significantes encontradas, existe uma ordem da repetibilidade capaz de construir um lugar discursivo sustentado pelo efeito de neutralidade das mídias tradicionais. O lugar social e o lugar discursivo “se mesclam, produzindo o efeito de unidade, como se fosse apenas um lugar [...] assim a questão do lugar é também uma questão de condições de produção e circulação do discurso (CORTES, 2015, p. 110).

Nas páginas por nós analisadas, o mesmo se repete na tentativa de constituir o consenso em torno da produção da informação, portanto, na tentativa de universalizar os sentidos. Assim, essa forma-sujeito histórica, junto com os saberes nela abrigados, revela a posição-sujeito de jornalista/administrador neutro e, também, de controlador de conteúdos e da leitura nas páginas de mídias tradicionais. Em suma, podemos dizer que a neutralidade é defendida pelas MT como uma ilusão da transparência da língua e, em consequência, do apagamento do político e do sujeito que, sempre, historiciza o dizer.

Na seção a seguir, apresentamos a análise das postagens e comentários produzidos no espaço midiático tradicional.

## 4.2 O movimento de interpretação do político no espaço das postagens e comentários da Mídia Tradicional

Após analisarmos o lugar discursivo das mídias tradicionais, neste segundo movimento de análise, observamos de que maneira o político é textualizado discursivamente em três momentos que giram em torno da Eleição Presidencial 2018. Esses três recortes foram organizados tendo em vista as postagens divulgadas nas páginas analisadas durante a campanha eleitoral referente ao primeiro turno das Eleições (set/2018), no decorrer da campanha eleitoral concernente ao segundo turno (out/2018) e após o resultado das Eleições (nov/dez/2018). Logo, o primeiro recorte é referente ao primeiro turno, o segundo recorte diz respeito ao segundo turno e o terceiro recorte corresponde à pós-eleição.

Analisamos, inicialmente, o espaço das mídias tradicionais a partir dos três recortes discursivos pré-estabelecidos. Nosso intuito é compreender como os sentidos sobre o político são construídos nessas três montagens discursivas, considerando os trajetos de sentido do tema democracia e ditadura tanto em relação às postagens veiculadas pelas mídias tradicionais quanto em relação aos gestos de interpretação feitos pelos sujeitos internautas nos comentários produzidos.

Por meio da tabela 3, podemos perceber o modo como as postagens foram distribuídas no período eleitoral tendo em vista a temática referente à relação entre democracia e ditadura:

**Tabela 3** - Distribuição das postagens na mídia tradicional.

<b>Recortes da mídia tradicional</b>	<b>1º turno (19 postagens)</b>	<b>2º turno (37 postagens)</b>	<b>Pós-eleição (27 postagens)</b>	<b>Total de 83 postagens</b>
G1 – Portal de Notícias da Globo	2 postagens	5 postagens	6 postagens	13 postagens
Estadão	9 postagens	12 postagens	9 postagens	30 postagens
UOL	8 postagens	20 postagens	12 postagens	40 postagens

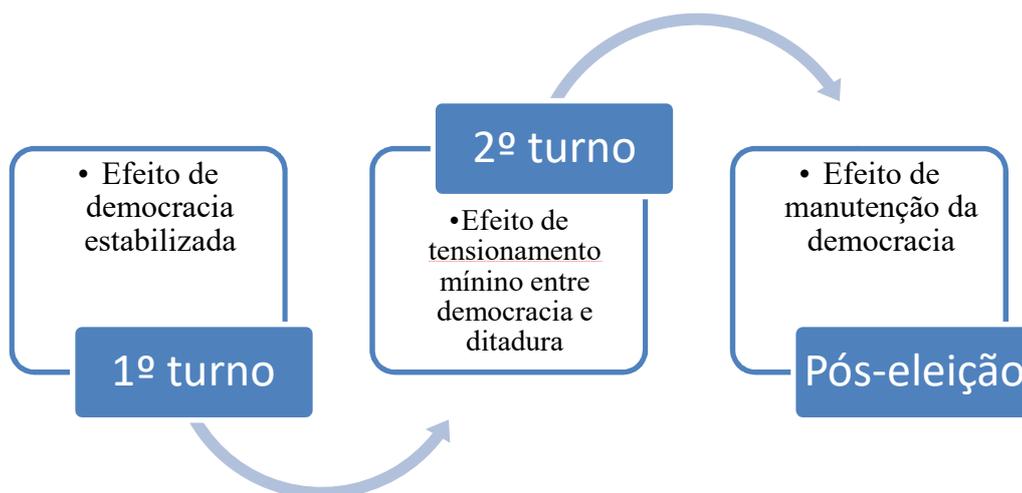
Fonte: produzida pela autora.

Como vemos na tabela 3, na mídia tradicional, constatamos um total de 83 postagens, com 13 postagens do G1, 30 postagens do Estadão e 40 postagens do UOL.

Tais postagens foram distribuídas de formas distintas entre os três recortes discursivos. No G1, por exemplo, foram produzidas duas postagens no primeiro recorte, 5 postagens no segundo e 6 postagens no terceiro; já no Estadão, vimos a produção de 9 postagens no primeiro recorte, 12 postagens no segundo e 9 no terceiro; no UOL, houve a produção de 8 postagens referentes ao primeiro recorte, 20 postagens em relação ao segundo e 12 postagens no terceiro. Através desses dados quantitativos, é possível perceber a maior expressividade de postagens do UOL e a menor expressividade de postagens produzidas pelo G1. O Estadão, por sua vez, apresenta um número mediano de postagens.

Com o movimento de análise proposto, chegamos a três efeitos de sentidos que refletem as posições dos sujeitos midiáticos no tocante à relação entre democracia e ditadura, como se pode ver na figura 13:

**Figura 13** - Movimento de interpretação do político das mídias tradicionais: efeitos de sentidos.



Fonte: Elaborada pela autora.

Como podemos observar através da figura 13, quando analisamos as postagens referentes aos momentos que concernem ao período eleitoral, percebemos a demarcação de três efeitos de sentidos nas páginas de mídia tradicional, a saber: o efeito de democracia estabilizada, o efeito de tensionamento mínimo entre democracia e ditadura e o efeito de manutenção da democracia.

Nas subseções a seguir, apresentamos a análise desses três efeitos produzidos, iniciando, pois, pelo primeiro efeito, o de democracia estabilizada.

#### 4.2.1 O efeito de democracia estabilizada

Partindo do lugar discursivo de neutralidade, o sujeito do jornalismo considerado tradicional textualiza o político de modo a produzir, no funcionamento das postagens, os sentidos de imparcialidade, objetividade e universalidade. Dessa maneira, quando analisamos as postagens referentes ao primeiro recorte discursivo, constatamos, nas materialidades analisadas (19 postagens), o efeito de democracia estabilizada. Esse efeito consiste na produção de sentidos acerca de um regime democrático que se mantém de modo permanente, isto é, um sentido de democracia que está firmado através de um sistema estável, não abrindo margens para contestações a respeito da posição de conservação da democracia em vistas do contexto da Eleição Presidencial 2018. Vemos, assim, um funcionamento do sentido do discurso autoritário, como assinala Orlandi (1999). Além disso, ressaltamos, ainda, a produção de um efeito de democracia, entretanto, esse efeito é fabricado através da ilusão da transparência da linguagem. A mobilização dos sentidos produzidos pelo sujeito midiático tradicional, na produção das postagens, evidencia, assim, de que modo o político é textualizado neste primeiro recorte discursivo.

Para analisarmos este recorte, inicialmente, é preciso esclarecer a configuração do primeiro turno das eleições. A campanha para o primeiro turno contou com 13 candidatos à presidência, sendo eles: Álvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriota), Ciro Gomes (PDT), Eymael (DC), Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meireles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL), João Amoêdo (Novo), João Goulart Filho (PPL), Mariana Silva (Rede) e Vera Lúcia (PSTU). Faz-se importante mencionar, também, que, já na seara do primeiro turno, vimos um jogo de posições que marcavam o confronto de sentidos diante das Eleições 2018. Dentre os fatos que contribuíram para a constituição dessas posições, podemos citar, por exemplo, os protestos nas ruas contra o candidato Jair Bolsonaro, no mês de setembro de 2018. Chamado de #EleNão, o movimento registrou manifestações em todo o país e, de forma mais intensa, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em contrapartida, apoiadores do candidato Jair Bolsonaro também foram às ruas a fim de demonstrar apoio ao presidencial. Vemos, assim, que houve uma espécie de “polarização” de posições em torno dos candidatos presidenciais já no início da campanha.

Buscando demonstrar o funcionamento dos sentidos diante do primeiro recorte temporal das mídias tradicionais, isto é, compreendendo o início de setembro até a data do resultado do primeiro turno (07/10/2018), como sinalizamos no capítulo metodológico, trouxemos, neste primeiro momento, três recortes de postagens de cada uma das páginas de mídias tradicionais, a fim de observar a regularidade encontrada em torno da construção do efeito de democracia estabilizada.

Iniciemos, então, a análise a partir do recorte do G1, apresentado na figura 14:

**Figura 14** - Movimento de interpretação do político na página do G1: efeito de democracia estabilizada.



Fonte: Página do G1 na rede social *Facebook*

A postagem referente à figura 14, divulgada pelo G1, trata de uma entrevista que Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>13</sup> concedeu à imprensa após votar no dia do primeiro turno das eleições (7 de outubro de 2018). Na entrevista em questão, FHC foi questionado quanto ao crescimento da extrema-direita e a liderança de Bolsonaro nas pesquisas.

<sup>13</sup> Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, é um sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político brasileiro. Fundou o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) em 1985. Foi o 34º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2003. Consolidou o Plano Real, estabeleceu reformas constitucionais, privatizou empresas estatais, instituindo o neoliberalismo no país.

O sujeito midiático do G1 produz, então, um recorte da fala de FHC e traz à tona a questão da temática da democracia no título e na legenda da notícia. Da notícia, destacamos as seguintes SDs:

**SD1:** FHC diz que **resultado a eleição não se discute**: “ganhou, ganhou, perdeu, perdeu” [...] O importante é que **a democracia está funcionando**. Isso é muito importante.

**SD2: 'Democracia enraizada'**

FHC foi questionado sobre o crescimento da extrema direita e a liderança de Bolsonaro nas pesquisas.

"Acho que a **democracia está enraizada**. Você tem a **imprensa livre**, você tem o **Congresso funcionando**. As pessoas aprendem que tem que **renovar**. Votar com **liberdade**. Tentativa [de ir contra a democracia]? Gente que não é democrática está para todo lado. Agora o problema disso é conseguir com que isso prevaleça. Eu não acredito", afirmou<sup>14</sup>.

Partindo do trajeto temático que relaciona os sentidos de democracia e ditadura, detemos o olhar para os enunciados das manchetes das postagens e do corpo da notícia na tentativa de compreender como esses sentidos são construídos a partir da formulação dos enunciados. Dessa forma, podemos perceber, na SD 1, por exemplo, que ocorre um processo parafrástico, em que há a repetição de dizeres sedimentados. Os dizeres são sedimentados, quando se afirma que “a democracia está funcionando”. Aqui, o sentido de democracia fica restrito ao fato de que “o resultado da eleição não se discute”. Isso implica dizer que se entende a democracia como algo ancorado tão somente no fato de haver eleições para se decidir quem será o representante do povo. Nessa perspectiva, entra em cena, então, uma concepção de democracia burguesa, isto é, uma democracia pautada no sistema capitalista em que, através do voto, se desenvolve a ilusão de uma efetiva participação de todas as classes, especialmente, as subalternas, nos rumos políticos da comunidade. Na esteira dessa democracia burguesa, posição essa evidenciada na fala de FHC, e destacada pelo sujeito midiático do G1, encontra-se uma forma de legitimar e construir um consenso em torno da estrutura política referente à democracia representativa, isto é, ao regime democrático no qual há a escolha de um representante para governar a nação.

Ao pensarmos no contexto de produção e circulação desse conteúdo político, recorreremos a Gallo (2011, p. 256) quando a autora afirma que a internet se constitui

<sup>14</sup> Este trecho foi retirado da notícia na íntegra. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/fhc-diz-que-resultado-de-eleicao-nao-se-discute-ganhou-ganhou-perdeu-perdeu.ghtml>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

como “um espaço que temporaliza o sentido de forma própria e inédita”. Isso implica dizer que “a rede constitui-se em espaço de acontecimentos enunciativos em relação à textualidade que se origina em discursos que se dão fora dela (GALLO, 2011, p. 256). Desse modo, no discurso jornalístico mobilizado na postagem do G1, ao destacar a fala de FHC, utilizando-se da modalidade do discurso *sobre*, como aponta Mariani (1996), assume-se uma posição que evoca o sentido de democracia como algo estável, algo consolidado. Além disso, é interessante pensar também que, ao se trazer a fala de FHC, considerado um presidente de honra do PSDB, com grande repercussão nacional, o sujeito midiático do G1 fabrica um sentido de credibilidade na produção e veiculação das notícias, sustentando, pois, o efeito de democracia estabilizada.

Do corpo da notícia, trouxemos a SD2 para observarmos a construção desse efeito de estabilidade da democracia. Adjetivada como “enraizada”, mais uma vez, expõe-se a fala de FHC para enfatizar o caráter de normalidade da democracia. As materialidades “imprensa livre”, “congresso funcionando” e “liberdade” são utilizadas como argumentos para ratificar a produção do efeito de democracia estabilizada. Indursky (2015) nos alerta que, por meio da ordem da repetibilidade, os saberes referentes à FD dominante são repetidos à exaustão. Vemos, aqui, um dos modos pelos quais as mídias tradicionais, através do processo parafrástico, institucionalizam determinados sentidos.

O recurso do discurso *sobre*, próprio do fazer jornalístico, acarreta, também, no didatismo da transmissão da notícia, “fazendo crer que [as mídias] apresenta[m] os fatos tais como são, com uma linguagem isenta de subjetividades” (MARIANI, 1996, p. 65). Assim, há uma aproximação entre o discurso pedagógico e o jornalístico. No caso deste último,

mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si. Trata-se de imprimir a imagem de uma atividade enunciativa que apenas mediatizaria -- ou falaria *sobre* da forma mais literal possível um mundo objetivo. Nesse sentido, entendemos que o didatismo, mais do que 'fraturar' a informatividade dos relatos, atua na direção de reforçar -- enquanto explicação do mundo -- a ilusão de objetividade jornalística (MARIANI, 1996, p. 65, grifos da autora).

Corroboramos das ideias da autora, na medida em que, ao trazer a fala do outro, isto é, o discurso do outro, tenta-se produzir um efeito de que há uma transparência na linguagem e uma objetividade na divulgação dos fatos, que falariam por si só. Essa mobilização feita pelo sujeito midiático do G1 demarca, desse modo, o lugar de

neutralidade da mídia em questão. Entretanto, sabendo que a linguagem é constituída através da incompletude e tendo em vista que a discursividade ocorre a partir da estrutura e do acontecimento (PÊCHEUX, 2008), observamos que, no processo do fazer jornalístico, ao selecionar certas falas enquanto destaques do discurso *sobre*, reforça-se certa interpretação diante da posição acerca do tema “democracia”. Em síntese, podemos dizer, pois, que o efeito de democracia estabilizada favorece a produção de um efeito de verdade dos fatos veiculados, uma vez que se produz um sentido de legitimidade em relação ao funcionamento da democracia.

Para continuarmos observando de que modo o político é textualizado no espaço da mídia tradicional, vejamos, na figura 15, o recorte que trouxemos da página do Estadão:

**Figura 15** - Movimento de interpretação do político na página do Estadão: efeito de democracia estabilizada.



**Fonte:** Página do Estadão na rede social *Facebook*

A postagem da página do Estadão, retratada na figura 15, trata de um pronunciamento do então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, em virtude de uma sessão em homenagem aos 30 anos da Constituição Federal. O sujeito midiático do Estadão mobiliza os sentidos produzidos neste pronunciamento de

modo a construir, também, o efeito de democracia estabilizada. Entretanto, para se produzir esse efeito, trabalha-se com o discurso de negação. Observemos algumas SDs para compreendermos o funcionamento discursivo imbricado na posição dessa mídia:

**SD3:** ‘**Nunca mais a ditadura, o fascismo, o comunismo e o nazismo**’, clama Toffoli [...] Em sessão de homenagem aos **30 anos da Constituição Federal**, presidente do STF também repudiou a ‘escravatura’ e o ‘racismo’

**SD4:** “**A grandeza de uma nação é exatamente se inserir neste jogo democrático e ter a coragem de viver a democracia**”, discursou Toffoli. [...] “**Temos como guia**, como farol este nosso pacto fundante, **a aniversariante de 88** (em referência ao ano da Constituição) e nós, o Supremo, cada um de nós, somos e seremos os garantes deste pacto”, completou o presidente do Supremo Tribunal [...] Durante debate realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Toffoli disse que **prefere definir a tomada de poder pelos militares em 1964 como um “movimento”**. “**Não foi um golpe nem uma revolução**. Me refiro a movimento de 1964”, afirmou na ocasião.<sup>15</sup>

**SD5:** “Ao tempo em que celebramos o seu 30º aniversário, não podemos perder de vista o **papel estabilizador e civilizatório que ela representa** – e, apesar de todos os percalços desta quadra histórica, **tem cumprido sua missão**”, completou o presidente nacional da OAB.<sup>16</sup>

O sujeito jornalista da página do Estadão trabalha, em sua produção jornalística, a partir do *discurso sobre*, como nos aponta Mariani (1996). Dessa forma, buscando provocar um efeito de distanciamento entre o objeto de que se fala, esse sujeito traz à tona o discurso do outro e utiliza recursos linguísticos para marcar esse discurso, como o uso das aspas, por exemplo. Acreditamos, contudo, que, ao fazer isso, na escolha entre o que expor e o que apagar, entra em cena a ideologia e o inconsciente como norteadores da prática discursiva. Nessa perspectiva, como nos aponta Dias (2018, p. 51) “por meio da linguagem e suas formas é possível observar como os sujeitos se relacionam, produzem sentidos para as coisas do mundo, em seu funcionamento”.

<sup>15</sup>Este trecho foi retirado da notícia na íntegra. Disponível em <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HSc\\_n49wV-EJ:https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/nunca-mais-a-ditadura-o-fascismo-o-comunismo-e-o-nazismo-diz-toffoli/&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsrc=0](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HSc_n49wV-EJ:https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/nunca-mais-a-ditadura-o-fascismo-o-comunismo-e-o-nazismo-diz-toffoli/&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsrc=0)>. Acesso em: 23 mai. 2020.

<sup>16</sup> Neste trecho, observa-se a fala de Claudio Lamachia, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O trecho foi retirado da notícia na íntegra. Disponível em <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HSc\\_n49wV-EJ:https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/nunca-mais-a-ditadura-o-fascismo-o-comunismo-e-o-nazismo-diz-toffoli/&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsrc=0](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HSc_n49wV-EJ:https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/nunca-mais-a-ditadura-o-fascismo-o-comunismo-e-o-nazismo-diz-toffoli/&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsrc=0)>. Acesso em: 23 mai. 2020.

Partindo dessa premissa, o efeito de democracia estabilizada é construído por meio de argumentos que negam práticas/discursos que corromperiam a democracia (Nunca mais a ditadura, o fascismo, o comunismo e o nazismo, clama Toffoli<sup>17</sup>). Além disso, é preciso considerar os sentidos fabricados pelo sujeito midiático do Estadão ao se mobilizar a fala de Dias Toffoli, uma vez que se trata de uma figura de renome dentro do aspecto político-social brasileiro, o que produz um efeito de credibilidade e, conseqüentemente, de legitimação da estabilidade democrática.

Essa materialidade significativa, retratada na SD 3 e 4, é produzida por Dias Toffoli<sup>18</sup> para sustentar o fundamento de que a Constituição Federal é capaz de garantir a permanência do regime democrático. Assume-se, assim, a posição que converge com uma democracia estabilizada. Essa posição é pautada na adesão ao discurso jurídico, isto é, ao discurso da Constituição Federal. Sobre o discurso jurídico, Mariani (1996) nos sinaliza que, na seara das práticas jornalísticas, esse discurso funciona como uma espécie de “selo de garantia” para a imparcialidade. Desse modo, ao mobilizar os sentidos do jurídico, o sujeito midiático do Estadão fabrica o efeito de democracia estabilizada sustentado pelo lugar de neutralidade do veículo de mídia em questão.

É na condição de produção de homenagem aos 30 anos da Constituição Federal brasileira, bem como considerando o contexto político-eleitoral de 2018, que as discursividades em torno da democracia se constroem nas SDs 3, 4 e 5. Colocada como guia (“**Temos como guia**, como farol este nosso pacto fundante, **a aniversariante de 88**), a textualidade produz o efeito de legitimação e estabilização do regime democrático.

Ainda na SD 4, observamos que, na formulação discursiva em que o sujeito enunciador se inscreve, para produzir esse efeito de democracia estabilizada, notamos uma modalização do discurso, ao se retomar a memória da ditadura militar de 1964 ressignificando-a, isto é, construindo, na atualidade, um novo sentido para a ditadura (Toffoli disse que **prefere definir a tomada de poder pelos militares em 1964 como**

---

<sup>17</sup> É interessante ressaltar que se coloca, no mesmo patamar de sentidos, regimes governamentais diferentes, uma vez que a ditadura, o fascismo e o nazismo são considerados regimes autoritários, já o comunismo se configura como uma ideologia política e socioeconômica que pretende promover o estabelecimento de uma sociedade igualitária.

<sup>18</sup> José Antonio Dias Toffoli é um jurista e magistrado brasileiro, atual ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, tendo sido advogado-geral da União durante o Governo Lula e ministro e presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

um “movimento”. “Não foi um golpe nem uma revolução. Me refiro a movimento de 1964”). Cabe destacar que esse dizer foi produzido tendo em vista o ambiente extremista que estava sendo evocado no contexto das Eleições Presidenciais 2018.

O modo como o sujeito midiático do Estadão mobiliza os dizeres na produção jornalística produz um sentido de atenuação da memória da ditadura militar, uma vez que se destaca o funcionamento do deslocamento do termo “ditadura” e “golpe” para “movimento”. Tal deslocamento fabrica um efeito de negação da memória da ditadura militar. Assim, na constituição desse discurso, “existem forças trabalhando para que o político não funcione, para que se estabilizem sentidos homogêneos, favorecendo alguns interesses em detrimento de outros. Assim, pelo apagamento do ‘dano’, [...] a igualdade se estabeleceria” (GRANTHAM; PETRI, 2019, p. 147). Tais forças se referem ao apagamento do político em virtude da relação entre os sentidos de democracia e ditadura no contexto das Eleições Presidenciais.

Nessa esteira, compreendemos que o jogo discursivo se estabelece na medida em que, de um lado, busca-se evidenciar a consolidação da democracia, através de uma posição que se apoia no discurso jurídico para validar/legitimar o status de democracia na sociedade brasileira. De outro, tenta-se apagar o imaginário da ditadura militar, deslocando o termo ditadura para a nomenclatura “movimento”. Ao fazer isso, o sujeito-enunciador fala da mesma coisa, mas enuncia de um modo diferente do que já foi instituído no imaginário social acerca da ditadura. Essa transição de denominações atenua o caráter histórico da ditadura, havendo, pois, a construção de um silenciamento da polêmica em torno da ditadura militar. Diríamos, inclusive, que a modalização acerca do que foi a ditadura seria uma forma de sustentar o argumento de que temos uma democracia em funcionamento, na qual não há perigos da mesma ser corrompida, pois ela é estabilizada através da Constituição. Esses sentidos se produzem graças à forma como o sujeito midiático do Estadão organiza os dizeres, de modo sustentar o efeito de democracia estabilizada.

Na SD 5, a materialidade significativa formulada também remete à produção do efeito de consolidação da democracia, ao se afirmar sobre “o papel estabilizador e civilizatório que ela representa”. Dessa forma, constatamos que há um processo parafrástico na constituição dos sentidos em torno das SDs até aqui analisadas. Esse efeito é sustentado a partir de um processo discursivo que ocorre por meio da ordem da repetibilidade. A posição assumida através das postagens sinaliza que a democracia está

enraizada na sociedade brasileira e que, portanto, o regime democrático funciona sem empecilhos ou contratempos. Além disso, pauta-se no discurso jurídico da Constituição Federal para ratificar a estabilidade da democracia, postulando-se que a Constituição “tem cumprido sua missão”. Há, dessa forma, um efeito de verdade nos enunciados que sugere uma democracia estabilizada, bem como a produção de gestos que silenciam acontecimentos político-discursivos que põem em conflito essa consolidação da democracia.

Esse efeito de verdade ocorre tendo em vista a mobilização do sujeito midiático em apresentar dizeres enunciados por sujeitos com grande repercussão, como o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Ao se destacar a fala desse sujeito, mais uma vez, se fabrica o sentido de credibilidade da mídia em questão. E, em decorrência disso, a posição de democracia estabilizada parece ser ratificada. Nessa esteira, Mariani (1996, p. 45) nos indica que “a mídia funciona, neste sistema, como um elemento fundamental na representação e reprodução dos ‘consensos de significação’ resultantes das hegemonias políticas”. Logo, nesse jogo entre ditos e não ditos, o sujeito midiático tradicional, por meio do lugar de neutralidade, produz o efeito de democracia estabilizada, construindo consensos e apagando o político, isto é, a divisão de sentidos.

Com o intuito de finalizarmos a análise das postagens referentes ao primeiro recorte discursivo das mídias tradicionais, na figura 16, apresentamos uma postagem representativa da página da UOL, para observarmos o funcionamento do político também nesse veículo tradicional:

**Figura 16** - de interpretação do político na página da UOL: efeito de democracia estabilizada.



**Fonte:** Página da UOL na rede social *Facebook*

A postagem da página do UOL, apresentada na figura 16, trata de uma entrevista do então Ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna<sup>19</sup>, concedida ao UOL. Nesta entrevista, o veículo UOL indagou o Ministro a respeito do funcionamento da democracia tendo em vista as Eleições Presidenciais 2018. Do recorte discursivo em questão, selecionamos as seguintes SDs:

**SD6:** Ministro **refuta risco à democracia** e Bolsonaro como nome das Forças Armadas

**SD7:** O ministro da Defesa, general da reserva Joaquim Silva e Luna, afirmou, em entrevista ao UOL, que o **acirramento da polarização política** às vésperas das eleições e a criminalidade nos estados tornam o pleito deste ano mais **tenso**, mas que **ele não vê a democracia em risco**<sup>20</sup>

**SD8:** O ministro disse que a **democracia não está em risco**. "Não visualizamos ela [a democracia] correndo risco. Nunca percebemos isso.

<sup>19</sup>Joaquim Silva e Luna é um General de Exército da reserva do Exército Brasileiro e foi Ministro da Defesa entre 26 de fevereiro de 2018 e 1 de janeiro de 2019. Atualmente, é Diretor-Geral da Itaipu Binacional.

<sup>20</sup>As SDs 7 e 8 foram retiradas da notícia em sua íntegra. Disponível em: <[https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/30/ministro-refuta-risco-a-democracia-e-bolsonaro-como-nome-das-forcas-armadas.htm?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social-media&utm\\_campaign=uol&utm\\_content=geral](https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/30/ministro-refuta-risco-a-democracia-e-bolsonaro-como-nome-das-forcas-armadas.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=uol&utm_content=geral)>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Os poderes constitucionais estão **funcionando normalmente** e sem nenhuma dificuldade de exercer na plenitude as suas ações", afirmou

Ao observarmos as SDs 6, 7 e 8, percebemos que o efeito de democracia estabilizada se constrói através do discurso de negação. Assim, o modo como o sujeito midiático do UOL mobiliza os dizeres presentes na postagem evidencia a forma como o processo discursivo se constitui. A escolha do título da notícia (na SD 6), por exemplo, traz marcas que demonstram um posicionamento em torno da estabilidade democrática.

Ao relatar os fatos, o sujeito midiático, na postagem em questão, utiliza da modalidade de discurso *sobre*, no intuito de tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Dessa forma, “o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial” (MARIANI, 1996, p. 67). No entanto, em nossa perspectiva discursiva, entendemos que todo dizer filia-se a determinadas regiões de sentidos, que se constituem como posições no discurso.

Nessa seara, ao destacar a fala de um Ministro, o sujeito midiático do UOL institucionaliza, por meio de uma posição de autoridade do então Ministro, o sentido de que a democracia estaria estável. Quando se utiliza, na SD 6, a expressão “refuta risco à democracia”, há a constituição, portanto, de um discurso de denegação dos sentidos políticos tensos em torno da democracia. Por denegação, entendemos aquela negação que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso, isto é, a denegação relaciona-se com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona (COURTINE, 2014).

Nas SDs 7 e 8, ocorre o mesmo processo discursivo. As falas destacadas e mobilizadas pelo sujeito midiático do UOL procuram fabricar um efeito de consenso em torno da estabilidade democrática, a partir de termos como “o ministro disse que a democracia não está em risco”, “nunca percebemos isso”, “funcionando normalmente”. Observamos, pois, que, através da ordem do repetível, busca-se produzir uma universalização em torno do sentido de democracia estabilizada.

Nessa direção, Guedes (2009) pontua que

De uma maneira geral, está arraigada na sociedade a ideia de que o jornalismo tem a sua credibilidade enraizada na possibilidade de ser fiel na reprodução dos fatos. Nessa perspectiva, a conclamação de fontes, depoimentos e testemunhos considerados legítimos acabaria garantindo uma narrativa “pura” sobre o real, como se fosse possível eliminar a mediação (GUEDES, 2009, p. 4).

Vemos, desse modo, que o sujeito midiático do UOL, na posição de relator dos fatos, ao produzir e organizar a notícia em questão, opera por meio do lugar discursivo de neutralidade para fabricar uma evidência de sentido em torno da democracia estabilizada. Para isso, tal sujeito se utiliza de fontes “legítimas” a fim de convencer a audiência/leitores do sentido posto em pauta, tornando essa interpretação/posição universal e “neutra”.

Após analisarmos o efeito produzido através das postagens do sujeito midiático tradicional, vamos focar no espaço dos comentários. Quanto a esse espaço<sup>21</sup>, observamos nele sentidos que se confrontam com o efeito de democracia estabilizada. Antes de analisarmos o espaço dos comentários, importante se faz frisar que selecionamos essas materialidades discursivas a partir da configuração de famílias parafrásticas, compreendidas estas, como nos ensina Pêcheux (2014), enquanto matrizes de sentidos relativas à formação(ões) discursiva(s). Assim, dividimos as SDs constituídas pelos comentários dos leitores em duas famílias parafrásticas de sentidos marcando duas posições, a saber: i) posição de contraidentificação com o efeito de democracia estabilizada a partir da memória das Eleições 2014; ii) posição de contraidentificação com o efeito de democracia estabilizada através da memória do golpe de 2016.

A primeira família parafrástica remete à postagem do G1 e à postagem do Estadão, apresentadas na figura 14 e 15. Nesta família, os sujeitos-leitores fazem menção à memória das Eleições Presidenciais 2014, a fim de se contraidentificar com o sentido produzido na postagem. Observemos:

#### I Recorte discursivo - Família parafrástica I

**SD9:** Pois é! Só que o presidente do seu partido disse que vocês **não fizeram isso** quando o Aécio perdeu. **Democracia** é algo que todos querem no Brasil...**teoricamente!**

**SD10:** Será **democracia** mesmo ou **manipulação**? Se fosse democracia, as pessoas entre si, se respeitavam. E principalmente respeitava os candidatos alheio, não precisaria usar golpe baixo, manipular nada, nem fraudar nada!! Ganharia com honra e não com roubalheira. Tem pessoas, senhor FHC, que **esqueceram** o significado da palavra **DEMOCRACIA**.

---

<sup>21</sup> É importante esclarecer que transcrevemos os comentários exatamente como os sujeitos-leitores postaram na rede social *Facebook*, sem fazer, portanto, qualquer tipo de correção gramatical.

Por meio da análise das regularidades encontradas nos comentários, percebemos que há um efeito de contestação diante da posição-sujeito de democracia estabilizada ocupada pelo sujeito midiático das postagens, bem como pelos sujeitos FHC e Toffoli. Isso porque, nos gestos de interpretação dos sujeitos-leitores, ocorre uma refutação do efeito de sentido de uma democracia consolidada. Através da contra-argumentação, o sujeito-leitor da SD 9, por exemplo, tensiona o sentido de democracia, ao afirmar que “democracia é algo que todos querem no Brasil teoricamente”. Aqui, cabe mencionar nossa discussão, no capítulo metodológico, quando expomos o distanciamento entre os valores/ideais democráticos e a prática efetiva da democracia.

Se, de um lado, nós temos a ênfase em um discurso que declara a normalização do regime democrático, de outro, mesmo no âmbito das mídias tradicionais, nós vemos, a partir dos gestos de interpretação dos sujeitos-leitores, a emergência de dizeres que mostram que a prática da democracia é questionável na sociedade na qual estamos inseridos. Nesta esteira, podemos dizer que os gestos de interpretação produzidos pelos sujeitos a partir da materialidade digital revelam as posições assumidas por tais indivíduos que estão interpelados em sujeitos pela ideologia. Logo, a partir do nível da formulação dos comentários, podemos compreender o funcionamento do discurso exposto no ciberespaço.

Ainda nessa rede de formulações estabelecida pelos comentários dos sujeitos, é possível observar a posição de contraidentificação ao sentido de democracia estável proposto pelo recorte de postagens referentes ao primeiro turno das Eleições, uma vez que, na SD 10, por exemplo, percebemos um efeito parafrástico de aproximação semântica entre democracia e manipulação, produzido pelo sujeito-leitor. Esses dizeres sobre os sentidos atribuídos à democracia, bem como esse efeito de contestação revelado através dos gestos de interpretação desenvolvidos pelos sujeitos-leitores nos mostram que “a compreensão das formas de identificação dos sujeitos pelo discurso [...] dizem respeito aos efeitos que esse discurso produz na constituição dos sujeitos sócio-políticos” (DIAS, 2018, p. 56). Assim, nessa família parafrástica, os sujeitos se contraidentificam ao sentido de democracia estável, contestando os dizeres produzidos pelo sujeito midiático tradicional.

Na segunda família parafrástica, os comentários produzidos se referem às postagens do G1, do Estadão e do UOL. Nesta família, encontramos, de forma mais evidente, uma posição de contraidentificação com efeito de democracia estabilizada, a

partir da memória do golpe de 2016, confrontando-se, mais uma vez, portanto, com a posição do sujeito da mídia. Observemos:

### I recorte discursivo – Família parafrástica II

**SD11:** Gostaria de saber **que democracia? a do golpe de 2016?** E agora, dois anos depois, **a do golpe das eleições** com o **sequestro** de Lula?

**SD12:** **Nem democracia, nem constituição** existem no Brasil desde **2016**, em um pacto com o supremo, com tudo

**SD13:** A **democracia AINDA** está sendo **executada...** AINDA! Para um bom entendedor meia palavra basta

Nessa rede de comentários selecionada para análise, verificamos que o jogo entre a memória e o esquecimento aparece para construir, mais uma vez, o sentido de refutação à noção de democracia estabilizada. Para isso, os sujeitos-leitores, nas SDs 11 e 12, por exemplo, trazem à tona a retomada de dizeres referentes ao golpe de 2016 com o intuito de problematizar a estabilidade da democracia. Desse modo, por meio da memória discursiva, que, nesse caso, refere-se ao impeachment/golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, questiona-se e coloca-se em confronto a consolidação da democracia. Vemos, pois, que o discurso se constitui e produz sentidos quando relacionado ao interdiscurso, no estabelecimento entre o dizer atual e outros dizeres que sustentam a materialidade significativa, produzindo discursividades.

Há, também, uma associação entre o golpe de 2016 e o contexto das eleições 2018, revelando um efeito de assimilação entre períodos históricos diferentes, mas que estavam produzindo a mesma regularidade de sentido: a do golpe. Como forma de argumentação, adjetiva-se a prisão de Lula, ocorrida em abril de 2018, enquanto um “sequestro”. Vemos, assim, que a partir da ordem do linguístico, entra em cena também a ordem do histórico-discursivo, no qual os acontecimentos são ressignificados para produzir o efeito de instabilidade da democracia dentro da conjuntura das Eleições 2018.

Na SD 13, vemos, a partir do advérbio “ainda”, um vestígio do sentido de uma democracia que tende a ser instável, que não está, portanto, tão enraizada assim. Desse modo, conforme assegura Gallo (2019, p. 197), “uma escolha do sujeito dentro do ‘tudo’ que a internet (ilusoriamente) traz, continua não sendo uma escolha, mas sim o resultado de uma interpelação ideológica, com mais uma camada de materialidade

(digital), que vem deslocando sentidos”. Voltando ao uso do advérbio “ainda”, também notamos que essa materialidade linguística sugere um efeito de antecipação por parte do sujeito-leitor. Levando em consideração o espaço temporal do primeiro turno das eleições, ao afirmar que a democracia “ainda” funciona, infere-se que há um sentido outro, construído historicamente, demarcando uma tensão estabelecida no contexto político-eleitoral, no qual a vulnerabilidade do regime democrático poderia estar em jogo a depender do desenrolar das eleições. O uso desse advérbio produz, também, um sentido de ameaça fascista/autoritária que estaria por vir. Dessa forma, se constrói, no fio discursivo, uma posição de alerta frente ao acontecimento da Eleição Presidencial 2018.

Com base nessas considerações, concordamos com Orlandi (2012, p. 23) quando a autora pontua que é preciso “considerar que há uma relação entre linguagem e exterioridade que é constitutiva [...] não se dirá, assim, que se acrescentam dados históricos para melhor delimitar a significação; dir-se-á que o processo de significação é histórico.” Os sujeitos, então, posicionam-se contra a concepção de democracia estabilizada, fabricando sentidos de contestação diante da posição do sujeito midiático tradicional.

Quanto à seção de comentários, podemos compreender que o funcionamento do político nas textualizações deste primeiro recorte temporal é construído a partir da posição de contraidentificação ao sentido produzido pelo sujeito da mídia tradicional, ou seja, ao sentido de estabilização da democracia. Esse dado nos revela que os gestos de interpretação dos sujeitos são capazes de produzir sentidos e essa produção de sentidos acontece a partir de um lugar social e de uma direção histórica determinada (ORLANDI, 2012).

Em síntese, vimos que o efeito de democracia estabilizada se sustenta através da ordem da repetibilidade de dizeres com sentidos tranquilizadores em vista do funcionamento do regime democrático. Por outro lado, em relação à ditadura, neste primeiro recorte discursivo, observamos um efeito de silenciamento diante do tema, uma vez que houve uma atenuação, por parte do sujeito midiático tradicional, do possível sentido de ameaça à democracia através de posições autoritárias no processo eleitoral.

Em nossa visão, essa ausência também significa, uma vez que, no jogo entre o lembrar e o esquecer, ao enfatizar a consolidação da democracia, esquece-se das

questões polêmicas em torno de uma possível ameaça de volta à ditadura, questões essas que estavam emergindo na conjuntura das Eleições Presidenciais no ano de 2018. Há, pois, a partir do lugar discursivo de neutralidade da mídia tradicional, a produção do consenso no que se refere à estabilidade democrática. Nessa produção discursiva de consenso, ocorre a tentativa de apagar o político, ou seja, de apagar os tensionamentos e as divisões de sentidos.

#### 4.2.2 O efeito de tensionamento mínimo entre democracia e ditadura

No segundo recorte temporal, que diz respeito às postagens referentes ao segundo turno, isto é, durante o período de 8 de outubro até o dia 28 de outubro, quando, de fato, ocorre a votação do 2º turno das Eleições, vamos analisar, nas materialidades discursivas (37 postagens), de que modo, através do lugar de neutralidade da mídia tradicional, se produz o efeito de tensionamento entre democracia e ditadura a partir de fatos particulares. Tal efeito se refere à fabricação, por parte do sujeito midiático tradicional, da atenuação dos dizeres concernentes à democracia e à ditadura. Dito de outro modo, diante da polarização de sentidos ocorrida no segundo turno das Eleições, constatamos que a exposição desses dizeres polarizados se deu através de fatos particulares, sem chegar, portanto, a se problematizar, de forma ampla, os embates de sentido sobre esse tema e as consequências que uma democracia instável pode(ria) trazer para a sociedade.

Para entendermos o funcionamento discursivo nesse segundo recorte, necessário se faz, portanto, assimilarmos as condições de produção dessas materialidades. Desse modo, vamos entender o desenrolar das Eleições Presidenciais que ocorreram em 2018. Após o primeiro turno das eleições, em que havia 13 candidatos disputando a corrida eleitoral, dois deles chegaram ao segundo turno, sendo eles Jair Messias Bolsonaro (PSL<sup>22</sup>), que obteve 46,03% dos votos válidos, e Fernando Haddad (PT<sup>23</sup>), que obteve 29,28% dos votos válidos.

Nessa perspectiva, na campanha para disputar o segundo turno das Eleições, são os sentidos sobre essas duas candidaturas que entram em cena. Por essa razão, vemos,

---

<sup>22</sup> Partido Social Liberal.

<sup>23</sup> Partido dos Trabalhadores.

nas mídias jornalísticas, especialmente nesse período, a produção de conteúdos/notícias que abordam questões sobre os dois candidatos que chegaram ao segundo turno (Bolsonaro e Haddad). É acerca desses dois candidatos que, precisamente no limite do segundo turno, os dizeres sobre democracia e ditadura são colocados na arena da disputa interpretativa, atribuindo, ora a um ora a outro candidato práticas concernentes a esses regimes.

Com o intuito de entendermos o modo do funcionamento discursivo do político, trouxemos, como materialidades representativas deste segundo recorte discursivo, uma postagem da página do G1, duas da página do UOL e, por último, uma da página do Estadão.

Iniciemos, desse modo, observando a materialidade representada na página do G1:

**Figura 17** - Movimento de interpretação do político na página do G1: efeito de tensionamento entre democracia e ditadura a partir de fatos particulares.



Fonte: Página do G1 na rede social *Facebook*

A postagem, apresentada na figura 17, retrata um vídeo divulgado por **Ciro Gomes**<sup>24</sup> (PDT) nas redes sociais, no qual, dia 27 de outubro, às vésperas da votação do 2º turno, o político afirma se manter imparcial quanto ao pleito eleitoral do segundo turno. Da notícia em questão, selecionamos as seguintes SDs:

**SD1:** **Ciro diz que não quer tomar lado, que se deve votar com a democracia, mas que ninguém é obrigado a votar contra convicções e ideologias**

**SD2:** **Ciro acrescentou que decidiu não se posicionar por uma "razão muito prática", mas não quis revelar, neste momento, qual o motivo, porque, se não pode ajudar, não quer "atrapalhar"**<sup>25</sup>

Ao observarmos as SDs expostas acima, se faz importante perceber que o fio discursivo é construído com base no efeito de tensionamento mínimo entre democracia e ditadura. O sujeito midiático do G1 agencia a exposição das falas de **Ciro Gomes**, fabricando um sentido de atenuação referente aos dizeres sobre a polarização das candidaturas no segundo turno.

Esse efeito se sustenta através do destaque dado pelo sujeito midiático tradicional ao sentido de imparcialidade produzido nas falas de **Ciro Gomes**, como se pode ver nas SDs 1 e 2 (não quer tomar lado, decidiu não se posicionar). Nessa direção, concordamos com **Oliveira (2016)** quando a autora pontua que a mídia tradicional não foge de suas amarras ideológicas, uma vez que, nas suas escolhas linguísticas e temáticas, ocorre a produção de processos discursivos que evidenciam o caráter dominante dessa mídia, alicerçado, pois, na fabricação de consensos.

Nessa perspectiva, no jogo discursivo entre o dito e o não dito, “as escolhas que aparentam ser individuais e livres, são na realidade frutos de um trabalho permanente do simbólico, do político e da historicidade, tendo na ideologia o elemento fundamental” (**OLIVEIRA, 2016, p. 118**). Com isso, queremos dizer que, nas SDs analisadas, mais uma vez, por meio da ordem do repetível, busca-se produzir o apagamento do conflito

<sup>24</sup>Ciro Ferreira Gomes é um político, advogado e professor universitário brasileiro filiado ao Partido Democrático Trabalhista, do qual é vice-presidente. **Ciro** foi candidato à Presidência da República nas Eleições 2018, ficando em terceiro lugar na corrida eleitoral.

<sup>25</sup>Esta SD foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <[https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/27/ciro-diz-que-nao-quer-tomar-lado-na-disputa-presidencial-e-pede-voto-pela-democracia-e-contra-intolerancia.ghtml?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=g1&utm\\_content=post&fbclid=IwAR2OPQnQx06IZRVzrAd\\_N\\_kj9I54\\_Pm2knM6ZSoTm0SOUrrNLjfl7OcqWwC](https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/27/ciro-diz-que-nao-quer-tomar-lado-na-disputa-presidencial-e-pede-voto-pela-democracia-e-contra-intolerancia.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1&utm_content=post&fbclid=IwAR2OPQnQx06IZRVzrAd_N_kj9I54_Pm2knM6ZSoTm0SOUrrNLjfl7OcqWwC)>. Acesso em: 15 dez. 2020.

evocado a partir do contexto eleitoral de 2018. Esse apagamento se dá em virtude da força da repetição parafrástica que impede, conforme nos ensina Mariani (1996), a reconfiguração dos processos de significação, impondo um mesmo sentido no discurso jornalístico-político *sobre* as Eleições Presidenciais.

Na SD 1, os sentidos sobre a democracia são genéricos, a partir da posição de neutralidade evidenciada por meio das falas mobilizadas pelo sujeito midiático do G1. Parte-se, assim, de um consenso em torno dos sentidos acerca da democracia. Nessa esteira, a discursividade é constituída e formulada de modo a tecer um efeito de imparcialidade diante da polêmica característica do segundo turno entre Bolsonaro e Haddad.

O sujeito midiático do G1, ao legitimar a fala de Ciro Gomes, produz uma estabilização dos sentidos, mascarando o caráter polêmico dos dizeres construídos na seara do segundo turno das Eleições. Nesse viés, Mariani (1996, p. 138), ao tecer considerações sobre as denominações que são construídas através da linguagem, nos esclarece que tais denominações significam “não apenas pelo que se diz com elas, ou pelo modo como se diz, mas também pelo que não se diz (isto é, o conjunto das denominações não ditas, mas implicadas) bem como pelo que se depreende das relações que elas mantêm entre si”.

Assim, ao se denominar como imparcial e afirmar que “se deve votar com a democracia” (SD1), opera-se por meio do consenso e da atenuação dos conflitos envoltos nos dizeres sobre democracia e ditadura, instaurando regiões discursivas de sentidos que se repetem, na medida em que se impedem outras significações, disfarçando as tensões, “mas ao mesmo tempo e, contraditoriamente, tornando evidente a fuga dos sentidos” (MARIANI, 1996, p. 138). Portanto, no caso do sujeito midiático do G1, o efeito de tensionamento mínimo fabrica-se pela ilusão da imparcialidade e pela geração de consensos no que tange ao funcionamento da democracia.

Continuemos nossa análise observando, agora, as materialidades produzidas pelo sujeito midiático do UOL. Vejamos:

**Figura 18** - Movimento de interpretação do político na página do UOL: efeito de tensionamento entre democracia e ditadura a partir de fatos particulares.



Fonte: Página do UOL na rede social *Facebook*

No recorte exposto na figura 18, temos duas postagens da página do UOL concernentes ao período de campanha do segundo turno das Eleições 2018. A primeira postagem, à esquerda, trata de um artigo de opinião, no qual o colunista Julio Gomes relata a notícia do afastamento de Ronaldinho Gaúcho do clube Barcelona em virtude do posicionamento de Ronaldinho a favor do candidato Jair Bolsonaro. Já a segunda postagem, à direita, consiste em uma notícia na qual o comentarista de futebol Casagrande fala sobre a importância da democracia nas Eleições.

Selecionamos, inicialmente, algumas sequências discursivas da primeira postagem (à esquerda) para observar como os sentidos do político se constroem no espaço das mídias tradicionais. Vejamos:

**SD3: Opinião:** Barça respeita a própria história ao se descolar de R10 e Bolsonaro

**SD4:** O **clube**, historicamente, sempre **esteve do lado da democracia**, da **liberdade** e da **diversidade**. Foi constantemente perseguido e atacado pela ditadura militar de direita durante os anos de chumbo na Espanha (Via **Julio Gomes**)

**SD5:** Quando **Ronaldinho** e **Rivaldo** se **posicionam politicamente ao lado de Jair Bolsonaro**, um político/militar que passou 30 anos de vida pública destilando **ódio**, **racismo**, **machismo** e **homofobia** (mas agora posa de bom

moço e fala que não falou tudo o que falou), eles automaticamente viram as costas para a história do Barcelona<sup>26</sup>.

**SD6:\*\* Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

Ao determos o olhar para essas SDs, referentes à primeira postagem, é preciso lembrar que as materialidades fazem parte de um artigo de opinião, isto é, de um texto que, normalmente, traz argumentos em defesa de um ponto de vista.

Nas materialidades em questão, constatamos que se evidencia um jogo de sentidos em torno da democracia. Entretanto, para fazer funcionar esse jogo, o sujeito midiático do UOL lança mão de um fato particular, diríamos, inclusive, esporádico. Esse fato diz respeito ao afastamento do jogador de futebol Ronaldinho Gaúcho do time do Barcelona. Essa saída se deu devido ao apoio político do jogador a Jair Bolsonaro, então candidato à Presidência da República. Para entendermos o porquê dessa decisão, voltemos o olhar para o contexto histórico: em agosto de 1936, Josep Sunyol i Garriga foi assassinado por um soldado de Franco na Serra de Guadarrama. Eram os dias iniciais da Guerra Civil espanhola, que precedeu a Segunda Guerra Mundial. As forças nazistas alemãs apoiaram com tudo o exército franquista, que venceu a guerra e impôs na Espanha uma ditadura sanguinária que se estendeu até a década de 70. Sunyol era membro da “Esquerda Republicana Catalã”, um partido de esquerda que existe até hoje. E era, também, presidente do Fútbol Club Barcelona, por isso a necessidade, segundo o time, de afastar-se do jogador em questão.

Esse acontecimento é narrado/didatizado pelo sujeito da mídia e traz sentidos concernentes a determinadas posições político-ideológicas. Dessa forma, na mobilização dos sentidos produzida pelo sujeito midiático, observamos que ocorre, de modo particular, um tensionamento de sentidos sobre a democracia e a ditadura.

Tal tensionamento pode ser evidenciado através das formulações feitas pelo sujeito colunista do UOL, como se pode ver na SD 3, 4 e 5, em que nos parece haver um processo de identificação do sujeito colunista com o time Barcelona e, conseqüentemente, com a posição de esquerda. No entanto, por meio do título da postagem (SD 3), notamos que o sujeito midiático produz um efeito de distanciamento entre o posicionamento do sujeito colunista (Julio Gomes) e o posicionamento do

---

<sup>26</sup> Este trecho foi retirado da notícia na íntegra. Disponível em <<https://blogdojuliojomes.blogosfera.uol.com.br/2018/10/16/ao-se-descolar-de-ronaldinhobolsonaro-barcelona-respeita-propria-historia/>> Acesso em: 25 mai. 2020.

sujeito midiático do UOL. Esse efeito pode ser melhor compreendido quando consideramos a SD 6 (\*\* Este **texto não reflete**, necessariamente, **a opinião do UOL**). Assim, ao mesmo tempo em que se produz um efeito de neutralidade, também há a fabricação de um posicionamento do sujeito midiático do UOL. São nessas derivas de sentido que o político funciona.

Como nos indica Freitas (2019, p. 246), “pensar como, na língua, se articula a produção de conhecimento sobre o político, (e nele o partidário) e como dessa articulação resultam sentidos outros é extremamente necessário, em um cenário em que os sentidos tendem a se tornar únicos”. Por essa razão, acreditamos que esse efeito de distanciamento precisa ser problematizado tendo em vista que tal efeito pode estar mascarando a posição do veículo do UOL. Com isso, queremos enfatizar que, sabendo que o sujeito colunista filia-se a uma posição de esquerda, o sujeito midiático do UOL, ao distanciar-se de tal posição, buscando fabricar um efeito de neutralidade, acaba por aderir, discursivamente, a uma posição contrária, sendo esta a de Ronaldinho Gaúcho.

Acreditamos que, ao explicitar a “desvinculação” do sujeito da mídia em torno da notícia veiculada, “estabelece-se, então, interferência nos modos de dizer a/da política” (SÁ, 2017, p. 60). Sob essa ótica, o excesso, nesse caso, a explicação acerca do conteúdo divulgado pela mídia (SD 6), funciona como uma textualização discursiva, na qual o texto explicativo ao fim da notícia produz o efeito de ocultamento da posição de enunciação do jornalismo, “que ocorre graças a seu discurso universal/imparcial, fundando a legitimidade e credibilidade de sua intervenção no espaço público” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 14).

Nessa direção, nos perguntamos: com quais sentidos o sujeito midiático do UOL não quer se comprometer? Em nossa análise, estamos percebendo, pois, que as materialidades da primeira postagem do UOL produzem uma dissimulação do veículo de mídia. E, na verdade, quando se pensa nesse efeito de distanciamento, a mídia pretende não se comprometer com a posição do time Barcelona.

Assim, por mais que o sujeito do UOL traga, em sua produção jornalística, questões que tensionem os sentidos de democracia e ditadura, esse sujeito se preocupa em deixar clara a suposta objetividade do portal. Nessa perspectiva, no discurso jornalístico, as formulações funcionam na modalidade de *discurso sobre*. Esse discurso sobre é um lugar importante para organizar as diferentes vozes do discurso. Ele

organiza, disciplina a memória sobre as posições políticas e a reduz, atenuando o político, ou seja, a divisão de sentidos, como aponta Mariani (1996).

Outro aspecto importante para se refletir na constituição dessa postagem é pensar como o imagético funciona na textualidade discursiva produzida. Percebemos que a postagem problematiza, embora de modo particular, questões que tocam as Eleições Presidenciais, colocando em confronto, de um lado, a história democrática de um clube, o Barcelona e, de outro, a posição política (de direita) de um jogador que estaria apoiando um candidato que, na visão do clube, não refletiria os valores da democracia. Nessa seara, se escolhe, para a composição da postagem, uma imagem específica de Ronaldinho Gaúcho. Nela, o jogador aparece com a língua para fora. Em nossa sociedade, esse gesto pode provocar um efeito de sentido de deboche, isto é, de zombaria. Assim, pensando nos sentidos do político construídos por meio da postagem, a escolha não aleatória dessa imagem para compor a notícia pode significar um gesto de desconsideração em relação à posição do clube Barcelona.

Em suma, na análise dessa materialidade, vimos que há uma contraidentificação do sujeito midiático jornalista com a posição política do Barcelona (a esquerda) e uma identificação com a posição-sujeito do jogador Ronaldinho Gaúcho. Esse processo discursivo ocorre, vale salientar, através da atenuação da posição do colunista desse veículo de comunicação. É perceptível, pois, que a mídia tradicional, com suas estratégias linguísticas e discursivas, busca fabricar o efeito de evidência da transparência da linguagem, contudo, como vemos, as filiações ideológicas dessa mídia marcam o lugar do qual ela enuncia.

A segunda postagem do UOL retrata, como dissemos anteriormente, os sentidos sobre da democracia a partir da fala do comentarista de futebol Casagrande<sup>27</sup> em torno da importância do voto. Dessa postagem, selecionamos as seguintes SDs:

**SD7:** Casagrande relembra **Democracia corintiana** e pede **voto consciente**

**SD8:** “A nossa **democracia** é **jovem**, ela precisa de mais tempo”, afirmou o ex-jogador de futebol e atual comentarista esportivo #UolNasUrnas **#informaçãocontraoAchismo**

**SD9:** Em vídeo publicado no Instagram, Casagrande pede para que os eleitores compareçam **às urnas e não votem nulo ou em branco**. “É muito importante para nossa democracia”, diz. Além disso, relembra a **Democracia**

---

<sup>27</sup> Walter Casagrande Júnior, mais conhecido como Casagrande, é um ex-futebolista brasileiro que atuava como atacante. Atualmente, trabalha como comentarista de futebol pela Rede Globo.

**Corintiana, movimento presente no Corinthians entre 1982 e 1984, como um reflexo social do país<sup>28</sup>**

O sujeito da mídia em questão, buscando didatizar o mundo tal qual ele é, na produção jornalística, lança mão de estratégias discursivas para trazer a voz do outro por meio do *discurso sobre* as Eleições 2018.

Através das SDs 7, 8 e 9, observamos que, mais uma vez, as discursividades construídas em torno das questões concernentes à democracia perpassam o lugar de acontecimentos particulares, pontuais e isolados. Nessa segunda postagem do UOL, se coloca em pauta o espaço do futebol e da política, de modo a produzir um efeito de aproximação entre esses dois campos. Assim, a postagem tematiza as posições de representantes do futebol acerca do contexto das Eleições 2018, colocando-se em evidência características da democracia representativa.

Na SD 7, por exemplo, a textualização discursiva do político ocorre a partir da retomada da memória da chamada “democracia corintiana”. Ela foi um movimento ocorrido no futebol brasileiro, especificamente no time paulistano Corinthians, na década de 1980. O período de duração desse movimento foi de dois anos (entre 1982 e 1984). Era época de ditadura, o que significava que as pessoas não tinham direito à escolha de seus representantes políticos. Ou, em outras palavras, o voto era inexistente. Embebido nesse contexto, o movimento consistia na ideia de que todas as decisões tomadas pelo clube, na área de futebol, deveriam ser votadas antes, de modo que todos os participantes, dirigentes, atletas ou equipe de apoio, tinham direito a um voto<sup>29</sup>. Assim, é a partir da memória desse movimento que se constrói a discursividade da postagem concernente ao período eleitoral de 2018. Há, então, no discurso formulado pelo sujeito-enunciador Casagrande e mobilizado pelo sujeito midiático do UOL, o estabelecimento de uma relação entre memória e atualidade. Tal ligação reside no fato de que se aproximam os sentidos do movimento pela democracia entre 1982 e 1984 e os sentidos da conjuntura eleitoral 2018, na qual o jogo sobre a democracia também estava presente.

---

<sup>28</sup> Este trecho foi retirado da notícia na íntegra. Disponível em: <<https://uolesportevetv.blogosfera.uol.com.br/2018/10/27/casagrande-relembra-democracia-corintiana-e-pede-voto-consciente/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

<sup>29</sup> Estas informações podem ser encontradas no meio digital. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/educacao-fisica/a-democracia-corinthiana.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

Nas SDs 8 e 9, é importante perceber de que modo o sujeito midiático do UOL mobiliza os dizeres enunciados por Casagrande, intentando-se demonstrar uma posição frente ao campo da democracia. Ao trazer para a legenda da postagem a fala de Casagrande quando ele diz que a “democracia é jovem”, produz-se um efeito de legitimidade do funcionamento democrático. Esse efeito se sustenta pela fabricação de sentidos referentes à democracia representativa, quando, por exemplo, na SD 9, utiliza-se a expressão “compareçam às urnas”, como forma de exercer a democracia. Desse modo, assume-se, pois, uma posição de consenso em torno dos sentidos sobre a democracia nas eleições de 2018, apagando-se, assim, a tensão acerca da polarização dos dizeres sobre democracia e ditadura.

Outro dado importante a se destacar é que, no movimento do político construído neste recorte discursivo, fabrica-se o efeito de neutralidade, que pode ser visto ainda na SD 8, quando o sujeito da mídia discursiviza seu dizer através da hashtag<sup>30</sup> #informaçãocontraoAchismo. Observa-se, pois, que os efeitos de imparcialidade, neutralidade e objetividade, como nos aponta Biroli e Miguel (2017), regem as práticas discursivas tradicionais.

Na medida em que o sujeito midiático constitui, formula e faz circular essa hashtag atrelada à reprodução da fala de Casagrande, esse sujeito filia-se historicamente a uma posição objetiva do fazer jornalístico, produzindo, assim, um efeito de legitimação e credibilidade próprio do discurso universal/imparcial da grande mídia. Orlandi (2015, p. 44) nos indica que esse processo discursivo produz a evidência do sentido, numa tentativa de apagar o caráter material da linguagem, ao fazer “ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante”.

Dessa forma, o sujeito da mídia opõe dois campos semânticos na hashtag discursivizada na postagem: a informação e o achismo, filiando-se às práticas discursivas que envolvem a transmissão de informações sobre a sociedade. A posição da mídia em questão, então, é sustentada a partir de critérios profissionais (a informação), tecnicamente orientados, tendo por crença a ideia de que o jornalismo reflete a realidade que o circunda, noticiando os fatos tal qual eles surgem no mundo. Nessa seara, forma-

---

<sup>30</sup> Tags são palavras-chave ou termos associados a uma informação, tópico ou discussão que se deseja indexar de forma explícita no aplicativo Twitter, e também adicionado ao Facebook, Google+, Youtube e Instagram. Hashtags são compostas pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo cerquilha.

se o imaginário de um jornalismo eficiente, capaz de reproduzir com fidedignidade os acontecimentos que permeiam o corpo social.

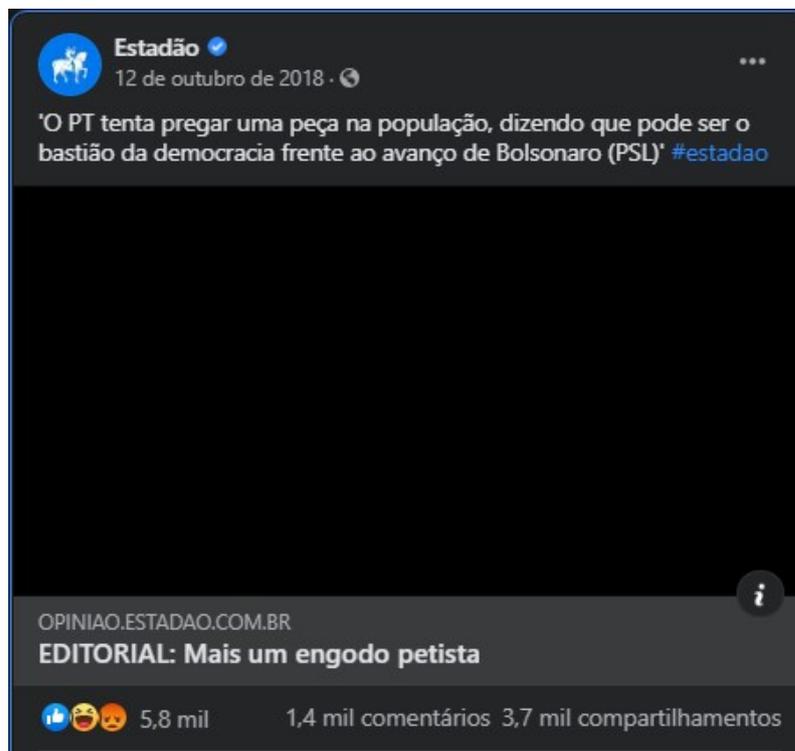
A grande mídia, nesse sentido, por mais que noticie diversos fatos que ocorreram durante as Eleições, como, por exemplo, esse tensionamento entre democracia e ditadura, o faz de um modo particular. Assim, através de estratégias enunciativas e discursivas, o sujeito midiático promove o efeito de esvaziamento de conflitos fundamentais para uma maior pluralização da política e se coloca na posição de gestor de consensos (BIROLI; MIGUEL, 2017). Essa prática discursiva pode ser confirmada no momento em que o sujeito do UOL discursiviza o dizer com a hashtag #informaçãocontraoAchismo, por exemplo, a qual já analisamos anteriormente.

Nessas condições, junto a questões que rodeiam o efeito de imparcialidade, outro valor almejado pela grande mídia é o pluralismo, sendo este uma espécie de índice da democracia. Entretanto, esse pluralismo se apoia na competência para reproduzir, fielmente e de maneira equilibrada, “as vozes e os interesses que fariam parte, *per se*, dos debates e contendas considerados relevantes o suficiente para compor o noticiário” (BIROLI; MIGUEL, p. 9). Desse modo, ao trazer, nas notícias veiculadas, discussões que tangem à democracia, o sujeito midiático busca replicar, objetivamente, a pluralidade existente na realidade. Todavia, nessa replicação, ao mobilizar uns sentidos em detrimento de outros, o sujeito midiático tradicional adere a uma posição de consenso em torno da democracia. Nessa postagem, sobretudo, circula o sentido de democracia consciente através do engajamento concernente à prática do voto.

Na SD 9, por exemplo, notamos que, ao divulgar o pronunciamento do sujeito Casagrande, a formulação discursiva se constrói ressaltando-se a associação entre democracia e voto (Casagrande pede para que os eleitores compareçam às urnas e não votem nulo ou em branco. “É muito importante para nossa democracia”, diz). À medida que o fio narrativo transforma os fatos do cotidiano em acontecimentos jornalísticos, há uma filiação a sentidos já existentes. Nesse caso, ao sentido que permite compreender a democracia como uma prática que se desenvolve através do voto. Assim, segundo Mariani (1996, p. 46) “passado e projeções de futuro se entrecruzam no cotidiano jornalístico, que vai montando e reconfigurando leituras da história e da política, na tentativa de explicar e didatizar os acontecimentos, ou seja, construindo um sentido 'natural' para a instabilidade do presente”.

A última postagem que trouxemos para análise, neste segundo recorte discursivo, trata de uma materialidade produzida pela página do Estadão, como podemos ver na figura 19:

**Figura 19** - Movimento de interpretação do político na página do Estadão: efeito de tensionamento entre democracia e ditadura a partir de fatos particulares



Fonte: Página do Estadão na rede social *Facebook*

Na figura 19, expomos a postagem referente à página do Estadão. Nela, temos um editorial, isto é, um texto de opinião que apresenta o posicionamento de determinada empresa jornalística. Neste editorial, aborda-se, especificamente, sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) e sua relação com a democracia.

Nesse jogo produzido por meio da linguagem, se tensiona, na verdade, as relações de sentido entre a democracia petista com a corrupção. Para compreendermos os modos de textualização discursiva dos sentidos do político neste momento, observemos as seguintes SDs:

**SD10: Mais um engodo petista**

**SD11:** O PT **planeja lançar uma “frente democrática”** no segundo turno, em defesa da candidatura do **preposto do presidiário** Lula da Silva, Fernando Haddad. Sob a coordenação de Jaques Wagner, a legenda tenta **pregar mais uma peça** na população brasileira, dizendo que **o PT pode ser**

**o bastião da democracia ante o avanço da candidatura do deputado Jair Bolsonaro (PSL).<sup>31</sup>**

**SD12: Com o PT a democracia sempre esteve em risco.** Basta ver que, no momento em que Lula ocupava a Presidência da República e o partido desfrutava de expressivo apoio popular, a legenda optou por subverter a democracia representativa, comprando parlamentares por meio do esquema que depois ficaria conhecido como **mensalão**.

**SD13:** E para que não pairasse nenhuma dúvida de que continua **havendo nas hostes petistas uma profunda ojeriza pelos princípios democráticos**, o programa de governo do candidato Fernando Haddad foi talhado nos moldes do modelo bolivariano. Sem cerimônia, o PT prega um “novo processo constituinte: a soberania popular em grau máximo para a refundação democrática e o desenvolvimento do País”. **A legenda promete subverter a democracia representativa.**

**SD14:** Quando o PT pede votos em favor de Fernando Haddad, **que seria o campeão da defesa democrática do País, falta-lhe credibilidade. O passado e o presente o desmentem.**

A partir da leitura discursiva das SDs 10, 11, 12, 13 e 14, observamos que os modos de constituição dos sentidos do político aparecem de forma peculiar. Nessa última postagem do segundo recorte discursivo, os embates sobre a democracia se associam a um partido político: o PT, como já mencionamos anteriormente.

Nas SDs 10 e 11, por exemplo, observamos, através do título da postagem, bem como da legenda da mesma, a inscrição em uma posição de rejeição ao PT como representante da democracia. Para construir essa posição, o sujeito da mídia lança mão de operadores discursivos a fim de sustentar o dizer. Essas estratégias enunciativas produzem sentidos “por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social. Fazendo circular essas figuras, [a mídia] constrói uma ‘história do presente’, simulando acontecimentos em curso que vêm eivados de signos do passado” (GREGOLIN, 2003, p. 96).

É nessa perspectiva que os dizeres sobre a democracia são produzidos a partir dessa postagem. O uso do termo “engodo”, no título da notícia, designa um artifício utilizado para atrair pessoas. No caso em questão, o sujeito da mídia, ao afirmar que há “mais um engodo petista”, projeta um imaginário de que o PT, historicamente, busca, em suas práticas, persuadir as pessoas na tentativa de “pregar mais uma peça”, isto é, de

<sup>31</sup> As sequências discursivas 11, 12, 13 e 14 foram retiradas da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mmyaHkEXrJgJ:https://opinio.estado.com.br/noticias/geral.mais-um-engodo-petista,70002544496+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

“enganar” a sociedade. Nessas condições, se produz, então, um efeito de desqualificação em relação ao Partido dos Trabalhadores.

O efeito de desqualificação se desenvolve pautando-se nas condições de produção das Eleições 2018, na qual se produz o sentido de que o PT seria uma farsa ao dizer que “pode ser o bastião da democracia ante o avanço da candidatura do deputado Jair Bolsonaro”. Como forma de sustentar tal efeito, o sujeito da mídia menciona, como se pode ver na SD 12 e 13, fatos pontuais relacionados ao PT, como o mensalão<sup>32</sup>, por exemplo, a fim de argumentar discursivamente que, na verdade, seria com o PT que a democracia estaria em risco.

Nas formulações das SDs, observa-se, então, um processo discursivo no qual a mídia, inserida no funcionamento da lógica democrática capitalista, permeada pelo suposto “fim das ideologias” (vale salientar que esse é um já-dito inserido na FD da direita política, que funcionou na memória das eleições presidenciais de 2018) e pelo início de uma despolitização, desenvolve a espetacularização da política, incorporando “formas que possibilitem a construção de uma narrativa histórica, que na sua fragmentação impulsionada por uma ilusória continuidade e linearidade, encontra nas formas breves dos acontecimentos aspectos de um espetáculo da memória” (SÁ, 2017, p. 80).

O fio discursivo construído pelo sujeito do portal Estadão, nessa perspectiva, busca desenvolver uma narrativa sobre o então partido, na tentativa de distanciá-lo dos sentidos das práticas ditas democráticas. Ao dar voz, através do editorial, a esse discurso, acreditamos que o sujeito midiático filia-se historicamente a determinados sentidos, assumindo uma posição de rejeição ao PT. Os sentidos veiculados pelo espaço do portal são baseados em estratégias discursivas que tendem a linearizar o dizer e, com isso, produzir um efeito de verdade e de credibilidade ao que é enunciado. Dito de outro modo, quando o sujeito da mídia traça, através da materialidade significativa, questões que tocam ao comportamento do PT ao longo dos anos e, também, ao contexto imediato das Eleições 2018, há uma ancoragem factual que “reforça o efeito de transparência. A opacidade dos enunciados é apenas percebida na desmontagem dos arranjos sócio-históricos que orientam o funcionamento do discurso” (FERREIRA, 2011, p. 242).

---

<sup>32</sup> O mensalão foi um esquema de compra de votos de parlamentares, denunciado em 2005.

Nesta esteira, o funcionamento discursivo do político se desenvolve através do jogo entre o lembrar e o esquecer, entre o dito e o não-dito. O sujeito midiático do Estadão assume, assim, uma posição de antipetismo e antiesquerdismo. E, com isso, queremos pontuar que, no efeito de tensionamento entre democracia e ditadura, lembre-se da democracia como uma prática fraturada quando se pensa no governo do PT. Nas materialidades significantes há, desse modo, um apagamento do sujeito candidato à Presidência, Fernando Haddad, bem como o apagamento dos sentidos sobre corrupção associados, também, há outros partidos. Nessa direção, se constrói um efeito político a partir do consenso no momento em que se discursiviza acerca das práticas que seriam, segundo o sujeito da mídia, nada democráticas do Partido dos Trabalhadores.

O imaginário sobre o partido e, portanto, acerca da candidatura de Fernando Haddad, é projetado de modo a buscar naturalizar os sentidos produzidos por meio da postagem. Por outro lado, se silencia aspectos sociais, históricos, políticos e ideológicos do candidato que faz oposição ao representante do PT, isto é, Jair Bolsonaro. Esse apagamento não é aleatório. Ele funciona, também, discursivamente, no espaço da mídia, haja vista que o acontecimento jornalístico e da *mass media*, como nos ensina Pêcheux (2002, p. 19) “remete a um conteúdo sociopolítico ao mesmo tempo perfeitamente transparente... e profundamente opaco”.

Nessa perspectiva, conforme Ferreira (2017, p. 244), “ao relatar os acontecimentos, os jornais, por conseguinte, mobilizam uma memória já constituída sobre o seu funcionamento e a partir daí vão ‘desambiguizando’ e ordenando o mundo, exercendo uma determinação nos sentidos e produzindo consensos”. É essa produção de consensos que pode ser vista na SD 14, quando o sujeito midiático, por meio de um efeito de consenso sinaliza que ao PT falta credibilidade para colocar-se como representante da democracia nas Eleições. Dessa forma, com a análise da materialidade do Estadão, foi possível observar que os sentidos sobre a democracia foram tensionados ao se tomar como foco o efeito de deslegitimação em relação a determinado partido político, o PT. Todavia, para construir tal efeito, a mídia em questão mobilizou estratégias linguísticas e discursivas a fim de fabricar sentidos de consenso em torno da impossibilidade desse partido ser um representante democrático.

Em suma, após analisarmos o espaço das postagens neste segundo recorte discursivo, evidenciamos que são as relações de força materializadas por meio das formações discursivas que conduzem as práticas ideológicas dos sujeitos. Nessa

perspectiva, quando o sujeito midiático tradicional adere a determinados sentidos em detrimento de outros, observa-se como se dá o funcionamento do político neste ambiente de produção e circulação de notícias. Como vimos em nossas análises, para fabricar o efeito de tensionamento mínimo entre democracia e ditadura, o sujeito midiático tradicional mobiliza dizeres a partir do lugar de neutralidade, apagando ou atenuando o político, na medida em que se insere numa formação discursiva do consenso quanto aos sentidos de democracia estabilizada.

Quanto à seção dos comentários nas páginas do *Facebook*, destacamos que selecionamos os comentários tendo em vista as famílias paráfrásticas às quais eles se filiam. Esse momento de análise dos comentários é importante para compreender como o sujeito internauta se subjetiva através do discurso, filiando-se a determinadas redes de sentido e inscrevendo-se em formações discursivas.

Observamos, nos modos de constituição dos gestos de interpretação produzidos na interlocução discursiva dos comentários, três famílias paráfrásticas que representam diferentes posições discursivas, sendo elas: a) identificação com a posição de direita do jogador Ronaldinho Gaúcho; b) identificação com a posição de anticorrupção e antiesquerdismo e c) contraidentificação com a posição de rejeição ao PT.

A primeira família parafrástica se refere ao confronto de sentidos com a postagem do UOL acerca do afastamento do jogador Ronaldinho Gaúcho do time Barcelona. Vejamos, então, as SDs pertencentes à primeira família parafrástica:

## II Recorte discursivo - Família parafrástica I

**SD15:** Quem ganha são os meninos do Brasil **se livrando da verdadeira DITADURA, que é não poder expressar suas opiniões.** Parabéns aos atletas porque o nosso BRASIL É SOBERANO CONSTITUCIONALMENTE

**SD16:** Se tivesse do lado da democracia, **respeitaria a decisão democrática do Ronaldinho e do POVO BRASILEIRO**, que escolheu no primeiro e escolherá no segundo Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil

**SD17:** A **verdadeira democracia** no Brasil é representada por #Bolsonaro17, o outro representa o comunismo e a ditadura Venezuelana

**SD18:** **DEMOCRACIA não significa liberdade de opinião?** Então respeitem a opinião dos jogadores. A UOL mostra, com isso uma **ditadura de opinião.**

Quando fazemos uma leitura discursiva das SDs 15, 16, 17 e 18, observamos que elas se alinham a uma mesma família parafrástica, uma vez que os sujeitos-leitores, através das materialidades significantes, assumem o lugar social de sujeito internauta e se identificam com a posição de direita do jogador Ronaldinho Gaúcho. Nas SDs em análise, nós percebemos que, diante do fato esporádico da saída do jogador Ronaldinho Gaúcho do clube Barcelona, os sujeitos-leitores mobilizam determinados gestos de interpretação que ressignificam os sentidos expostos pelo sujeito da mídia UOL.

Nessa família parafrástica, vemos um confronto entre sentidos de liberdade de expressão como constituinte da democracia e de ditadura de opinião, conceito esse apresentado na materialidade significativa pelos sujeitos, como se pode observar na SD 18. É nesse antagonismo de significações que se desenvolve a cena discursiva. Os sujeitos, ao se subjetivarem por meio do discurso, se identificam com a posição de direita de Ronaldinho Gaúcho, aderindo, inclusive, ao candidato que Ronaldinho apoiou na campanha presidencial (escolheu no primeiro e escolherá no segundo Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil – SD17). Ao assumir tal posição, consequentemente, os sujeitos se contraidentificam com a posição de rejeição à decisão do clube Barcelona de “descolar-se” de Ronaldinho.

Para sustentar essa posição, os sujeitos-leitores lançam mão de operadores discursivos que funcionam como argumentos na materialidade significativa. É nesse momento que “a rede constitui-se em espaço de acontecimentos enunciativos em relação à textualidade que se origina em discursos que se dão fora dela” (GALLO, 2011, p. 256). Desse modo, por meio das condições de produção do discurso sobre as Eleições 2018, em particular através do tensionamento estabelecido entre democracia e ditadura, os sujeitos filiam-se ao sentido de que a democracia significa liberdade de opinião, como pode ser visto na SD 18, e produzem uma nova discursividade: a ditadura de opinião, deslocando os sentidos construídos por meio da postagem. Nessa perspectiva, o gesto de interpretação, próprio da seção de comentários do *Facebook*, se produz por meio do “batimento entre a repetição e a inovação, entre o mesmo e o diferente [...] que traz sempre consigo uma memória do dizer, enquanto interdiscurso, e uma atualidade” (SILVA, 2015, p. 217). Os sujeitos-leitores, desse modo, textualizam, digitalmente, sobre o político de forma a deslizar os sentidos a respeito da memória da ditadura, instaurando um novo dizer: a ditadura de opinião.

O sentido de “ditadura de opinião”, apresentado nas SDs 15 e 18, nos revela, dessa forma, um modo específico de textualização discursiva do político, no qual há um deslocamento de sentido que produz uma discursivização diferente. Assim, ao se afirmar que se busca instaurar uma “ditadura de opinião”, um sentido peculiar é construído no espaço on-line. Sentido esse que só é sustentado através do gesto de interpretação efetuado pelo sujeito-leitor. Aqui, entra em cena, então, o processo polissêmico discutido por Orlandi (2005), em que outros sentidos podem vir à tona na constituição do fio discursivo.

Os sujeitos, a partir dos valores da democracia, como a liberdade, remetem a um dizer outro, a um extremo, que seria a ditadura, na tentativa de sustentar a posição identificação com Ronaldinho e rejeição à decisão do clube. Ao inscreverem-se nessa posição, os sujeitos filiam-se ao sentido de que não poder haver uma “ditadura de opinião” e que, portanto, não haveria justificativa para o afastamento do jogador. Com isso, se produz um sentido de evidência de que toda opinião seria democrática, corroborando para que o sujeito crie a ilusão de ser origem do dizer, de ser a fonte do sentido, de que a linguagem é transparente e, portanto, que o sentido já está posto. Isso ocorre justamente devido ao fato de o sujeito, ao posicionar-se em relação ao clube Barcelona, embebido pela ideologia e pelo inconsciente, considerar como dominante e único o sentido que está sendo veiculado.

Por outro lado, esses sujeitos, ao produzirem discursos, no trabalho com a memória, quando se filiam a determinados sentidos, esquecem-se de outros. No caso em questão, há um apagamento das condições sociais, históricas e ideológicas do então Clube Barcelona. Os sujeitos, nessa esteira, não levam em conta a conjuntura do Clube em questão, e formulam discursos partindo de posições outras. Desse modo, como nos ensina Mariani (1996),

os sentidos viajam em memória descontínua, reverberando filiações há muito esquecidas e descortinando um tempo que se lineariza por conta do modo ocidental de narrar as coisas acontecidas. São sentidos predominantes ou silenciados, resultantes do embate entre as interpretações, e que deixam lacunas entrevistas nos resíduos, no que escapa ao controle das grandes narrativas históricas, (MARIANI, 1996, p. 13).

É nessa movência de sentidos que o sujeito se subjetiva no discurso, ancorando-se em um e não em outro sentido. É o que acontece quando os sujeitos internautas refutam a decisão do Barcelona tendo em vista o posicionamento ideológico de

esquerda do time. Através da ilusão de homogeneidade, esses sujeitos instauram o dizer, ao se fixar em um sentido, aquele da chamada “ditadura de opinião”.

Na segunda família parafrástica, temos gestos de interpretação referentes à postagem do G1 (cf. figura 17) e à segunda postagem do UOL sobre a democracia corintiana (cf. figura 18). Nesta família, em que agrupamos algumas sequências discursivas, o embate de sentidos gira em torno da relação entre democracia e corrupção, resultando na identificação com a posição de anticorrupção e antiesquerdismo Vejamos:

## II Recorte discursivo – Família parafrástica II

**SD19:** O **problema** do Brasil atual não é “**ditadura nem democracia**” é a **CORRUPÇÃO** #BOLSONARO2018.

**SD20:** Sem democracia a corrupção vai ocorrer e termos que ficar bem caladinhos

**SD21:** E vc acha que a democracia vai acabar porq? Democracia é só partido de esquerda no poder?

**SD22:** Ameaça é um **presidiário ditando ordem**. Democracia é roubar o povo? Será? **Volta logo Jesus!**

Interessante se faz observar que, nas SDs 19, 20, 21 e 22, há a instauração de uma interlocução discursiva, isto é, de modos de interação entre sujeitos-leitores no espaço da seção de comentários nas páginas do *Facebook*. Essa interação, própria do meio digital, proporciona o confronto de sentidos em que se inscreve na cena discursiva. Esse confronto, no caso em questão, se dá em torno de três espaços de significação: a democracia, a ditadura e a corrupção.

Na SD 19, por exemplo, o sujeito-leitor assume uma posição de rejeição à corrupção, inscrevendo-se, assim, em uma formação discursiva anticorrupção. Entretanto, ao posicionar-se dessa forma, no funcionamento dos sentidos do político decorrentes da materialidade significante produzida pelo sujeito, encontramos aspectos da constituição do discurso que precisam ser considerados. Para posicionar-se desse modo, o sujeito, por meio de operadores discursivos, o “nem”, por exemplo, produz um efeito de menosprezo tanto ao regime democrático quanto ao regime ditatorial. Por estar inscrito em uma FD anticorrupção, esse sujeito direciona os sentidos do seu gesto de interpretação apenas ao aspecto concernente à corrupção, deixando de lado as formas de governo necessárias para o desenvolvimento de uma nação. Além disso, ainda nesta SD,

notamos, na discursividade formulada, uma identificação com o candidato Jair Bolsonaro, haja vista que se produz a #BOLSONARO2018. Desse modo, o sujeito-leitor é afetado pelo discurso segundo o qual só existe corrupção no PT. Com a #BOLSONARO2018, vemos uma defesa ao então candidato, sendo o leitor interpelado por uma ideologia antipetista.

Nessa perspectiva, acima de qualquer forma de governo, se produz o efeito de que a corrupção é a única problemática a ser combatida, bem como se associa a posição de anticorrupção com o então candidato Jair Bolsonaro. O discurso se constitui, assim, através da produção de sentidos que deslegitima a importância dos valores democráticos para o bom funcionamento da democracia, além do descaso com os sentidos de ameaça que o regime ditatorial poderia trazer para a população. Na tessitura desse fio discursivo, observamos, assim, um sentido de culto ao líder bolsonarista.

Na SD 20, conseguimos observar o efeito de contestação de outro sujeito internauta diante do sentido construído na SD 19. Há, desse modo, um confronto de sentidos que se estabelece no espaço on-line do *Facebook*, produzindo uma arena interpretativa em que disputas de/pelos sentidos estão em jogo. Esse efeito de contestação se desenvolve na medida em que o sujeito-leitor da SD 20 aponta para outra direção significativa que se constrói na textualização do discurso.

O sujeito da SD 20 se contraidentifica com a posição assumida pelo sujeito da SD 19. Esse modo de interpelação se corporifica na materialidade significativa no momento em que se põe em questão a importância da democracia para se combater a corrupção. A posição do sujeito da SD 20 é construída, assim, através do espaço dado, no ambiente on-line, para a instauração da interação. Interação essa que pode se estabelecer pela convergência, divergência ou antagonismo de sentidos.

Um aspecto interessante para pensarmos nos sentidos do político evidenciados na SD 20 é que, se, por um lado, a SD 19 distancia os sentidos da democracia como forma de combate à corrupção, por outro lado, na SD 20, há um processo discursivo que associa os princípios democráticos como pontos de partida para se pensar em formas de combate às ações corruptas. Na constituição da SD 20, entra em cena a contestação do efeito de censura próprio dos regimes ditatoriais (termos que ficar bem caladinhos). A cena de interlocução discursiva se desenvolve, desse modo, na arena do confronto de sentidos em torno das questões que tangem à democracia, à ditadura e à corrupção. Os sentidos do político ganham nuances diferentes a depender da ideologia que interpela

cada indivíduo em sujeito. Nessa direção, Orlandi (2017, p. 247) nos aponta que “é o modo de circulação, inerente à sua materialidade, que rege a textualização do discurso, afetando tanto a constituição como a formulação e, portanto, o funcionamento ideológico do discurso digital”.

Nas SDs 21 e 22, continuamos a observar que o funcionamento discursivo do político, no espaço dos comentários, ocorre pela disputa interpretativa dos sentidos em torno da ameaça à democracia e do discurso anticorrupção e antiesquerdismo associados, também, ao discurso religioso. Nessas SDs, vemos que os sentidos são divididos sendo determinados por direções que se especificam na história. Essas duas últimas SDs são formuladas como indagações feitas no espaço on-line com o intuito de instaurar o debate enunciativo-discursivo. Nessas indagações, os sentidos colocados em jogo, mais uma vez, retomam o imaginário de que as práticas corruptas estariam ligadas ao regime democrático. Há, assim, uma deriva de sentidos na linguagem, permitindo que, diante de determinado sítio de significância (a democracia), tomadas de posições sejam feitas por sujeitos que se inscrevem em uma FD anticorrupção e, dentro dessa FD, constroem modos de funcionamento do político que tangem ao tensionamento entre estrutura e acontecimento, entre linguagem e exterioridade, estabelecendo redes de sentido por meio do discurso. Além da FD anticorrupção, observamos, na movência de sentidos do sujeito da SD 22, a mobilização de uma FD religiosa, haja vista a afirmação “volta logo Jesus”. Vemos, pois, que é no imbricamento dessas duas FDs que o sujeito inscreve seu dizer e posiciona-se historicamente.

A última família parafrástica deste segundo recorte discursivo faz referência à postagem do sujeito midiático Estadão (cf. figura 19), resultando na contraidentificação com a posição de rejeição ao PT. Observemos, então, os gestos de interpretação produzidos pelos sujeitos-leitores:

## II Recorte discursivo – Família parafrástica III

**SD23:** apesar dos vários defeitos do **PT**, acredito que é realmente uma **alternativa** ao **Fascismo** representado por **Bolsonaro**. Li o texto, e **não** o **entendi**, de verdade.

**SD24:** De violar a democracia vocês entendem né Estadão, já que apoiaram o golpe militar e a Ditadura até quando a censura fudeu vocês

**SD25:** Estadão um jornal admirável sempre pela coerência: apoiou a instalação da ditadura de 1964 e agora apoia um boçalnato. Já

escolheram os **poemas** e **receitas** de bolo que vão colocar no lugar das manchetes?

**SD26: Engodo é pensar** que esse **jornal** alguma vez já **defendeu a democracia**. Pelo menos são **coerentes na defesa do autoritarismo**

Na cena de interlocução discursiva apresentada por essa família parafrástica, é possível observar que os sujeitos-leitores se contraidentificam com a posição assumida pelo sujeito da mídia, no caso em questão, pelo sujeito do portal Estadão, posição essa de rejeição ao PT como representante da democracia. Essa contraidentificação é sustentada por meio da memória discursiva referente às condições sociais, políticas e ideológicas das práticas discursivas produzidas pelo sujeito do portal Estadão.

Assim, no espaço dos comentários, se tece uma teia discursiva que produz um efeito de incoerência atribuído ao imaginário do Estadão. Ao se contraidentificar, como se pode ver na SD 23 (apesar dos vários defeitos do **PT**, acredito que é realmente uma **alternativa** ao **Fascismo** representado por **Bolsonaro**), o sujeito-leitor se posiciona aderindo ao discurso de que o PT seria uma alternativa democrática diante da conjuntura das Eleições. Nessa seara, o sujeito-leitor ainda opõe dois sítios de significância que se filiam aos candidatos à presidência, tomando Haddad como representante da democracia e seu opositor, Bolsonaro, como representante do fascismo, isto é, de um regime totalitário. Fabrica-se, então, um efeito de antagonismo entre as duas candidaturas.

Quanto ao efeito de incoerência produzido pelos sujeitos-leitores em relação ao imaginário constituído sobre o Estadão, percebemos, como nos afirma Orlandi (2017, p. 313), que é por meio da narratividade, isto é, através do “modo como a memória se diz, se reporta, vinculando o sujeito individuado a espaços de interpretação, em práticas discursivas determinadas” que o funcionamento do discurso se constitui. Assim, nos gestos de interpretação dos sujeitos-leitores, os sentidos do político se produzem a partir da memória retomada sobre o Estadão.

A memória que filia o sujeito Estadão como apoiador do golpe militar de 1964 é atualizada e ressignificada quando, no contexto das Eleições 2018, de acordo com o gesto de interpretação do sujeito-leitor, se produz um sentido de que o Estadão “apoia um boçalnato”, em referência ao candidato Jair Bolsonaro. Interessante se faz notar que, ao referir-se ao candidato Bolsonaro, há um efeito de ironia na constituição do dizer, uma vez que o sujeito-leitor nomeia o candidato a partir de um trocadilho (boçalnato),

produzindo um sentido de sujeito ignorante (boçal) desde o nascimento (nato). Na seção de comentários, desse modo, através dos gestos de interpretação fabricados pelos sujeitos-leitores, se expõe sentidos apagados na postagem, uma vez que ocorre a construção de interpretações a respeito do sujeito da mídia, filiando-o à memória da ditadura de 1964.

Nessa esteira, é possível perceber, então, que as discursividades produzidas pelos sujeitos da terceira família parafrástica partem de uma posição de adesão ao PT, inscrevendo-se em uma FD petista. Afirmamos isso tendo em vista as SDs analisadas, nas quais, contraindicando-se ao posicionamento do sujeito da mídia, os leitores filiam-se a sentidos outros, demonstrando, por meio de operadores discursivos, o efeito de incoerência da mídia em questão, uma vez que, por meio do interdiscurso, se retoma a memória sobre o sujeito dessa mídia, na qual o imaginário da contradição aparece em vistas das práticas discursivas feitas pelo sujeito midiático (apoiar a ditadura e ser censurado, posteriormente).

Com a análise deste segundo recorte discursivo, percebemos que o sujeito midiático tradicional mobiliza os dizeres na construção das notícias de modo a fabricar, a partir do lugar de neutralidade dessa mídia, sentidos universais, imparciais e objetivos em torno do político no tensionamento mínimo entre democracia e ditadura. Entretanto, é no processo de formulação discursiva, momento no qual se inscreve o encontro da materialidade da língua com a materialidade da história, que compreendemos o funcionamento discursivo do político, uma vez que os gestos interpretativos dos veículos convencionais ocorrem a partir de uma posição ideológica (PÊCHEUX, 1975) inscrita em uma FD do consenso a respeito do sentido estabilizado da democracia.

Na próxima subseção, vamos entender quais os processos discursivos imbricados no terceiro recorte: o efeito de manutenção da democracia.

#### 4.2.3 O efeito de manutenção da democracia

O efeito de manutenção da democracia consiste na construção de discursividades sobre a normalidade no que tange ao funcionamento da democracia após a realização das Eleições, ou seja, depois de termos um presidente eleito. Nessa perspectiva, neste terceiro recorte discursivo, visamos compreender de que forma os sentidos do político são produzidos no espaço midiático tradicional tendo como foco a mobilização dessa

mídia a respeito de conservação dos sentidos democráticos no período posterior ao pleito eleitoral.

Sabemos que o segundo turno das Eleições ocorreu no dia 28 de outubro de 2018 e teve como resultado a vitória de Jair Messias Bolsonaro (PSL), com 55,13% dos votos, enquanto Fernando Haddad (PT) obteve 44,87% dos votos. 2,4% dos votos foram brancos, 7,43% foram nulos e houve 21,30% de abstenções.

Através da análise minuciosa das postagens produzidas e divulgadas pelos veículos de mídias tradicionais, constatamos a produção de 27 postagens referentes ao período após as Eleições. Nessas postagens, como já dissemos, evidenciou-se um efeito de manutenção da democracia. Para observarmos o funcionamento desse efeito, trouxemos duas postagens do G1, duas do UOL e duas do Estadão.

Iniciemos a análise, então, a partir das materialidades representativas do G1, representadas na figura 20:

**Figura 20** - Movimento de interpretação do político na página do G1: efeito de manutenção da democracia



Fonte: Página do G1 na rede social *Facebook*

Na figura 20, a primeira postagem, à esquerda, trata de uma notícia sobre o desempenho de Jair Bolsonaro nas eleições, enfatizando-se o fato de que o candidato venceu em estados nos quais o PT tinha grande quantidade de votos em pleitos eleitorais anteriores. Já a segunda postagem, à direita, narra sobre o discurso proferido

por Jair Bolsonaro ao vencer as eleições. Deste pronunciamento, o sujeito midiático destaca que o então presidente eleito faria um governo regido pela democracia e pela liberdade.

Com o intuito de iniciarmos a observação do funcionamento do político neste último recorte discursivo da mídia tradicional, vejamos as seguintes SDs referentes às duas postagens do portal G1:

**SD1: Bolsonaro vence em 4 estados que eram redutos do PT desde 2002**

**SD2: Presidente eleito obteve mais de 50% dos votos em Amazonas, Amapá, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde petistas eram hegemônicos no 2º turno.**

**SD3: Enquanto Bolsonaro teve vitórias em portos seguros de petistas e tucanos, as de Fernando Haddad ficaram praticamente restritas a redutos de seu partido<sup>33</sup>.**

**SD4: Bolsonaro diz que fará um governo 'defensor da Constituição, da democracia e da liberdade'**

**SD5: Isso é uma promessa, não de um partido, não é a palavra vã de um homem, é um juramento a Deus", afirmou.**

Como podemos perceber através das SDs, a discursividade sobre os sentidos do político é construída com base no efeito de legitimação da eleição de Jair Bolsonaro. Esse efeito se sustenta por meio de operadores discursivos que produzem níveis hierárquicos entre os candidatos que estavam disputando a Eleição. Na SD 1, por exemplo, observa-se que o fio discursivo é formulado por meio da valoração do candidato eleito. Esse efeito de reconhecimento é constituído através da estratégia discursiva de comparação entre os candidatos, legitimando-se o candidato eleito do PSL e produzindo-se sentidos de rejeição, por parte dos eleitores, ao candidato do PT, já que o sujeito da mídia afirma que Bolsonaro venceu em localidades nas quais o PT tinha domínio político há anos. Essa produção de sentidos também pode ser vista na SD 2, uma vez que se reitera o aspecto da perda de hegemonia do Partido dos Trabalhadores. Assim, se constitui um imaginário de que o PT, representado na eleição por Haddad, perdeu o poder de preferência dos votos na campanha eleitoral. Por meio, então, da ordem do repetível, nas SDs 1, 2 e 3, se projeta essa imagem em torno de tal partido.

---

<sup>33</sup>Esta SD foi retirada da notícia na íntegra. Disponível em:<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/29/bolsonaro-vence-em-4-estados-que-eram-redutos-do-pt-desde-2002.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

Nas SDs 4 e 5, podemos observar que os sentidos constituídos, formulados e que se fazem circular por meio da página de mídia jornalística revelam um efeito de manutenção/estabilidade democrática. Ao trazer para o corpo da postagem a fala do presidente eleito, na qual se afirma que o governo será defensor da Constituição, da democracia e da liberdade, o sujeito da mídia assume, igualmente, a posição do sujeito-enunciador Bolsonaro, haja vista que é a partir do modo como a textualização se formula que percebemos as posições no discurso. Com isso, queremos dizer que, ao noticiar os fatos, quando se reitera uns sentidos e se silencia outros, há, aí, a (ex)posição do sujeito no discurso.

Nesta esteira, Silva Sobrinho (2019, p. 62) nos alerta que, no sistema capitalista em que estamos inseridos e, conseqüentemente, em que o sujeito da mídia também se encontra, “a burguesia produz evidências discursivas que fazem crer que os sujeitos são ‘livres’ e ‘iguais’, sobrepondo as contradições de classe por meio dos sentidos de ‘democracia’ e cidadania”. É justamente esse processo discursivo que ocorre na SD 4, quando, na posição do sujeito-enunciador, se coloca a Constituição, a democracia e a liberdade como pontos nodais para as práticas governamentais que seriam desenvolvidas pelo então governo. O sujeito midiático, desse modo, aos mobilizar tais dizeres cria um efeito de consenso em torno da manutenção da democracia.

Interessante se faz observar que, na SD 5, dessa posição sujeito, assume-se uma posição cristã para fundamentar os princípios de democracia e liberdade que norteariam seu governo. Há, então, uma superposição na constituição dos saberes de duas FDS: a da governabilidade e a religiosa. Essa heterogeneidade de FDS condiciona a diferentes posições no discurso, demarcando ora uma posição de presidente eleito, ora uma posição de cristão.

Em contrapartida, o sujeito midiático, na mobilização dos dizeres, silencia os sentidos autoritários atribuídos a Jair Bolsonaro em virtude da memória histórica a respeito do então presidente eleito. Vemos, pois, que o funcionamento particular do discurso jornalístico se ancora, como nos aponta Perini (2019, p. 110), num sítio de significância, isto é, numa “teia de sentidos em relação, conectados entre si e a um sentido central relativamente estável”. As formulações são, pois, constituídas e veiculadas buscando-se produzir um efeito de manutenção da democracia. Isso se repete também nos outros portais de notícias.

Nessa perspectiva, vejamos, agora, como os sentidos do político funcionam nas materialidades do UOL tendo em vista o efeito de manutenção da democracia:

**Figura 21** - Movimento de interpretação do político na página do UOL: efeito de manutenção da democracia



Fonte: Página do UOL na rede social *Facebook*

Na figura 21, apresentamos duas postagens do UOL que julgamos, também, como representativas do efeito de manutenção da democracia. A primeira postagem, à esquerda, trata de uma entrevista concedida pelo vice-presidente eleito Hamilton Mourão à BBC News. A fala do então vice-presidente se referia às manifestações de receio de alguns setores da sociedade quanto ao futuro da democracia. Já a segunda postagem, à direita, consiste em um vídeo no qual Sérgio Moro (então Ministro da Justiça) discursa afirmando que o presidente eleito não representa risco à democracia.

Diante das duas postagens, observamos as SDs que selecionamos do portal UOL:

**SD6:** Temor pelo futuro da **democracia** é **choro dos perdedores**, diz Mourão

**SD7:** O militar afirmou que as **preocupações** externadas por jornais e personalidades de fora do país são um "**desserviço**" prestado por seus **adversários**, insinuando que teriam sido provocados por uma "rede de contatos" de pessoas ligadas à campanha de Fernando Haddad, do **PT**<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> Esta SD foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DB9W4RoBX14J:https://www1.folha.uol.com>>

**SD8:** Moro diz que **Bolsonaro não representa risco** para a **democracia**

**SD9:** "**Não vejo** no presidente eleito um **risco** de **autoritarismo** ou **risco à democracia**", declarou Moro durante uma série de conferências de personalidades da direita latino-americana<sup>35</sup>

Como é possível perceber, visando fabricar o efeito de manutenção da democracia, as discursividades construídas nas SDs 6, 7, 8 e 9, através do discurso de negação, buscam produzir um sentido de estabilização democrática após as Eleições. A mídia mobiliza os dizeres do sujeito-enunciador Mourão, nas SDs 6 e 7, por exemplo, de modo a destacar uma posição de indiferença diante de discursos outros que questionam a permanência/funcionamento da democracia após o pleito eleitoral. Porém, na tentativa de estabilizar os sentidos de democracia em funcionamento, se desestabiliza o discurso referente a essa manutenção democrática. O fio discursivo se constitui, assim, na tensão entre o estável e o instável, entre o repetível e o espaço para discursos outros. Desse modo, concordamos com Gallo (2019, p. 192), para quem “o conhecimento só se produz a partir de um gesto de leitura/interpretação, para o qual se necessita de saberes pré-construídos”. Com isso, queremos pontuar que, para que esse gesto de interpretação fosse formulado pelo sujeito-enunciador Mourão e divulgado/ditizado pelo sujeito da mídia em questão, necessário se fez que, por meio de condições sociais, históricas e ideológicas, fosse constituído, formulado e circulado um pré-construído referente ao risco que o candidato do PSL traria à democracia brasileira. Nessa perspectiva, ao mobilizar uns dizeres em detrimento de outros, assume-se uma posição-sujeito de defesa da estabilidade democrática após o pleito eleitoral.

Embora a posição do sujeito-enunciador busque refletir o bom funcionamento da democracia, na formulação da materialidade discursiva, vemos que estrutura e acontecimento se relacionam, oportunizando a deriva de sentidos, isto é, a possibilidade de sentidos outros virem à tona. Portanto, quando se afirma que o presidente eleito não seria um risco para a democracia, abre-se espaço para se pensar em outra rede de sentidos na qual se diz o contrário, ou seja, que a candidatura de Bolsonaro, de algum

---

[br/poder/2018/10/temor-pelo-futuro-da-democracia-e-choro-de-perdedores-diz-mourao.shtml&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsrc=0](https://poder2018/10/temor-pelo-futuro-da-democracia-e-choro-de-perdedores-diz-mourao.shtml&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsrc=0)>. Acesso em: 03 jun. 2020.

<sup>35</sup> Esta SD foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/12/03/moro-diz-que-bolsonaro-nao-representa-risco-para-a-democracia.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

modo, sugere a constituição de sentidos que ameacem as práticas democráticas. Entretanto, nas materialidades de mídia tradicional investigadas, o efeito dominante refere-se à estabilidade democrática, uma vez que, nas práticas jornalísticas produzidas, busca-se fabricar o sentido de consenso em torno da manutenção da democracia.

Nas SDs 8 e 9, também observamos o mesmo processo discursivo se formulando, entretanto, dessa vez, o sujeito-enunciador é o ex-juíz Sérgio Moro, que se tornou Ministro da Justiça do governo Bolsonaro. Mais uma vez, por meio de operadores discursivos de negação, as práticas discursivas jornalísticas são produzidas buscando construir esse efeito de manutenção da democracia. No jogo entre o lembrar e o esquecer, entre o dito e o não-dito, sentidos são legitimados na teia discursiva. Intenta-se, com isso, produzir um efeito de consenso em torno das práticas discursivas produzidas pelo sujeito presidente no decorrer da disputa eleitoral.

Entretanto, sabendo que o político se institui através do litígio, da divisão dos sujeitos e dos sentidos que ocorre no momento em que gestos de interpretação são produzidos no espaço on-line, ao analisarmos discursivamente o funcionamento dos sentidos do político, percebemos que o efeito de manutenção da democracia, embora tente ser sustentado por uma ilusão de homogeneidade em torno do regime democrático, perpassa o lugar da incompletude, dando espaço para o deslocamento de sentidos e, portanto, para uma interpretação outra, aquela que retoma e atualiza certo lugar de memória, configurando pré-construídos que tocam uma democracia instável/fraturada.

Para finalizarmos o espaço de análise das postagens desse último recorte discursivo, observemos as materialidades oriundas da página do Estadão:

**Figura 22** - Movimento de interpretação do político na página do Estadão: efeito de manutenção da democracia



Fonte: Página do Estadão na rede social *Facebook*

A primeira postagem, à esquerda, representada na figura 22, trata da reprodução de parte do pronunciamento de Bolsonaro após ganhar as eleições. Nesta notícia, evidencia-se os sentidos de união e pacificação do país no governo bolsonarista. Já a segunda postagem, à direita, diz respeito a uma fala do senador Tasso Jereissati (PSDB), quando o mesmo afirma que o presidente eleito não representaria risco para a democracia.

Dessas postagens, selecionamos as seguintes SDs:

**SD10:** Eleito, Bolsonaro diz que vai 'unir' e 'pacificar' o país

**SD11:** Com 57,7 milhões de votos, o 38º presidente eleito democraticamente no Brasil faz discurso de compromisso com a Nação: 'Sem eles contra nós ou nós contra eles'

**SD12:** Mais tarde, em uma transmissão ao vivo nas redes sociais, fez uma manifestação mais clara a favor de **reunificação do País**. "Vou buscar **pacificar** o nosso Brasil. Nós vamos pacificar. Sem eles contra nós ou nós contra eles. Nós temos como fazer políticas que atendam o **interesse de todos**", afirmou Bolsonaro [...] Segundo Bolsonaro, **será deixado "de lado qualquer temática voltada para a ideologia** ou para o desgaste dos valores familiares".<sup>36</sup>.

**SD13:** Tasso: 'Bolsonaro não vai ameaçar a democracia'

<sup>36</sup> Esta SD foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:W46vId\\_DKkEJ:https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,eleito-jair-bolsonaro-diz-que-vai-unir-e-pacificar-o-pais,70002570944&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsr=0](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:W46vId_DKkEJ:https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,eleito-jair-bolsonaro-diz-que-vai-unir-e-pacificar-o-pais,70002570944&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsr=0)>. Acesso em: 03 jun. 2020.

**SD14:** Mesmo discordando em muitos pontos do que prega Jair Bolsonaro, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) avalia que **o presidente eleito não representará um risco para a democracia**. “Evidentemente, que não concordo com ele e com muitas das coisas que diz e faz, mas **não vejo essa ameaça à democracia**. As **instituições** são **muito fortes**, estão bem **consolidadas**. E temos um Judiciário e um Legislativo preparado para qualquer tentativa, que eu acho que **não vai haver**”, afirmou o senador<sup>37</sup>

Nas materialidades discursivas expostas através das SDs selecionadas diante das postagens do Estadão, percebemos que os sentidos do político se constroem na medida em que se assume uma posição de consenso em torno das Eleições 2018, como se pode ver na SD 10, por exemplo, através das expressões “unir” e “pacificar”. Na SD 10, através da formulação da manchete da notícia, o sujeito da mídia destaca os compromissos de união e pacificação do país como nortes que guiariam o governo do presidente eleito.

Dessa forma, por meio da ordem do repetível, há a constituição de um efeito de consenso/universalização dos sentidos no que tange à vitória do presidente. Na SD 11, constatamos os sentidos de ênfase diante dos dados quantitativos que fizeram com que o candidato do PSL fosse “eleito democraticamente”, isto é, por meio da maioria dos votos do povo.

Nessa direção, Silva Sobrinho (2019, p. 62) nos assegura que “o Estado burguês aparece como se fosse um ‘poder ‘imparcial’ e ‘acima’ das classes. Trata-se do efeito de evidência ideológica, ou seja, o Estado aparece como se fosse uma instância de ‘neutralidade’ diante dos conflitos sociais, como se pudesse resolvê-los”. Nessa perspectiva, através do modo como o candidato eleito está representado pelo sujeito midiático do Estadão, assume-se a posição de representante do Estado, produzindo um sentido de homogeneização da nação, buscando apagar contestações, conflitos e dissidências e criando, portanto, uma unidade imaginária diante das práticas discursivas governamentais.

Esse discurso de pacificação e reunificação do país visando atender ao interesse de todos nos leva a pensar em sentidos de salvação que aí se constroem. Conforme nos aponta Silva Sobrinho (2019), na ordem do/a político/a na conjuntura dada, esses sentidos de salvação têm como complementos a salvação do PT, da corrupção, do

<sup>37</sup> Esta SD foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:JAZiN8ug5IUJ:https://brpolitico.com.br/noticia/s/tasso-bolsonaro-nao-vai-ameacar-a-democracia/&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsrc=0>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

comunismo, do socialismo e das ideologias, como se pode ver na SD 12, quando se fala em deixar de lado “qualquer temática voltada para a ideologia”. No percurso de análise de todos os recortes discursivos, principalmente, na seção de comentários, também observamos o funcionamento desse processo discursivo, quando os sujeitos internautas aderem a esse discurso de salvação, colocando a corrupção como uma das questões pelas quais se deve salvar o Brasil.

Já nas SDs 13 e 14, observamos a retomada das práticas que se constroem por meio do discurso de negação à ameaça que o sujeito Bolsonaro traria para a democracia. Como já vimos na análise das postagens do portal UOL, aqui, também, pela ordem do repetível, tenta-se legitimar um dizer descaracterizando outro, isto é, ao se discursivizar o acontecimento do resultado das eleições, o sujeito midiático buscar institucionalizar o sentido de que o candidato eleito não representa risco para a democracia, tentando, desse modo, apagar os sentidos de dissenso próprios da disputa eleitoral, precisamente no âmbito do segundo turno, quando as disputas estavam mais acirradas. Nessa seara, Mariani (1996, p. 77) nos alerta que esse processo discursivo produzido pela mídia “trata-se da dimensão de normatização ou disciplinarização constitutiva da ordem de possibilidades de um discurso”.

Assim, é pela análise das materialidades discursivas que verificamos como se processa a legitimação da institucionalização dos sentidos, bem como de que modo essa institucionalização vai se auto-ressignificando discursivamente ao adaptar-se às transformações históricas (MARIANI, 1996). Em suma, neste recorte, após o resultado das eleições, constatamos um efeito de manutenção da democracia. Com isso, queremos dizer que as postagens veiculadas no período de pós-eleição restringem o sentido de democracia ao fato de um candidato ter sido eleito de forma legítima. Há, assim, uma relação entre o primeiro efeito evidenciado e este último. Isso nos possibilita dizer que a mídia tradicional segue determinada direção frente aos sentidos produzidos em torno da democracia e da ditadura. Essa direção sugere o apagamento dos conflitos oriundos dessa relação, com o intuito de evidenciar o funcionamento da democracia através da produção do consenso.

Essa produção de uma posição-sujeito de consenso, por sua vez, ocorre pela imparcialidade e pela objetividade, características do lugar discursivo de neutralidade da mídia tradicional, quando se busca trazer o *discurso sobre* as Eleições 2018, tomando os

acontecimentos enunciativos e discursivos como fatos que falam por si só, havendo a necessidade apenas da reprodução dos mesmos. Com a análise, percebemos que

A imparcialidade não é, portanto, a equidistância entre os lados, mas a capacidade de se apresentar como ocupando a posição do universal. E a neutralidade não é a ausência de valores, mas a naturalização de um padrão de valores que se transmuta de julgamento em fato. Na qualidade de vinculação da narrativa ao mundo real, a objetividade é balizada por esses dois ideais complementares, que sustentam as pretensões de escolha não enviesada dos fatos a serem reportados e de narrativa isenta e factual (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 63).

É, portanto, nessa posição de mídia neutra e imparcial que se busca discursivizar sobre as Eleições, produzindo, assim, esse efeito de manutenção da democracia.

Quanto ao espaço dos comentários, buscamos investigar de que modo o sujeito internauta se subjetiva por meio do discurso. Para sistematizar a análise dos comentários, lançamos mão das famílias parafrásticas a fim de entender como o sujeito se constitui e produz sentidos no espaço on-line. Na tecitura dos comentários formulados pelos sujeitos-leitores, neste recorte discursivo, pudemos constatar duas matrizes de sentido, isto é, duas famílias parafrásticas, sendo elas: i) a posição de identificação com os sentidos de democracia enquanto ordem, moralidade e religiosidade, por meio do discurso de anticorrupção; ii) posição de contraidentificação com os sentidos produzidos pelo sujeito midiático tradicional a partir da resistência frente a uma possível ameaça à democracia. Vale destacar que as duas famílias parafrásticas fazem referência às postagens do G1, do UOL e do Estadão. Iniciemos, então, pela compreensão da primeira família parafrástica:

### III Recorte discursivo – Família parafrástica I

**SD15:** É disso que precisamos para fazer o nosso país **sair do buraco** que foi jogado por **13 anos de corrupção sistêmica**.

**SD16: SEMPRE FALOU EM UNIÃO.** Quem **divide** é o **marxismo da esquerda**, que tem como núcleo o conflito de classes! Rsrss BOLSONARO

**SD17:** Nossa mobilização deve permanecer e garantir o apoio necessário à governabilidade do novo presidente, não só junto ao congresso nacional, mas também no **enfrentamento daqueles que se opõem à ordem e ao progresso**, nosso lema sagrado que agora resgatamos **das garras nefastas do comunismo destrutivo, que arrasta os incautos, que arrasta vidas e países por onde passa e que, infelizmente, não está morto**. Pelo futuro do Brasil, pela **liberdade, igualdade e fraternidade**, valores que inspiraram as grandes nações do mundo, vamos nos manter em guarda e lutar se preciso. Brasil acima de tudo, **Deus** acima de **todos!**

**SD18:** Eles respeitarem a democracia, duvido [...] hoje depois da derrota voltou o **ideologismo**, e **defesa** da **corrupção**, afirmando que o Lula é inocente e foi injustiçado.

**SD19:** A **Constituição** já nos garante a **democracia** o nosso presidente estará governando com **ela** e com a **Bíblia**

**SD20:** É isso aí Mourão... **democracia não significa vandalismo**, vamos **pôr ordem** na casa

**SD21:** Eu sempre falei, "se os **militares** querem o **poder** que lancem um candidato e venha para as eleições..." Foi o que aconteceu! Que a **DEMOCRACIA** seja respeitada SEMPRE!

Das SDs 15 a 22, interessante se faz notar o complexo emaranhado de sentidos que funcionam discursivamente tendo por norte a ordem do discurso sobre pacificação após a vitória de Bolsonaro nas Eleições. Assim, em consonância com o efeito de manutenção da democracia, os sujeitos-leitores inscrevem os dizeres a partir da aderência à posição de democracia como ordem, moralidade e religiosidade, produzindo-se o sentido de consenso ressaltado pelo espaço midiático. Essa posição está inscrita num imbricamento entre a FD anticorrupção e a FD religiosa.

Através dos sentidos de combate à corrupção, que podem ser vistos nas SDs 15 e 18, por exemplo, constrói-se o efeito de evidência de que a corrupção acabará através das ações governamentais do presidente eleito. Essa posição é sustentada, então, no discurso de defesa à pacificação do país atrelado ao processo parafrástico que reitera o efeito de manutenção da democracia. É do lugar de internauta que os sujeitos se posicionam e se filiam a determinadas redes de sentido. No caso da posição de combate à corrupção, se produz um imaginário de rejeição aos que não se enquadrariam “na ordem e progresso” (SD17) que o discurso de pacificação se propõe a cumprir.

Coloca-se, assim, através de redes de sentido antagônicas, de um lado, os sujeitos que se posicionam por meio da “ordem”, “do progresso”, da pacificação e da união, produzindo o consenso em torno da manutenção da democracia e, do outro, daqueles do “marxismo de esquerda” (SD16), do ideologismo e da defesa da corrupção. Esse antagonismo se produz tendo em vista que as diferentes “escolhas” dos sujeitos são feitas pela “forma discursiva que permanece produzindo o efeito da univocidade, constituindo, no entanto, marcas que nos permitem traçar sua trajetória de leitura no arquivo informatizado, o que nos leva a sujeitos de discursos diversos” (GALLO, 2019, p. 199).

Logo, os gestos de interpretação são assim produzidos porque os indivíduos, interpelados em sujeitos internautas pela ideologia, se filiam a uns sentidos e não a outros. No caso em questão, no momento em que esses sujeitos se filiam ao sentido de consenso em torno da manutenção da democracia, eles o fazem rejeitando/contraindificando-se a sentidos outros. No espaço digital, esse confronto de sentidos se dá por meio do efeito de desqualificação, quando se produz um imaginário negativo em relação ao sentido outro. Nessas condições, vemos que “uma escolha do sujeito dentro do ‘tudo’ que a internet (ilusoriamente) traz, continua não sendo uma escolha, mas sim o resultado de uma interpelação ideológica, com mais uma camada de materialidade (digital), que vem descolando sentidos” (GALLO, 2019, p. 197). A materialidade digital funciona, assim, como espaço para que os sujeitos, no aqui e agora, produzam movências de sentidos.

Nesta família parafrástica que trouxemos para análise, vemos que, partindo da posição de aderência ao consenso em torno da manutenção democrática, os sujeitos fabricam sentidos acerca da democracia por meio de oposições significantes no discurso. Na SD 20, por exemplo, se opõe a democracia de um lado e “vandalismo” de outro. Para o sujeito-leitor a democracia estaria ligada à ordem, ordem essa que seria imposta ao se ter “militares no poder”, como se pode ver na SD 21. Há, assim, na cena discursiva de interlocução, um batimento de sentidos entre ordem e desordem, na qual, fabrica-se um imaginário de que a desordem/vandalismo estaria do lado do marxismo de esquerda (SD 16), das garras nefastas do comunismo destrutivo (SD 17) e da defesa da corrupção (SD 18). Produz-se, então, um imaginário do outro indesejável (MARIANI, 1996), outro esse que se torna um inimigo na conjuntura de uma democracia alicerçada pela “ordem” e pela “pacificação”. Há, portanto, nos gestos de interpretação dos leitores, a constituição do sentido de controle social.

Como dissemos, essas matrizes de saberes se relacionam entre a FD anticorrupção e a religiosa. Vemos, de forma explícita, na SD 19 (A Constituição já nos garante a democracia o nosso presidente estará governando com ela e com a Bíblia) de que forma essa discursivização acontece. O sujeito, para posicionar-se no discurso, lança mão do significante cristão, inscrevendo-se, portanto, em uma FD religiosa para (re)afirmar o sentido de democracia a qual ele se filia. Nessa perspectiva, vemos que os sentidos são “construídos em confrontos de relações que são sócio-historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seus jogos imaginários [...] Os

sentidos são, em suma, produzidos” (ORLANDI, 2012, p. 2012). Portanto, foi possível observar que, nas SDs analisadas, as posições de anticorrupção, antiesquerdismo e anticomunismo estavam imbricadas, também, com a posição religiosa, fabricando sentidos conflitivos entre os sujeitos-leitores.

Nas linhas que seguem, trazemos as SDs que fazem parte da nossa segunda família parafrástica, a qual designamos de “posição de contraidentificação com os sentidos produzidos pelo sujeito midiático tradicional a partir da resistência frente a uma possível ameaça à democracia”. Observemos:

### III Recorte discursivo – Família parafrástica II

**SD22:** Dedico aos que **assassinaram a nossa democracia** nessa data e permitiram a **vitória do ódio**, da **violência**, da **intolerância** e do **preconceito**. A responsabilidade agora é de vocês! Convivam com essa culpa e com as consequências que virão!

**SD23:** A **luta contínua** companheiros. Seremos **resistência**. Foi uma honra **lutar pela democracia** ao lado de vocês.

Como sabemos, o funcionamento discursivo na seara digital parte da forma material que produzem os sujeitos e os sentidos. Assim, precisamos compreender a relação entre a ordem da tecnologia, sua materialidade discursiva, que se relaciona com a historicidade e, também, como se organiza essa tecnologia, tentando perceber de que forma o digital significa (DIAS, 2018). Dizemos isso, pois, no *Facebook*, particularmente na seção de comentários, notamos a constituição de um espaço aberto para o confronto de sentidos. É justamente isso que ocorre quando observamos as SDs desta segunda família parafrástica.

Inscritos numa formação discursiva que chamamos de “luta democrática”, esses sujeitos assumem, no discurso, uma posição de resistência frente à conjuntura pós-eleição, contraidentificando-se, pois, com o efeito de manutenção da democracia fabricado pela mídia tradicional. O fio discursivo é produzido, assim, partir de uma outra memória do dizer, aquela na qual se retoma as práticas discursivas que carregam o ódio, a violência, a intolerância e o preconceito (SD 22), aspectos esses mobilizados durante a campanha eleitoral pelo presidente eleito, segundo os gestos de interpretação dos sujeitos-leitores.

A ideologia que os interpela, desse modo, parte de outro lugar. Lugar esse que se constitui pelo efeito de democracia instável, de democracia fraturada (NUNES, 2019). Assim, na movência dos sujeitos, “são constantes os deslocamentos e realocamentos da

memória” (FERREIRA, 2011, p. 251). No âmbito digital, então, quando se lê o acontecimento noticiado pelo sujeito da mídia, ao se formular os gestos de interpretação diante dessa leitura, os sujeitos produzem sentidos, reproduzindo-os ou transformando-os. No caso em questão, esses sujeitos-leitores transformam/relocam o efeito de sentido produzido pela mídia tradicional e participam do processo sócio-histórico de produção dos sentidos, a partir, sempre, de um lugar social, o de internauta, no caso, e com uma direção histórica determinada (ORLANDI, 2012), aquela que se encontra no discurso de resistência.

Com nossas análises acerca desses três efeitos produzidos pelo sujeito midiático tradicional (democracia estabilizada, tensionamento mínimo entre democracia e ditadura e manutenção da democracia), conseguimos compreender que o funcionamento discursivo do político, na seara das mídias tradicionais, parte do lugar discursivo de neutralidade dessa mídia. Consequentemente, por meio desse lugar, o sujeito midiático mobiliza dizeres em favor da fabricação da universalização de sentidos. Tal universalização permite que esse sujeito inscreva-se numa FD do consenso quanto à estabilidade democrática, produzindo sentidos uniformes em torno de gestos interpretativos que demandam, na verdade, um entendimento complexo diante do discurso, haja vista que esse se tensiona por meio da estrutura e do acontecimento.

## **5 O FUNCIONAMENTO DO POLÍTICO NO ESPAÇO ON-LINE DA MÍDIA ALTERNATIVA: A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2018 DISCURSIVIZADA A PARTIR DE UM LUGAR DE MILITÂNCIA**

Neste capítulo, vamos analisar o nosso *corpus* com vistas a compreender o funcionamento discursivo dos sentidos do político através das materialidades textualizadas nas páginas de mídias jornalísticas alternativas da rede social *Facebook*. Nessa direção, inicialmente, nos propomos a investigar de que modo se constitui o lugar discursivo do sujeito da mídia alternativa, pensando a relação entre lugar social, lugar discursivo e posições-sujeito (cf. seção 1.4), assim como fizemos no espaço midiático tradicional. Já no segundo momento, visamos analisar os efeitos de sentidos evidenciados, na mídia alternativa, por meio de postagens representativas referentes aos três recortes discursivos que explicitamos em nosso capítulo metodológico. Após analisarmos as materialidades das postagens, vamos investigar, também, as posições dos sujeitos-leitores através dos gestos de interpretação produzidos por meio dos comentários concernentes às postagens. Cabe destacar, ainda, que tais materialidades (postagens e comentários) serão observadas tendo em vista a relação entre democracia e ditadura, uma vez que esse tema foi colocado em cena/confronto no contexto da Eleição Presidencial 2018.

### **5.1 O lugar discursivo de militância ocupado pela Mídia Alternativa**

Diferente das páginas de MT, as páginas de mídias alternativas (MA) se constituem como um lugar de contraponto às mídias tradicionais, uma vez que, nelas, encontramos uma posição político-ideológica explicitamente assumida que diverge dos efeitos de sentido produzidos pelas MT.

Sendo uma opção frente ao discurso dominante, a MA funciona a partir do lugar discursivo de militância. Esse lugar se sustenta através dos sentidos de não neutralidade, não universalidade e engajamento. Dizemos que a MA se configura como um lugar de militância tendo em vista justamente o caráter reivindicatório dessa mídia, constituindo-se como espaço de informação e, igualmente, de politização. Nessa direção, Valiengo (2019, p. 4), ao refletir sobre as proposições de Moraes (2009), nos sinaliza que a MA atua como uma ferramenta para a comunicação no campo popular, “sem deixar de lado a militância social, ficando implícito que jornalistas e/ou comunicadores devem estar

dentro do conflito, sempre com uma clara tendência a democratizar a palavra e a informação”.

Desse modo, compreende-se que esse efeito de militância da MA advém da preocupação dessa mídia em engajar-se politicamente com determinadas causas sociais, ligadas, predominantemente, aos diversos grupos excluídos socialmente. Nesse sentido, Moraes (2009) adverte ainda que, na MA, a retórica dominante realça a necessidade de intervir ideologicamente na luta de classes. Logo, a produção noticiosa da mídia alternativa funciona a partir da promoção de uma mudança na estrutura social. Por essa razão, os sentidos de não neutralidade (exposição explícita de sua posição), de não universalidade (particularização e historicização da linguagem/discurso) e de engajamento (busca em envolver a população – não as elites – nas discussões sobre causas político-sociais) estão presentes, de modo enfático, na mídia alternativa.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que, a partir dos limites hegemônicos impostos pela MT, a MA visa expandir o âmbito das informações, dando voz aos excluídos e vinculando-se a determinados movimentos sociais. A militância diz respeito, pois, ao enfrentamento do sistema vigente e à construção de uma hegemonia voltada às lutas pela emancipação social. Assim, esse lugar de militância pauta-se numa perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecimento do sentimento de confiança do público no poder da MA de engendrar mudanças construtivas na esfera social. (DOWNING, 2002).

Nessa perspectiva, concordamos com o que afirma Orlandi (2012, p. 13):

Quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando. É o que não está sendo dito pode ser de várias naturezas: o que não está dito, mas que, de certa forma, sustenta o que está dito; o que está suposto para que se entenda o que está dito; **aquilo a que o que está dito se opõe**; outras maneiras diferentes de se dizer o que se disse e que significa com nuances distintas etc.

Assim, no caso das páginas analisadas, a presença, bem como a ausência também significa. Logo, ao intitular-se de certa forma e não de outra, os lugares discursivos das páginas tendem a ser ocupados de modo diferente e a provocar efeitos de sentido também distintos. Por essa razão, temos a preocupação de analisar o funcionamento dos processos discursivos que estão imbricados nos dizeres, isto é, nas materialidades significantes de nossas análises.

Para demonstrarmos, então, o funcionamento desse lugar discursivo, é essencial ponderarmos reflexões sobre as condições de produção das notícias divulgadas pelas páginas de mídias alternativas. Dessa forma, nas subseções seguintes, analisamos de que modo as páginas assumem esse lugar de militância.

### 5.1.1 Revista Fórum

Iniciemos com as considerações a respeito da Revista Fórum. Esta é uma revista brasileira que foi publicada mensalmente por 12 anos em versão impressa pela editora Publisher Brasil. O número 1 foi às bancas em setembro de 2001 e a última edição em papel impressa, em dezembro de 2013. A revista ainda teve um número zero em abril de 2001.

Nos dias de hoje, a Revista é apenas digital. Seu portal é uma mídia independente brasileira e todas às sextas-feiras é lançada uma edição semanal digital da revista. No site da revista<sup>38</sup>, nos é informado que a mesma foi inspirada no Fórum Social Mundial<sup>39</sup>, sendo lançada, portanto, a partir da cobertura do primeiro evento, realizado em janeiro de 2001, em Porto Alegre. Essa vinculação já nos possibilita perceber a marca do lugar de militância da MA, isso porque, já em seu lançamento, evidenciam-se as filiações político-ideológicas ligadas ao FSM, o que implica afirmar que, como dissemos anteriormente, a MA adere aos movimentos sociais como forma de lutar/militar pelas causas das minorias.

Nessa perspectiva, Oliveira (2011), ao fazer um estudo sobre o jornalismo alternativo enquanto um potencial para a radicalização da democracia, enfatizando a análise dos conteúdos publicados pelo portal, nos esclarece que

A revista Fórum teve um número maior de matérias referentes a problemas sociais, política nacional, movimentos sociais e ciência e cultura. Há uma presença um pouco maior de fontes oficiais nas matérias de política nacional e internacional, em geral, personalidades do governo federal ou ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Entretanto, nas outras editorias, percebe-se também a presença de lideranças de movimentos sociais. A revista Fórum

---

<sup>38</sup> As informações aqui apresentadas encontram-se no site da Revista Fórum. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/sobre-a-revista/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>39</sup> O Fórum Social Mundial (FSM) é um evento organizado por movimentos sociais de muitos continentes, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. Seu slogan é “Um outro mundo é possível”.

tem um perfil partidário mais definido, assim há uma nítida presença maior de fontes que representam determinados segmentos organizados da sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 61).

Como vemos, a Revista Fórum, ao surgir em condições que tocam as questões dos movimentos sociais, em sua produção noticiosa, reflete a construção de sentidos acerca desses aspectos. Conseqüentemente, no processo de discursivização feito pelo portal, é possível perceber as marcas do posicionamento assumido pelo sujeito midiático. Por ser uma mídia independente, que “precisa do apoio de seus leitores”, conforme se afirma no site da Revista, ela parte de um lugar social do que poderíamos chamar de microempresário, haja vista que não possui o apoio de grandes patrocinadores, como acontece com as mídias tradicionais. Assim, é através do engajamento dos leitores do portal que a Revista Fórum se desenvolve cotidianamente. Percebemos, pois, que essas condições de produção das notícias muito influem no modo do funcionamento discursivo das postagens veiculadas, como veremos mais adiante. Isso implica dizer que a ideologia que interpela o sujeito discursivo da página remete a efeitos de sentidos não cristalizados, isto é, que não possuem um caráter hegemônico, dominante e tido como transparente e neutro, como ocorre nas MT.

Com base nisso, observemos, assim, a seguinte SD retirada do site da mencionada mídia alternativa:

**SD1:** Foi lá na Porto Alegre daqueles que sonhavam **um outro mundo possível** que a Fórum nasceu. Não é a publicação oficial do FSM, mas a **revista traz no seu DNA a força dos movimentos e a certeza de que é na multiplicidade de vozes que se faz um mundo melhor** [...] Fórum traz, diariamente, matérias, reportagens e entrevistas que **buscam uma visão de mundo diferente da presente nos grandes meios de comunicação tradicionais**. Hoje é uma das maiores audiências no segmento jornalístico nacional.

Na SD 1, é possível observar que o sujeito administrador do site assume uma posição militante na medida em que explicita, através da materialidade significativa, de que modo o portal de notícias surgiu, inscrevendo-se, então, em uma FD dos movimentos sociais. As materialidades “outro mundo possível”, “mundo melhor” e “visão de mundo diferente”, por exemplo, são vestígios dessa posição militante da página. Faz-se, assim, um contraponto com a visão dos “grandes meios de comunicação tradicionais”. Desse modo, por meio da SD 1, vemos, também, uma posição de não neutralidade, uma vez que o sujeito administrador alega que o veículo midiático em questão se constitui por meio da “força dos movimentos”, buscando a “multiplicidade

vozes”. Esses vestígios nos indicam, pois, que a posição militante se sustenta pelos sentidos de não universalidade e de engajamento. O sujeito administrador, no fio discursivo, adere a essa posição militante ao fazer um contraponto com o espaço das mídias tradicionais, o que nos revela o funcionamento próprio do segmento alternativo, uma vez que este se constitui como um veículo de contestação da mídia dominante.

Envoltos nesse contexto, observemos, na figura 23, a foto de perfil e de capa da Revista Fórum, para entendemos como o lugar discursivo se estabelece:

**Figura 23** - Foto de perfil e de capa da página Revista Fórum.



**Fonte:** Página da Revista Fórum na rede social *Facebook*

Na foto de capa da página da Fórum, a denominação de “imprensa livre e independente” marca uma orientação político-ideológica que a página assume. No momento em que esta página se adjetiva como “livre” e “independente”, revela-se um efeito de particularização de sentidos em relação ao tipo de mídia. Assim, historicamente, essa mídia apresenta tendências de imprensa livre. Nessa perspectiva, é interessante que discutamos os sentidos de “livre” e “independente” materializados na capa da Revista Fórum. A mídia em questão sugere que seria livre/independente em relação às amarras empresariais e político-partidárias, por exemplo. Além disso, o sentido de “independente” pode estar ligado a um contraponto feito em relação às mídias tradicionais, haja vista que a Revista Fórum estaria livre/independente do discurso hegemônico das grandes mídias.

Podemos, ainda, ao observar a materialidade imagética do perfil da Revista Fórum na figura 23, refletir sobre a cor vermelha. O emprego dessa cor produz um efeito que remete a cor dos movimentos políticos de esquerda, bem como traz o efeito

da simbologia de luta, o que nos indica, mais uma vez, o lugar discursivo de militância dessa mídia.

Outro aspecto importante a se notar na foto de capa do perfil da Revista Fórum é a imagem de um lápis ou caneta interrompendo uma corrente. Essa materialidade imagética da quebra de corrente produz um efeito de contestação, de desestabilização e de resistência, haja vista que, ao se quebrar a corrente com um lápis ou uma caneta, o sujeito midiático da página sugere que a mídia em questão funciona como meio de quebra dos sentidos dominantes impostos pela grande mídia. Há, pois, uma tensão estabelecida entre os sentidos dominantes e os sentidos outros produzidos pela MA. Essa contestação/quebra se daria, assim, por meio da produção de informações/sentidos feita pela MA.

Percebemos melhor essa demarcação discursiva na SD 2. Vejamos:

**SD2:** A Fórum [...] vem fazendo **jornalismo do lado da luta democrática, dos movimentos sociais, dos mais pobres, dos direitos humanos, das garantias individuais, das lutas de gênero, dos LGBTs, de todas as etnias, de todas as cores.** Fórum é hoje um dos veículos mais importantes da **mídia livre** e uma das maiores audiências do jornalismo online [...] E tem sido essencial para **mostrar o outro lado das notícias**, fazendo um **contraponto ao discurso único dos grandes meios de comunicação tradicionais.**

A partir da SD 2, retirada da aba “Sobre” da página da Revista Fórum, conseguimos evidenciar o processo de produção de sentidos e suas condições, haja vista que percebemos, mais uma vez, uma particularização de sentidos, principalmente, no que se refere a uma adesão à luta democrática, pois se explicita uma posição identificada com a luta de movimentos sociais, em defesa dos pobres e por direitos de minorias da sociedade. Dessa forma, podemos perceber, então, uma posição de não neutralidade e de não universalidade em relação aos processos históricos e seus sujeitos em face da identificação com os movimentos sociais, o que não ocorre quando investigamos o lugar discursivo da mídia tradicional.

A prática discursiva evidenciada revela, desse modo, como as condições de produção/surgimento do veículo midiático interferem no funcionamento do mesmo, haja vista que, como vimos, a Fórum surge no contexto de um Fórum sobre movimentos sociais. Essa explicitação na formulação (intradiscurso) do enunciado nos permite entender que outras vozes, outros discursos têm vez no espaço das mídias alternativas. Ainda na SD 2, a posição-sujeito materializada na página sugere “mostrar o outro lado das notícias”. Isso implica dizer que há um efeito polêmico entre “um lado” e o “outro

lado' das notícias, provocando uma tensão entre a MT e a MA. Desse modo, a expressão formulada indica, novamente, o caráter militante da MA, uma vez que esta busca contestar, através de suas notícias, os sentidos de “neutralidade” construídos pelos discursos hegemônicos da MT.

Dessa forma, o lugar discursivo de militância é materializado por essa mídia a partir do efeito do lugar social de microempresário independente, bem como por meio da prática discursiva produzida pela mídia em questão. Essa prática discursiva se desenvolve, neste momento, na materialidade significativa, como um discurso de contraponto ao efeito de neutralidade produzido pelas mídias tradicionais.

Nesse sentido, o efeito de militância da MA é textualizado na Revista Fórum através dos sentidos de liberdade (livre) e independência construídos pelo sujeito administrador da página. Sentidos esses que se relacionam com a independência econômica e em contraponto ao sentido hegemônico de neutralidade das MT. Assim, foi possível perceber os efeitos de não neutralidade, não universalidade e engajamento nas materialidades analisadas, uma vez que a Revista Fórum deixa clara sua filiação com os movimentos sociais, posicionando-se político-ideologicamente de modo explícito e produzindo sentidos de luta/engajamento, a fim de “convocar/persuadir” os leitores para que também façam aderência a essa militância.

Na próxima subseção, veremos como ocorre a textualização do funcionamento do lugar discursivo de militância a partir da página The Intercept Brasil.

### 5.1.2 The Intercept Brasil

Para compreendermos o funcionamento do lugar discursivo do sujeito do The Intercept, necessário se faz que voltemos nosso olhar, também, para as condições de produção discursiva dessa mídia. O The Intercept é uma publicação, na forma de jornal on-line independente. Foi lançada em fevereiro 2014 pela First Look Media. A organização de notícias foi criada e financiada por Pierre Omidyar, fundador da eBay, e os seus editores são Glenn Greenwald, advogado norte-americano, especialista em direito constitucional e ex-jornalista do *The Guardian*; Laura Poitras, cineasta, documentarista e escritora e Jeremy Scahill, jornalista investigativo

norte-americano, especialista em assuntos de segurança nacional e autor do livro *Blackwater: The Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army*<sup>40</sup>.

A versão brasileira dessa mídia entrou no ar dia 2 de agosto de 2016, portanto, aqui no Brasil, as práticas do The Intercept são bem recentes. Como dissemos, essa mídia é uma publicação da First Look Media. Esta última é uma empresa multimídia dedicada a apoiar vozes independentes em jornalismo investigativo, cinema, arte, cultura, mídia e entretenimento. A First Look Media produz e distribui conteúdo em diversos formatos, incluindo longas, curtas, podcasts, mídia interativa e jornalismo narrativo, seja com propriedade intelectual digital ou através de parceiros<sup>41</sup>.

Além disso, outro aspecto importante a se saber sobre o The Intercept é que, sendo uma mídia independente, o portal necessita do auxílio financeiro dos leitores para se manter funcionando.

Tendo em vista as condições de produção apresentadas, vejamos, agora, uma SD que demarca, a nosso ver, a constituição do lugar discursivo da The Intercept:

**SD3:** O The Intercept Brasil é uma premiada agência de notícias dedicada à **responsabilização dos poderosos** por meio de um **jornalismo destemido e combativo**. Suas investigações aprofundadas e suas análises implacáveis se concentram em política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia, mídia e muito mais. O The Intercept **dá aos seus jornalistas a liberdade editorial** e o **suporte legal** de que precisam **para expor a corrupção e a injustiça onde quer que as encontrem**.

É importante dizer que, diferente das mídias hegemônicas, patrocinadas por grandes conglomerados de empresas, o portal em questão criou um programa de financiamento coletivo que facilita o investimento em reportagens consideradas pela mídia como “corajosas e de qualidade”, com o intuito de manter-se livre e independente.

Como vemos na SD 3, o The Intercept se propõe a produzir um jornalismo destemido e contraditório em uma ampla gama de questões. Observamos, ainda nesta SD, quanto à textualização do político, sentidos de “liberdade” e “independência”. Esses sentidos estão ligados, principalmente, à liberdade e à independência editorial, isto é, à liberdade/independência na produção de notícias. Tal independência editorial se

<sup>40</sup> Blackwater: a ascensão do exército mercenário mais poderoso do mundo (Tradução nossa). Esclarecemos que o termo “Blackwater” permanece na língua inglesa, haja vista tratar-se de uma nomenclatura própria desta língua estrangeira.

<sup>41</sup> Estas informações podem ser acessadas no site da The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/brasil/staff/>> Acesso em: 12 jun. 2020.

relaciona, também, com a independência econômica, haja vista que o portal em questão não tem apoio de grandes empresas, mas, sim, dos próprios leitores.

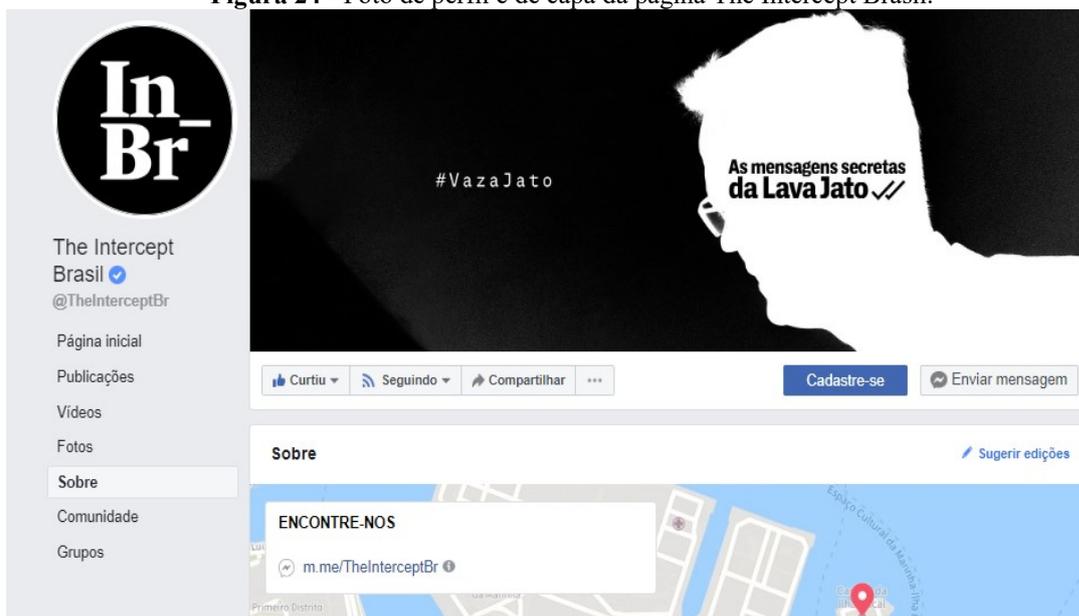
A partir das adjetivações “destemido e combativo” se produzem sentidos de um fazer jornalístico que ocupa uma posição militante, uma vez que assume-se uma orientação político-ideológica explícita de combate à corrupção e à injustiça, independente de onde elas se encontrem. Desse modo, podemos observar que os sentidos de não neutralidade, não imparcialidade e engajamento são fabricados nas formulações produzidas pelo The Intercept Brasil.

Nessa perspectiva, corroboramos das ideias de Downing (2002, p. 30), para quem a mídia alternativa precisa carregar dois propósitos essenciais: “expressar, a partir dos setores subordinados, oposição direta à estrutura de poder e seu comportamento; e obter, horizontalmente, apoio e solidariedade, construindo uma rede de relações contrárias às políticas públicas ou mesmo à própria sobrevivência da estrutura de poder”.

Assim, ao assumir uma posição militante nos campos do político, do social e do jurídico em torno da luta contra a corrupção, buscando a “responsabilização dos poderosos”, o sujeito midiático do The Intercept produz uma tomada de posição que coloca em questão a contestação do poder dominante, operando, pois, partir dos sentidos de não neutralidade, não universalidade e engajamento, como já mencionamos anteriormente.

Também na foto de capa da página The Intercept podemos observar o funcionamento do lugar discursivo de militância. Vejamos:

Figura 24 - Foto de perfil e de capa da página The Intercept Brasil.



Fonte: Página do The Intercept Brasil na rede social *Facebook*.

Ao observarmos a foto de capa desse perfil, se faz interessante perceber, inicialmente, o efeito de sentido que a cor preta pode trazer. A simbologia do preto junto com a menção a matérias em foco no portal traz à tona sentidos de denúncia e de gravidade diante do que está sendo exposto.

A materialidade imagética em questão apresenta um confronto de sentidos em torno de um fato político ocorrido no contexto brasileiro: o vazamento de informações sobre a Operação Lava Jato<sup>42</sup>. As informações secretas sobre a Lava Jato foram disponibilizadas ao portal The Intercept, possibilitando que essa mídia pudesse expor ao público as mensagens dos bastidores da operação. Nesse contexto, na materialidade imagética, encontramos, no lado direito, a sombra de Deltan Dallagnol<sup>43</sup> e, do lado esquerdo, a hashtag #Vazajato. A Vaza Jato se refere a um conjunto de reportagens que expuseram o vazamento de conversas, realizadas através do aplicativo Telegram,

<sup>42</sup>A Operação Lava Jato é um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina.

<sup>43</sup>Deltan Martinazzo Dallagnol é um jurista brasileiro. É procurador da República desde 2003 e ganhou notoriedade por integrar e coordenar a força-tarefa da Operação Lava Jato, que investiga crimes de corrupção na Petrobras e em outras estatais.

entre o então juiz Sérgio Moro e o promotor Deltan Dellagnol, além de outros integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato.

No modo de formulação do discurso produzido pela foto de capa da página, é possível pensarmos no funcionamento da metáfora discursiva que ocorre através da substituição de dizeres. Por metáfora, na perspectiva discursiva, retomamos Pêcheux (2011), quando o teórico aponta a metáfora como um processo discursivo, distanciando-se da concepção tradicional da metáfora como produto, pronto e acabado, facilmente “detectável” nos estudos tradicionais da linguagem.

Nesta esteira, de acordo com Cassana (2017, p. 49), “na formulação da AD, o trabalho metafórico está relacionado ao interdiscurso, o qual não é visto como um efeito integrador, mas, sim, como um espaço contraditório, que abriga uma diversidade de sentidos possíveis”. Desse modo, percebemos que, através da #VazaJato, há um deslocamento histórico, corroborando na transformação de sentidos, uma vez que, ao substituir os dizeres “Lava” por “Vaza”, fazendo referência à Operação Lava Jato, se produz uma nova discursividade, inscrevendo o dizer na memória da repetição histórica, em que “há deslocamento, deriva, transferência, efeito metafórico. E o efeito metafórico é retomada e esquecimento, deslize para outro lugar de sentido, novo gesto de interpretação” (ORLANDI, 2012, p. 173).

Desse modo, no momento em que o sujeito administrador da página divulga essa foto de capa, os sentidos são produzidos ao se considerar a conjuntura sócio-histórica e ideológica dada, inscrevendo, portanto, o dizer na história e assumindo a posição de jornalismo investigativo, como se propõe o portal. Há, pois, a constituição de um lugar discursivo a partir da contra-hegemonia dos grandes conglomerados midiáticos.

Em síntese, neste fio discursivo, que se faz através do efeito metafórico, observamos que há um modo de funcionamento militante da página The Intercept Brasil em contraponto com a MT, isso porque enquanto a MT tratou o caso da Lava Jato de forma aparentemente neutra, mas, ao mesmo tempo, sendo favorável à operação, a MA fabrica o efeito de militância a partir da desestabilização dos sentidos dominantes da operação Lava Jato referentes ao combate à corrupção e à imparcialidade judicial. Nessa perspectiva, a MA produz um deslocamento que põe em foco os sentidos “cristalizados” em torno da Lava Jato. Logo, pode-se dizer que, na materialidade significativa, o vazamento acerca dessa operação produz uma nova discursividade, discursividade que marca o efeito de militância da MA. Esse efeito se sustenta, pois, pelos sentidos de

denúncia diante da posição anticorrupção que a operação Lava Jato assumiu. Vale dizer que tal posição foi aderida e divulgada pela MT. É possível afirmar, portanto, que o efeito metafórico entre as expressões “Lava Jato” e “Vaza Jato” carregam filiações ideológicas que se colocam em confronto de sentidos.

Na próxima subseção, explanamos de que modo ocorre a textualização do funcionamento do lugar discursivo de militância também através da página Brasil 247.

### 5.1.3 Brasil 247

O Brasil 247, enquanto mídia alternativa, também apresenta um modo de funcionamento do lugar discursivo demarcado pelo efeito de militância. Desse modo, em nossa análise, buscamos demonstrar de que forma esse efeito se materializa no perfil da página em questão.

O Brasil 247 é um site brasileiro de informações e análises políticas idealizado pelo jornalista Leonardo Attuch, também editor-responsável do site. Lançado em 13 de março de 2011, foi o primeiro jornal brasileiro com conteúdo desenvolvido exclusivamente para iPad, inspirado no *The Daily*. Atualmente, o site mantém 12 seções (*Poder, Brasil, Mundo, Economia, Cultura, Mídia, Saúde, Seu Dinheiro, Relatório Reservado, Empreender, Esporte e Livraria*) e 14 páginas regionais, além de blogs de colunistas, um canal de vídeo TV 247 e duas revistas eletrônicas - *Brasil 247* e *Oásis*<sup>44</sup>.

Esse portal midiático tem uma história recente, não tendo completado ainda nem 10 anos de existência. Segundo o sujeito administrador do portal, “suas pautas têm compromisso com a democracia e uma sociedade mais justa e menos desigual”<sup>45</sup>. Assim, é perceptível que o portal midiático alternativo posiciona-se, discursivamente, ao lado da responsabilidade social, visando à preocupação com a formação e informação para o leitor. O efeito de militância é produzido, assim, pela posição de não neutralidade e, também, pela posição de particularização e engajamento, uma vez que há uma explicitação das pautas defendidas pelo portal.

---

<sup>44</sup> Estas informações podem ser encontradas no site do portal. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/info/quem-somos>> Acesso em: 13 jun. 2020.

<sup>45</sup> Estas informações também estão disponíveis no site do Brasil 247.

Vejamos, agora, as fotos de capa e perfil da página no *Facebook*, bem como o layout do portal em seu site:

**Figura 25** - Foto de capa e perfil da página Brasil 247 no Facebook e layout do site do portal.



**Fonte:** Página do Facebook e site do Brasil 247.

Ao observarmos as materialidades imagéticas apresentadas na figura 25, notamos alguns elementos que merecem destaque quando se pensa em compreender o lugar discursivo de militância desse portal. Por essa razão, selecionamos, da materialidade em questão, algumas SDs. Observemos:

**SD4:** Seu jornal digital, **progressista, democrático**, 24h por dia, 7 dias por semana

**SD5:** **Apoie e defenda a democracia**

Na SD 4, é possível perceber que o sujeito administrador do portal, ao adjetivar-se, constrói um efeito de mídia progressista e democrática. Desse modo, a tomada de palavra, na constituição do discurso, é vista como “um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades” (ORLANDI, 2012, p. 22). Logo, no gesto de interpretação produzido pelo sujeito administrador a respeito da página, constata-se, no fio discursivo, que o sujeito busca evidenciar sua identidade dentro da gama das mídias jornalísticas, inscrevendo-se, no discurso, em uma FD da luta democrática.

Nesta esteira, é também na SD 5 que esse funcionamento discursivo acontece. Ao utilizar o verbo no imperativo “apoie”, nós vemos a produção dos sentidos financeiro e democrático, isso porque o sujeito administrador da página sugere que os leitores, ao apoiarem o portal financeiramente, também apoiariam a democracia. Nesta SD, vemos que os sentidos de independência midiática são produzidos, haja vista a declaração de abertura para que os próprios leitores se solidarizem e contribuam com o portal, a fim de que ele permaneça existindo. Há, pois, um vestígio do modo de funcionamento financeiro das MA, sendo este diferente das MT, porque, nas MT, são as grandes empresas que apoiam os veículos midiáticos, já nas MA, o financiamento precisa partir da colaboração dos leitores.

A seguir, observemos a SD 6, na qual o sujeito administrador define-se na aba “Sobre” do portal:

**SD6:** O Brasil 247 é um veículo de comunicação digital fundado em 2011 que reúne notícias e artigos sobre política, economia, cidadania, cultura e demais temas de interesse nacional. **Norteado pela defesa da democracia**, o portal se consolidou ao longo dos anos como uma das principais referências da **mídia independente e progressista**, respeitado dentro e fora do Brasil. Com uma política de **livre distribuição de conteúdo** - sem nenhum tipo de cobrança - e um modelo de negócio ancorado na assinatura solidária dos leitores e na monetização via espaço publicitário e mídia programática, os números sempre crescentes da audiência validaram a estratégia do portal e propiciaram voos maiores, como a criação da TV 247, em 2017. Os números falam por si.

Por meio da SD 6, observamos um lugar discursivo de militância construído pela defesa da pluralidade, tendo em vista que o sujeito administrador declara que o portal é “norteado pela defesa da democracia”, o que evidencia, na formulação significativa, a luta em torno desse regime político. Além disso, os sentidos de liberdade e independência também estão presentes na SD 6. O funcionamento desses termos nessa SD nos sugere que o Brasil 247 busca ser livre e independente tanto no que tange à questão econômica quanto no que se refere a uma independência editorial do portal, ao se afirmar, por exemplo, que trabalha com uma “política de livre distribuição de conteúdo”, bem como que é uma “mídia independente e progressista”. Esses termos tratam de significações que se coadunam com o lugar de militância do portal e demarcam a posição de luta democrática assumida pelo Brasil 247.

A posição-sujeito desta página é produzida a partir de um efeito de sentido de “independência” e “liberdade”. Ao produzir tal efeito, é possível pensar em uma pluralidade de posicionamentos que podem (ou não) ser evidenciados por meio de

materialidades significantes das postagens. Esses posicionamentos produzem efeitos de que o sujeito da mídia dá voz aos sentidos apagados pelas páginas de mídias tradicionais. Logo, compreendemos que, a partir do lugar social de um jornalismo microempresarial (como vimos, há um funcionamento econômico das MA que se diferencia da MT), se coloca em cena um lugar discursivo que se constitui como independente e progressista.

Quando se pensa na constituição do lugar discursivo do sujeito da página, outro aspecto a se mencionar é o fato de que o funcionamento do discurso da mídia alternativa é metademocrático, “pois constrói um espaço onde a própria democracia conceitualmente é refletida e discutida. Retira da grande mídia (e sua agenda e vozes legitimadas) a condição de sujeito único do direito à liberdade de expressão e amplia para outros círculos” (OLIVEIRA, 2011, p. 62). Assim, vemos que o funcionamento dos sentidos do político na mídia alternativa parte dessa posição de reflexão sobre a democracia na própria forma de constituir-se enquanto mídia. Há, então, um efeito de particularização/historicização de sentidos e de defesa da democracia como fator preponderante na sociedade.

Além disso, podemos destacar a tomada de posição que demarca, explicitamente, a luta pela democracia em nossa sociedade. Não queremos dizer com isso que as páginas de mídias tradicionais também não têm essa preocupação. O que queremos dizer é que, na constituição do lugar discursivo das páginas de mídias alternativas, essa necessidade é assumida explicitamente, marcando, assim, sua posição de não neutralidade e engajamento em torno da democracia e da luta pelos excluídos socialmente.

As relações de sentidos textualizadas nas páginas selecionadas para análise foram capazes de estabelecer, assim, um contraponto entre o que um texto diz e o que ele não diz, mas poderia dizer, bem como entre o que ele diz e o que os outros textos dizem (ORLANDI, 2012). Dessa forma, ao pensarmos nas relações estabelecidas entre as páginas de mídias tradicionais e as páginas de mídias alternativas, podemos afirmar que o efeito de neutralidade produzido no lugar discursivo das páginas de mídias tradicionais, bem como o efeito militância fabricado nas páginas de mídias alternativas coloca em questão que o trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento, tendo em vista que as materialidades formuladas nos espaços midiáticos ora retomam a memória discursiva na busca por uma luta democrática a partir da

liberdade e da independência, como é o caso das MA, ora trabalham através do esquecimento, silenciando ou neutralizando determinados sentidos, como é o caso das MT.

Isso implica dizer que, a todo o momento, a ideologia está trabalhando em função do sujeito e dos sentidos a partir das relações dos sujeitos da informação no espaço digital com os sentidos do/no mundo social e político. Desse modo, embora pensemos ser a origem de nosso dizer, inconscientemente temos a ideologia que nos interpela. Assim acontece nas páginas que analisamos. Todas são interpeladas por um viés ideológico. Só assim elas podem significar. Há, entretanto, como vimos, diferentes modos/possibilidades de interpelação. Nas páginas de mídias alternativas, vimos, por exemplo, que ocorre um efeito de militância através de vários efeitos de sentidos: a luta democrática, a independência, a liberdade etc.

Os efeitos produzidos através da demarcação do lugar discursivo de militância das páginas podem ser observados na prática discursiva evidenciada por meio das materialidades das postagens. Logo, mais adiante, no espaço de análise das postagens e comentários, podemos continuar observando o funcionamento desse lugar, bem como seus desdobramentos.

Vimos que as páginas de MA materializam efeitos de sentidos em torno de dizeres silenciados/apagados pelas MT, explicitando uma heterogeneidade de discursos que estão presentes também no modo de formulação das postagens produzidas pelas páginas, como veremos mais adiante.

Para melhor entendermos o funcionamento do lugar discursivo das mídias alternativas, observemos a figura 26:

**Figura 26** - Síntese da articulação entre o lugar discursivo e posições das mídias alternativas.



**Fonte:** Elaborada pela autora.

Evidenciamos que as formas de textualização do político no espaço das páginas de mídias tradicionais e alternativas são diferentes. Conseguimos observar isso a partir das materialidades que significam nas páginas, a saber: a foto de perfil e de capa e a forma como as páginas se autodefinem. Nas páginas de mídias tradicionais, vimos que há, de início, certa ausência de marcas explícitas de suas posições. Entretanto, percebemos que essa ausência remete justamente a um efeito de sentido de neutralidade diante dos acontecimentos noticiados pelas páginas, uma vez que tais páginas se inscrevem em um viés político/ideológico dominante que busca exprimir uma neutralidade aparente, uma dissimulação do político, a partir da ilusão de objetividade, de universalidade e de imparcialidade.

Por outro lado, nas páginas de mídias alternativas, verificamos diversas materialidades significantes que demarcam o lugar discursivo das páginas analisadas, através dos sentidos de particularização/historicização, não universalidade e não neutralidade, sentidos esses que se materializam pela construção de gestos de independência/liberdade, denúncia e engajamento político, como pode ser visto na figura 26. Assim, constatamos que as páginas de mídias alternativas funcionam como uma condição de contraponto aos enfoques tradicionais, possibilitando a abertura para sentidos outros serem expostos.

Na seção a seguir, detemos nossa atenção à análise das postagens e comentários produzidos no espaço midiático alternativo. Esclarecemos que é neste momento de análise que melhor compreenderemos o funcionamento do político nesse espaço e, em particular, em relação ao acontecimento das Eleições de 2018, uma vez que observaremos os sentidos acerca da democracia e da ditadura a partir das Eleições.

## **5.2O movimento de interpretação do político no espaço das postagens e comentários da Mídia Alternativa**

Após analisarmos a caracterização e a constituição do lugar discursivo do sujeito midiático alternativo, nos propomos, nesta seção, a nos deter no nosso segundo movimento de análise, isto é, investigar os sentidos do político através da textualização de postagens e comentários no espaço das mídias alternativas. Neste segundo movimento, observamos as materialidades organizadas em três recortes discursivos sobre a relação entre democracia e ditadura, tendo em vista o período de campanha para o primeiro turno (set/2018), o decorrer da campanha do segundo turno (out/2018) e o momento após o resultado do pleito eleitoral (nov/dez/2018).

Por meio da tabela 4, podemos visualizar de que modo as postagens foram distribuídas no período das Eleições Presidenciais 2018 a partir da relação estabelecida entre democracia e ditadura:

**Tabela 4** - Distribuição das postagens na mídia alternativa.

<b>Recortes da mídia alternativa</b>	<b>1º turno (29 postagens)</b>	<b>2º turno (54 postagens)</b>	<b>Pós-eleição (25 postagens)</b>	<b>Total de 108 postagens</b>
Revista Fórum	9 postagens	29 postagens	8 postagens	46 postagens
The Intercept Brasil	3 postagens	5 postagens	6 postagens	14 postagens
Brasil 247	17 postagens	20 postagens	11 postagens	48 postagens

**Fonte:** elaborada pela autora.

Como vemos na tabela 4, na mídia alternativa, encontramos um total de 108 postagens, com 46 postagens da Revista Fórum, 14 postagens do The Intercept Brasil e 48 postagens do Brasil 247. É possível perceber, ainda, que essas postagens foram distribuídas de modos diferentes nos três recortes discursivos. Nessa perspectiva, tivemos, na Revista Fórum, por exemplo, a produção de 9 postagens no primeiro

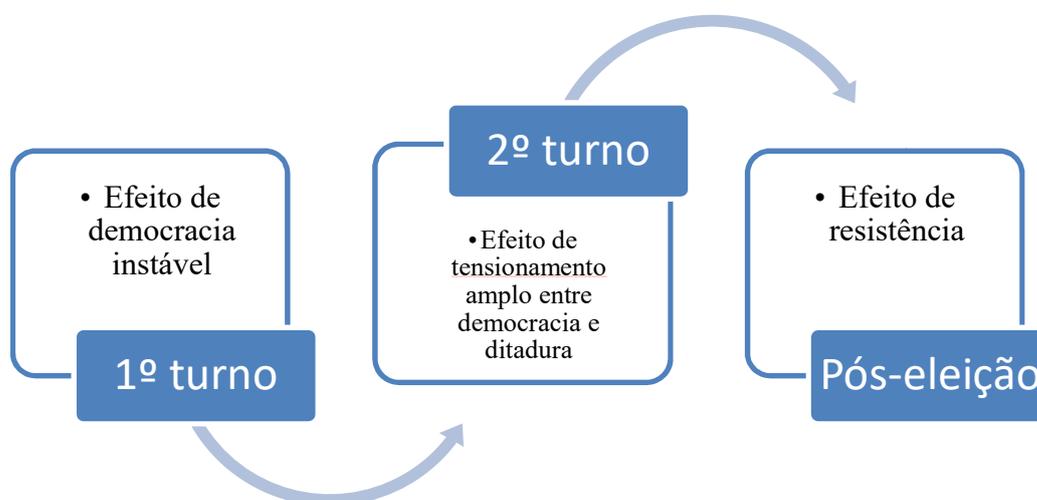
recorte, 29 no segundo e 8 postagens no terceiro; já no The Intercept Brasil, vimos a produção de 3 postagens no primeiro recorte, 5 no segundo e 6 postagens no terceiro; no Brasil 247, por sua vez, houve a circulação de 17 postagens no primeiro recorte, 20 no segundo e 11 no terceiro. Por meio desses dados numéricos, é possível perceber que há uma maior expressividade das postagens na página do Brasil 247 e da Revista Fórum. O The Intercept Brasil, por sua vez, apresenta um menor número de postagens.

É importante destacar que o número de postagens nas páginas de mídias tradicionais é menor (83 postagens), se comparado com o número de postagens divulgadas nas páginas de mídias alternativas (108 postagens). Esse dado quantitativo nos revela um jogo entre presença e ausência, materializado nos dois espaços midiáticos, da veiculação de notícias em torno das relações de sentidos referentes ao tema democracia e ditadura no tocante à conjuntura das Eleições 2018.

É possível afirmar, então, que, partindo desse trajeto temático, há uma maior textualização sobre o político nas páginas de mídias alternativas. O dado quantitativo em relação à distribuição das postagens nos dois segmentos midiáticos aponta a diferença no tratamento do tema diante do contexto das Eleições 2018. Essa diferença no número das postagens pode ser associada ao lugar de militância do espaço das mídias alternativas.

Através da observação desses três recortes e considerando a relação estabelecida entre democracia e ditadura, constatamos a fabricação de três efeitos de sentidos na mídia alternativa, como pode ser visto na figura 27:

**Figura 27** - Movimento de interpretação do político das mídias alternativas: efeitos de sentidos.



**Fonte:** Elaborada pela autora.

No momento em que analisamos as postagens referentes às mídias alternativas, pudemos observar a produção de três efeitos decorrentes dos recortes discursivos pré-estabelecidos diante da conjuntura das eleições: o efeito de democracia instável, o efeito de tensionamento amplo de sentidos entre democracia e ditadura e o efeito de resistência.

Nas subseções a seguir, observaremos, a partir do fio discursivo, como o político funciona discursivamente na textualidade das postagens, bem como nos gestos de interpretação produzidos pelos sujeitos no espaço dos comentários.

### 5.2.1 O efeito de democracia instável

Considerando o lugar discursivo de militância, o primeiro recorte discursivo foi constituído por postagens que evidenciavam o efeito de democracia instável. Com isso, queremos dizer que as formulações das postagens nos revelam uma posição de alerta diante do cenário político das eleições 2018, enfatizando-se a instabilidade da democracia. Assim, se, na mídia tradicional, buscou-se produzir um efeito de consenso em torno da democracia, aqui, na mídia alternativa, a direção é oposta: já no primeiro recorte discursivo, vemos o conflito e o dissenso como fatores atenuantes que põem em foco a estabilidade da democracia. As postagens, constituídas enquanto textos, são tomadas como discursos “em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade [...] o texto, referido à discursividade, é o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise. Unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação” (ORLANDI, 2015, p. 66). Assim, são pelos resquícios das materialidades significantes que podemos encontrar este sentido de democracia instável.

Com a finalidade de demonstrarmos o funcionamento dos modos de textualização do político nas mídias alternativas, trouxemos a análise do primeiro recorte das eleições. No recorte discursivo do primeiro turno, contabilizamos o número de 29 postagens que se referiam ao tema “democracia e ditadura”. Dessas postagens, selecionamos, como materialidades representativas das regularidades de sentidos, três postagens da página Brasil 247, três postagens da Revista Fórum e duas postagens do The Intercept Brasil.

Iniciemos, então, observando as materialidades da página Brasil 247:

**Figura 28** - Movimento de interpretação do político na página do Brasil 247: efeito de democracia instável.



**Fonte:** Página do Brasil 247 na rede social *Facebook*.

Na figura 28, vemos, na apresentação das três postagens do Brasil 247, materialidades que evidenciam o efeito de democracia instável. A primeira postagem, à

esquerda, trata de uma fala enunciada por Guilherme Boulos<sup>46</sup> no último debate presidencial antes do primeiro turno, realizado pela TV Globo. Nela, Boulos destaca a instabilidade democrática, na medida em que traz dizeres referentes à ditadura. A segunda postagem, por sua vez, à direita, consiste em uma entrevista concedida por Fernando Haddad<sup>47</sup> à imprensa, na qual o candidato do PT aponta a tensão entre os dizeres sobre democracia e ditadura, afirmando que o país necessita de um governo democrático. Já a terceira postagem, logo abaixo, no centro, trata de um artigo de opinião escrito pelo colunista do Brasil 247 Ribamar Fonseca, no qual se relata os sentidos de risco democráticos no contexto das Eleições 2018. Das postagens do Brasil 247, selecionamos as seguintes SDs:

**SD1: Melhor momento do debate**

**SD2: Boulos na Globo: nunca estivemos tão perto de voltar à época da ditadura**

**SD3: 'País quer paz e democracia, não quer ditadura', diz Haddad**

**SD4: O candidato do PT à Presidência da República, Fernando Haddad, voltou a dizer que deseja a conciliação nacional ao reafirmar que não irá promover ataques contra os adversários na corrida presidencial e que "o país quer paz e democracia, não quer ditadura". Quer discutir direitos, trabalho e educação. O país quer olhar para o futuro, quer olhar para como nós vamos fazer para tirar o país da crise"**<sup>48</sup>

**SD5: Mesmo de fachada democracia está correndo risco**

**SD6: Neste momento todos precisam se unir não necessariamente em torno de Haddad, mas em torno do país, que está ameaçado até mesmo na sua democracia de mentira. Sabemos todos que as eleições de domingo são as mais importantes da História recente, após um golpe mascarado, em meio a uma democracia de fachada. Os executores do golpe de 2016 e os seus apoiadores, como a "Folha de São Paulo", por exemplo, se esforçam em tentar convencer o povo de que vivemos sob o regime democrático, o que se revela irônico diante da realidade do país, onde se repete com insistência que as Forças Armadas respeitarão o resultado das urnas. Em uma democracia de verdade essa observação se faz desnecessária, porque o**

---

<sup>46</sup> Guilherme Castro Boulos é um professor, bacharel em filosofia, psicanalista, ativista, político e escritor brasileiro. É filiado ao Partido Socialismo e Liberdade, membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e foi candidato à Presidência na Eleição de 2018.

<sup>47</sup> Fernando Haddad é um acadêmico, advogado e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Foi ministro da Educação de 2005 a 2012, nos governos Lula e Dilma Rousseff, além de prefeito da cidade de São Paulo de 2013 a 2016. Em 2018, foi candidato à Presidência da República, chegando a disputar o segundo turno das Eleições.

<sup>48</sup> Esta SD foi retirada na notícia em sua íntegra. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/poder/pais-quer-paz-e-democracia-nao-quer-ditadura-diz-haddad>> Acesso em: 14 jun. 2020.

respeito à decisão do povo, seja dos militares ou de qualquer outra instituição, é natural, implícito no texto da Constituição [...] **Vivemos**, na verdade, **desde o golpe de 2016**, uma **ditadura da toga**<sup>49</sup>.

Nesse conjunto de SDs selecionadas para análise, vemos um modo de textualização do político diferente do apresentado pelas mídias tradicionais. Isso porque, aqui, nós constatamos a produção de um efeito de democracia instável. Na SD 2, observa-se que esse efeito se constrói por meio da memória à ditadura militar, que é retomada no enunciado a fim de explicitar um sentido de alerta diante da conjuntura sócio-política concernente ao período eleitoral em questão.

Além disso, percebemos que, enquanto as Mídias Tradicionais buscam propor um distanciamento, uma objetividade na divulgação dos fatos, concebendo a notícia como algo já-lá, que apenas está sendo veiculada no meio jornalístico, aqui, nas mídias alternativas, notamos a apropriação da fala de Boulos como sendo uma posição do próprio suporte jornalístico. Desse modo, embora se utilizando do discurso *sobre* (MARIANI, 1996), o funcionamento do discurso característico da SD 2 nos permite dizer que há um efeito de militância presente na divulgação da postagem. Os vestígios da materialidade significativa nos indicam a produção desse efeito: a falta das aspas, por exemplo, ao mencionar o enunciado proferido por Boulos, nos aponta que a página assume a posição de alerta diante do contexto eleitoral.

Essa posição também é explicitada na legenda da postagem, vista na SD 1, quando o sujeito midiático do portal afirma que essa fala de Boulos foi o “melhor momento do debate”. Desse modo, ao adjetivar o acontecimento como sendo o “melhor”, cria-se um efeito de particularização e de aderência aos sentidos que estão sendo produzidos/veiculados pela notícia. Outro dado importante, ainda na SD 2, é a atualização do dizer sobre a ditadura. Considerando o recorte discursivo pré-estabelecido, isto é, o período de campanha para o primeiro turno, percebemos que, se, de um lado, as mídias tradicionais produzem um efeito de apagamento do polêmico, ao não fazer referência à ditadura militar, de outro lado, as mídias alternativas expõem o político e a tensão, ao assumir uma posição de denúncia sobre os riscos do surgimento de uma nova ditadura. Nessa direção, os sentidos de não neutralidade, não

---

<sup>49</sup> Esta SD foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em <<https://www.brasil247.com/blog/mesmo-de-fachada-democracia-esta-correndo-risco>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

imparcialidade e de engajamento funcionam discursivamente nas postagens de mídia alternativa.

Sobre a memória discursiva da qual falamos, vemos que ela é entendida “como a existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos” (CORTES, 2019, p. 137). Assim, ao retomar os dizeres sobre a ditadura, instaura-se, na relação entre interdiscurso e intradiscorso (textualização), a atualidade do discurso, produzindo, desse modo, o efeito de memória (COURTINE, 2014 *apud* CORTES, 2019).

Também nas SD 3 e 4 conseguimos perceber o modo de funcionamento/retomada da memória discursiva sobre a ditadura, atualizando os dizeres na conjuntura dada, isto é, fazendo referência às Eleições 2018. Dessa forma, os espaços estabilizados sobre o acontecimento das Eleições se desestabilizam a partir das discursivizações textualizadas nas postagens do segmento alternativo. Ao trazer para o centro da postagem (na SD 3) a fala de Haddad acerca dos embates entre democracia e ditadura, já nas condições iniciais da Eleição, observamos que o sujeito da mídia produz um efeito de polarização entre sentidos e candidaturas, atribuindo ao candidato do PT a posição democrática. Vale destacar que, nas falas de Boulos e Haddad, percebe-se que o efeito de instabilidade democrática ganha nuances ideológicas particulares, considerando, principalmente, as filiações políticas dos dois candidatos. No caso de Boulos, os sentidos acerca da militância pela democracia parecem ser mais exacerbados, quando se diz, por exemplo, “nunca mais a ditadura”, buscando-se enfatizar o alerta para a importância da democracia. Já no caso da materialidade formulada por Haddad e mobilizada pelo sujeito midiático do Brasil 247, observa-se que os sentidos de militância pela democracia aparecem associados, também, a sentidos de pacificação, fabricando-se um efeito de conciliação nacional em torno da democracia.

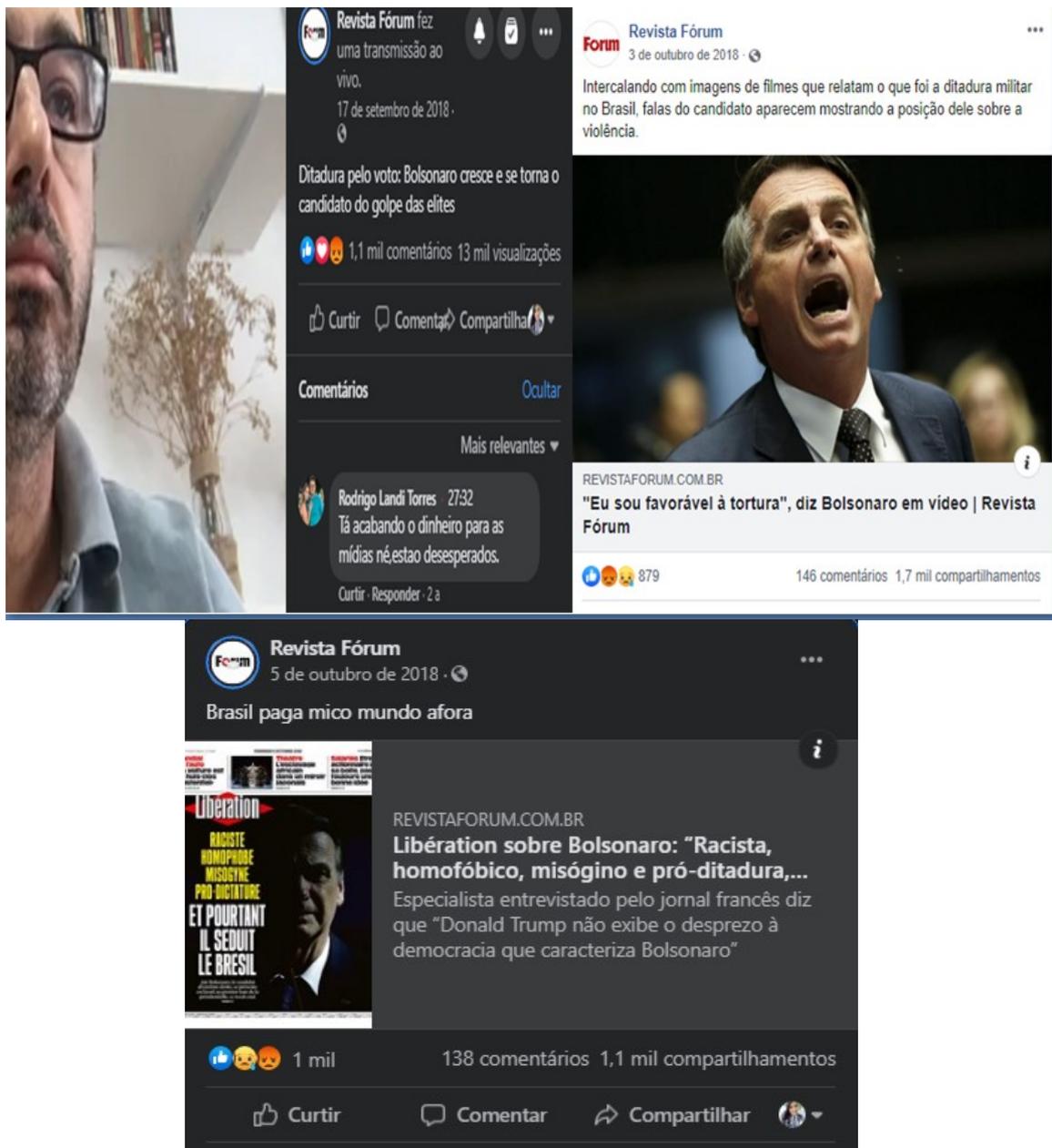
Voltando ao efeito de memória, vemos que esse modo de formulação do discurso perpassa todo o recorte discursivo referente ao primeiro turno. Nas SDs 5 e 6, por exemplo, o efeito de memória é também produzido, entretanto, a produção desse efeito se dá através da retomada de sentidos relativos ao golpe de 2016, fazendo referência ao impeachment de Dilma Rousseff. Nesta esteira, assume-se a posição de crítica ao regime democrático atual, inscrevendo-se em uma FD da luta democrática.

Essa posição se constrói, no discurso, através de formulações significativas que são atribuídas ao sentido de democracia e ditadura. Há um efeito de confronto entre uma

“democracia de fachada, democracia de mentira” e “uma ditadura de toga”. Aqui, cabe refletirmos, de forma mais detalhada, sobre a utilização do termo “democracia de toga”. Ao formular essa expressão, o sujeito-enunciador produz sentidos que remetem à memória sobre determinados acontecimentos político-sociais. Assim, esses gestos de interpretação construídos se imbricam e fazem significar a partir da deriva de sentidos, de deslocamentos que são feitos tendo em vista a articulação entre estrutura e acontecimento. Com isso, queremos dizer que, ao se retomar a memória do golpe de 2016, o sujeito da mídia se posiciona discursivamente contraidentificando-se à posição de que o Brasil vive sob um bom funcionamento do regime democrático. Os sentidos do político, nesse momento, se encaminham para uma ressignificação do que seria ditadura, determinando-se como sendo uma “ditadura de toga”, isto é, ditadura dos juízes, dos “homens da lei”. Ao considerarmos a historicidade da linguagem, como nos ensina Pêcheux (2008), percebemos, pois, que essa “ditadura de toga” pode ser relacionada a acontecimentos e determinadas instituições, como o Supremo Tribunal Federal (STF), que teve um papel muito importante na Operação Lava Jato e no golpe de 2016. Logo, quando se fala em “ditadura de toga”, fabrica-se o sentido de autoritarismo também no interior dessas instituições jurídicas. Há, pois, no fio discursivo, um jogo entre memória e atualidade, haja vista que os acontecimentos são considerados para se produzir tais gestos de interpretação. Esses gestos nos indicam o lugar discursivo de militância da mídia alternativa, que busca, na produção e divulgação das notícias, para além de informar, também politizar os leitores/audiência. O sujeito midiático alternativo, então, mobiliza os acontecimentos sobre a Eleição Presidencial 2018 de modo a produzir um efeito de combate diante do trajeto temático da democracia e da ditadura.

Tal tessitura discursiva também se faz presente na página da Revista Fórum, como podemos ver na figura 29:

**Figura 29** - Movimento de interpretação do político na página da Revista Fórum: efeito de democracia instável.



Fonte: página da Revista Fórum na rede social *Facebook*

A figura 29 apresenta três postagens representativas da Revista Fórum. Na primeira postagem, à esquerda, há uma transmissão ao vivo feita por Renato Rovai, editor da Fórum. Nela, Rovai discute, em um vídeo de aproximadamente 32 minutos, o modo como Jair Bolsonaro cresceu nas pesquisas, tornando-se o candidato do golpe das elites a partir do que o editor chama de “ditadura pelo voto”. Na segunda postagem, à direita, temos o destaque de uma fala de Bolsonaro, na qual o candidato se diz favorável

à tortura. Já na terceira postagem, logo abaixo, no centro, temos a exposição de uma notícia do jornal internacional “Libération”, na qual se aborda os aspectos autoritários do então candidato.

Dessas postagens, selecionamos as seguintes SDs que, a nosso ver, evidenciam de que modo o político e textualizado no espaço on-line da Fórum:

**SD7: Ditadura pelo voto: Bolsonaro cresce e se torna o candidato do golpe das elites**

**SD8:** “Eu sou favorável à tortura”, diz Bolsonaro em vídeo [...] Intercalando com imagens que relatam o que foi a ditadura militar no Brasil, falas do candidato aparecem mostrando a posição dele sobre a violência

**SD9:** Libération sobre Bolsonaro: “**Racista, homofóbico, misógino e pró-ditadura**, portanto, ele seduz o Brasil”

**SD10:** Brasil paga mico mundo afora

O fio discursivo das SDs 7, 8, 9 e 10 é tecido num processo de significação que ocorre por meio da posição-sujeito de rejeição ao candidato PSL. Nessa posição da mídia, se produz o efeito de que o candidato Jair Bolsonaro teria identificação com o regime ditatorial. Tal efeito se sustenta através de dizeres que se ressignificam no corpo da materialidade significativa. Na SD 7, por exemplo, há um deslocamento de sentido acerca da ditadura, por meio do determinante “pelo voto”. Observa-se, aqui, que o sujeito midiático produz um jogo de sentidos, na linguagem, atribuindo uma característica que seria própria da democracia (o voto) ao regime ditatorial. Nesse deslocamento de sentidos, o dizer se historiciza, nos possibilitando compreender a posição assumida pelo sujeito da mídia.

Ao mobilizar a expressão “ditadura do voto”, vemos, ainda, o surgimento do confronto de sentidos entre a democracia das elites (SD 7) e a democracia do povo. Seria, então, o primeiro tipo de democracia que estaria ligada a essa ditadura do voto mencionada pelo sujeito midiático. Nesse processo discursivo, percebemos, assim, que os sentidos, na MA, a todo o momento, se confrontam, deslizam, fabricando uma desestabilização dos sujeitos e dos sentidos. As materialidades analisadas apontam, desse modo, para a luta entre as classes dominantes e as dominadas. Nessa direção, Pêcheux (2014, p. 195) pontua que a classe dominada, isto é, o proletariado, “se caracteriza discursivamente por tomadas de posição a favor de certas palavras,

formulações ou expressões etc., contra outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos. Dessa forma, o sujeito midiático alternativo, ao empregar determinadas expressões, filia-se ideologicamente a uma posição de rejeição a determinada candidatura, de modo a militar em favor de outra, aquela considerada pela MA como representante da democracia.

Também nas SDs 8 e 9 essa posição de rejeição ao candidato do PSL se sustenta pelo operador discursivo que vincula o candidato como sendo favorável à ditadura. Para legitimar esse sentido, o sujeito da mídia se vale da exposição de acontecimentos históricos que comprometeriam o então candidato, a exemplo de falas do candidato afirmando que é a favor da tortura, bem como através de comentários racistas, misóginos, homofóbicos e pró-ditadura de Bolsonaro, como se pode observar nas SDs 8 e 9. Dessa forma, busca-se construir, pois, um imaginário do então candidato enquanto um perigo ao funcionamento do regime democrático. Aqui, entra em cena um efeito de alerta e, também, de politização, haja vista que se procura, por meio da divulgação de notícias, produzir sentidos de engajamento e criticidade frente ao contexto das Eleições 2018, o que demarca, portanto, o lugar discursivo de militância desse segmento midiático. Por fim, na SD 10 (Brasil paga mico mundo a fora), percebemos que a posição-sujeito do portal é pautada na construção de um imaginário negativo sobre o Brasil mediante o efeito de uma identidade racista, homofóbica, misógina e pró-ditadura atribuída a Jair Bolsonaro.

Assim, constatamos, nos resquícios linguísticos que materializam o discurso dessa mídia, uma tomada de posição frente às candidaturas, uma vez que se problematiza efeitos de sentidos autoritários da posição-sujeito de Bolsonaro enquanto sujeito candidato à Presidência; e uma posição de adesão aos candidatos de esquerda, especialmente, ao candidato do PT, quando se enfatiza a fala de Haddad, bem como a de Boulos ao afirmar que o Brasil quer “paz e democracia”, constituindo-se uma teia de sentidos que associa os valores democráticos a tais candidatos.

Nas materialidades formuladas pelo The Intercept Brasil, também observamos os modos de textualização do político tendo por base o efeito de democracia instável, como pode ser visto nas duas postagens referentes a essa página:

**Figura 30** - Movimento de interpretação do político na página do The Intercept Brasil: efeito de democracia instável.



Fonte: página do The Intercept Brasil na rede social *Facebook*.

Na figura 30, temos a apresentação de duas postagens do The Intercept Brasil. Na primeira, à esquerda, o sujeito midiático do The Intercept expõe os sentidos sobre a ditadura, trazendo, no corpo da notícia, vários episódios de tortura que aconteceram na época do regime ditatorial. Já a segunda postagem, à direita, trata da fala de dois dos mais influentes oficiais do Exército: Hamilton Mourão (vice de Bolsonaro) e o comandante das Forças Armadas, general Eduardo Villas Bôas. Tais falas foram feitas após o atentado sofrido por Bolsonaro em setembro de 2018 e tematizam sobre um “autogolpe”.

Dessas postagens, selecionamos as seguintes SDs para análise:

**SD11:** ‘Na ditadura tudo era melhor’. Entenda a **maior fake news** da história do Brasil.

**SD12:** Jair Bolsonaro e seu vice Mourão **não querem que você saiba que a ditadura deixou o país aos frangalhos**, com dívida externa e desigualdade astronômicas.

**SD13:** A verdade é que os brasileiros conhecem pouco sobre a ditadura militar instalada no país. **As pessoas não sabem que o período foi uma tragédia para educação e que os índices de violência urbana aumentaram durante o regime.** #TBInasEleições #Eleições2018

**SD14:** Generais **intimidam** os eleitores e **chantageiam a democracia**

**SD15:** A 25 dias do primeiro turno, **bolsonarismo** e **golpismo** consolidam seu amálgama. Todo figurão bolsonarista é golpista, embora nem todo golpista seja bolsonarista.

**SD16:** “O presidente da República pode decidir empregar as Forças Armadas”; “é um **autogolpe**, você pode dizer isso”. “É uma hipótese”, adoçou, e não receita salgada para consumo imediato<sup>50</sup>.

Com a leitura discursiva das materialidades presentes nas SDs 11, 12, 13, 14, 15 e 16, é possível observar que o sujeito midiático mobiliza os dizeres sobre ditadura /autogolpe produzindo um efeito de combate às práticas ditatoriais. São os gestos de resgate de memória, como nos ensina Indursky (2015), que norteiam as SDs 11, 12 e 13, por exemplo. Desse modo, o funcionamento do discurso ocorre na medida em que o sujeito midiático remete-se à memória da ditadura militar através do interdiscurso, a fim de desestabilizar o sentido de que “na ditadura tudo era melhor” (SD 11). Fabrica-se, pois, um efeito polêmico em torno dos dizeres sobre a ditadura, principalmente, quando se menciona que o sentido positivo (tudo era melhor) atrelado à ditadura é uma fake news, isto é, uma notícia falsa. Esse efeito se sustenta por meio dos sentidos de denúncia evidenciados nas materialidades das SDs, como na SD 12, por exemplo, quando o sujeito midiático afirma que “Jair Bolsonaro e seu vice Mourão não querem que você saiba que a ditadura deixou o país aos frangalhos”.

As discursividades construídas por meio dessas SDs nos permitem observar o lugar de militância que a mídia alternativa ocupa, haja vista que, na mobilização dos acontecimentos jornalísticos, para além de informar, o sujeito midiático busca politizar e militar em defesa do funcionamento democrático. Nessa esteira, como nos aponta Orlandi (2007, p. 96), “a mídia é um grande evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação”. Logo, do lugar de mídia alternativa, fabricam-se sentidos sobre o trajeto temático da democracia e da ditadura diante da conjuntura eleitoral de 2018.

Também nas SDs 14, 15 e 16, é possível notar como o discurso é mobilizado de forma a construir gestos de interpretação calcados no efeito de denúncia em torno da estabilidade democrática. Assim, na materialidade da SD 14, por exemplo, quando se destaca que os generais intimidam os eleitores e chantageiam a democracia, há a produção do efeito de denúncia, de contestação da estabilidade democrática.

<sup>50</sup> Esta SD foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/09/12/generais-exercito-eleicoes-democracia/?fbclid=IwAR1U7tZ8MZXpBQAILbBb5kRrSY-D2tgmAsODzRiSjDfX0wnbbgwPOEMyOXs>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Nessa perspectiva, enquanto a MT busca neutralizar e naturalizar os sentidos sobre democracia, criando-se um efeito de consenso, a MA, por sua vez, trabalha a partir do dissenso, confrontando os sentidos sobre a democracia e produzindo gestos que evidenciam o confronto de sentidos que se dá a partir do imbricamento entre estrutura e acontecimento, como nos lembra Pêcheux (2008).

Nas SDs 15 e 16, é possível perceber que, quando se mobilizam os sentidos de “bolsonarismo”, “golpismo” e “autogolpe”, mais uma vez, o sujeito midiático alternativo, interpelado ideologicamente e partindo do lugar discursivo de militância, produz o efeito de denúncia quanto à estabilidade da democracia. Esse efeito, por sua vez, parte da ordem da língua e da ordem da história, de modo a produzir uma posição de rejeição à candidatura de Bolsonaro e seus aliados. Tal posição é assumida pelo sujeito midiático alternativo considerando-se o lugar discursivo de militância próprio dessa mídia, haja vista que, inserindo-se numa FD da luta democrática, o sujeito alternativo, afetado pela ideologia, na constituição e mobilização dos dizeres sobre a Eleição, lança mão de estratégias discursivas capazes de, ao mesmo tempo produzir um sentido de politização/didatização e, também, de denúncia/combate frente às possíveis ameaças à ordem democrática.

Assim, pensando nas condições de produção das materialidades por nós analisadas, isto é, pensando no contexto das eleições, é possível dizer que os sentidos mobilizados pelas mídias alternativas, no recorte discursivo do primeiro turno, nos possibilita entender que o dizer é historicizado tendo em vista a relação tensa e polêmica entre democracia e ditadura. Dessa forma, produz-se não o consenso em torno de uma democracia entendida como estável, mas, sim, há a produção do dissenso na textualização do político sobre os sentidos de democracia e ditadura.

Nesta esteira, percebemos, pois, através da materialidade significativa, que os embates de sentido entre “democracia e ditadura” começam a aparecer já nos limites da campanha do primeiro turno, fato que não acontece nos modos de textualização do político presentes nas mídias tradicionais. Dessa forma, “pelos gestos de interpretação, saímos da separação entre, de um lado, as formações discursivas, as redes de filiações de sentidos (interdiscurso), e, de outro, as marcas (intradiscurso) no texto” (ORLANDI, 2017, p. 282). Com isso, queremos que dizer não concebemos texto e discurso como dicotômicos, uma vez que o discurso se materializa através do texto, por isso, tomamos este último como unidade de análise. Há, assim, a demarcação do efeito de democracia

instável, ao trazer à tona os embates de dizeres referentes tanto à democracia quanto à ditadura. A partir dos recortes expostos, vemos que o sujeito midiático alternativo parte, no dizer, da memória discursiva, para textualizar o político.

Desse modo, dada a conjuntura social, histórica e ideológica na qual os enunciados sobre as Eleições para Presidente foram formulados e circulados no ciberespaço, percebemos que as mídias alternativas atuam a partir de uma posição de militância que se sustenta pelos efeitos de combate e de denúncia revelados no modo de exposição do político veiculado no espaço on-line. Nesse viés, no recorte discursivo do primeiro turno, a instabilidade da democracia é mobilizada para que as reflexões sobre o político sejam colocadas em cena nos meios midiáticos expostos através da rede social *Facebook*. Nessas condições, é possível afirmar que “o sentido da tecnologia é efeito do modo como ela é significada politicamente na constituição dos artefatos do mundo numa relação indissociável com a forma das relações sociais, políticas e econômicas, numa determinada formação social” (DIAS, 2018, p. 40).

Quanto à análise dos comentários que se relacionam com as postagens analisadas, é preciso dizer que, neste primeiro recorte discursivo, sistematizamos a rede de comentários em duas famílias parafrásticas que evidenciam de que modo os sujeitos se subjetivam no discurso, indicando as posições assumidas na cena discursiva de interlocução construída na seção de comentários, a saber: i) identificação com a posição de democracia instável e ii) contraidentificação com posição de democracia instável.

Na primeira família parafrástica, temos gestos de interpretação relacionados com as postagens produzidas pelo Brasil 247, Revista Fórum e The Intercept Brasil (ver figuras 28, 29 e 30). Nos gestos formulados, os sujeitos-leitores, do lugar de internautas, assumem uma posição de identificação com os sentidos de democracia instável, como podemos ver nas SDs:

#### I Recorte discursivo – Família parafrástica I

**SD17:** A **esquerda** procura ser agente de combate a desigualdade e **ampliar a democracia para todos**. A **direita** procura manter essa desigualdade ou mesmo ampliar. A direita procura **reduzir** ou manter a democracia do cidadão. **Democracia não é só voto, democracia é oportunidades para todos**, em todos os sentidos, educação, saúde, segurança, etc. A outra opção é **sofrer** no futuro distante, após o **sofrimento** causado por um governo que beira ao **fascismo**, que representa Bolsonaro.

**SD18:** Com **bozoasno certamente a ditadura volta** mas só até doarem o pré sal, os aquíferos, a floresta amazônica, as reservas minerais, a costa marítima. Depois eles somem do país e deixam voltar a democracia.

**SD19:** Sabe aquela expressão “**Em defesa da vida, da família e de Deus**”? Foi esse “lema” **ANTES do golpe de 1964**. Já reparou que a campanha do **#Bolsonazi só foca no PT**? Ele não fala do que houve antes do governo do PTista, não fala do “milagre econômico” militar que destruiu o Brasil, dos grupos de extermínio, corrupção... ele não fala das políticas de Temer que só trouxe aumentos atrás de aumentos.

Nas SDs 17, 18 e 19, observamos as redes de sentido que encontramos nos comentários feitos no espaço das mídias alternativas tendo em vista as postagens da campanha do primeiro turno. Na SD 17, por exemplo, o comentário representativo apresenta a construção de um discurso, inicialmente, sobre duas posições político-ideológicas. O gesto de interpretação do sujeito-leitor é produzido a partir da articulação entre tais posições (a direita e a esquerda) e a relação entre democracia e ditadura.

Nesta esteira, em consonância com o efeito de democracia instável produzido pelo sujeito da mídia alternativa, nós vemos, neste comentário representativo, a inscrição do sujeito-leitor em uma formação discursiva de esquerda, isso porque, a partir de um efeito de antecipação, adjetiva-se como “sofrimento” um possível governo de Bolsonaro. Há, então, na formulação do comentário, uma tensão estabelecida entre democracia e fascismo, sendo este último um regime associado à ditadura. Portanto, se assume uma posição de aderência ao discurso das postagens do sujeito midiático alternativo.

Além disso, constatamos a fabricação de um efeito de esclarecimento/didatização produzido pelo sujeito-leitor a partir da tentativa de atribuir sentidos para a democracia e ditadura considerando as posições de direita e esquerda, como se pode ver na SD 17, por exemplo, quando o sujeito-leitor fabrica o sentido de explicação ao conceituar o que seria as posições políticas de esquerda e de direita, associando-as ao contexto das Eleições 2018. Nessa direção, Orlandi (2005, p. 24) pontua que “a seleção que o sujeito faz entre o que diz e o que não diz também é significativa: ao longo do dizer vão-se formando famílias parafrásticas que significam”. Desse modo, entendemos que a necessidade de produzir esse efeito de esclarecimento advém da conjuntura sócio-política polêmica que estava se formando já no primeiro turno.

Se produz um efeito de polarização entre esquerda e direita, no qual, a democracia, para a esquerda, está ligada ao combate à desigualdade e, para a direita, está relacionada à manutenção dessa desigualdade. Nessa perspectiva, o sujeito-leitor revela, em seu dizer, um espaço para a reflexão sobre a luta de classes que constitui o

fazer político e a sociedade. Assim, como forma de reafirmar esse efeito de democracia instável, fraturada (NUNES, 2019), fabrica-se, em nossa visão, um discurso didático acerca da significação e da importância da democracia para a sociedade brasileira. A democracia é concebida para além do ato de votar, uma vez que, a partir da posição assumida pelo sujeito-leitor, o conceito de democracia se expande, atribuindo-se uma perspectiva abrangente para se pensar sobre o tema, não o limitando, assim, ao período eleitoral. Aqui, cabe lembrarmos os sentidos de democracia construídos na mídia tradicional, como na postagem referente à fala de Casagrande, quando se destaca que o sentido de democracia está associado apenas à questão do voto. Entretanto, como estamos percebendo, nas materialidades formuladas na MA, a democracia ganha significações amplas, que envolvem a estrutura social a partir da produção de sentidos sobre as relações de desigualdade que constituem a sociedade. Vemos, assim, nessa perspectiva, que não é consenso que rege as práticas discursivas alternativas, mas, sim, o dissenso, constituído pelo conflito.

Nas SD 18 e 19, observamos um processo parafrástico que reitera, através do interdiscurso, a associação dos dizeres ditatoriais a uma posição de direita representada pelo candidato do PSL. Essa construção discursiva se faz para demarcar o efeito de democracia instável do qual já falamos. Assim, ao enunciar, também no ciberespaço, o sujeito assume posições e inscreve-se em formações discursivas, historicizando o seu dizer. É o que acontece com esse recorte que estamos analisando. As escolhas feitas pelo sujeito ao formular o enunciado nos permite afirmar que há, de um lado, um discurso pedagógico que visa esclarecer a carga significativa atribuída à democracia a partir de duas orientações políticas distintas, identificando-se com a posição do sujeito midiático alternativo, que explicita o efeito de uma democracia instável, e, de outro, uma posição de desidentificação com as práticas fascistas, atribuídas pelo sujeito-leitor, através do efeito de antecipação à candidatura de Jair Bolsonaro.

Esse modo de textualização do político é constante nos demais comentários das postagens sobre o primeiro turno no espaço da página do The Intercept Brasil. Entretanto, também notamos, na rede de comentários, uma posição de contraidentificação com a posição de democracia instável. Vejamos:

#### I Recorte discursivo – Família parafrástica II

**SD20:** [...] mas ves combinaram um discurso cada um pra falar do BOLSONARO, um descaradamente falou sobre MENTIRAS que o BOLSONARO não disse, o outro **foi mais artista falando da ditadura,**

coisa que ele nem conhece como ele bem disse ter nascido nessa época, querendo **induzir** o povo a pensar que o **BOLSONARO faria um golpe militar**

**SD21:** Os **militares** nos **salvaram**. Hoje estamos quase **livres** dos **comunistas!**

**SD22:** É ótimo essa **democracia que ajuda países comunistas** e deixa a saúde, educação e nordeste do Brasil com o povo passando fome

**SD23:** As únicas **ditaduras** que existem hoje são as de **esquerda**, por isso **Bolsonaro 17**

Como podemos perceber nas SDs 20, 21, 22 e 23, os sujeitos-leitores se contraidentificam com a posição de democracia instável assumida pelo sujeito midiático alternativo, uma vez que se busca apagar as noções de democracia em risco, de instabilidade, para vir à tona a temática da ditadura. Entretanto, os sentidos sobre ditadura não são problematizados pelos sujeitos-leitores, ao contrário, ao utilizar do termo “artista”, na SD 20, por exemplo, para fazer menção ao candidato que falou sobre a ditadura, se produz um efeito de que a ditadura é algo ilusório, algo ficcional. Há uma tentativa, desse modo, de apagar a memória sobre a ditadura militar, bem como se percebe um efeito de aderência ao candidato do PSL, Jair Bolsonaro. Podemos observar os vestígios de aderência a Bolsonaro na SD 23, por exemplo, quando o sujeito-leitor utiliza a expressão “Bolsonaro 17”, filiando-se, pois, a essa candidatura.

Através dos gestos de interpretação formulados, observa-se, ainda, um discurso de depreciação em relação aos comunistas e de adesão aos militares, como pode ser visto nas SDs 21 e 22 (os militares nos salvaram/estamos quase livres dos comunistas/democracia que ajuda os países comunistas). Assim, o fio discursivo se constitui de modo a apagar os sentidos autoritários da ditadura e desconsiderar a instabilidade democrática em vistas das Eleições Presidenciais 2018.

Dessa forma, podemos dizer que os modos de textualização do político, tanto no espaço das postagens quanto no espaço dos comentários, perpassa uma complexa rede de filiações históricas nas quais os sujeitos se inserem, assumindo posições no discurso.

O funcionamento do político, como vimos, a partir do trajeto temático da relação entre democracia e ditadura nas Eleições Presidenciais 2018, se constrói por meio da materialidade significativa articulada à história e à memória, bem como a outros processos discursivos produzidos pelos sujeitos (INDURSKY, 2019). Portanto, os modos de textualização do político no espaço on-line do *Facebook* revelam que esta

rede social, além de servir como meio de entretenimento, também é capaz de significar sujeitos e sentidos. E isso nos faz pensar na linguagem como forma de representação e manifestação da política e do político nos mais variados espaços de significação, bem como, no caso das MA, nos faz refletir sobre o lugar de militância que tais mídias assumem na sociedade, visando a transformação dos sentidos homogeneizados produzidos pela grande mídia.

Nessas condições, pensar na tecnologia, em nosso caso, no *Facebook*, enquanto um espaço para o político implica refletir sobre as formas de textualização desse político no aparato tecnológico. Como estamos observando em nossa análise, por meio da circulação de enunciados políticos nas páginas de mídias alternativas situadas no *Facebook*, vemos que, embora a rede social em questão seja um espaço para entretenimento, também há a constituição de um lugar de (ex)posição do político. Desse modo, o ciberespaço funciona como um propulsor de informação e de reflexão por e para sujeitos.

Gallo (2019, p. 188) nos diz que, no espaço on-line, “a circulação é a grande recompensa que se tem nessas redes. Ela pode levar um texto a milhões de leitores, em um único dia”. Assim, pensar o espaço dos comentários no *Facebook* nos permite dizer que há a abertura para vozes de sentidos e sujeitos que, por vezes, são silenciados em outros espaços midiáticos. Nessa perspectiva, a internet se torna um meio de leitura, reflexão e discussão sobre o político.

O sujeito, ao produzir um gesto de interpretação no ciberespaço, se constitui enquanto sujeito e constrói sua identidade política no momento de relação entre os sujeitos midiáticos das páginas e os demais sujeitos-leitores que fazem parte da rede de circulação de sentidos do *Facebook*. Salientamos, com isso, que a formulação do dizer, “mesmo sobredeterminada pela normatização dos espaços enunciativos informatizados, não apaga as marcas do discurso onde os sentidos e os sujeitos se constituem” (GALLO, 2019, p. 191).

Na próxima subseção, observaremos como o político funciona em virtude do segundo recorte discursivo, isto é, pensando-se no efeito de tensionamento amplo entre democracia e ditadura.

### 5.2.2 O efeito de tensionamento amplo entre democracia e ditadura

No segundo recorte discursivo, entra em cena a produção de um tensionamento de sentidos entre democracia e ditadura a partir da posição de denúncia frente ao risco do aparecimento de um novo regime ditatorial. Se, na mídia tradicional, o tensionamento se restringe à individualidade, a fenômenos específicos, aqui, nas mídias alternativas, esse conflito de sentidos se apresenta de forma ampla, buscando-se, para além de informar, produzir um efeito de politização dos sujeitos diante dos riscos das decisões em relação aos votos atribuídos aos candidatos. Neste momento, os dizeres sobre o político ganham uma dimensão que envolve posições de engajamento e militância. Esse tensionamento se produz no discurso a partir da adesão das páginas de mídias alternativas a determinado candidato, considerado como o representante da democracia. Vemos, pois, a instauração de um jornalismo de posição, que quebra o silêncio, trazendo à tona para o discurso aquilo que foi apagado nas mídias tradicionais. Assim, no jogo entre o lembrar e o esquecer, as mídias alternativas trabalham a partir da memória discursiva referente ao regime ditatorial para lembrar e combater representantes que apoiam os valores ditatoriais, a exemplo da tortura.

Assim, neste segundo recorte discursivo, correspondente à fase do segundo turno das Eleições, em que as disputas de sentido estavam mais acirradas tendo em vista que os embates, neste momento, ocorriam entre dois candidatos à Presidência, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, vamos perceber de que forma, no espaço alternativo, se deu o funcionamento discursivo do político.

Para tanto, visamos observar seis postagens que julgamos representativas deste recorte temporal, sendo duas da Revista Fórum, duas do The Intercept Brasil e duas do Brasil 247.

Iniciemos, então, com as materialidades produzidas pela Revista Fórum:

**Figura 31** - Movimento de interpretação do político na página da Revista Fórum: efeito de tensionamento de sentidos entre democracia e ditadura.



Fonte: página da Revista Fórum na rede social *Facebook*.

Na figura 31, expomos duas postagens da página da Revista Fórum. Na primeira postagem, à esquerda, o sujeito midiático apresenta uma análise, a partir da polarização de sentidos entre democracia e barbárie, de como seria possível derrotar Bolsonaro no segundo turno. Já a segunda postagem, à direita, trata da notícia sobre um vídeo que o ator Pedro Cardoso postou em suas redes sociais, indicando o voto no PT no segundo turno das Eleições, pois o ator considera que o candidato Jair Bolsonaro seria representante do fascismo. Observemos, então, as seguintes SDs da Revista Fórum:

**SD1: Democracia x barbárie:** como derrotar Bolsonaro neste segundo turno

**SD2:** “Eu vou votar no PT para no dia seguinte poder fazer oposição”, afirma ator Pedro Cardoso

**SD3:** “O fascismo silencia, cala e mata opositores. É assim historicamente e é assim que Messias prometeu fazer. **Jair é fake**. Ele não é a **solução** de nada. Ele é o **problema**, disse o artista.

**SD4:** Segundo ele, é preciso estar em uma democracia para poder lutar por uma política melhor. Sendo assim, ele diz que não é possível votar em **Jair Bolsonaro** (PSL), que defende o **fascismo**.

Sabemos que, em nossa perspectiva teórica, é possível pensar o discurso na sua ordem própria, que é distinta da materialidade da língua, mas se realiza na língua (COURTINE, 1999). Essa realização do discurso não ocorre na ordem do gramatical, mas, sim, na ordem do enunciável, ordem essa que constitui o sujeito falante em sujeito

de seu discurso e ao qual ele se assujeita em contrapartida. Partindo, pois, dessa premissa, ao observamos as SDs da Revista Fórum, que foram selecionadas para análise, é possível perceber que o funcionamento do fio discursivo ocorre através do efeito de polarização decorrente da disputa de sentidos em torno do regime democrático.

Na SD 1, por exemplo, percebe-se, através do gesto de interpretação produzido pelo sujeito da Fórum, que há um confronto de sentidos estabelecido a partir de dizeres referentes à democracia e à barbárie. Nessa perspectiva, vemos que se constrói uma cena discursiva que funciona “como o lugar a partir do qual o sujeito enuncia, representando-se na interlocução, de uma ou de outra maneira. É nesse ‘lugar’ que se estabelecem as relações de força, constitutivas do político” (CAZARIN, 2005, p. 250). Logo, o sujeito midiático, a partir de uma posição de contraponto, de jornalista alternativo, assume uma posição de oposição à candidatura de Bolsonaro, pois esta, segundo o sujeito midiático, estaria vinculada a um sentido de barbárie. Assim, no jogo de sentidos possibilitado por meio da linguagem, o político, enquanto divisão de sentidos se concretiza no discurso.

Na SD 2, 3 e 4, que fazem parte da segunda postagem da Revista Fórum, vê-se que, ao se mobilizar a fala do sujeito-enunciador Pedro Cardoso<sup>51</sup>, o político funciona através de uma determinação histórica. Tal determinação só é possível por meio do funcionamento da ideologia. Logo, é a partir do lugar de militância do sujeito midiático alternativo que o dizer presentificado nas falas de Pedro Cardoso se inscreve na história. Nas materialidades das SDs, vemos que se toma o Partido dos Trabalhadores (PT) como representante da democracia. É por essa razão que o sujeito-enunciador opta pelo voto no PT (Eu vou votar no PT para no dia seguinte poder fazer oposição). Há, pois, a constituição, no discurso, de um confronto entre os sentidos democráticos e os sentidos fascistas.

Dessa forma, o sujeito midiático da Revista Fórum, na escolha de determinadas pautas a serem noticiadas, escolhas essas que estão sujeitas ao inconsciente e à ideologia, produzem sentidos que regulam o dizer dentro de uma FD militante. Nessa perspectiva, ocupando o lugar de contraponto às pautas hegemônicas da grande mídia, se textualiza o político de forma a produzir o dissenso, ao trazer vozes silenciadas para o centro da produção de sentidos. O tensionamento de sentidos, no caso das SDs em

---

<sup>51</sup> Pedro Cardoso Martins Moreira é um ator, redator, roteirista, autor, escritor e humorista brasileiro que milita em torno das causas sociais.

análise, ocorre por meio da oposição entre democracia e fascismo, como dissemos anteriormente. Há, pois, sentidos antagônicos que são colocados em confronto, no discurso, para se assumir uma posição pró-democracia.

Tal confronto de sentidos também pode ser observado em outras páginas de mídias alternativas, como nas materialidades do The Intercept Brasil, por exemplo:

**Figura 32** - Movimento de interpretação do político na página do The Intercept Brasil: efeito de tensionamento de sentidos entre democracia e ditadura.



Fonte: página do The Intercept Brasil na rede social *Facebook*

Na figura 32, apresentamos duas postagens do The Intercept Brasil. Na primeira postagem, à esquerda, o sujeito midiático alternativo busca fazer um comparativo entre a ditadura de 1964 e as práticas do candidato Jair Bolsonaro no pleito eleitoral de 2018, afirmando que tal candidato ensaia uma nova ditadura. Já na segunda postagem, à direita, temos um artigo de opinião escrito pelo colunista João Filho, no qual se analisa as posições de políticos e setores da imprensa em relação aos candidatos do segundo turno. Nessa análise feita pelo sujeito da mídia, atrelam-se a Bolsonaro sentidos autoritários e a Haddad sentidos democráticos.

De tais postagens, selecionamos as seguintes SDs. Observemos:

**SD5: Bolsonaro e seus partidários já ensaiam uma nova ditadura**

**SD6: “Nós estamos com a mão na faixa”, gabou-se Bolsonaro há uma semana. Se no domingo ele puser a segunda mão, será a maior derrota da democracia desde 1964 (golpe de Estado), 1965 (mais um golpe, com a**

**extinção das eleições diretas para presidente e 1968 (golpe do AI-5).**  
#TBINasEleições #Eleições2018

**SD7: Neutralidade** é o refúgio dos **covardes** [...] Entre optar por um **candidato** com histórico em **defesa da democracia** e um com **perfil autoritário** e histórico em defesa da **ditadura militar**, há lideranças políticas que preferem **lavar as mãos e permanecer neutros**.

**SD8: A democracia**, mais uma vez, está à **beira do precipício** e não falta gente querendo empurrar. Nasceu um **líder popular de extrema-direita** no país que conquistou o apoio das igrejas evangélicas, do alto empresariado, do mercado financeiro, de parte relevante do judiciário e de setores da mídia. Só mesmo quem vive descolado da realidade ainda não percebeu que Bolsonaro governará no **limite da irresponsabilidade democrática** e que não hesitará em lançar mão de um golpe militar se considerar necessário. Está bastante claro que **Haddad é a única opção possível para a democracia**.<sup>52</sup>

Ao fazermos a leitura discursiva dessas SDs, interessante se faz notar que o efeito de tensionamento entre democracia e ditadura se dá através de uma amplitude de questões que tocam as condições de produção das Eleições 2018. Dessa forma, ao compararmos o modo de funcionamento dos sentidos do político no segmento tradicional e no segmento alternativo, é importante ressaltar que as formas como o político é abordado ocorrem de maneira diferente. Aqui, no espaço das mídias alternativas, o efeito de tensão, de conflito entre democracia e ditadura recai sobre as figuras dos candidatos presidenciais. Nessa teia discursiva, sentidos são atribuídos a essas candidaturas e posições são assumidas, no discurso, para se produzir efeitos de aderência ou oposição a uma ou outra candidatura, o que demarca, assim, o lugar discursivo de militância próprio dessa mídia.

No caso das materialidades presentificadas nas SDs 5, 6, 7 e 8, a posição do sujeito jornalista alternativo é construída com base no efeito de denúncia pautado na discursividade de que o candidato Jair Bolsonaro traria riscos para o regime democrático vigente no país. Assim, vemos que, de cunho fortemente político, esses veículos tidos por alternativos traçam um caminho de contra-argumentação. Para contra-argumentar é necessário que alguém tenha argumentado primeiro. Nessa perspectiva, é no trabalho com a memória discursiva que os dizeres sobre as Eleições, no segundo turno, são produzidos. O sujeito midiático, ao afirmar que Bolsonaro traria

<sup>52</sup> Esta SD foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/10/14/bolsonaro-segundo-turno-neutralidade/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

uma “nova ditadura”, que a vitória do então candidato seria “a maior derrota da democracia desde 1964 (golpe de Estado), 1965 (mais um golpe, com a extinção das eleições diretas para presidente e 1968 (golpe do AI-5)”, parte do lugar social de jornalista e assume uma posição de militante político, uma vez que busca politizar os seus leitores, através da construção do efeito de denúncia e combate a determinadas práticas e dizeres. E essa posição é assumida graças à ideologia que interpela o indivíduo em sujeito jornalista alternativo.

O efeito de denúncia se sustenta, conforme dissemos, por meio da memória. Retoma-se, como se pode ver na SD 6, acontecimentos ditatoriais e assume-se, com isso, uma posição de combate a sentidos autoritários. Assim, a partir das materialidades produzidas pelos veículos alternativos, vemos que “trata-se de veículos que diferem não apenas dos discursos da mídia tradicional, mas também da forma de abordar a notícia e do posicionamento político marcado, um dos pontos principais, inclusive, diz respeito ao vínculo com organizações e movimentos sociais” (OLIVEIRA, 2016, p. 51).

Tal posicionamento político marcado pode ser visto, também, por meio das SDs 7 e 8. Nelas, é interessante notar que, diante do contexto das Eleições Presidenciais 2018, na posição assumida pelo sujeito midiático, há um confronto entre os sentidos de neutralidade e de parcialidade (posição). Esse confronto se estabelece, no processo discursivo, para produzir, mais uma vez, um efeito de denúncia diante do processo eleitoral. O lugar/significação da democracia é tensionado no gesto de interpretação do sujeito alternativo e assume-se, a partir daí, uma aderência ao candidato do PT (Haddad) como representante democrático e uma rejeição ao candidato do PSL (Bolsonaro), sendo este último considerado um representante antidemocrático “líder popular da extrema-direita”. É nesse jogo de sentidos sobre/pela linguagem que vemos emergir um efeito de engajamento e politização no meio alternativo, o que, novamente, evidencia o lugar discursivo de militância dessa mídia.

É também na página do Brasil 247 que podemos observar o funcionamento do político com base no efeito de tensionamento amplo entre democracia e ditadura, como nota-se nas materialidades da figura 33:

**Figura 33** - Movimento de interpretação do político na página do Brasil 247: efeito de tensionamento de sentidos entre democracia e ditadura.



Fonte: página do Brasil 247 na rede social *Facebook*

A partir da figura 33, nós vemos duas postagens representativas das materialidades formuladas pelo Brasil 247. Na primeira postagem, temos uma imagem com uma faixa afirmando-se que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) estaria contra Bolsonaro e contra a ditadura. A segunda postagem, por sua vez, trata de uma notícia na qual os juristas Lenio Streck, Pedro Serrano, Marco Aurélio de Carvalho e Fabiano Silva, em um artigo em defesa da democracia e de Fernando Haddad, alertam acerca do fato de que não se pode perder a democracia em uma eleição.

Dessa forma, seguindo nossa análise, nas materialidades das postagens produzidas pelo Brasil 247, podemos perceber que se segue, nas formulações do discurso, a mesma rede de sentidos de combate à ditadura e defesa da democracia. Vejamos, então, as seguintes SDs:

**SD9: Ditadura nunca mais, nos Arcos da Lapa, no Rio**

**SD10: UFRJ contra Bolsonaro. Ditadura nunca mais**

**SD11: Juristas alertam: não se pode perder a democracia em uma eleição**

**SD12: Em um artigo em defesa da democracia e da candidatura de Fernando Haddad**, os juristas Lenio Streck, Pedro Serrano, Marco Aurélio de Carvalho e Fabiano Silva fazem um apelo para que a população se una em prol da sobrevivência das instituições. O artigo destaca ainda recentes **declarações graves** de Jair Bolsonaro e de seu filho, Eduardo Bolsonaro, **contra o Judiciário, Estado, Nação e Democracia não são conceitos exotéricos ou metafísicos. Eles só existem nas práticas sociais e na mediação da sociedade.** Padrões regulamentares de conduta – as Instituições

– é que medeiam Estado e Sociedade. **Sem elas, há "ligação direta". Isso tem nome: populismo e autoritarismo.** Por isso, recomenda-se que a sociedade tenha espelho retrovisor. Afinal, **não se pode perder a Democracia em uma eleição**<sup>53</sup>.

Nas SDs 9 e 10, observamos que o funcionamento do político ocorre pela posição de rejeição às práticas ditatoriais. Assim, o sujeito midiático, ao produzir um gesto de interpretação sobre a ditadura remete ao interdiscurso e constrói um sentido do político que é representado por meio da relação estabelecida entre memória e atualidade. Os sentidos da ditadura voltam para se produzir um efeito de combate a essa prática na conjuntura das Eleições. É a partir, pois, da mobilização social que o tensionamento entre democracia e ditadura se estabelece. A mídia, como lugar de produção e divulgação de informações, para além de informar os leitores, também busca engajá-los. Para isso, no processo discursivo, assume-se uma posição contrária aos sentidos da ditadura, associando-os ao candidato Jair Bolsonaro.

Por conseguinte, nas SDs 11 e 12, assume-se uma posição identificada com a luta democrática. Nessa posição, entra em cena o discurso jurídico como um efeito de combate a práticas que feririam a democracia. Esse gesto de interpretação foi produzido tendo em vista um acontecimento no qual declarações do candidato Jair Bolsonaro e do seu filho, Eduardo Bolsonaro, foram feitas de modo a atingir determinadas instituições. Em uma palestra, Eduardo Bolsonaro afirmou, em tom de ameaça, que, se o Superior Tribunal Federal (STF) impugnasse a candidatura do pai, teria que “pagar para ver o que acontece” e ainda que “se quiser fechar o STF [...] manda um soldado e um cabo”. Desse modo, aqui, tomamos esse acontecimento como fato histórico, “resultado de uma interpretação” (CAZARIN, 2005, p. 48). É, portanto, o gesto de interpretação que nos interessa investigar. O político, enquanto jogo de forças em que a divisão de sentidos está latente, funciona, nas SDs 11 e 12, de modo a atribuir sentidos de luta por uma democracia que estaria sendo ameaçada. Vê-se, pois, que, no discurso, estrutura e acontecimento se imbricam na produção de gestos que tendem a significar os sujeitos e os sentidos.

Por meio das postagens analisadas neste segundo recorte discursivo das mídias alternativas, vimos, pois, que o efeito de tensionamento entre os sentidos de democracia

---

<sup>53</sup> Esta SD foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/juristas-alertam-nao-se-pode-perder-a-democracia-em-uma-eleicao>>.

Acesso em: 10 dez. 2020.

e de ditadura ocorre de forma ampla, englobando questões sociais, políticas e ideológicas. Na produção desse efeito, através das postagens, o sujeito midiático alternativo parte do lugar de militância e fabrica sentidos de combate e denúncia frente aos possíveis riscos de instabilidade democrática. Dessa forma, notamos que tal jornalismo se constitui como um segmento que se posiciona explicitamente em defesa da democracia e contra sentidos autoritários tendo em vista o contexto das Eleições 2018, atuando, assim, por meio da não neutralidade, da não imparcialidade e do engajamento.

Compreendendo de que forma se produz esse efeito de sentido de tensionamento entre democracia e ditadura, neste segundo recorte temporal, vamos observar, agora, como os sujeitos-internautas se subjetivam no espaço dos comentários, dialogando e/ou confrontando-se com a posição assumida pelo sujeito midiático alternativo. Na rede de comentários, constatamos duas famílias parafrásticas que demonstram as modalidades de interpelação dos sujeitos-internautas no discurso. Denominamos as mesmas de: i) posição identificação com sentidos autoritários e ii) posição de contraidentificação com os sentidos autoritários a partir do combate à ditadura.

Na primeira família parafrástica, temos gestos de interpretação referentes às materialidades produzidas pelo The Intercept Brasil e pelo Brasil 247 (ver figuras 32 e 33). Tais gestos se confrontam com a posição do sujeito midiático alternativo, na medida em que ocorre uma posição de identificação com sentidos de autoritarismo e tortura:

## II Recorte discursivo - Família parafrástica I

**SD13:** Também **sou** [a favor da tortura]! **Viva Ustra!** Ustra não morreu. Obrigada Ustra por ter livrado o Brasil de hj ser uma Venezuela

**SD14:** Para uma **geração sem limites, obedecer regras e leis** passa a ser uma **ditadura**

**SD15:** Prefiro a **incerteza de uma ditadura** (que não ocorrerá) do que votar no **PT** e ser **roubado**

Ao observamos as materialidades significantes presentes nesta primeira família parafrástica, é possível constatar que, no jogo de forças entre memória e acontecimento, se o acontecimento, como nos ensina Mittmann (2013), pode causar algum impacto à memória, ele também pode ser absorvido por ela. Ocorre, assim, uma “negociação parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente

dissolvê-lo” (PÊCHEUX, 1999, p. 53). Nessa perspectiva, vemos, na SD 13, que, ao se retomar o dizer “Viva Ustra”, o sujeito-internauta assume uma posição pró-ditadura, inscrito, pois, numa FD autoritária. Sobre esse enunciado, é importante lembrar que tal materialidade emerge na seção de comentários em virtude do fato de que Jair Bolsonaro, na votação do impeachment/golpe em 2016, quando Dilma Rousseff foi destituída do cargo de Presidente da República, exalta Carlos Alberto Ustra, um dos torturadores de Dilma na ditadura militar. Assim, através do interdiscurso, o dizer sobre Ustra, um militar que chefiou as práticas de tortura durante a ditadura, especialmente, entre os anos de 1970 a 1974, é atualizado e se produz um efeito de manutenção do discurso de ódio.

Assim, concordamos com Mittmann (2013, p. 234), quando a autora diz que

A internet, embora tenha se apresentado como um acontecimento que pode levar à abertura para o diferente, também pode ser utilizada para a repetição, sem deslocamentos, dos discursos mais conservadores de nossa sociedade – até porque foi na perspectiva capitalista e imperialista que a internet se desenvolveu.

O sujeito-internauta, no espaço dos comentários, assujeita-se, “mostrando-se pelo discurso”, inserido em um espaço “onde constam o que pode e o que não poderia ser dito” (MITTIMANN, 2013, p. 235). Há, pois, a presença da contradição enquanto real da história, isso porque vemos, ao mesmo tempo, o desejo de democratização saciado pela tecnologia e a ocupação desse espaço por discursos que parecem expressões claras de autoritarismo.

Nas SDs 14 e 15, também é possível perceber como essa posição se sustenta. Especificamente na SD 14, vê-se que, no gesto de interpretação produzido pelo sujeito-internauta, há um jogo de sentidos que relaciona as ideias de regras e leis à ditadura. Assume-se, então, uma posição de contestação a uma geração sem limites, que estaria afastada das regras e das leis (im)postas socialmente. A partir da evidência de sentidos, na qual o sujeito pensa ser origem do que diz e toma seu discurso como um efeito de verdade, percebemos que entre o dito e o não-dito aparece o equívoco da língua que dá espaço para que o sujeito desloque sentidos no interior da materialidade significativa e possa assumir sua posição, nesse caso, a posição de aderência ao discurso da ordem, independente da forma como ela se formula e se constitui. No processo discursivo que demarca essa posição, fabrica-se um efeito de antagonismo, separando aqueles que obedecem as ordens daqueles que ultrapassariam as regras, criando-se um imaginário

sobre estes últimos como os que fazem parte da “geração sem limites”. Vale ressaltar que esse argumento da ordem é utilizado para justificar as posições autoritárias.

Nas SDs 14 e 15, verifica-se, também, que a posição pró-ditadura se sustenta por meio do discurso de ódio a determinado grupo, que seria o PT. A respeito disso, lembramos do que nos diz França (2019, p. 252), no momento em que o autor afirma que

se odeia a partir de uma posição, da projeção imaginária de um lugar comum, que é (im)possível para alguns, e no interior do qual faz-se sujeito daquele discurso. Odeia-se de um outro lugar, ou, mais exatamente, a relação imaginária que se tem com esse outro lugar; de uma posição, odeia-se uma outra posição.

No caso da SD 15, o sujeito-internauta se subjetiva no discurso e assume uma posição de rejeição ao PT, a partir de um imaginário que se construiu sobre o PT enquanto um partido corrupto. Assim, na movência do discurso, esse sujeito transita entre formações discursivas. De um lado, ele está inscrito em uma FD anticorrupção, atribuindo a um grupo específico, o PT, a culpabilização por toda a corrupção no país. Imbuído nesse imaginário sobre o PT, esse mesmo sujeito acaba inscrevendo-se em uma posição pró-ditadura, inscrito em uma FD autoritária, ao produzir, no fio discursivo, um efeito de passividade/aceitação das práticas ditatoriais com a finalidade de salvar-se da corrupção petista.

Já na segunda família parafrástica, que demarca a posição de contraidentificação com os sentidos autoritários a partir do combate à ditadura, conseguimos observar um modo de interpelação diferente do visto anteriormente. Vejamos:

## II Recorte discursivo – Família parafrástica II

**SD16:** Sabe aquela expressão “**Em defesa da vida, da família e de Deus**”? Foi esse o “**lema**” usado ANTES do golpe de 64. Já reparou que a campanha do #Bozonazi só foca no PT? Ele não fala do que houve antes do governo PTista, não fala do “milagre econômico militar” que destruiu o Brasil, dos grupos de extermínio, corrupção, ele não fala das políticas de Temer que só trouxe aumento atrás de aumento

**SD17:** A que ponto chegou o fascismo. Uma bandeira escrita antifascismo sem menção a nenhum candidato. Outra faixa pedindo democracia escrito “ditadura nunca mais” não tinha menção a nenhum candidato. Isso que é assumir o fascismo. **CENSURA ABSURDA!** SOU PROFESSORA E NINGUÉM VAI TIRAR MEU DIREITO DE MANIFESTO!

Nesta segunda família parafrástica, notamos que o modo de funcionamento do político ocorre de maneira diferente, uma vez que os sujeitos-internautas convergem com a posição do sujeito midiático alternativo, trazendo, para a cena discursiva de interlocução, os sentidos tensionados entre democracia e ditadura. Assim, se na primeira família parafrástica buscava-se produzir um consenso em torno de uma possível volta à ditadura, aceitando-a de forma “natural”, na segunda família, os sujeitos posicionam-se no sentido de contestar e problematizar os dizeres que remetem às práticas ditatoriais.

Para isso, esses sujeitos, no jogo entre o lembrar e o esquecer, através do interdiscurso, retomam dizeres da ditadura de 1964, como se pode ver na SD 16, na tentativa de produzir um efeito de alerta quanto à conjuntura das Eleições 2018. Há, pois, um processo discursivo que se desenvolve pela atualização do dizer. Nessa perspectiva, como afirma Orlandi (2012), às vezes, lembrar é resistir, é transformar. Logo, na relação com as postagens produzidas e divulgadas, os gestos de interpretação que se fazem circular no ciberespaço apontam para uma posição de combate à ditadura. Assim, na ordem do repetível, se instala a dimensão da historicidade, isto é, os sujeitos inscrevem seus dizeres na história, vinculando-se, inconscientemente, a determinadas formações discursivas. No caso em questão, esses sujeitos estão inscritos em uma FD pró-democracia.

Os jogos de sentidos dentro dessa FD são diversos, uma vez que a FD não é homogênea, mas, sim, dotada de heterogeneidade. Nessa FD, também aparece, como se pode ver na SD 17, uma posição antifascista. O sujeito-internauta, na constituição do seu gesto de interpretação e levando em consideração a conjuntura das Eleições 2018, inscrito nessa FD pró-democracia, produz o efeito de que o regime fascista seria propulsor dos sentidos de censura que se construíram tendo por base práticas sociais específicas durante a Eleição, como o impedimento das manifestações contra o fascismo em universidades públicas. Nesse funcionamento do político, vemos, assim, o efeito discursivo da identificação com uma posição contrária ao fascismo, havendo, aí, “a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, aí está constituída a forma-sujeito com sua autonomia, sua responsabilidade e sua determinação pela exterioridade. E aí está nosso sujeito-leitor” (ORLANDI, 2012, p. 150).

Em suma, vimos que neste segundo recorte temporal, o tensionamento acerca da democracia e da ditadura produziu um efeito de amplitude e problematização dessas questões, diferente do que aconteceu no espaço tradicional, uma vez que, nas MT, esses

sentidos se resumiam a discursividades isoladas e particulares, como, por exemplo, questões relacionadas ao futebol. Quanto ao espaço de subjetivação por parte dos sujeitos-internautas na seção de comentários, pudemos perceber que esses sujeitos, na produção dos gestos de interpretação, movem-se discursivamente de modo complexo, assumindo posições que ora convergem com os sentidos construídos pelo sujeito jornalista alternativo, ora divergem desses sentidos, trazendo, nas materialidades significantes, posições outras alicerçadas, historicamente, em outra formação discursiva. Esse fato é importante para percebermos como, no âmbito do digital, sujeitos e sentidos se significam a todo o momento, podendo transitar entre posições que estão vinculadas a diferentes formações ideológicas, fabricando a ilusão de que esse sujeito é origem do que enuncia.

Desse modo, notamos que o lugar discursivo de militância da mídia alternativa se materializa nas postagens produzindo efeitos de sentidos de não neutralidade, não universalidade e engajamento. Tais sentidos fabricados nos possibilitam dizer que a mídia alternativa inscreve-se em uma FD do dissenso quanto aos sentidos de democracia e ditadura, isso porque os sentidos do político, na MA, são tensionados e confrontados, permitindo que se assumam uma posição de denúncia/militância frente a sentidos autoritários.

Na próxima subseção, analisamos o último recorte discursivo das mídias alternativas, investigando, pois, o funcionamento do efeito de resistência.

### 5.2.3 O efeito de resistência

Neste terceiro recorte discursivo, vemos que as postagens, após o resultado das eleições, tendem a trazer posições discursivas que se inscrevem em uma FD de resistência diante da eleição do candidato do PSL. Esse efeito de resistência associa-se à reiteração dos dizeres sobre a ditadura através de redes de filiações históricas que evidenciam o distanciamento entre a democracia que se funda “no reconhecimento da legitimidade do conflito” (MIGUEL, 1996, p. 32) e a representatividade do candidato eleito como sendo associado a posições autoritárias e totalitárias, vinculadas à ditadura.

Logo, vamos analisar o efeito de resistência produzido por esse espaço midiático, tendo em vista o período pós-eleição, que compreende o fim de outubro até

meados de dezembro de 2018. Interessante se faz dizer que, se, na mídia tradicional, produziu-se um efeito de manutenção da democracia após o resultado eleitoral, o fio discursivo da mídia alternativa aponta para outra direção/posição. Essa direção é alicerçada no efeito de resistência presente nas formulações discursivas das postagens veiculadas pelo segmento midiático em questão. Sabendo disso, trouxemos o recorte de seis postagens, sendo duas delas de cada página de mídia alternativa, a saber: Revista Fórum, The Intercept Brasil e Brasil 247, respectivamente.

Iniciemos a análise, então, por meio das materialidades produzidas pela Revista Fórum:

**Figura 34** - Movimento de interpretação do político na página da Revista Fórum: efeito de resistência.



**Fonte:** Página da Revista Fórum na rede social *Facebook*

Na figura 34, trouxemos duas postagens da Revista Fórum que julgamos serem representativas deste terceiro recorte discursivo. A primeira postagem, à esquerda, trata de um artigo de opinião no qual Leonardo Aragão, colunista da Fórum, propõe ações de resistência diante da Eleição de Jair Bolsonaro, considerado, pelo segmento midiático, como um líder de extrema-direita. Dentre tais ações, o sujeito midiático pontua ser necessário a união das lideranças do campo progressista, bem como manifestações de artistas, celebridades e a população em geral em defesa da democracia e dos direitos humanos. A segunda postagem, à direita, por sua vez, apresenta um editorial no qual o

sujeito midiático relata que a vitória de Bolsonaro seria uma derrota parcial e que é preciso resistir diante do então governo.

Nessa direção, para compreendermos os modos de textualização do político nas materialidades presentes neste último efeito de sentido constatado, vamos observar, inicialmente, as formulações feitas pelo sujeito da Revista Fórum. Vejamos:

**SD1:** Leonardo Aragão: **hipóteses para a resistência**

**SD2:** Quais as formas de luta e iniciativas serão materializadas para, de fato, **combater o projeto fascista** que se instalará no Palácio do Planalto a partir de janeiro? [...] Uma das poucas certezas trazidas pelo segundo turno presidencial, horas depois do anúncio do presidente eleito, foi a palavra de **ordem erigida para os tempos bicudos que estão por vir: resistência. Combater** diuturnamente cada **medida**, cada **retrocesso**, todo passo dado pelo futuro governo no sentido de exterminar direitos econômicos, sociais e até mesmo o direito de existência, de viver, sobretudo dos grupos atacados nos 30 anos de atuação parlamentar de Bolsonaro, como as **mulheres, população negra, indígenas e LGBTIs**.<sup>54</sup>

**SD3:** Editorial: Uma **eleição não sela o destino** de um país

**SD4:** Os processos são muito mais longos e complexos do que imaginamos. **Por isso é hora de cada um analisar qual será a melhor maneira de resistir e defender a democracia e os direitos humanos.** Porque também não é hora de esconder o sol com a peneira. **Tempos duros virão.** E a **democracia** e os direitos humanos estão **ameaçados** [...] Mas se por um lado a situação que virá será dura, muito pior ela será se não houver resistência.

Diante das SDs retiradas das postagens da Revista Fórum, podemos perceber que os sentidos do político funcionam alicerçados no confronto de posições discursivas. Essas posições são confrontadas na medida em que aparecem, no fio discursivo, sentidos antagônicos concernentes à dominação e à resistência. Levando em consideração a condição de produção do discurso presente nessas postagens, isto é, tendo em vista o resultado do pleito eleitoral, o sujeito midiático alternativo, na formulação de notícias sobre a Eleição, produz um efeito de resistência, assumindo uma posição de contestação frente a então conjuntura eleitoral.

Pêcheux (1990, p. 17), ao dissertar sobre o conceito de resistência no âmbito da AD, nos diz que as resistências se constituem no “falar quando se exige silêncio [...] mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases”. Nessa perspectiva, vemos que as discursividades produzidas pelos veículos alternativos apontam para um efeito de combate, como se pode ver na SD 2 (combater o projeto fascista). As formulações

<sup>54</sup> Esta sequência discursiva foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/leonardo-aragao-hipoteses-para-a-resistencia/>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

construídas tensionam os sentidos do político, de modo a se afastar do sentido reproduzido pelo discurso dominante. Nesse deslocamento de sentidos, se instaura a quebra de rituais, de transgressões de fronteiras.

Podemos dizer, pois, que a posição de resistência está alicerçada numa contraidentificação ao sentido de manutenção da democracia frente à conjuntura pós-eleitoral. O sujeito midiático alternativo, na produção das postagens, projeta um imaginário sobre um possível futuro após as eleições, que traz à tona a memória discursiva a respeito do regime fascista. Assim, o gesto produzido imbrica atualidade e memória para que, colocando em cena/confronto o questionamento da ordem estabelecida, isto é, as indagações acerca dos efeitos do/sobre o resultado eleitoral, produza-se um acontecimento que rompe com o círculo da repetição.

Ainda é possível dizer que esse efeito de resistência ganha respaldo, na mídia alternativa, pelos gestos interpretativos do sujeito midiático acerca da democracia. Aqui, a democracia é atrelada aos sentidos sobre os direitos humanos, nos quais são atribuídas adjetificações a respeito das causas sociais referentes às mulheres, à população negra e aos LGBTs, como se pode verificar nas SDs 2 e 4. Essas escolhas “que aparentam ser individuais e livres, são na realidade frutos de um trabalho permanente do simbólico, do político e da historicidade, tendo na ideologia o elemento fundamental” (OLIVEIRA, 2016, p. 118). Dessa forma, é possível perceber que, na produção desse efeito de resistência, os sentidos mobilizados apontam para lugares outros, pontuando questões que divergem dos sentidos comumente mobilizados pela grande mídia. Nessa esteira, o jogo discursivo se estabelece na medida em que a mídia alternativa funciona, discursivamente, como forma de contraponto aos sentidos estabilizados produzidos pela mídia dominante.

Nas materialidades produzidas pelo The Intercept Brasil também encontramos a produção desse efeito de resistência. Vejamos:

**Figura 35** - Movimento de interpretação do político na página do The Intercept Brasil: efeito de resistência.



Fonte: página do The Intercept Brasil na rede social *Facebook*

Na figura 35, observamos duas postagens do The Intercept Brasil. A primeira, à esquerda, trata da narração de episódios nos quais o então Presidente eleito, Jair Bolsonaro, deslegitima o papel da imprensa e barra veículos jornalísticos em certas situações. A segunda, à direita, por sua vez, consiste num alerta feito pelo sujeito midiático a respeito das possíveis mudanças após a eleição do candidato do PSL.

Dessas postagens, selecionamos algumas SDs para observarmos o processo discursivo que ocorre na página The Intercept Brasil:

**SD5:** Já está claro que Bolsonaro agirá contra a imprensa. **A questão é como a imprensa agirá com Bolsonaro**

**SD6:** Preservar o espírito crítico onde ele não se apagou será um dos maiores desafios do jornalismo e da democracia daqui por diante. Bem como expandir a pluralidade de vozes, reforçada nos últimos tempos pelo Intercept Brasil e outros empreendimentos jornalísticos. Bolsonaro investirá no medo. A imprensa escolherá a coragem ou a covardia.<sup>55</sup>

**SD7:** Não ignore as mudanças do Brasil de Bolsonaro

**SD8:** O que o jornalismo precisa é de posicionamento claro, de transparência com o público e de um discurso honesto capaz de ser simples e convincente. O jornalismo precisa parar de fingir que não é parte

<sup>55</sup> Esta sequência discursiva foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/11/06/bolsonaro-contr-a-imprensa/>> Acesso em: 16 ago. 2020.

do jogo e que existe só para “reportar os fatos”. Isso pode até parecer isento, mas é desonesto. A julgar pelas declarações de Bolsonaro – se ele não mentiu para seus eleitores – **teremos anos pesados pela frente. É preciso tomar pé disso.**<sup>56</sup>

Ao observarmos essas SDs, é possível compreender que os movimentos de interpretação produzidos pelo sujeito midiático alternativo se desenvolvem imbuídos de práticas discursivas que apontam, dentro do efeito de resistência, para uma posição de denúncia. Essa posição é tomada com base num imaginário do lugar social do presidente eleito. Projeta-se, pois, um lugar do/para o Presidente. Lugar esse que carrega um sentido de preocupação/medo tendo em vista as tomadas de posições posteriores a serem desenvolvidas pelo então governo.

É nessa direção que os sentidos acerca do político são constituídos e formulados, fazendo-se circular no espaço on-line do *Facebook*. Dessa forma, importante se faz frisar que a posição ocupada pelo sujeito midiático alternativo reflete, igualmente, a ideologia que interpela tal veículo de comunicação. Ao analisar o lugar discursivo das mídias alternativas, vimos que as condições de produção do *The Intercept Brasil* perpassam um teor de jornalismo investigativo, no qual se busca combater determinadas práticas sociais injustas. Agora, ao olharmos as postagens produzidas por esse espaço midiático, constatamos que esse lugar de jornalismo investigativo se faz presente na formulação das notícias divulgadas. Nas materialidades das SDs 5, 6, 7 e 8, é possível observarmos que o discurso do sujeito midiático remete ao próprio fazer jornalístico, sendo este, pois, um discurso que aponta para um jornalismo de posição, resultando aí no efeito de resistência desse grupo midiático.

Pensando na posição de jornalismo militante, o fio discursivo tecido nas materialidades aqui analisadas nos remete a um jogo de sentidos entre a coragem e a covardia, como exposto na SD 6. Os sentidos em torno desses dois termos evidenciam a posição de resistência que o sujeito midiático alternativo adere. É a partir do interdiscurso que podemos compreender como essas denominações funcionam discursivamente no espaço da materialidade significativa. De acordo com Fonseca (2019, p. 301), o interdiscurso é “formado por um movimentado e imenso (mas não ilimitado) conjunto de dizeres essenciais à prática política em uma conjuntura; dizeres

---

<sup>56</sup> Esta sequência discursiva foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/10/28/nao-ignore-o-brasil-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

que atestam a própria relação fundamental entre a linguagem e o conjunto das outras práticas sociais”.

Assim, ao utilizar da linguagem para afirmar que o jornalismo precisa de “coragem” (SD 6), sendo “preciso tomar pé disso” (SD 7), isto é, tomar ciência da conjuntura atual, o sujeito alternativo posiciona-se discursivamente da FD do dissenso quanto à manutenção da democracia frente à conjuntura eleitoral 2018. Essa matriz de sentido possibilita uma “via fértil para se explorar todo um campo de tensionamentos produtivos entre as práticas enunciativas e as formações discursivas que lhes ‘fornecem’ os sentidos” (FONSECA, 2019, p. 303).

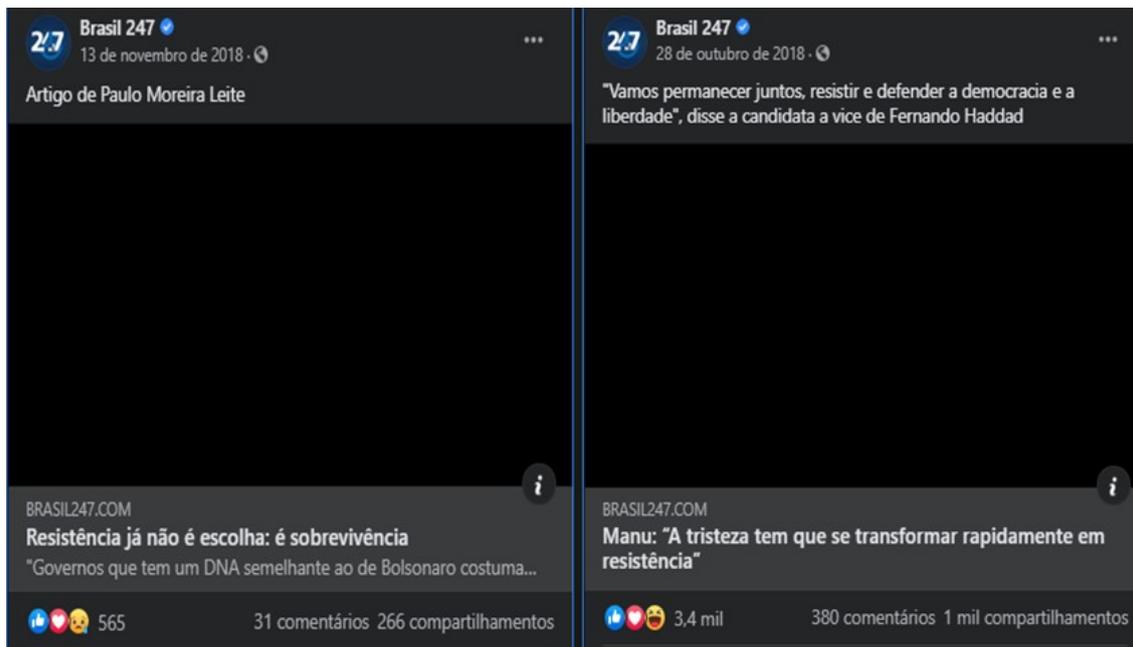
Com isso, queremos dizer que os fatos linguísticos e históricos se imbricam para produzir sentidos, para fazer significar a linguagem. É partir, pois, dessa FD que o sujeito, no lugar social de jornalista alternativo, enuncia os dizeres e fabrica o efeito de resistência ao noticiar conteúdos sobre o resultado do processo eleitoral. Na SD 7, por exemplo, observamos, através do advérbio de negação “não”, vestígios da posição de negação e denúncia em torno da projeção do governo eleito. Nessa perspectiva, podemos dizer, como nos aponta Becker (2009), que a mídia alternativa busca, para além de informar, politizar os sujeitos-internautas, quebrando o silêncio/consenso apregoado pelos grandes conglomerados midiáticos.

É no jogo entre o dito e o não-dito que podemos compreender como o político é textualizado neste espaço de significação e circulação de sentidos. Assim, vemos que os recursos linguísticos utilizados para formular as notícias não estão apenas no domínio da semântica e da sintaxe, mas indicam, sobretudo, a significação compreendida enquanto prática ideológica. Nessa perspectiva, o modo como o político é textualizado, quando, por exemplo, se utiliza o advérbio de negação e o verbo no imperativo (Não ignore as mudanças do Brasil de Bolsonaro – SD 7) demonstra a filiação ideológica na qual o sujeito midiático está inscrito. Logo, ao assumir uma posição de alerta ao governo Bolsonarista, a materialidade significativa construída pelo sujeito revela a que formação discursiva este está imerso, bem como nos aponta o lugar discursivo de militância do qual o sujeito enuncia. Na SD 8, por exemplo, é possível observar os vestígios desse lugar discursivo de militância, uma vez que os sentidos de não neutralidade e não imparcialidade são formulados nesta materialidade discursiva, quando se diz que o jornalismo precisa de posicionamento, ou seja, o político funciona de modo a trabalhar com os sentidos de engajamento dos veículos alternativos. Assim, é

a partir do domínio da FD do dissenso em torno da consolidação da democracia que os dizeres são formulados e circulados no espaço alternativo.

É também nas postagens formuladas pelo Brasil 247 que podemos compreender o funcionamento discursivo do político. Vejamos, então, as materialidades:

**Figura 36** - Movimento de interpretação do político na página do Brasil 247: efeito de resistência.



Fonte: página do Brasil 247 na rede social *Facebook*

Por meio da figura 36, observamos duas postagens que demarcam o efeito de resistência da mídia alternativa. Na primeira, à esquerda, temos um artigo de Paulo Moreira Leite, no qual o colunista destaca o fato de que, após a eleição de Bolsonaro, líder da extrema-direita, a oposição deveria combater as práticas possivelmente autoritárias do governo eleito, tendo como prioridade imediata envolver a necessidade de organizar a defesa dos trabalhadores e da população explorada para enfrentar ataques já em curso, contra conquistas materiais e direitos políticos. Já na segunda postagem, à direita, observamos que o sujeito midiático mobiliza a fala de Manuela D'Ávila (vice de Fernando Haddad nas Eleições 2018) para enfatizar que a tristeza após a eleição de Bolsonaro deveria se transformar em resistência para defender a democracia.

Das duas postagens, trouxemos algumas SDs a serem analisadas:

**SD9: Resistência já não é escolha: é sobrevivência**

**SD10:** Governos que têm um **DNA** semelhante ao de **Bolsonaro** costumam **repetir um mesmo percurso em direção a regimes que se tornaram conhecidas como "ditaduras híbridas"**. Isso porque permitem a

convivência de determinadas franquias democráticas com a preservação de um poder real -- acima da soberania popular -- **para impor a ordem e reprimir a população sem freios nem pudores** [...] Como se fez em outras épocas, a prioridade imediata envolve a necessidade de **organizar a defesa dos trabalhadores e da população explorada para enfrentar ataques já em curso**, contra conquistas materiais e direitos políticos. Mais que uma opção, **a resistência é uma questão de sobrevivência**.<sup>57</sup>

**SD11:** Manu: A **tristeza** tem que se **transformar** rapidamente em **resistência**

**SD12:** Perdemos, é justo que fiquemos tristes e preocupados, com a gente, com os nossos, com o Brasil. **Mas a tristeza tem que se transformar rapidamente em resistência**. O espírito desses últimos dias, nos quais milhares foram pras ruas pra virar votos de um modo tão bonito precisa se manter e se multiplicar. Eles venceram, **mas a luta vai continuar**. Vamos permanecer juntos, **resistir e defender a democracia e a liberdade**.<sup>58</sup>

Como estamos percebendo no decorrer de nossa análise, a textualização do político no espaço alternativo é construída através de deslocamentos de sentidos que tensionam, a todo o momento, a relação entre democracia e ditadura. Também nas postagens veiculadas pelo sujeito do Brasil 247 podemos observar como o acontecimento do significante, isto é, da estrutura, se imbrica ao acontecimento sócio-histórico, possibilitando compreender a subjetivação do sujeito no mundo (ORLANDI, 2005). Nessa perspectiva, ao evidenciarmos o efeito de resistência dessa mídia alternativa, pensando a conjuntura deste terceiro recorte discursivo, é possível caracterizar os modos de filiação interdiscursiva do sujeito dessa mídia.

Nas SDs 9, 10, 11 e 12, podemos notar que o fio discursivo presente nas materialidades significantes aponta para a posição de resistência diante da conjuntura eleitoral pós eleição de 2018. Na SD 9, por exemplo, associa-se os conceitos de resistência e sobrevivência tomando-os como sinônimos. Há, dessa forma, o estabelecimento de uma metáfora que produz efeito no discurso. A partir do gesto de interpretação formulado pelo sujeito midiático, se fabrica o efeito de que a única saída/solução seria resistir diante dessa conjuntura.

<sup>57</sup> Esta SD foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/resistencia-ja-nao-e-escolha-e-sobrevivencia>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>58</sup> Esta SD foi retirada da notícia em sua íntegra. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/eleicoes/manu-a-tristeza-tem-que-se-transformar-rapidamente-em-resistencia/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Sendo a mídia alternativa um espaço de contrainformação, de jornalismo de posição em relação à grande mídia, podemos associar a este lugar midiático a noção de “porta-voz” calcada por Pêcheux (1990). Para o teórico,

O efeito que ele [o porta-voz] exerce ‘falando em nome de...’ é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar [...] O porta-voz é desta forma necessariamente confrontado aos efeitos recorrentes do trabalho revolucionário da memória, onde os discursos sedimentados de todos aqueles que o precederam neste destino o esperam para agarrá-lo, penetrá-lo, servi-lhe e reviver através dele. (PÊCHEUX, 1990, p. 17-18).

Dessa forma, ao trazer postagens que revelam esse efeito de resistência, isto é, postagens que tematizam o político a partir do confronto, da contraidentificação em relação à posição de manutenção da democracia, o sujeito alternativo se coloca, ideologicamente, numa posição de afronta ao discurso dominante, tornando-se, pois, porta-voz do discurso outro, aquele que é permeado de deslocamento e que apresenta outras matrizes de sentidos acerca do político.

Como vemos, mesmo após o resultado do pleito eleitoral, as mídias alternativas, dentro desse efeito de resistência, continuam a confrontar os sentidos que apareceram no decorrer da campanha. Assim, conforme a SD 10, que tem vestígios do porta-voz do qual nos fala Pêcheux (1990), os sentidos sobre democracia e ditadura são colocados em cena, para, no jogo discursivo, se fazerem significar ideologicamente. O sujeito midiático alternativo converge com a posição de democracia ameaçada. Para isso, traz à tona, através da materialidade significativa, a denominação de “ditaduras híbridas”, associando-as à projeção das práticas/posições a serem feitas/tomadas pelo governo eleito.

Nessa perspectiva, concordamos, pois, com Orlandi (2005, p. 44), quando a autora nos ensina que “consideramos a linguagem como prática. Não no sentido de realizar atos, mas porque pratica sentidos, ação simbólica que intervém no real. Pratica, enfim, a significação no mundo”. Logo, ao se trazer, no fio da linguagem, esse batimento de sentidos entre democracia e ditadura, o sujeito se significa e significa o mundo. O sujeito jornalista alternativo, assim, se coloca na posição de resistência e fabrica o efeito de alerta diante da conjuntura pós-eleição.

Inscrito na FD do dissenso quanto à manutenção da democracia pós-eleição, o sujeito alternativo ocupa uma posição de rejeição ao então governo. Essa posição se

sustenta por meio do efeito de combate, de alerta e de resistência que analisamos durante a pesquisa. O sujeito, portanto, se significa na historicidade em que está inscrito (ORLANDI, 2005). E, ao produzir sentidos por meio da linguagem, também interfere no mundo, no real da história.

Nas SDs 11 e 12, observamos que o sujeito alternativo traz a fala de Manuela Dávila (a vice de Haddad, candidato do PT na eleição). Na formulação e exposição dessa fala, por mais que haja a constituição de um *discurso sobre* (MARIANI, 1996), ao não utilizar, por exemplo, as aspas, o sujeito da mídia alternativa parece aderir à posição do sujeito-enunciador, isto é, de Manuela. Nessa adesão discursiva, aparecem os efeitos de luta/defesa pela/da democracia e pela/da liberdade.

Na seção de comentários, buscamos entender como o sujeito-leitor se subjetiva em relação ao político. Assim, ao vermos discursivamente os comentários produzidos pelos sujeitos-internautas, tendo em vista a conjuntura pós-eleitoral, pudemos constatar a constituição de duas famílias parafrásticas, que revelam, a saber: i) a posição de identificação com o efeito de resistência produzido pelo sujeito midiático alternativo; ii) a posição de contraidentificação ao efeito de resistência produzido na mídia alternativa, a partir do sarcasmo e do cinismo.

Inicialmente, vamos, então, compreender a rede de sentidos presentificada na primeira família parafrástica. Vejamos:

### III Recorte discursivo – Família parafrástica I

**SD13:** Quem soltou a **fera da ditadura**, agora vá pegar

**SD14:** Lembre-se a **democracia** não é uma forma do estado, é uma **luta contínua**. E a **luta contínua**, somos **45 milhões de resistentes**.

**SD15:** Somos fortes. Somos Luz. Somos Paz. Somos Amor. Somos Democracia.

**Somos a Resistência.**

**#DemocraciaSIM**

**SD16:** Bolsonaro é o que é e  **vamos resistir para que ele seja, minimamente, controlado**. Mas, como iremos controlar os eleitores dele? Essas pessoas tem um nível de frustração inimaginável... elas estão ansiosas **por colocar em prática sua veia autoritária e policialesca**. Eles sim são os juizes inescrupulosos que vamos encontrar todos os dias, em todos os lugares, **agindo como carrascos da democracia**.

**SD17:** **Resistência sempre**, inclusive por estes, que sem argumentos, nem sabem o que defendem. Pior, não sabem o risco que estão correndo!

Não conseguem ver que seus direitos estão ameaçados!

Foram dominados pela cegueira de mensagens de aplicativos e ignoram o que, de fato, está em risco!

**#seferequalquerexistênciaEusereirResistência**

Quando investigamos a seção de comentários neste último recorte temporal, vimos que a maior parte deles dirige seus sentidos em torno da posição de aderência ao efeito de resistência encontrado nos gestos de interpretação produzidos pelo sujeito midiático alternativo. Desse modo, os sujeitos, partindo do lugar social de internautas, ao instaurarem uma cena discursiva de interlocução no espaço on-line, produzem sentidos identificados com a posição de resistência do veículo alternativo.

Na SD 13, por exemplo, o sujeito-internauta traz à tona os sentidos acerca da ditadura, tensionando-os com os sentidos de democracia, mesmo após o resultado eleitoral. Isso nos sinaliza que, na formulação significativa, o interdiscurso trabalha, a todo o momento, fazendo com que as materialidades ganhem determinadas especificidades tendo em vista a historicidade da linguagem. Com isso, queremos dizer que a língua se constitui como o lugar material em que inconsciente e ideologia se articulam. Nesse viés, o indivíduo é interpelado ideologicamente em sujeito e, através do ciberespaço, demarca, no fio discursivo, a sua posição. Ao dizer que “quem soltou a fera da ditadura, agora vá pegar”, o sujeito assume uma posição de rejeição ao Presidente eleito, bem como produz um efeito de combate, na medida em que vê a necessidade de resistir perante a então conjuntura.

Nas SDs 14 e 15, é interessante observar que a seção de comentários torna-se um espaço de diálogo e, também, de luta/militância. Os sentidos de luta por democracia são alicerçados pelo efeito de resistência constatado nas materialidades analisadas. Na SD 14, há um dado quantitativo (45 milhões de resistentes) que, a nosso ver, serve para consolidar esse efeito, produzindo um sentido de força no que se refere à posição desses sujeitos-internautas. Os sentidos de democracia, na posição construída, parecem estar articulados a noções de força, de luta e de resistência. Assim, em vista da então conjuntura, nos parece que se constrói uma metáfora discursiva, igualando o sentido de democracia com o sentido de resistência.

Essa posição de resistência no espaço on-line ganha força por meio de artefatos próprios desses espaços. Os sujeitos-internautas se utilizam, por exemplo, das hashtags (#), como palavras de ordem, para marcarem, nos gestos de interpretação produzidos, uma ênfase à posição assumida. Vemos, nas SDs 14 e 17, que as #DemocraciaSIM e #seferequalquerexistênciaEusereiResistência fabricam o efeito de luta em torno de determinadas causas. Assim, podemos dizer que o sujeito, individuado pelo lugar do

digital, inscreve-se na história e produz deslocamentos de sentidos nos espaços que lhe são cabíveis para a (ex)posição de sentidos, para além da ordem do repetível.

Também na SD 16 se faz possível perceber como esse efeito de resistência se contrapõe aos dizeres sobre a “veia autoritária e policialesca” que age como “carrascos da democracia”. Assim, há, pois, um confronto de sentidos que se instaura no discurso entre vertentes ideológicas antagônicas, resistindo-se, assim, à posição, imaginariamente, autoritária do presidente eleito.

Entretanto, na seção de comentários, sentidos outros também foram produzidos, demarcando a posição de contraidentificação ao efeito de resistência produzido na mídia alternativa, a partir do sarcasmo e do cinismo, como veremos a seguir na segunda família parafrástica.

### III Recorte discursivo – Família parafrástica II

**SD18:** Sera q vao pra DEMOCRACIA AMOR E PAZ DA VENEZUELA ? SQN, preferem ficar aqui vendo o NAZISTA FASCISTA TORTURADOR HOMOFOBICO governar o Brasil. **Só nao pode chamar de CORRUPTO. Tchau querido**

**SD19: Resistencia? 110v ou 220v...?** Resistencia tal qual como o acampamento de Curitiba.... não resistiram 1 ano...kkkk..

**SD20:** Abortista e anti Cristo **aceite que dói menos Bolsonaro presidente do Brasil**

Como sabemos que, no espaço on-line, há uma heterogeneidade de sentidos e de posições, ao investigarmos a seção de comentários, vimos posições que divergiram do efeito produzido pelo sujeito alternativo em suas postagens. Diríamos, inclusive, que essas posições dos sujeitos-internautas são antagônicas em relação ao posicionamento do sujeito produtor de conteúdos políticos alternativos.

Nessa seara, entra em confronto, pois, o lugar discursivo do sujeito midiático e o lugar do sujeito internauta. De um lado, vemos o sujeito midiático em sua posição militante, fabricando um efeito de resistência em torno dos sentidos do político. De outro, percebemos o lugar do sujeito internauta que se contraidentifica a essa posição militante. Entendemos, pois, que “o digital, o uso da internet, dos aplicativos e dispositivos móveis criam outras possibilidades para o sujeito, outras formas de guerra, mas também de resistência, outras formas de controle por filtros algoritmos, mas também de denúncia” (DIAS, 2018, p. 118).

Dessa forma, ao observamos as SDs 18, 19 e 20, vemos que é pela modalidade do cinismo, como nos ensina Fonseca (2019) que se constitui a posição de confronto ao efeito de resistência. Os sujeitos-internautas, no fio discursivo, sustentam o discurso de aversão aos candidatos do PT, associando-os à corrupção (abortistas/ anti Cristo/ Corruptos), no sentido de “odiar outro lugar, ou, mais exatamente, a relação imaginária que se tem com esse outro lugar; de uma posição, odeia-se uma outra posição” (FONSECA, 2019, p. 253).

O processo discursivo aí imbricado, dessa forma, opera-se devido ao fato de que “no caso do cinismo, eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem” (FONSECA, 2019, p. 260). Logo, ao afirmar “aceita que dói menos” e “resistência? 110v ou 220v...?”, os sujeitos-internautas demarcam sua posição a partir da ironia e do sarcasmo, fabricando um efeito de desprezo à posição de resistência.

Em suma, concordamos com Dias (2018), pois, ao refletir sobre a constituição do digital, a autora nos diz que, numa sociedade digital, conectada,

as lutas empreendidas por emancipação, reivindicações ou direitos sociais se organizam na mesma relação de urgência e velocidade das redes digitais, de maneira ubíqua por uma relação contraditória entre a memória histórica e a memória metálica (efeito de memória), o que estou chamando de memória digital. A memória digital seria, pois, o lugar da contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica) saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva). (DIAS, 2018, p. 104).

Dessa forma, percebemos, assim, que o âmbito digital textualiza e constitui, no espaço da contradição, ao seu modo, uma memória discursiva na qual é possível enxergarmos o funcionamento do discurso a partir dos gestos de interpretação dos sujeitos na seção de comentários do *Facebook*. Nessa perspectiva, através das redes de conectividade que emergem do espaço on-line, os sujeitos colocam em cena, em confronto e em luta sentidos que imbricam estrutura e acontecimento, possibilitando que o ciberespaço também oportunize deslocamentos da ordem da repetição para a ordem da revolução/resistência.

Portanto, neste terceiro recorte discursivo das mídias alternativas, mais uma vez, percebemos que a tessitura do discurso põe em foco, por meio do lugar de militância, os deslizos, antagonismos e confrontos que constituem o funcionamento do político na conjuntura eleitoral 2018, demonstrando, pois, que é através da ideologia que o sujeito significa o mundo e, ao mesmo tempo, também se significa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos compreender como funcionam discursivamente os sentidos do político em páginas de mídias jornalísticas tradicionais e alternativas no espaço on-line do *Facebook*. Para tanto, nos propusemos a caracterizar como os lugares discursivos dessas mídias foram definidos nos perfis das páginas selecionadas, analisar as posições-sujeito e efeitos de sentido que os sujeitos-enunciadores e leitores colocaram em cena/confronto ao produzirem gestos de interpretação sobre conteúdos políticos nas páginas de mídias jornalísticas do *Facebook* e avaliar como as posições-sujeito e efeitos de sentido investigados se relacionaram com os lugares discursivos de mídia tradicional e alternativa.

Guiados pelo trajeto temático da relação entre democracia e ditadura tendo em vista o acontecimento da Eleição Presidencial 2018, para alcançarmos os objetivos traçados, lançamos mão de dois movimentos de análise sobre nosso *corpus*. Tais movimentos consistiram i) na investigação do lugar discursivo das páginas analisadas e ii) na compreensão dos modos de textualização do político no espaço de postagens e comentários de tais páginas. Com o intuito de sistematizarmos nossa análise, em um primeiro momento, tratamos da investigação do funcionamento discursivo do político na mídia tradicional e, posteriormente, na mídia alternativa. Assim, visando entendermos que de modo os sentidos sobre democracia e ditadura foram construídos e significados no decorrer da Eleição 2018, tanto para a mídia tradicional quanto para a mídia alternativa, dividimos o nosso *corpus* em recortes discursivos concernentes ao primeiro turno, ao segundo turno e ao momento pós-eleição, a fim de identificar os efeitos de sentidos produzidos nas materialidades analisadas.

Como representantes da mídia tradicional, selecionamos as páginas do G1, do UOL e do Estadão, a fim de observarmos a tessitura do discurso nesses espaços. Desse modo, ao analisarmos o funcionamento do lugar discursivo dessas mídias, através das condições de produção das mesmas, por meio dos princípios editoriais que as regem e pelo modo como elas se apresentam nas páginas do *Facebook*, compreendemos que o sujeito midiático tradicional ocupa um lugar discursivo tendente ao efeito de neutralidade. Constatamos que esse lugar se sustenta tendo em vista os sentidos de objetividade, universalidade e imparcialidade e constitui-se por meio de uma posição

dominante de controle dos meios de comunicação, posição essa que se estabelece na medida em que se fabrica um imaginário de imprensa séria, eficiente e de credibilidade.

Ao determos nosso olhar para o espaço das postagens das mídias tradicionais, vimos que foram produzidas 83 postagens distribuídas nos três recortes discursivos já mencionados anteriormente. Do lugar discursivo de neutralidade, constatamos, nas postagens, a fabricação de três efeitos, correspondentes, respectivamente, aos três recortes temporais investigados, sendo eles: o efeito de democracia estabilizada, o efeito de tensionamento mínimo entre democracia e ditadura e o efeito de manutenção da democracia.

Quanto ao efeito de democracia estabilizada, percebemos que o sujeito midiático tradicional mobilizou dizeres, nas postagens produzidas acerca do processo eleitoral de 2018, que deram sustentação, pela ordem do repetível, a um sentido de funcionamento sólido e firme da democracia, a despeito dos sentidos de ameaça aos valores democráticos que caracterizaram o processo em questão já no primeiro turno.

No que tange ao efeito de tensionamento mínimo entre democracia e ditadura, constatamos que o sujeito midiático tradicional, embora tenha exposto materialidades significantes que puseram lado a lado os sentidos de democracia e ditadura, especialmente no contexto do segundo turno das Eleições, o fez de modo particular, uma vez que, na composição das notícias, ao destacar determinados sentidos em detrimentos de outros, a MT, do lugar discursivo de neutralidade, buscou apagar ou atenuar os sentidos políticos de desestabilização democrática, assumindo uma posição de deslegitimação do confronto tenso entre democracia e ditadura.

Já no que concerne ao efeito de manutenção da democracia, produzido nas postagens do recorte pós-eleição, verificamos que o sujeito midiático tradicional se identifica com a posição de legitimação do Presidente eleito, filiando-se ao sentido de democracia representativa e apagando as disputas relativas ao confronto de sentidos entre democracia e ditadura no decorrer das eleições. Observado isso, foi possível reconhecer, nas recorrências encontradas no discurso midiático tradicional, a atuação de uma FD de consenso em torno da estabilidade democrática na Eleição de 2018. Através das análises de tais efeitos, verificamos que, apesar das materialidades terem sido produzidas por diferentes portais e diversos jornalistas, suas práticas discursivas mantinham uma regularidade de sentidos. Isso ocorre, justamente, porque a ideologia

interpela os indivíduos em sujeitos, fazendo com que, em determinada região de sentido, se estabeleça o que pode e o que deve ser dito.

No espaço dos comentários, por sua vez, constatamos uma heterogeneidade de posições a partir das filiações interdiscursivas dos sujeitos-leitores (internautas) em relação às postagens produzidas pela MT. Assim, quanto ao primeiro efeito, vimos que os sujeitos-leitores, nas famílias parafrásticas observadas, assumiram uma posição de contraidentificação com o efeito de democracia estabilizada, colocando-se contra os sentidos consolidação democrática produzidos pelo sujeito midiático tradicional.

No que se refere ao segundo efeito, verificamos que alguns sujeitos-leitores se identificaram com a posição política de direita, a partir da produção de sentidos contra a corrupção e contra partidos de esquerda, deslegitimando, principalmente, o Partido dos Trabalhadores; já outros sujeitos-leitores se contraidentificaram com a posição de rejeição ao PT, aderindo ao sentido de que o partido seria um representante democrático nas Eleições de 2018.

Já no que tange à relação dos sujeitos-leitores com o terceiro efeito, constatamos modos de subjetivação que evidenciaram uma posição de identificação com os sentidos de democracia enquanto ordem, moralidade e religiosidade, por meio do discurso anticorrupção e, também, uma posição de contraidentificação com os sentidos produzidos pelo sujeito midiático tradicional a partir da resistência frente a uma possível ameaça à democracia.

Foi possível perceber, assim, que, na seção de comentários, os gestos de interpretação foram formulados através da complexidade e da heterogeneidade de posições assumidas pelos sujeitos-leitores no espaço on-line do *Facebook*, nos possibilitando compreender como tais sujeitos aderem ou não à posição de neutralidade (e seus efeitos) da MT.

Já como representantes das mídias alternativas, elegemos as páginas da Revista Fórum, do The Intercept Brasil e do Brasil 247, com o intuito de compreendermos como o político funciona nesses espaços de significação. Logo, com a análise do lugar discursivo dessas mídias, constatamos, por meio das condições de produção atreladas aos movimentos sociais e ao viés progressista, bem como através das materialidades textuais e imagéticas presentificadas nas páginas, que o sujeito midiático alternativo ocupa, por sua vez, um lugar discursivo tendente ao efeito de militância. Tal lugar se sustenta tendo em vista os efeitos de combate, denúncia e engajamento, que revelam,

pois, sentidos de não neutralidade, não universalidade e não imparcialidade dessas mídias. Nessa esteira, o sujeito midiático alternativo assume uma posição de contraponto frente à hegemonia da mídia dominante estabelecida por meio de gestos de militância política e social.

Diferentemente das mídias tradicionais, na produção das 108 postagens concernentes ao espaço alternativo, constatamos que o modo de funcionamento do político ocorreu por um caminho diferente, uma vez que, do lugar discursivo de militância, nas postagens produzidas e divulgadas pelo sujeito midiático alternativo, ao considerarmos os três recortes cronológicos e discursivos já explicitados, observamos a fabricação de três efeitos, sendo eles: o efeito de democracia instável, o efeito de tensionamento amplo entre democracia e ditadura e o efeito de resistência.

Dessa forma, a respeito do efeito de democracia instável, foi possível perceber, com a análise, que o sujeito midiático alternativo, já no recorte do primeiro turno das eleições, ocupando o lugar discursivo de militância, produziu materialidades que fabricavam sentidos de preocupação e alerta em torno da permanência/funcionamento do regime democrático, haja vista as posições autoritárias, principalmente, do candidato Jair Bolsonaro no pleito eleitoral. Assim, os sentidos sobre o político foram demarcados, pela mídia alternativa, a partir do confronto entre posições democráticas e autoritárias.

Tal confronto ficou ainda mais evidente quando observamos as postagens do segundo recorte discursivo, uma vez que, neste recorte, o tensionamento de sentidos entre democracia e ditadura se deu de modo ainda mais intenso, pois os sentidos mobilizados pela MA apontaram para outros lugares de memória, que remetiam, por exemplo, ao acontecimento da ditadura militar de 1964, numa tentativa de produzir um efeito de denúncia diante do possível risco de uma nova ditadura a partir da eleição de Jair Bolsonaro.

No que diz respeito ao terceiro recorte discursivo, notamos que, por meio de estratégias linguísticas e discursivas, produziu-se sentidos de resistência e luta diante da eleição de Bolsonaro, líder de extrema-direita, numa tentativa de combater à posição autoritária do então candidato eleito. Dessa forma, os sentidos de resistência foram fabricados a partir do engajamento e da denúncia frente à conjuntura eleitoral, o que evidencia, mais uma vez, o lugar discursivo de militância da MA.

Tendo em vista as análises de tais efeitos, constatamos que o modo de funcionamento do político no espaço da mídia alternativa evidencia o caráter contra-hegemônico desse segmento jornalístico. Enquanto as MT buscam, por meio do efeito de neutralidade, universalizar os sentidos, as MA expõem as disputas de posições e sentidos que foram silenciados nos espaços informativos tradicionais. Dessa forma, no âmbito alternativo, os processos discursivos fabricados pautam-se na luta pela defesa dos sentidos democráticos, desestabilizando posições cristalizadas que indicam a “normalidade” dos acontecimentos referentes à conjuntura política complexa brasileira. Nessa direção, podemos dizer que o sujeito midiático alternativo inscreve-se uma FD que tende ao dissenso em torno dos sentidos de estabilidade democrática na Eleição de 2018.

Nos comentários formulados pelos sujeitos-leitores no espaço das MA, averiguamos, quanto à relação com o primeiro recorte discursivo, modos de interpelação que evidenciaram a identificação com a posição de democracia instável, dialogando, portanto, com o efeito produzido pela MA, mas, também, constatamos a produção de gestos de interpretação que se contraidentificaram com posição de democracia instável, confrontando-se, assim, com os sentidos formulados pelo sujeito midiático alternativo.

No que diz respeito ao segundo recorte discursivo, percebemos, de um lado, uma posição de identificação com sentidos autoritários, a partir da adesão dos sujeitos-leitores a práticas ditatoriais, mas, de outro, constatamos uma posição de contraidentificação com os sentidos autoritários a partir do combate à ditadura, na medida em que a memória acerca da ditadura foi retomada, buscando-se produzir sentidos de denúncia frente a esse regime.

E, por fim, no que tange ao terceiro recorte, verificamos tanto uma posição de identificação com o efeito de resistência produzido pelo sujeito midiático alternativo quanto uma posição de contraidentificação ao efeito de resistência produzido na mídia alternativa, a partir do sarcasmo e do cinismo. Essas posições demarcam o confronto no espaço do *Facebook* a respeito de um mesmo trajeto de sentido (a relação entre democracia e ditadura), o que revela como a ideologia pode interpelar os sujeitos de diferentes formas, resultando em diversos modos pelos quais os sujeitos se significam nas práticas discursivas produzidas.

Ao fim da nossa pesquisa, conseguimos compreender, portanto, alguns contrapontos possíveis entre os modos de funcionamento das mídias tradicionais e alternativas, uma vez que, enquanto a mídia dominante tem suas práticas discursivas regidas pelo ideal de neutralidade, apagando ou neutralizando o sentido do político como divisão e contradição e colocando-se como um simples veículo que relata os fatos político-sociais de forma “transparente” e “fidedigna”, a mídia alternativa surge como uma região de combate aos discursos dominantes, expondo sentidos outros que foram silenciados/apagados pela mídia tradicional. Nessa esteira, se, na MT, os dizeres sobre a ditadura eram atenuados, na MA, tais dizeres passaram a ser destacados, de modo a produzir uma posição de denúncia frente à conjuntura eleitoral 2018. Foi, então, nesse jogo entre o lembrar e o esquecer, entre o dito e o não-dito, entre os efeitos de neutralidade e de militância que a textualização do político ocorreu no *Facebook*. É preciso ressaltar, ainda, que o espaço dos comentários, por sua vez, se mostrou como um lugar que reproduz, mas, também, contraria esse confronto entre neutralidade e militância, o que nos indica o caráter heterogêneo, complexo e contraditório do âmbito digital.

O *Facebook*, dessa forma, funciona como um artefato de corporifica as relações de forças presentes na sociedade. Assim, conforme aponta Dias (2018), a tecnologia também tem o poder de historicizar os sentidos, fazendo com que a relação do sujeito com o mundo possa ocorrer através do discurso digital.

Nessa perspectiva, o imbricamento entre o espaço social, isto é, o processo eleitoral ocorrido em 2018, e o espaço discursivo, ou seja, a textualização do político nos segmentos tradicionais e alternativos, nos fez compreender, a partir da cena discursiva instaurada no *Facebook*, como se deu o funcionamento dos confrontos das relações de força e poder na sociedade e na história.

Pudemos constatar que o trabalho ideológico de/sobre os sentidos afeta, sobremaneira, as relações sociais, principalmente, no que tange à constituição do político, isso porque, vimos, em nossa pesquisa, que entre os sentidos do consenso e do dissenso muitas foram as filiações interdiscursivas evidenciadas tanto pelos sujeitos midiáticos tradicionais e alternativos quanto pelos sujeitos-leitores (internautas) que se subjetivaram ao assumir posições discursivas.

Assim, levando em consideração o discursivo, o ideológico e o social, é possível perceber como a observação dos sentidos produzidos no espaço digital pode impactar os

processos sociais e históricos, pois, ao compreendermos de que forma determinada materialidade produziu um efeito de democracia estável ou instável, por exemplo, conseguimos enxergar que os sujeitos e os sentidos não são transparentes, mas, sim, que são perpassados por diferentes formações ideológicas, estas se materializando em formações discursivas também diversas.

Os conceitos de democracia e ditadura, portanto, ganham nuances diferentes a depender das formações discursivas nas quais os sujeitos midiáticos se inscrevem. Isso nos faz lembrar que o discurso se constrói no espaço do equívoco e da incompletude e que o político é, em sua essência, divisão de sentidos. Também ficou perceptível que o sujeito na rede se representa de modo singular, reunindo discursos que se ressignificam a partir de um mesmo tema. Os sentidos construídos em torno dessa relação entre democracia e ditadura nos fizeram perceber que o modo de funcionamento dos discursos é determinado pelo lugar da interpretação. É no entremeio entre memória e esquecimento, entre a estrutura e o acontecimento que os sujeitos se significam e inscrevem seu dizer na história e também podem fazer com que ela se mova numa ou noutra direção.

Em suma, é preciso enfatizar, ainda, que reconhecemos os limites da nossa pesquisa, considerando os objetivos propostos, bem como o recorte do nosso *corpus* de análise. Dessa forma, acreditamos que, em se tratando da relação entre mídia, política, redes sociais e discurso, muitas reflexões ainda podem ser feitas na tentativa de compreender o funcionamento do político num campo tão complexo e instigante como a internet.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, F. C. R.; WHITAKER, D. C. A. De organizações à Grupo: “Globo, um caso de amor com você”. *Jornal Nacional*, um caso de amor com o poder. **Revista Profanações**, ano 4, n. 1, p. 4-46, jan/jul, 2017.

BECKER, M. L. Mídia alternativa: antiempresarial, antiindustrial, anticapitalista? In: WOITOWICZ, K. J. (Org.). **Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009, p. 273-286.

BENETI, M. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, C. P.; LOPES, M. I. V. (orgs.) **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 235-256.

BIROLI, F.; MIGUEL, L.F. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CARDON, D. **A democracia Internet: promessas e limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CAZARIN, E. A. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2005.

\_\_\_\_\_. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In.: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (orgs.) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 109-122.

CASSANA, M. F. Os deslizamentos de sentido: efeitos metafóricos e metonímicos no discurso do corpo. **Revista Letras Escreve**, Macapá, v. 7, n. 1, 2017.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

\_\_\_\_\_. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, jun. 2016.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CORTES, G. R. O. O gigante das diretas está na direção certa? Memória e metáfora no discurso virtual sobre o Brasil. In: GRIGOLETTO, E.; STOCKMANS, F. D. N.; SOBRINHO, H. F. S. (orgs.). **Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 135-150.

CORTES, G. R. O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor**: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica. 2015. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco: Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2009.

CORRÊA, J. N. **As concepções contemporâneas de democracia**. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/2011-1-Juliana-Nonato-Concep%C3%A7%C3%B5es%20democracia-1-texto.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

DIAS, C. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DIAS, C. Museu da língua portuguesa – língua de acesso: “acessável” ou acessível? **Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 245-256, jan/jun, 2013.

DIAS, R. S. O papel inovador da mídia radical na publicação dos Movimentos de Resistência Global. In: WOITOWICZ, K. J. (Org.). **Recortes da mídia alternativa**: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009, p. 301-312.

DOWNING, J. D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

DUNKER, C. I. L. F. **Discurso e ideologia**. In: SIGNORINI, I. (Org.). [Re]discutir texto, gênero e discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 185-213.

FERREIRA, L. M. A. Discurso, imagens e redes de sentido: quando o acontecimento jornalístico escreve a história do presente. In: INDURSKY, F. MITTMANN, S.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

FONSECA, R. O. Que faria a revolução? Interdição discursiva e constituição política das classes dominadas. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (orgs.). **Silêncio, memória e resistência**: a política e o político no discurso. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 299-314.

FRANÇA, T. A. Refletindo sobre o sujeito do discurso de ódio e tomadas de posição pela ingenuidade e pelo cinismo. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (orgs.). **Sujeito, sentido, resistência**: entre a arte e o digital. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 249-268.

FREITAS, R.A. Efeitos do político na instrumentalização da língua pelo Google: uma análise da palavra-chave “governabilidade”. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (orgs.). **Sujeito, sentido, resistência**: entre a arte e o digital. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 233-248.

GALLO, S. M. L. A internet como acontecimento. In: INDURSKY, F.; MITTMAN, S.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011, p. 255-270.

\_\_\_\_\_. Sobre a materialidade digital. In: GRIGOLETTO, E.; STOCKMANS, F. D. N.; SOBRINHO, H. F. S. (orgs.). **Sujeito, sentido, resistência: entre a arte e o digital**. Campinas, Pontes Editores, 2019, p. 185-200.

GUEDES, N. G. T. Jornalismo e Construção Social da Realidade: Uma reflexão sobre os desafios da produção jornalística contemporânea. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2009.

GUILHERME, C. A. S. A. A imprensa como partido político-ideológico: O caso do jornal O Estado de São Paulo. **Dimensões**, Espírito Santo, v. 40, jan/jun, 2018.

GUILHAUMOU, J.J.; MALDIDIER, D. Effets de l'archive. L'analyse de discours Du coté de l'histoire. **Langages**. Paris, número 81, 1986.

GIROUX, H. A.; GIROUX, S. S. Ensinando o político com HomiBhabha. In: \_\_\_\_\_. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: Artmed, 2003, p. 105-125.

GRANTHAM, M. R.; PETRI, V. Meu coração é um coração partido: o político como espaço de produção de sentidos. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (orgs.). **Sujeito, sentido, resistência: entre a arte e o digital**. Campinas: Pontes Editores, 2019, p.145-164.

GREGOLIN, M. R.. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: \_\_\_\_\_. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 95-110.

GREGOLIN, M. R. Formação discursiva, redes de memória e trajetões sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), 2005, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (orgs). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 123-134.

INDURSKY, F. **A fragmentação do sujeito em análise do discurso**. In: \_\_\_\_\_. Discurso, memória e identidade. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000, p. 70-81.

\_\_\_\_\_. Políticas do esquecimento x políticas de resgate da memória. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S.*et al.* **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 11-28.

\_\_\_\_\_. Que sujeito é este? n: GRIGOLETTO, E.; STOCKMANS, F. D. N.; SOBRINHO, H. F. S. (orgs.) **Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 79-102.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LEIS, H. R.; ASMANN, S. J. Aproximações entre a democracia e a ditadura. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 46, n. 2, p. 116-120, mai/ago, 2010.

MARQUES, F. C. Uma reflexão sobre a espetacularização da imprensa. In: COELHO, C. N. P.; CASTRO, V. J. (Orgs.). **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006, p. 33-60.

MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 259 f. Tese (Doutorado no Instituto de Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MAZETTI, H. M. Mídia alternativa para além da contra-informação. In: WOITOWICZ, K. J. (Org.). **Recortes da mídia alternativa**: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009, p. 287-300.

MELO, S. H. D. O discurso de neutralidade da imprensa. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 29-40, jul/dez. 2004.

MIGUEL, L. F. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 41, São Paulo: ANPOCS, 1996.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2ªed. São Paulo: Summus, 1988.

MITTMANN, S. O conservadorismo em comentários na rede: identidade, alteridade e contradição. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M.C.; MITTMANN, S. (Orgs.) **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, p. 233 – 262.

MUSSALIM, F.; MENDONÇA, M. C. Apontamentos acerca da crença na neutralidade do discurso: em pauta a problemática da produção de sentidos. **Coleção Mestrado em linguística**, v. 3, abr. 2008.

NOGUEIRA, M. A. **Potências, limites e seduções do poder**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

NOVAES, A. **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

NUNES, P. **Democracia fraturada**: a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a Imprensa no Brasil. João Pessoa: Editora do CCTA; Aveiro: Ria Editorial, 2019.

OLIVEIRA, S. A. **Discurso jornalístico em tempos de internet**: os embates de sentido na representação de Dilma Rouseff durante a campanha de 2014. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife. 2016.

OLIVEIRA, D. Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia. **Signo y Pensamiento**, p. 52-63, jun., 2011.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. Os efeitos de leitura na relação discurso/texto. In.: \_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2005, p. 59-71.

\_\_\_\_\_. **Discurso e políticas públicas urbanas:** a fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010.

\_\_\_\_\_. **Eu, tu e ele:** discurso e real da história. Campinas: Pontes Editores, 2017.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2015.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1989.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 5ª ed. São Paulo: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. **Análise do discurso:** Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2014.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduzido por José Horta Nunes. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos** n. 19. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, p. 7-24 jul/dez., 1990.

PERINI, R. C. **A batalha do impeachment/golpe:** os sentidos de um sítio bélico de significância no discurso jornalístico. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

PIRES, E. M. Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 305-313, dez. 2007.

RAMOS, R.; FREITAS, F. L. Rede Globo de televisão – 50 anos: a integração cultural e ideológica. In: 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRS, 2015. p.1-11.

RANCIÈRE, J.O **desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 2018.

ROSA, G. A. M; SANTOS, B. R. **Facebook e nossas identidades virtuais.** Brasília: Thesaurus, 2013.

SANTAELLA, L. Hiper e transmídia. In: \_\_\_\_\_. **Comunicação ubíqua:** repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013, p. 231-250.

SÁ, I. A arte de dizer a política: processos de espetacularização do discurso político no Brasil. In: SERGENTINI, V. (org.). **Mutações do discurso político no Brasil:** espetáculo, poder e tecnologias de comunicação. Campinas: Mercado das Letras, 2017, p. 59-84.

SARGENTINI, V. O discurso político sob a ótica discursiva das redes sociais. In: \_\_\_\_\_. **Mutações do discurso político no Brasil:** espetáculo, poder e tecnologias de comunicação. Campinas: Mercado das Letras, 2017, p. 159-174.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1984.

SETTON, M. G. **Mídia e Educação**. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVEIRA, D. T.; CÓRVODA, F.P. A pesquisa científica. In.: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T(orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SILVA SOBRINHO, H. F. Estado, política e farsa: o golpe de 2016 e o discurso na reprodução do capital. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (orgs.). **Silêncio, memória e resistência: a política e o político no discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 57-78.

SILVA, S. D. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S.*et al.* **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 213-232.

TANSEY, S. D.; JACKSON, N. A. **Política**. São Paulo: Saraiva: 2015.